



Análise do Desempenho 4T19

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	8
Destaques	8
Acesso on-line	8
Projeções	9
Sumário do Resultado	12
1 – Demonstrações Contábeis Resumidas	21
1.1. Balanço Patrimonial Resumido	21
1.2. Demonstração do Resultado com Realocações	23
1.2.1. Abertura das Realocações	25
1.2.2. Glossário das Realocações	27
1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	28
2 – Resultado Financeiro	29
2.1. Margem Financeira Bruta	29
2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito	29
2.3. Despesa Financeira de Captação	30
2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional	31
2.5. Resultado de Tesouraria	31
2.6. Análise dos Ativos e Passivos	34
2.6.1. Análise dos Ativos	34
2.6.2. Análise dos Passivos	35
2.6.3. Análise Volume e Taxa	36
2.7. Margem Gerencial de Crédito	38
2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros	39
3 – Rendas de Prestação de Serviços	42
4 – Despesas Administrativas	44
4.1. Despesas de Pessoal	44
4.2. Outras Despesas Administrativas	44
4.3. Indicadores	45
5 – Outros Componentes do Resultado	47
5.1. Informações de Coligadas e Controladas	47
5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais	48
6 – Gestão de Capital	49
6.1. Estrutura de Capital	49
7 – Crédito	55
O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil	55
7.1. Carteira de Crédito	55
7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	58
7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	63
7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	65
7.1.4. Concentração	70
7.2. Qualidade do Crédito	72
7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	77
7.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	79
7.2.3. Carteira de Agronegócios	82
7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior	86
7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	87
7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal	87
7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos	87
7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	87
7.3.4. Eficiência do Processo	88
7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	90
8 - Captações	92
8.1. Captações Comerciais e Institucionais	92
8.2. Assessoria em Investimentos	94
9 – Serviços Financeiros	96
9.1. Meios de Pagamento	96
9.1.1. Base de Cartões e Faturamento	96
9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões	97
9.2. Gestão de Recursos de Terceiros	97

9.3. Mercado de Capitais	100
9.4. Seguros, Previdência e Capitalização	103
9.5. Consórcios	103
10 – Outras Informações.....	106
10.1. Ativo e Passivo Atuarial	106
10.1.1. Previ – Plano 1	106
10.1.2. Fundos de Destinação do <i>Superavit</i> Previ (Plano 1).....	108
10.1.3. Cassi	109
10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido.....	110
10.2. Atendimento a Clientes	110
10.2.1. Rede de Atendimento	110
10.2.2. Canais Automatizados	111
10.2.3. Investimentos em Tecnologia	113
10.3. Negócios Internacionais.....	114
10.3.1. Banco Patagonia.....	115
Glossário	118

Índice de Tabelas

Tabela 1. Projeções 2019	9
Tabela 2. Projeções 2020	10
Tabela 3. Carteira de Crédito – Negócios Varejo	10
Tabela 4. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica.....	11
Tabela 5. PCLD Ampliada.....	11
Tabela 6. Margem Financeira Bruta – Nova	11
Tabela 7. Outras Despesas Operacionais – Nova.....	11
Tabela 8. Resultado – R\$ milhões	12
Tabela 9. Indicadores de Mercado	13
Tabela 10. Margem Financeira Bruta e <i>Spread</i>	13
Tabela 11. Rendas de Tarifas – R\$ milhões.....	15
Tabela 12. Cobertura por Segmento ¹ – %	18
Tabela 13. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo.....	21
Tabela 14. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	22
Tabela 15. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral.....	23
Tabela 16. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Acumulado (12 meses)	24
Tabela 17. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	26
Tabela 18. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	28
Tabela 19. Principais Indicadores	29
Tabela 20. Composição da Margem Financeira Bruta	29
Tabela 21. Receita Financeira de Operação de Crédito	29
Tabela 22. Composição Sintética dos Ativos.....	30
Tabela 23. Resultado de Captação	31
Tabela 24. Captações vs. Taxa Selic	31
Tabela 25. Despesa de Captação Institucional	31
Tabela 26. Resultado de Tesouraria.....	32
Tabela 27. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	32
Tabela 28. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	32
Tabela 29. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	33
Tabela 30. Saldo da Liquidez.....	33
Tabela 31. Despesa de Captação no Mercado Aberto.....	33
Tabela 32. Outros Componentes de Tesouraria.....	33
Tabela 33. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)	34
Tabela 34. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)	34
Tabela 35. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 Meses)	34
Tabela 36. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual).....	35
Tabela 37. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)	35
Tabela 38. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 Meses)	35
Tabela 39. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	36
Tabela 40. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses.....	36
Tabela 41. Margem Global.....	36
Tabela 42. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	37
Tabela 43. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	37
Tabela 44. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (12 Meses).....	38
Tabela 45. Margem Gerencial ¹	38
Tabela 46. Taxa por Carteira ¹	39
Tabela 47. Balanço em Moedas Estrangeiras	39
Tabela 48. Descasamento por Vencimento	41
Tabela 49. Rendas de Prestação de Serviços.....	42
Tabela 50. Despesas de Pessoal	44
Tabela 51. Perfil dos Colaboradores	44
Tabela 52. Outras Despesas Administrativas.....	45
Tabela 53. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados ¹	45
Tabela 54. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência	45
Tabela 55. Resultado Estrutural.....	46
Tabela 56. Participações Societárias.....	47
Tabela 57. Outras Receitas e Despesas Operacionais	48
Tabela 58. Índice de Basileia	51

Tabela 59. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	52
Tabela 60. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	53
Tabela 61. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	53
Tabela 62. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	53
Tabela 63. RWACPAD segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR	54
Tabela 64. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	56
Tabela 65. Carteira de Crédito para Estimativas	56
Tabela 66. Carteira de Crédito – Negócios Varejo	57
Tabela 67. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica	57
Tabela 68. Crédito SFN	57
Tabela 69. Carteira de Crédito Pessoa Física	59
Tabela 70. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	59
Tabela 71. Informações da Carteira de Crédito Consignado	61
Tabela 72. Informações da Carteira de Financiamento Imobiliário	61
Tabela 73. Informações da Carteira de Crédito Pessoal	61
Tabela 74. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	62
Tabela 75. Informações da Carteira de Financiamentos de Veículos	63
Tabela 76. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	63
Tabela 77. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica	63
Tabela 78. Tempo de Relacionamento dos Clientes MPME	64
Tabela 79. Carteira de Crédito MPME	64
Tabela 80. Câmbio de Exportação e Importação	64
Tabela 81. ACC/ACE	64
Tabela 82. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial	65
Tabela 83. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	66
Tabela 84. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	66
Tabela 85. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	67
Tabela 86. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	67
Tabela 87. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	67
Tabela 88. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	68
Tabela 89. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos	68
Tabela 90. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	69
Tabela 91. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios	69
Tabela 92. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural	69
Tabela 93. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	70
Tabela 94. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada	70
Tabela 95. 100 Maiores Clientes em Relação ao Patrimônio de Referência	71
Tabela 96. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ	71
Tabela 97. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna	74
Tabela 98. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco	75
Tabela 99. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	75
Tabela 100. Índices de Atraso da Carteira Classificada	76
Tabela 101. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco	77
Tabela 102. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF	77
Tabela 103. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	78
Tabela 104. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco	79
Tabela 105. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ	80
Tabela 106. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	81
Tabela 107. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	82
Tabela 108. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	83
Tabela 109. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco	83
Tabela 110. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	84
Tabela 111. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	84
Tabela 112. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	85
Tabela 113. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio	85
Tabela 114. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios	86
Tabela 115. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	86
Tabela 116. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹	90
Tabela 117. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso	90
Tabela 118. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco	91
Tabela 119. Captações Comerciais	92
Tabela 120. Captações Institucionais	93
Tabela 121. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade	93

Tabela 122. Captações Comerciais no Exterior - Produto	93
Tabela 123. Fontes e Usos	94
Tabela 124. Emissões Vigentes no Exterior	94
Tabela 125. Base de Cartões – Uso Recorrente ¹	97
Tabela 126. Resultado com Negócios de Cartões	97
Tabela 127. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	98
Tabela 128. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima	99
Tabela 129. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	99
Tabela 130. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	103
Tabela 131. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	104
Tabela 132. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	104
Tabela 133. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	105
Tabela 134. Composição dos Ativos	107
Tabela 135. Principais Premissas Atuariais	107
Tabela 136. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012.....	108
Tabela 137. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	108
Tabela 138. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	109
Tabela 139. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012	110
Tabela 140. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012	110
Tabela 141. Rede de Atendimento	111
Tabela 142. Unidades de Atendimento.....	111
Tabela 143. Rede de Agências por Região	111
Tabela 144. Rede de Atendimento no Exterior	114
Tabela 145. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais	115
Tabela 146. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	115
Tabela 147. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	115
Tabela 148. Banco Patagonia – Captações	116
Tabela 149. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	116
Tabela 150. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito	116
Tabela 151. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	117

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Spread</i> Gerencial por Segmento ² - %	13
Figura 2. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões ¹	14
Figura 3. Despesas Administrativas – R\$ milhões	16
Figura 4. Basileia - %.....	16
Figura 5. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões	17
Figura 6. Inad +90d – %	18
Figura 7. Cobertura ¹³ – %	18
Figura 8. Clientes Nativos Digitais – Milhões	20
Figura 9. Part. Canais Internet + Mobile nas Transações – %.....	20
Figura 10. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias– %.....	20
Figura 11. Distribuição das Receitas de Crédito (%)	30
Figura 12. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	32
Figura 13. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)	36
Figura 14. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	40
Figura 15. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões).....	40
Figura 16. Evolução do índice de Basileia - %.....	50
Figura 17. Composição do RWA por tipo de risco (%).....	52
Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil	55
Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões	58
Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %	58
Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC - %.....	59
Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %	60
Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado.....	60
Figura 24. Percentual de Desembolso pelo Aplicativo - %	62
Figura 25. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos	62
Figura 26. Participação do BB – %.....	65
Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %.....	70
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	72
Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	72
Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada ¹	73
Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	73
Figura 32. <i>New NPL</i> – % da Carteira de Crédito Classificada	74
Figura 33. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	74
Figura 34. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Física	78
Figura 35. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	78
Figura 36. Safrá Anual – Crédito Pessoa Física	79
Figura 37. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	80
Figura 38. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	81
Figura 39. Safrá Anual – Carteira MPME	81
Figura 40. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito do Agronegócio	82
Figura 41. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	83
Figura 42. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação	88
Figura 43. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %.....	88
Figura 44. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %.....	89
Figura 45. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	89
Figura 46. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %	89
Figura 47. <i>New NPL</i> – % da Carteira Renegociada	91
Figura 48. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)	92
Figura 49. Quantidade de Atendimentos - Base 100	95
Figura 50. Ativos sob Gestão ¹ no Segmento Estilo - Base 100	95
Figura 51. Participação GEINV nos Ativos sob Gestão ¹ no Segmento Estilo - %	95
Figura 52. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	96
Figura 53. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões.....	97
Figura 54. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões.....	98
Figura 55. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	100
Figura 56. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional	101
Figura 57. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	102
Figura 58. Ouro – Custódia	103

Figura 59. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas	104
Figura 60. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%).....	112
Figura 61. Quantidade de Usuários (milhões) – <i>Internet</i> e <i>Mobile</i>	112
Figura 62. Quantidade de Transações (milhões) – <i>Internet</i> ¹ e <i>Mobile</i>	112
Figura 63. Terminais de Autoatendimento	113
Figura 64. Transações – TAAs vs Caixa – (% média)	113
Figura 65. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões)	114
Figura 66. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	116

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. O leitor encontrará tabelas com as séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, é apresentado um índice com todas as séries históricas, além das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Todos os documentos estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Destaques

Projeções - Para 2020, o Banco do Brasil descontinuou, para efeito das projeções corporativas, os indicadores de Despesa de PCLD Líquida, Carteira de Crédito Pessoa Física e Carteira de Crédito Pessoa Jurídica. Estes indicadores foram substituídos por: Carteira de Crédito Negócios Varejo; Carteira de Crédito Atacado PJ e PCLD Ampliada. Os novos indicadores estão disponíveis na planilha Série Histórica aba “Novos Indicadores – Guidance” no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Sumário - Apresentamos as seguintes novidades: Carteira Verde, e Estratégia Digital e Prêmios e Reconhecimentos em Sustentabilidade

Acesso on-line

O relatório Análise do Desempenho pode ser acessado no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. No site também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: informações estruturais, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, entre outros. Você pode consultar todos os documentos referentes às divulgações na Central de Resultados como baixa-las no Kit Investidor

Banco do Brasil
Relações com Investidores e Sustentabilidade

bb.com.br
bb.com.br/ri

Projeções

Apresentamos as projeções 2019 comparadas ao observado no período. Os indicadores foram calculados da seguinte forma:

- I Lucro Líquido Ajustado e Despesa de PCLD Líquida: montantes acumulados nos doze meses de 2019.
- II Margem Financeira Bruta, Rendas de Tarifas e Despesas Administrativas: variação percentual dos doze meses de 2019 em relação aos doze meses de 2018.
- III Carteira de Crédito: variação percentual em dezembro de 2019 em relação a dezembro de 2018.

Tabela 1. Projeções 2019

	Projeções 2019	Observado 2019	
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	16,5 a 18,5	17,8	✓
Margem Financeira Bruta - %	3,0 a 7,0	6,4	✓
Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %	-2,0 a 1,0	-1,6	✓
Pessoa Física - %	8,0 a 11,0	10,3	✓
Pessoa Jurídica ⁽²⁾ - %	-13,0 a -10,0	-12,3	✓
Rural - %	0,5 a 3,0	0,6	✓
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-14,5 a -11,5	-13,0	✓
Rendas de Tarifas - %	5,0 a 8,0	6,4	✓
Despesas Administrativas - %	2,0 a 5,0	2,8	✓

1 - Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias.

2 - Não considera crédito a Governo.

Projeções 2020

O Banco do Brasil descontinuou, para efeito das projeções corporativas, os indicadores de Despesa de PCLD Líquida, Carteira de Crédito Pessoa Física e Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.

Para 2020, estes indicadores foram substituídos por:

- Carteira de Crédito Negócios Varejo: composta pelas carteiras Pessoa Física e MPME;
- Carteira de Crédito Atacado PJ: formada pela carteira de grandes empresas (com faturamento superior a R\$ 200 milhões), incluindo o crédito agroindustrial.

Estas alterações têm como objetivo alinhar os novos indicadores à Estratégia Corporativa, bem como destacar o foco do Banco nos negócios de crédito varejo.

- PCLD Ampliada: Composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e a imparidade.

Esta alteração visa alinhar o conceito às melhores práticas de mercado, de forma a evidenciar os seus componentes de forma granular, permitindo o acompanhamento das linhas separadamente.

Importante notar ainda que a imparidade era componente da Margem Financeira Bruta e, a partir do 1T20, passará a compor a PCLD ampliada, conforme explicado acima.

Tabela 2. Projeções 2020

	Projeções 2020
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	18,5 a 20,5
Margem Financeira Bruta - %	2,0 a 5,0
Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %	5,5 a 8,5
Negócios Varejo ⁽³⁾ - %	10,0 a 13,0
Atacado PJ ⁽⁴⁾ - %	2,0 a 5,0
Rural - %	1,0 a 4,0
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	10,0 a 13,0
Rendas de prestação de serviços - %	1,0 a 4,0
Despesas Administrativas - %	2,5 a 4,5

1 - Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias.

2 - Não considera crédito a Governo.

3 - Considera carteira Pessoa Física e segmento MPME, com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

4 - Considera Grandes Empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e Crédito Agroindustrial.

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, os quais podem impactar o desempenho efetivo daqueles previstos em nossas estimativas.

As projeções 2020 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas sob gestão da Administração

- Preservar o atual modelo de negócios;
- Otimização da alocação de capital;
- Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do banco;
- Intensificação da Estratégia Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;
- Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam a gestão da Administração

- Alterações regulatórias que possam impactar os negócios;
- Ritmo do crescimento econômico mundial;
- Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica: câmbio flutuante, metas para inflação e disciplina fiscal;
- Redução gradual da taxa de desemprego;
- Aceleração no crescimento da economia doméstica (PIB).

Novos Indicadores – Série histórica e Definição

Os novos indicadores estão disponíveis na planilha série histórica aba “Novos Indicadores – Guidance” no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Tabela 3. Carteira de Crédito – Negócios Varejo

R\$ milhões	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Var. %	
							s/Dez/18	s/Set/19
Carteira de Crédito Negócios Varejo	250.232	100,0	266.811	100,0	274.996	100,0	9,9	3,1
Pessoa Física	190.770	76,2	204.051	76,5	210.453	76,5	10,3	3,1
MPME	59.462	23,8	62.760	23,5	64.543	23,5	8,5	2,8

Corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O segmento MPME é composto por empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

Tabela 4. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Dez/18		Set/19		Dez/19		Var. %	
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	s/Dez/18	s/Set/19	s/Dez/18	s/Set/19
Atacado Pessoa Jurídica	186.450	100,0	160.884	100,0	151.205	100,0	(18,9)	(6,0)
Grandes Empresas	117.218	62,9	95.617	59,4	88.360	58,4	(24,6)	(7,6)
Crédito Agroindustrial	19.289	10,3	14.377	8,9	13.222	8,7	(31,5)	(8,0)
TVM	49.943	26,8	50.891	31,6	49.624	32,8	(0,6)	(2,5)

Composto pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

Tabela 5. PCLD Ampliada

R\$ milhões	4T18			3T19			4T19			Var. %		2018		2019		Var. %	
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019		
PCLD Ampliada	(3.687)	(3.920)	(3.525)	(4,4)	(10,1)	(15.584)	(14.983)	(3,9)									
Despesa de PCLD Líquida	(3.168)	(3.316)	(2.999)	(5,3)	(9,6)	(14.221)	(13.003)	(8,6)									
Despesa de PCLD - Risco de Crédito	(4.788)	(5.037)	(4.804)	0,3	(4,6)	(20.229)	(19.748)	(2,4)									
Recuperação de Crédito	1.620	1.721	1.805	11,4	4,9	6.008	6.745	12,3									
Descontos Concedidos	(301)	(307)	(287)	(4,7)	(6,7)	(1.125)	(1.068)	(5,1)									
Imparidade	(218)	(296)	(239)	9,4	(19,5)	(238)	(913)	283,5									

PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res.2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.

- Despesa de PCLD – Risco de Crédito: Corresponde às despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res.2.682/99.
- Recuperação de Crédito: Recuperação de Operações em Perdas.
- Descontos Concedidos: Representa os descontos concedidos em renegociações de operações de crédito ou de outras operações com características de concessão de crédito decorrente de empréstimos.
- Imparidade: Grupamento de contas que registram as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

A partir de 2020, a alteração do indicador de PCLD Ampliada irá mudar a composição da margem financeira bruta e das outras despesas operacionais.

Tabela 6. Margem Financeira Bruta – Nova

R\$ milhões	4T18			3T19			4T19			Var. %		2018		2019		Var. %	
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019				
Margem Financeira Bruta	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8	49.911	53.086	6,4									
Imparidade	(218)	(296)	(239)	9,4	(19,5)	(238)	(913)	283,5									
Margem Financeira Bruta - Nova	12.788	13.557	14.263	11,5	5,2	50.149	53.999	7,7									

A partir de 2020, o item descontos concedidos deixará de compor as Outras Despesas Operacionais, passando a integrar a PCLD Ampliada.

Tabela 7. Outras Despesas Operacionais – Nova

R\$ milhões	4T18			3T19			4T19			Var. %		2018		2019		Var. %	
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019				
Outras Despesas Operacionais	(2.465)	(3.111)	(3.461)	40,4	11,3	(11.686)	(12.276)	5,0									
Descontos Concedidos	(301)	(307)	(287)	(4,7)	(6,7)	(1.125)	(1.068)	(5,1)									
Outras Despesas Operacionais - Nova	(2.164)	(2.803)	(3.175)	46,7	13,2	(10.562)	(11.208)	6,1									

Sumário do Resultado

Lucro Líquido Ajustado de R\$ 4,6 bilhões

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 4,6 bilhões no 4T19, crescimento de 1,8% em relação ao 3T19. O resultado do trimestre foi influenciado pelo aumento da margem financeira bruta associado à redução com as despesas liquidas de provisão de crédito. No 4T19, as despesas de pessoal elevaram-se em função da efetivação das despesas adicionais previstas na proposta de reforma estatutária da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A contribuição do banco é retroativa a todo o ano de 2019 e já estava contemplada nas projeções corporativas.

No comparativo 2019/2018, o crescimento do lucro líquido ajustado foi de 32,1%, com destaque para o aumento da margem financeira bruta, associado à redução da despesa líquida de PCLD e o comportamento das receitas com prestação de serviços crescendo nominalmente acima das despesas administrativas.

No 4T19, diante da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103, de novembro de 2019, houve a ativação de crédito tributário referentes a períodos anteriores que resultaram em um evento extraordinário de R\$ 4,97 bilhões. Em contrapartida, foi constituída PCLD prudencial extraordinária (R\$ 2,93 bilhões), provisão extraordinária com demandas contingentes (R\$ 2,19 bilhões) e provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos (R\$ 1,27 bilhão).

O crescimento do RSPL Mercado de 15,4% para 17,7% na comparação com o 4T18 e de 13,9% para 17,3%, na visão acumulada em doze meses, reforçam o compromisso de aumento da rentabilidade de forma sustentável.

Tabela 8. Resultado – R\$ milhões

				Var. %				Var. %
	4T18	3T19	4T19	s/4T18	s/3T19	2018	2019	s/2018
Margem Financeira Bruta	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8	49.911	53.086	6,4
Despesa de PCLD Líquida	(3.168)	(3.316)	(2.999)	(5,3)	(9,6)	(14.221)	(13.003)	(8,6)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito	(4.788)	(5.037)	(4.804)	0,3	(4,6)	(20.229)	(19.748)	(2,4)
Recuperação de Crédito	1.620	1.721	1.805	11,4	4,9	6.008	6.745	12,3
Margem Financeira Líquida	9.402	9.944	11.025	17,3	10,9	35.689	40.084	12,3
Rendas de Tarifas	7.236	7.466	7.508	3,8	0,6	27.452	29.209	6,4
Margem de Contribuição	15.480	16.456	17.278	11,6	5,0	58.552	64.834	10,7
Despesas Administrativas	(7.923)	(7.710)	(8.611)	8,7	11,7	(30.679)	(31.537)	2,8
Resultado Comercial	7.430	8.629	8.543	15,0	(1,0)	27.332	32.799	20,0
Outros Componentes do Resultado	395	(340)	(661)	0,0	94,2	(90)	(728)	704,8
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.604	6.398	6.570	(0,5)	2,7	23.319	25.038	7,4
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.989)	(850)	(868)	(56,4)	2,1	(6.696)	(3.140)	(53,1)
Participações Estatutárias no Lucro	(488)	(584)	(614)	25,8	5,1	(1.715)	(2.347)	36,8
Lucro Líquido Ajustado	3.845	4.543	4.625	20,3	1,8	13.513	17.848	32,1
Itens Extraordinários	(42)	(287)	1.069	0,0	0,0	(651)	315	-
Lucro Líquido	3.803	4.256	5.694	49,7	33,8	12.862	18.162	41,2
RSPL Mercado - %	15,4	18,0	17,7			13,9	17,3	
RSPL Ajustado - %	13,7	15,0	14,7			12,2	14,7	
RSPL Acionista - %	16,7	19,6	19,2			15,1	18,8	

O cálculo do RSPL anualizado (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) foi realizado utilizando a anualização de forma linear, isto é, a multiplicação do resultado trimestral por quatro. Esta metodologia passou a ser utilizada a partir da publicação do relatório do 1T19.

Indicadores de Mercado

Destaque para a evolução do lucro ajustado por ação de R\$ 1,34 no 4T18 para R\$ 1,99 no 4T19.

Tabela 9. Indicadores de Mercado

	4T18	4T19	2018	2019
Lucro por Ação - R\$	1,34	1,99	4,54	6,39
Lucro Ajustado por Ação - R\$	1,38	1,62	4,85	6,26
Dividend Yield ¹ - %	3,99	4,47	3,99	4,47
Preço / Lucro 12 meses	10,07	8,29	10,07	8,29
Preço / Valor Patrimonial	1,27	1,39	1,27	1,39

(1) Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Margem Financeira Bruta cresce 5,8%

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

- I Crescimento nas receitas de crédito a pessoas físicas, impulsionado pelas linhas de crédito pessoal e consignado. A queda nas receitas financeiras com operações de crédito em R\$ 65 milhões, foi impactada especialmente pela redução da carteira de crédito a grandes empresas e o movimento da TMS;
- II A despesa financeira de captação foi influenciada pela redução na TMS. A queda da TMS também influenciou as despesas de captação institucional com maior impacto nas despesas de empréstimos, cessões e repasses, e letras financeiras;
- III O resultado de tesouraria foi influenciado principalmente pela queda na TMS, com efeito sobre a carteira pós-fixada, bem como pelo menor volume de negociação de títulos.

Tabela 10. Margem Financeira Bruta e Spread

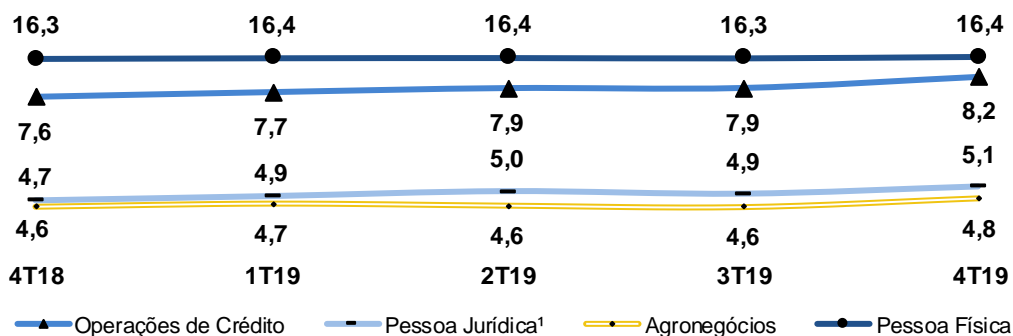
R\$ milhões	4T18	3T19	4T19	Var. %		2018	2019	Var. % s/2018
				s/4T18	s/3T19			
Margem Financeira Bruta	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8	49.911	53.086	6,4
Receita Financeira com Operações de Crédito	18.533	18.222	18.157	(2,0)	(0,4)	73.969	73.411	(0,8)
Despesa Financeira de Captação	(6.437)	(6.213)	(5.308)	(17,5)	(14,6)	(24.594)	(24.481)	(0,5)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.576)	(2.458)	(2.429)	(5,7)	(1,2)	(10.887)	(9.863)	(9,4)
Resultado de Tesouraria ²	3.051	3.710	3.604	18,1	(2,9)	11.422	14.020	22,7
Spread Global - %³	4,0	4,0	4,3					
Spread Ajustado pelo Risco - %	3,0	3,0	3,4					

(1) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

(2) Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado;

(3) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Figura 1. Spread Gerencial por Segmento² - %



(1) Não inclui operações com o Governo;

(2) Série histórica revisada no 3T19.

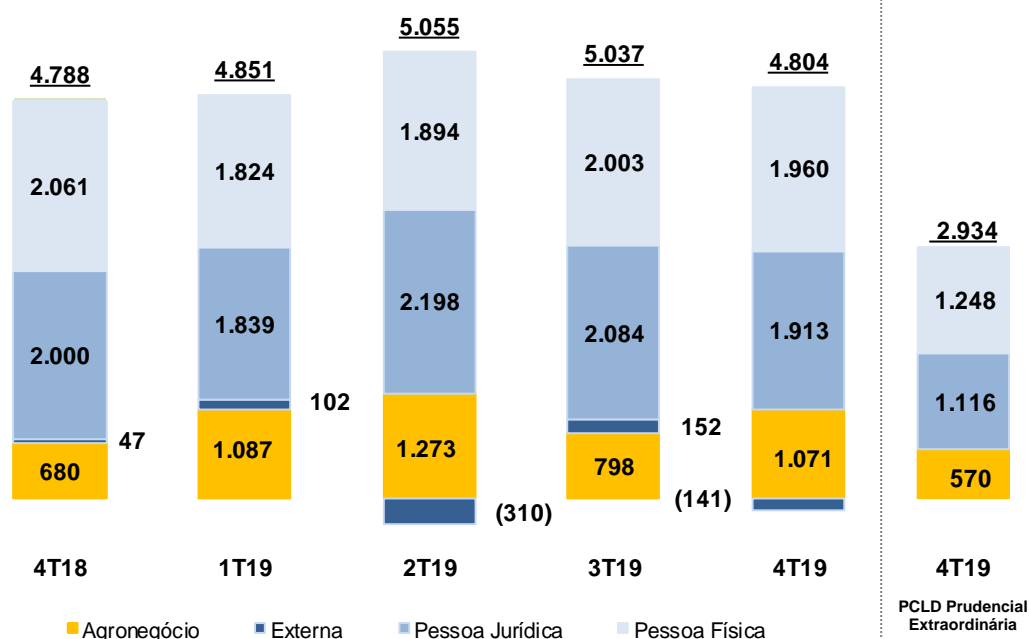
Despesa com PCLD reduziu 4,6%

A despesa com PCLD – Risco de Crédito reduziu 4,6% em relação ao 3T19, alcançando R\$ 4,8 bilhões no 4T19.

No trimestre, foi constituída provisão prudencial extraordinária no valor de R\$ 2,9 bilhões. Esta foi realizada da seguinte forma: R\$ 1,2 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 1,1 bilhão no segmento pessoa jurídica e R\$ 570 milhões no segmento agroindustrial.

A despesa de PCLD Líquida, que considera a Recuperação de Crédito, reduziu 9,6% na comparação com o 3T19, impactada positivamente pelo aumento de 4,9% na Recuperação de Crédito (+R\$ 83,7 milhões).

Figura 2. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões¹



(1) Não inclui a Recuperação de Crédito.

Receitas com Prestação de Serviços crescem 0,6%

As receitas com prestação de serviços cresceram 0,6% em relação ao 3T19, e 6,4% em relação ao ano de 2018, resultado da estratégia centrada no relacionamento e na melhoria constante da experiência do cliente.

No 4T19, destaque para o crescimento de R\$ 92,9 milhões em 'seguros, previdência e capitalização', principalmente no segmento de seguros, impulsionado pelo aumento do volume de vendas e pelo recebimento de remuneração por performance na BB Corretora. Em 2019, o crescimento foi de 18,0% (R\$ 581,2 milhões).

Destaque também para o resultado de 'rendas de mercado de capitais', com crescimento de 21,6% no comparativo 4T19/3T19, e 23,7% no comparativo 2019/2018, com alta de R\$ 50,1 milhões e R\$ 186,5 milhões respectivamente, explicado pela estratégia de atendimento às demandas de Grandes Empresas através do mercado de capitais e pelo incremento nas rendas de comissões de colocação de títulos através do BB Banco de Investimento.

Crescimento de 2,5% (R\$ 49,6 milhões) no 4T19 em 'conta corrente', justificado pela expansão da base de clientes no varejo. No ano, o crescimento foi de R\$ 460,2 milhões (6,3%). Em 2019 o Banco do Brasil avançou com a estratégia de especialização do relacionamento com os clientes investidores, profissionais liberais, sócios dirigentes, além de produtores rurais e clientes alta renda, o que reforça nosso compromisso em ofertar as melhores soluções, adequadas ao perfil de cada cliente, melhorando sua experiência e promovendo elevação de sua satisfação.

O resultado de 'administração de fundos' no último trimestre foi de R\$ 1.528 milhão, redução de 11,8% em comparação ao 3T19, justificado pela revisão das taxas de administração dos fundos PJ (que inclui governo) e pela menor quantidade de dias úteis em comparação ao trimestre anterior. Na visão anual o desempenho foi positivo, com crescimento de R\$ 375,8 milhões (6,2%), reflexo do aumento nos recursos administrados durante o período, que alcançaram R\$ 1,1 trilhão ante R\$ 941 bilhões em Dez/18, crescimento de 12,2%.

Tabela 11. Rendas de Tarifas – R\$ milhões

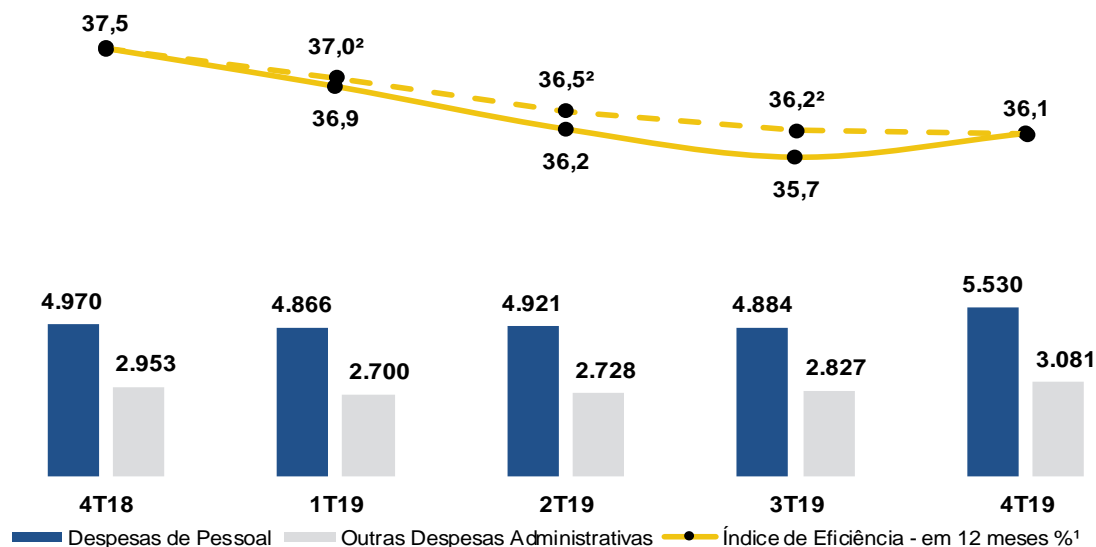
	4T18	3T19	4T19	Var. %		2018	2019	Var. % s/2018
				s/4T18	s/3T19			
Rendas de Tarifas	7.236	7.466	7.508	3,8	0,6	27.452	29.209	6,4
Conta Corrente	1.902	1.987	2.037	7,1	2,5	7.331	7.791	6,3
Administração de Fundos	1.487	1.733	1.528	2,8	(11,8)	6.023	6.399	6,2
Seguros, Previdência e Capitalização	1.039	970	1.063	2,3	9,6	3.221	3.802	18,0
Cartão de Crédito/Débito	507	499	489	(3,6)	(2,2)	1.942	2.047	5,4
País	426	430	428	0,4	(0,4)	1.657	1.771	6,9
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	558	461	438	(21,4)	(4,8)	1.999	1.798	(10,0)
Cobrança	312	346	344	10,2	(0,5)	1.290	1.325	2,7
Consórcio	275	308	328	19,1	6,5	942	1.223	29,9
Rendas do Mercado de Capitais	188	231	281	49,8	21,6	788	974	23,7
Arrecadações	283	276	274	(3,2)	(0,7)	1.116	1.108	(0,7)
Processamento de Convênios	115	132	184	60,5	39,2	427	641	50,2
De subsidiárias/controladas no Exterior	181	143	152	(16,4)	5,7	759	626	(17,6)
Serviços de Comércio Exterior	91	92	93	2,2	1,5	346	371	7,1
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	110	110	83	(24,2)	(24,2)	605	396	(34,6)
Outros	189	177	213	13,0	20,4	664	707	6,5

Índice de Eficiência de 36,1%

As despesas administrativas aumentaram 11,7% em relação ao 3T19, e 2,8% em relação a 2018. O índice de eficiência em 12 meses atingiu 36,1% no 4T19, melhora de 139 bps em relação ao 4T18.

A proposta de reforma estatutária da Cassi, aprovada pelos associados no processo de votação, realizado entre 18/11/2019 e 28/11/2019, trouxe impacto adicional de R\$ 514 milhões nas despesas de pessoal no 4T19. A contribuição do banco é retroativa a todo o ano de 2019 e já estava contemplada nas projeções corporativas de 2019.

Figura 3. Despesas Administrativas – R\$ milhões



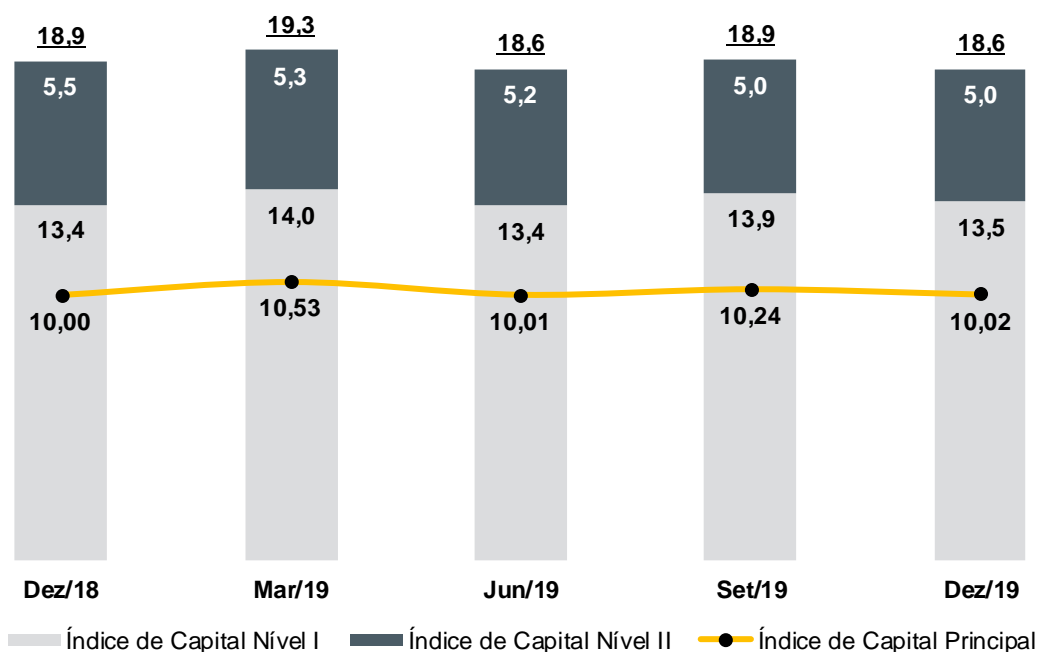
(1) Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.
 (2) Índice de Eficiência com a despesa relativa ao acordo com a Cassi apropriada ao longo do ano.

Índice de Basileia de 18,6%

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Em dezembro de 2019, o índice de Basileia foi de 18,6% e o índice de capital nível I de 13,5%, sendo 10,02% de capital principal, estável em relação a dezembro/18. Seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

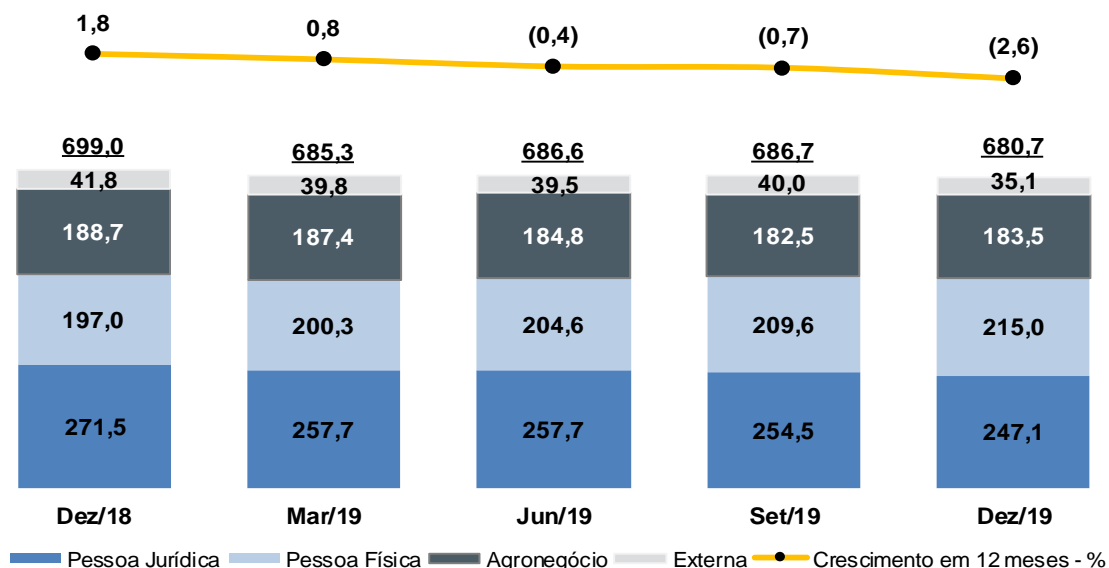
Figura 4. Basileia - %



Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada totalizou R\$ 680,7 bilhões, redução de 2,6% na comparação com dez/18.

Figura 5. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões



A carteira de crédito classificada PF cresceu 8,9% em relação a dezembro/18 (+R\$ 17,4 bilhões), fruto do desempenho positivo em crédito consignado (+R\$ 10,2 bilhões) e em empréstimo pessoal (+R\$ 3,3 bilhões).

A carteira de crédito classificada PJ retraiu 10,9% (-R\$ 24,1 bilhões) em relação a dezembro/18, principalmente pelo volume de amortizações no segmento de grandes empresas (-R\$ 28,9 bilhões). Destaque para a retomada do crescimento da carteira MPME no ano, com crescimento de 8,5%. O banco tem como estratégia nesse segmento o foco nas operações com garantias e recebíveis e *duration* mais curta. Nesse sentido, a linha de capital de giro teve crescimento de 28,4% na comparação com Dez/18 (+R\$ 6,3 bilhões).

O crédito rural apresentou queda de 1,0% em relação a dezembro/18 (-R\$ 1,7 bilhão), redução de R\$ 5,6 bilhões na Comercialização Agropecuária, compensada pelo aumento na carteira de FCO Rural (+R\$ 2,0 bilhões) e Investimento Agropecuário (+R\$ 2,3 bilhões).

Carteira Verde

Como parte do sistema financeiro, o Banco do Brasil assume uma responsabilidade crucial: direcionar a aplicação de recursos e auxiliar na transição de uma economia de alto impacto para uma Economia Verde, de baixo carbono e inclusiva, com correta gestão de riscos e elaboração de modelos inovadores de captação de investimentos. A atuação do Banco inclui desde operações de microcrédito até soluções financeiras para grandes corporações empresariais, do mercado de capitais e dos governos, com posição de destaque na concessão de crédito rural.

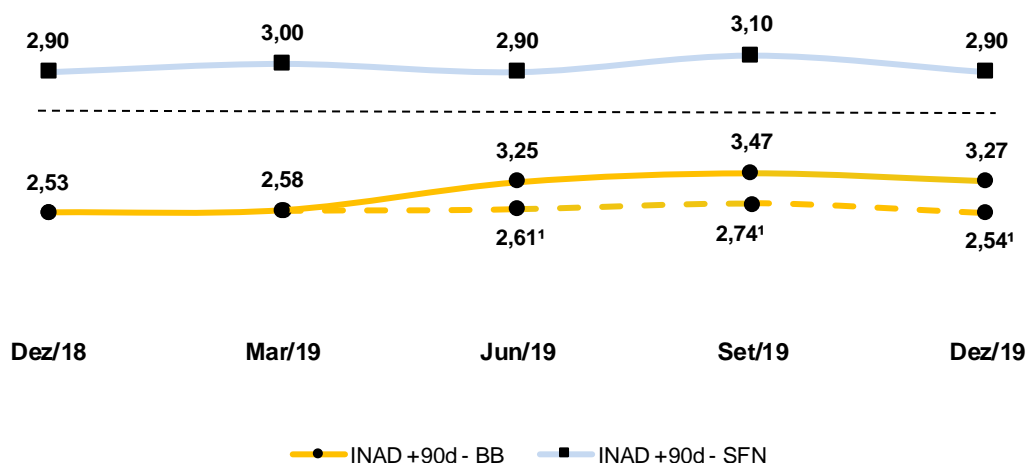
O compromisso de desenvolver soluções negociais com aspectos socioambientais é orientado e declarado na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e tem suporte também nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito.

Com base em metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde, em 2019 a carteira de negócios verdes do BB apresentou um saldo de R\$ 188,5 bilhões.

Qualidade do Crédito

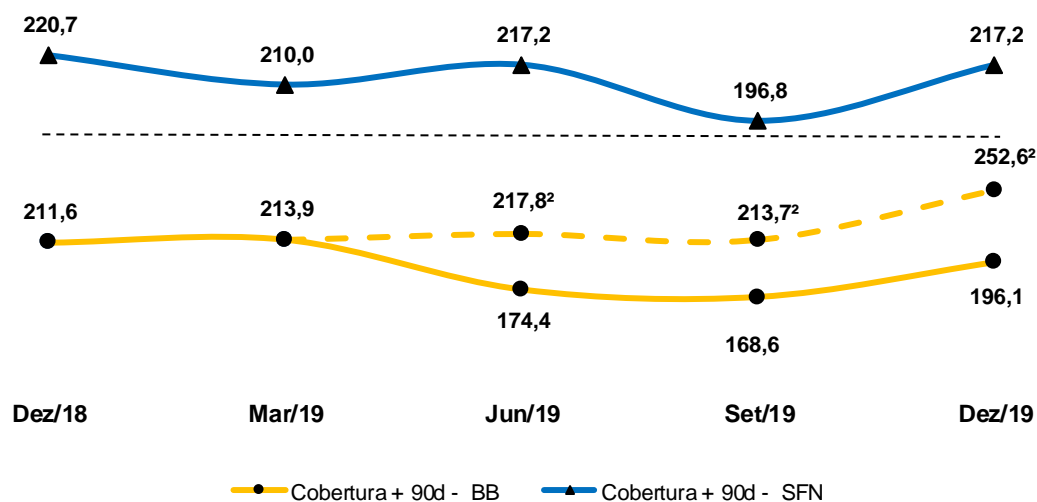
O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a setembro e alcançou 3,27% em dezembro/19. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 2,54%.

Figura 6. Inad +90d – %



(1) Simulação excluindo caso específico.

Figura 7. Cobertura¹³ – %



(1) Relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

(2) Simulação excluindo caso específico.

(3) Considera a provisão prudencial extraordinária constituída no 4T19.

O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura foi de 196,1% em dezembro/19. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 252,6%.

Tabela 12. Cobertura por Segmento¹ – %

	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Pessoa Física	194,4	186,5	184,2	177,8	199,4
Pessoa Jurídica	228,8	247,0	202,3	202,3	261,7
PJ ex-caso específico	-	-	240,4	259,5	354,1
Agronegócio	194,5	192,1	113,6	109,5	117,2
Agro ex-caso específico	-	-	228,0	210,6	215,9

(1) Considera a provisão prudencial extraordinária constituída no 4T19.

Acordo de Associação BB e UBS

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 06 de novembro de 2019 que o BB-BI e o UBS celebraram, acordo de associação para a formação de uma parceria estratégica para atuação

em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul (“Associação”).

O relacionamento comercial do BB com seus clientes, por meio de sua rede de agências e escritórios de atacado, continuará sendo um dos principais instrumentos para a originação das operações, cuja estruturação e distribuição ficarão a cargo da Associação. A fim de oferecer uma solução integrada de produtos de *corporate* e *investment banking*, os gerentes de relacionamento do BB atuarão conjuntamente com os profissionais da Associação de forma a oferecer um amplo portfólio de produtos e serviços.

BB e UBS entendem que a parceria estratégica ora estabelecida cria uma plataforma de banco de investimentos completa, ao combinar a rede de relacionamentos do BB no País com a expertise e plataforma de distribuição global do UBS.

A concretização da parceria está condicionada ao atendimento de condições contratuais precedentes ao fechamento, assim como à aprovação dos órgãos reguladores e demais instâncias competentes.

Em Dez/19, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a parceria, sem restrições, condicionando sua concretização ao atendimento de condições contratuais precedentes ao fechamento e aprovação do Banco Central do Brasil e demais instâncias competentes.

Revisão da Arquitetura Organizacional

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 11 de dezembro de 2019 que o Conselho de Administração aprovou a revisão de sua Arquitetura Organizacional mediante a redução da Diretoria Executiva e reorganização de suas atribuições, observados os limites previstos no Estatuto Social do BB.

Em razão das adequações aprovadas, o Conselho Diretor do BB passou a ser formado, além do Presidente, por sete Vice-Presidentes e o número de Diretores foi reduzido para 26 (vinte e seis). A redução e reorganização da Diretoria Executiva encontram-se fundamentadas na Estratégia Corporativa 2020-2024.

Prêmios e Reconhecimento em Sustentabilidade

O Banco do Brasil foi considerado o banco mais sustentável do mundo no *ranking* Global 100 de 2019, da Corporate Knights. O anúncio, realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, lista o Banco do Brasil em primeiro lugar no segmento financeiro e em oitavo lugar no *ranking* mundial, dentre as mais de 7.500 empresas de 21 países diferentes. Um dos destaques para a classificação no *ranking* foi a alocação de recursos em setores da Economia Verde em 2018, valores identificados a partir de metodologia da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e em linhas de crédito com finalidades específicas.

Em 2019, o Banco integrou o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova York, nas carteiras World sendo ratificado pelo 7º ano consecutivo na carteira Emerging Markets. O índice reúne as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade de todo o mundo, e é referência para instituições administradoras de recursos, que se baseiam neste índice para suas decisões de investimentos.

O Banco do Brasil está listado, pelo quarto ano consecutivo, no FTSE4 Good Index Series, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e, pelo 15º ano consecutivo, listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) para 2020, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas em sustentabilidade corporativa.

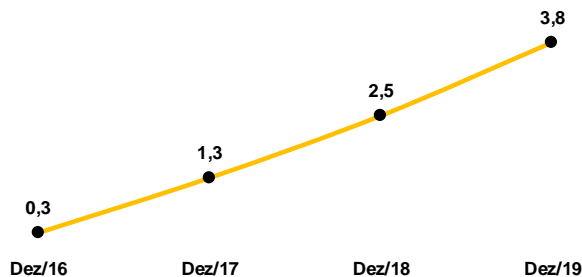
Estratégia Digital

A era digital mudou hábitos e comportamentos do consumidor, de modo que o seu grau de exigência aumentou. Donos de um poder sem precedentes, os consumidores demandam diálogo, compromisso e transparência das empresas. Nesse contexto, em vez de observar a mudança acontecer, o Banco do Brasil tem a capacidade de se tornar protagonista, também, nos canais digitais. Dessa forma o Banco se volta para o novo sem abrir mão dos valores e da identidade.

O número de clientes nativos digitais, que começaram o relacionamento com o Banco, através de canais digitais, apresentou crescimento de 56,0% em doze meses. Destes clientes, 83,1% tem até 40 anos.

Este crescimento reforça o compromisso do Banco com a ampliação do volume de negócios, com novos clientes (principalmente o público jovem).

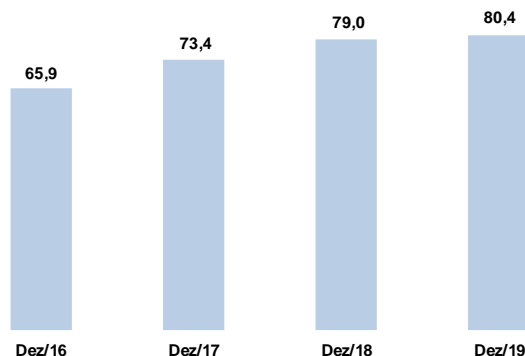
Figura 8. Clientes Nativos Digitais – Milhões



Em 2019, as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 80,4% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

O mobile apresentou 14,1 milhões de usuários recorrentes, que utilizaram o *app* nos últimos 3 meses. Destes usuários, em média, 5,0 milhões acessam o aplicativo diariamente. A satisfação neste canal atingiu 88,44 com avaliação de 4,6 no Google play e 4,7 na Apple Store.

Figura 9. Part. Canais Internet + Mobile nas Transações – %



Os canais digitais (internet e mobile) representaram 48% do desembolso em crédito pessoal, 10,9% no crédito consignado, 26% das aplicações e resgates nos fundos de investimento e 40% na quantidade de operações em serviços (contas, pacotes de serviços, fundos de investimento, cartão, capitalização, seguros e consórcios).

Figura 10. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias – %



1 – Demonstrações Contábeis Resumidas

1.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 13. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Dez/18	Set/19	Dez/19	Var. (%) s/	
				Dez/18	Set/19
ATIVO	1.416.901	1.497.429	1.469.223	3,7	(1,9)
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.386.609	1.470.536	1.440.460	3,9	(2,0)
Disponibilidades	13.615	14.241	14.188	4,2	(0,4)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	415.092	463.728	425.477	2,5	(8,2)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	151.096	188.601	202.942	34,3	7,6
Títulos Disponíveis para Negociação	6.182	6.544	5.705	(7,7)	(12,8)
Títulos Disponíveis para Venda	124.376	160.614	173.292	39,3	7,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	19.856	19.758	23.124	16,5	17,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	683	1.686	821	20,2	(51,3)
Relações Interfinanceiras	68.855	76.639	74.920	8,8	(2,2)
Depósitos Compulsórios no Banco Central	59.115	61.273	65.124	10,2	6,3
Não Remunerados	10.221	11.733	12.956	26,8	10,4
Remunerados	48.894	49.540	52.168	6,7	5,3
Demais	9.740	15.366	9.796	0,6	(36,2)
Relações Interdependências	255	28	287	12,6	-
Empréstimos e Financiamentos	548.988	535.609	528.882	(3,7)	(1,3)
(PCLD)	(32.778)	(34.830)	(37.751)	15,2	8,4
Operações de Arrendamento Mercantil	223	198	188	(16,1)	(5,3)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	234	203	191	(18,1)	(5,7)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(10)	(5)	(4)	(63,1)	(19,8)
Outros Créditos	187.818	190.616	192.665	2,6	1,1
Créditos por Avais e Fianças Honrados	363	592	447	23,2	(24,5)
Carteira de Câmbio	25.114	25.011	16.246	(35,3)	(35,0)
Rendas a Receber	3.481	3.459	3.674	5,5	6,2
Negociação e Intermediação de Valores	892	609	1.009	13,1	65,7
Créditos Específicos	393	393	393	0,0	0,0
Crédito Tributário	38.643	47.185	59.463	53,9	26,0
Ativo Atuarial (Previ Plano 1)	3.584	(3.137)	(8.232)	-	162,4
Fundos de Destinação Superávit - Previ	9.512	9.648	9.572	0,6	(0,8)
Devedores por Depósitos em Garantia	56.374	54.245	52.630	(6,6)	(3,0)
Diversos	53.430	56.553	61.702	15,5	9,1
(Provisão para Outros Créditos)	(3.968)	(3.942)	(4.240)	6,9	7,6
(Com Característica de Concessão de Crédito)	(1.543)	(1.786)	(2.045)	32,5	14,5
(Sem Característica de Concessão de Crédito)	(2.425)	(2.156)	(2.195)	(9,5)	1,8
Outros Valores e Bens	666	875	912	36,9	4,3
Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	551	714	760	37,9	6,5
(Provisão para Desvalorizações)	(156)	(157)	(157)	0,6	0,1
Despesas Antecipadas	271	318	309	14,0	(2,9)
Permanente	30.293	26.893	28.763	(5,1)	7,0
Investimentos	16.973	15.165	14.959	(11,9)	(1,4)
Imobilizado de Uso	7.538	7.425	7.883	4,6	6,2
Intangível	5.782	4.303	5.921	2,4	37,6

Tabela 14. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Dez/18	Set/19	Dez/19	Var. (%) s/	
				Dez/18	Set/19
PASSIVO	1.416.901	1.497.429	1.469.223	3,7	(1,9)
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.314.200	1.391.407	1.360.565	3,5	(2,2)
Depósitos	486.037	508.681	514.131	5,8	1,1
Depósitos à Vista	67.811	68.433	71.067	4,8	3,8
Depósitos de Poupança	174.855	176.724	180.943	3,5	2,4
Depósitos Interfinanceiros	33.669	32.512	29.128	(13,5)	(10,4)
Depósitos a Prazo	209.703	231.013	232.993	11,1	0,9
Captações no Mercado Aberto	402.901	433.007	404.355	0,4	(6,6)
Operações Compromissadas com Títulos Privados	17.418	12.478	12.958	(25,6)	3,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	124.818	134.065	129.651	3,9	(3,3)
Letras de Crédito do Agronegócio	78.937	82.222	75.882	(3,9)	(7,7)
Letras de Crédito Imobiliário	17.265	15.492	16.993	(1,6)	9,7
Demais Letras Bancárias	5.537	5.271	5.303	(4,2)	0,6
Obrigações por TVM no Exterior	23.080	31.080	31.474	36,4	1,3
Relações Interfinanceiras	2	5.046	1	(38,9)	(100,0)
Relações Interdependências	2.491	2.682	2.972	19,3	10,8
Obrigações por Empréstimos	20.987	19.296	17.967	(14,4)	(6,9)
Obrigações por Repasses	66.731	62.207	60.909	(8,7)	(2,1)
Tesouro Nacional	166	119	167	1,0	40,0
BNDES	21.765	18.565	17.839	(18,0)	(3,9)
Caixa Econômica Federal	29.413	30.592	30.937	5,2	1,1
Finame	15.139	12.849	11.932	(21,2)	(7,1)
Outras Instituições	249	82	34	(86,4)	(58,8)
Instrumentos Financeiros Derivativos	809	1.040	962	18,8	(7,6)
Outras Obrigações	209.424	225.382	229.618	9,6	1,9
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	427	4.885	449	5,2	(90,8)
Carteira de Câmbio	14.523	20.223	19.925	37,2	(1,5)
Sociais e Estatutárias	3.963	1.667	4.790	20,9	187,3
Fiscais e Previdenciárias	11.557	13.560	12.571	8,8	(7,3)
Negociação e Intermediação de Valores	978	725	1.200	22,7	65,6
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.522	16.772	17.013	9,6	1,4
Dívida Subordinada	83.964	78.106	76.680	(8,7)	(1,8)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.308	5.152	4.527	5,1	(12,1)
Títulos Subordinados	58.829	50.570	50.487	(14,2)	(0,2)
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	20.827	22.384	21.665	4,0	(3,2)
Passivo Atuarial (Cassi)	9.152	12.226	13.073	42,8	6,9
Diversas	69.338	77.217	83.918	21,0	8,7
Resultados de Exercícios Futuros	448	125	92	(79,4)	(25,8)
Patrimônio Líquido	102.253	105.897	108.565	6,2	2,5
Capital	67.000	67.000	67.000	-	(0,0)
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	-
Reservas de Capital	15	60	1.366	-	-
Reservas de Reavaliação	2	2	2	(3,2)	(0,8)
Reservas de Lucros	42.613	45.748	53.815	26,3	17,6
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.154)	(21.027)	(23.282)	44,1	10,7
Planos de Benefícios	(14.086)	(20.386)	(22.163)	57,3	8,7
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	4.162	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(1.833)	(1.797)	(340)	(81,5)	(81,1)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.511	3.649	1.904	(24,2)	(47,8)

1.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 15. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (14) (15) (16) (23) (45)	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8
Despesa de PCLD Líquida	(3.168)	(3.316)	(2.999)	(5,3)	(9,6)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito (8) (9) (17) (46)	(4.788)	(5.037)	(4.804)	0,3	(4,6)
Recuperação de Crédito (10)	1.620	1.721	1.805	11,4	4,9
Margem Financeira Líquida	9.402	9.944	11.025	17,3	10,9
Rendas de Tarifas	7.236	7.466	7.508	3,8	0,6
Receitas de Prestação de Serviços (36)	4.523	4.627	4.702	4,0	1,6
Rendas de Tarifas Bancárias	2.713	2.839	2.806	3,4	(1,2)
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (20)	(1.159)	(954)	(1.255)	8,3	31,6
Margem de Contribuição	15.480	16.456	17.278	11,6	5,0
Despesas Administrativas	(7.923)	(7.710)	(8.611)	8,7	11,7
Despesas de Pessoal (22) (43)	(4.970)	(4.884)	(5.530)	11,3	13,2
Outras Despesas Administrativas (18) (19) (40)	(2.953)	(2.827)	(3.081)	4,3	9,0
Outras Despesas Tributárias (20)	(127)	(117)	(124)	(2,0)	6,8
Resultado Comercial	7.430	8.629	8.543	15,0	(1,0)
Risco Legal	(1.274)	(1.936)	(1.336)	4,9	(31,0)
Demandas Cíveis (21) (24) (26) (29)	(789)	(1.446)	(584)	(26,0)	(59,6)
Demandas Trabalhistas (22) (27) (30)	(485)	(490)	(752)	55,2	53,5
Outros Componentes do Resultado	395	(340)	(661)	-	94,2
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto (33) (39)	660	1.028	982	48,7	(4,4)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(265)	(1.368)	(1.643)	-	20,1
Outras Receitas Operacionais (3) (11) (13) (37)	1.847	1.670	1.588	(14,0)	(4,9)
Previ - Plano de Benefícios 1 (11) (12)	206	(61)	(61)	-	(0,0)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (13)	147	134	292	98,2	117,3
Outras Despesas Operacionais (2) (9) (12) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (21) (25) (38) (44)	(2.465)	(3.111)	(3.461)	40,4	11,3
Resultado Operacional	6.552	6.353	6.546	(0,1)	3,0
Resultado Não Operacional (34) (35) (41)	52	45	24	(53,8)	(46,0)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.604	6.398	6.570	(0,5)	2,7
IR e CSLL (6) (28) (31) (32) (47)	(1.989)	(850)	(868)	(56,4)	2,1
Benefício Fiscal de JCP	891	676	698	(21,7)	3,2
Participações Estatutárias no Lucro (48)	(488)	(584)	(614)	25,8	5,1
Participações Minoritárias (42)	(282)	(421)	(462)	64,2	9,9
Lucro Líquido Ajustado	3.845	4.543	4.625	20,3	1,8
Itens Extraordinários	(42)	(287)	1.069		
Planos Econômicos (23) (24)	(547)	(993)	(1.270)		
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (25) (26) (27) (28)	(633)	11	(2.195)		
Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros (29) (30)	-	-	-		
Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores (31)	-	-	-		
Crédito Tributário s/ CSLL (32)	-	-	4.973		
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade (33)	-	-	-		
Permuta Imobiliária com a União (34)	-	-	-		
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2 (35)	776	-	-		
Conciliação de Programas com a União (36) (37) (38)	411	-	-		
Itens Extraordinários - BB Seguridade (39)	(82)	-	-		
Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A. (40) (41) (42)	-	2.733	-		
Programa de Adequação de Quadros - PAQ (43)	-	(250)	-		
Imparidade de Ativo Intagível - VRN (44)	-	(983)	-		
Imparidade de TVM (45)	-	(853)	-		
PCLD Prudencial Extraordinária (46)	-	-	(2.934)		
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (47) (48)	32	49	2.495		
Lucro Líquido	3.803	4.256	5.694	49,7	33,8

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

Tabela 16. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Acumulado (12 meses)

R\$ milhões	Fluxo Anual		Var. (%)
	2018	2019	s/ 2018
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (14) (15) (16) (23) (45)	49.911	53.086	6,4
Despesa de PCLD Líquida	(14.221)	(13.003)	(8,6)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito (8) (9) (17) (46)	(20.229)	(19.748)	(2,4)
Recuperação de Crédito (10)	6.008	6.745	12,3
Margem Financeira Líquida	35.689	40.084	12,3
Rendas de Tarifas	27.452	29.209	6,4
Receitas de Prestação de Serviços (36)	16.972	18.129	6,8
Rendas de Tarifas Bancárias	10.480	11.079	5,7
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (20)	(4.590)	(4.458)	(2,9)
Margem de Contribuição	58.552	64.834	10,7
Despesas Administrativas	(30.679)	(31.537)	2,8
Despesas de Pessoal (22) (43)	(19.520)	(20.200)	3,5
Outras Despesas Administrativas (18) (19) (40)	(11.159)	(11.337)	1,6
Outras Despesas Tributárias (20)	(540)	(499)	(7,7)
Resultado Comercial	27.332	32.799	20,0
Risco Legal	(4.141)	(7.155)	72,8
Demandas Cíveis (21) (24) (26) (29)	(2.758)	(5.123)	85,8
Demandas Trabalhistas (22) (27) (30)	(1.382)	(2.032)	47,0
Outros Componentes do Resultado	(90)	(728)	-
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto (33) (39)	3.748	4.049	8,0
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.839)	(4.777)	24,4
Outras Receitas Operacionais (3) (11) (13) (37)	6.408	6.555	2,3
Previ - Plano de Benefícios 1 (11) (12)	644	50	(92,2)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (13)	796	893	12,2
Outras Despesas Operacionais (2) (9) (12) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (21) (25) (38) (44)	(11.686)	(12.276)	5,0
Resultado Operacional	23.101	24.915	7,9
Resultado Não Operacional (34) (35) (41)	218	123	(43,5)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	23.319	25.038	7,4
IR e CSLL (6) (28) (31) (32) (47)	(6.696)	(3.140)	(53,1)
Benefício Fiscal de JCP	2.323	2.693	15,9
Participações Estatutárias no Lucro (48)	(1.715)	(2.347)	36,8
Participações Minoritárias (42)	(1.396)	(1.704)	22,1
Lucro Líquido Ajustado	13.513	17.848	32,1
Itens Extraordinários	(651)	315	
Planos Econômicos (23) (24)	(2.033)	(3.274)	
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (25) (26) (27) (28)	(621)	(2.161)	
Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros (29) (30)	-	(1.579)	
Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores (31)	-	1.034	
Crédito Tributário s/ CSLL (32)	-	4.973	
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade (33)	75	-	
Permuta Imobiliária com a União (34)	162	-	
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2 (35)	776	-	
Conciliação de Programas com a União (36) (37) (38)	411	-	
Itens Extraordinários - BB Seguridade (39)	(82)	-	
Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A. (40) (41) (42)	-	2.733	
Programa de Adequação de Quadros - PAQ (43)	-	(250)	
Imparidade de Ativo Intagível - VRN (44)	-	(983)	
Imparidade de TVM (45)	-	(853)	
PCLD Prudencial Extraordinária (46)	-	(2.934)	
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (47) (48)	660	3.609	
Lucro Líquido	12.862	18.162	41,2

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela “Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários”.

1.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na DRE Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I. Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II. Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III. Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV. Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

Tabela 17. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões			Fluxo Trimestral			Fluxo Anual		
Item	De	Para	Evento	4T18	3T19	4T19	2018	2019
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Operações de Crédito*	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	156,1	121,3	78,9	543,1	424,5
2	Outras Despesas Operacionais	Operações de Crédito*	Compensação de Receita de Agente Financeiro	(7,4)	-	-	(28,9)	(4,7)
3	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM*	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1,0	1,2	0,9	2,4	3,9
4	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior*	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	(421,3)	1.013,5	(330,7)	1.566,7	538,9
5	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	(20,5)	49,4	(16,1)	76,4	26,3
6	IR e CSLL	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	(361,5)	708,6	(231,2)	1.344,3	376,8
7	Operações de Captação no Mercado*	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	(114,2)	(113,9)	(93,4)	(411,8)	(452,1)
8	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Desconto Concedido em Reestruturação de Dívida	-	-	-	(277,7)	-
9	Outras Despesas Operacionais	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Desconto Concedido em Reestruturação de Dívida	-	-	-	(301,8)	-
10	Operações de Crédito*	Recuperação de Crédito	Ajuste de Recuperação	1.619,7	1.721,1	1.804,8	6.007,6	6.745,4
11	Outras Receitas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	205,6	-	-	643,7	172,5
12	Outras Despesas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	-	(61,0)	(61,0)	-	(122,1)
13	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	147,2	134,2	291,7	796,3	893,4
14	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Outras Despesas Operacionais	Desconto concedido na Alienação de Ativo Financeiro	-	-	-	-	(270,8)
15	Resultado de Operações com TVM*	Outras Despesas Operacionais	Reversão de Provisões Operacionais	12,2	3,8	3,4	51,2	16,0
16	Resultado de Aplicações Compulsórias*	Outras Despesas Operacionais	Reavaliação de Cessão de Direitos Creditórios	-	-	349,8	-	349,8
17	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(622,4)	(119,1)	(41,4)	(1.079,3)	212,5
18	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(53,7)	(50,8)	(50,5)	(176,2)	(175,6)
19	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(359,9)	(318,8)	(281,7)	(1.483,8)	(1.273,2)
20	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.179,3)	(904,9)	(1.271,6)	(4.513,4)	(4.431,5)
21	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(1.348,0)	(1.396,6)	(2.062,6)	(3.646,6)	(7.149,9)
22	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(484,6)	(488,7)	(805,7)	(1.378,9)	(2.819,2)
23	Operações de Captação no Mercado*	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(620,7)	(1.032,8)	(1.397,1)	(1.769,0)	(3.663,9)
24	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	74,1	40,1	127,0	(263,5)	390,0
25	Outras Despesas Operacionais	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	(553,1)	-	(553,1)
26	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(633,2)	9,5	(1.605,6)	(625,0)	(1.575,6)
27	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	0,1	1,1	(53,7)	3,6	(49,7)
28	IR e CSLL	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	17,4	-	17,4
29	Demandas Cíveis	Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	-	-	-	-	(840,8)
30	Demandas Trabalhistas	Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	-	-	-	-	(737,9)
31	IR e CSLL	Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores	Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores	-	-	-	-	1.033,5
32	IR e CSLL	Crédito Tributário s/ CSLL	Créditos Tributários - Diferencial de Alíquota de CSLL	-	-	4.973,4	-	4.973,4
33	Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	-	-	-	74,8	-
34	Resultado Não Operacional	Permuta Imobiliária com a União	Permuta Imobiliária com a União	-	-	-	162,0	-
35	Resultado Não Operacional	Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	776,2	-	-	776,2	-
36	Receitas de Prestação de Serviços	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	(37,7)	-	-	(37,7)	-
37	Outras Receitas Operacionais	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	1.450,2	-	-	1.450,2	-
38	Outras Despesas Operacionais	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	(1.001,3)	-	-	(1.001,3)	-
39	Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	Itens Extraordinários - BB Seguridade	Itens Extraordinários - BB Seguridade	(81,6)	-	-	(81,6)	-
40	Outras Despesas Administrativas	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	-	(7,6)	-	-	(7,6)
41	Resultado Não Operacional	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	-	3.519,0	-	-	3.519,0
42	Participações Minoritárias	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	-	(778,1)	-	-	(778,1)
43	Despesas de Pessoal	Programa de Adequação de Quadros - PAQ	Programa de Adequação de Quadros - PAQ	-	(250,5)	-	-	(250,5)
44	Outras Despesas Operacionais	Imparidade de Ativo Intagível - VRN	Perda por Imparidade de Ativo Intagível - VRN	-	(982,7)	-	-	(982,7)
45	Resultado de Operações com TVM*	Imparidade de TVM	Perda por Imparidade de TVM	-	(853,4)	-	-	(853,4)
46	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	PCLD Prudencial Extraordinária	PCLD Prudencial Extraordinária	-	-	(2.934,4)	-	(2.934,4)
47	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	27,8	16,4	2.614,8	583,9	3.599,9
48	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	4,3	32,2	(120,2)	76,4	9,0

* - Contas que compõem a Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.

1.2.2. Glossário das Realocações

- (1) Receitas (despesas) geradas em operações de cessão de ativos financeiros com coobrigação.
- (2) Compensação parcial de receita de agente financeiro em operações de crédito cuja liquidação ocorra antes do prazo contratado.
- (3) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.
- (4) Receitas (despesas) das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (5) e (6) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.
- (7) Despesas de captação em fundos e programas.
- (8) e (9) Desconto concedido em reestruturação de dívida.
- (10) Ajuste na recuperação/provisão de operação com grupo empresarial.
- (11) e (12) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (13) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (14) Desconto concedido na alienação de ativos financeiros.
- (15) Reversão de provisão para perdas em participações societárias.
- (16) Reavaliação de Cessão de Direitos Creditórios do BNC.
- (17) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (18) Despesas de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (19) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (20) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (21) Reversão ou despesas provenientes de demandas cíveis.
- (22) Provisão para despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (23) e (24) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (25), (26), (27) e (28) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (29) e (30) Reforço (reversão) de provisão de demandas legais oriundas de ajustes nos parâmetros de avaliação.
- (31) Ativação de crédito tributário referentes a períodos anteriores.
- (32) Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103, de novembro de 2019.
- (33) Ajustes de compensação de fluxos de resultados no BB Mapfre SH1 para adequação à Circular Susep 543/16 e recomposição do saldo de sinistros a recuperar de resseguro/equalização do saldo de depósitos de terceiros no Mapfre BB SH2.
- (34) Permuta imobiliária entre BB S.A. e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), conforme Comunicado ao Mercado de 15 de junho 2018.
- (35) Alienação de Investimento Mapfre BB SH2.
- (36), (37) e (38) Receitas (despesas) de conciliação de programas com a União.
- (39) Itens Extraordinários - BB Seguridade. Informações adicionais no Relatório Análise de Desempenho da BB Seguridade.
- (40), (41) e (42) Receitas (despesas) na alienação de investimento no IRB-Brasil Resseguros S.A.
- (43) Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros - PAQ, conforme Fato Relevante divulgado em 29 de julho de 2019.
- (44) Perda por desvalorização (imparidade) de ativo intangível relacionado à verba de relacionamento negocial (VRN).
- (45) Perdas por imparidade em títulos e valores mobiliários (TVM).

(46) Reforço prudencial extraordinário de Provisão para Devedores Duvidosos.

(47) e (48) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre a apuração de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 18. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Fluxo Anual	
	4T18	3T19	4T19	2018	2019
Planos Econômicos	263	435	556	980	1.441
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	305	(5)	968	300	953
Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	-	-	-	-	691
Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores	-	-	-	-	(65)
Crédito Tributário s/ CSLL	-	-	(314)	-	(314)
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	-	-	-	(4)	-
Permuta Imobiliária com a União	-	-	-	(78)	-
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	(278)	-	-	(278)	-
Conciliação de Programas com a União	(264)	-	-	(264)	-
Itens Extraordinários - BB Seguridade	5	-	-	5	-
Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	-	(1.295)	-	-	(1.295)
Programa de Adequação de Quadros - PAQ	-	110	-	-	110
Imparidade de Ativo Intagível - VRN	-	430	-	-	430
Imparidade de TVM	-	374	-	-	374
PCLD Prudencial Extraordinária	-	-	1.285	-	1.285
Total	32	49	2.495	660	3.609

2 – Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

2.1. Margem Financeira Bruta

A seguir apresentamos os principais indicadores econômicos que influenciam a evolução da Margem Financeira Bruta (MFB).

Tabela 19. Principais Indicadores

%	Taxa					Var. (%)		
	4T18	3T19	4T19	2018	2019	4T18	3T19	2018
CDI	1,54	1,54	1,24	6,42	5,96	(19,4)	(19,6)	(7,2)
TMS	1,54	1,54	1,24	6,43	5,96	(19,4)	(19,6)	(7,3)
TJLP	1,76	1,49	1,40	6,93	6,38	(20,3)	(6,4)	(8,0)
Câmbio (US\$)	3,87	4,16	4,03	-	-	4,0	(3,2)	-
Dias úteis	62	66	64					
Dias corridos	92	92	92					

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 20. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Margem Financeira Bruta	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8	49.911	53.086	6,4
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.533	18.222	18.157	(2,0)	(0,4)	73.969	73.411	(0,8)
Despesa Financeira de Captação	(6.437)	(6.213)	(5.308)	(17,5)	(14,6)	(24.594)	(24.481)	(0,5)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.576)	(2.458)	(2.429)	(5,7)	(1,2)	(10.887)	(9.863)	(9,4)
Resultado de Tesouraria ²	3.051	3.710	3.604	18,1	(2,9)	11.422	14.020	22,7

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

- I Crescimento nas receitas de crédito a pessoas físicas, impulsionado pelas linhas de crédito pessoal e consignado. A queda nas receitas financeiras com operações de crédito em R\$ 65 milhões, foi impactada especialmente pela redução da carteira de crédito a grandes empresas e o movimento da TMS;
- II A despesa financeira de captação foi influenciada pela redução na TMS. A queda da TMS também influenciou as despesas de captação institucional com maior impacto nas despesas de empréstimos, cessões e repasses, e letras financeiras;
- III O resultado de tesouraria foi influenciado principalmente pela queda na TMS, com efeito sobre a carteira pós-fixada, bem como pelo menor volume de negociação de títulos.

2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 21. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.533	18.222	18.157	(2,0)	(0,4)	73.969	73.411	(0,8)
Operações de Crédito - PF	9.312	9.735	9.803	5,3	0,7	36.464	38.542	5,7
Operações de Crédito - PJ	4.254	3.836	3.748	(11,9)	(2,3)	17.524	16.037	(8,5)
Operações de Crédito - Agronegócio	3.819	3.567	3.506	(8,2)	(1,7)	15.315	14.494	(5,4)
Receita de Equalização	842	722	628	(25,4)	(13,0)	3.253	2.948	(9,4)
Operações de Crédito - Rede Externa	884	737	798	(9,7)	8,3	3.322	3.080	(7,3)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	156	121	79	(49,5)	(35,0)	821	424	(48,3)
Demais Operações de Crédito	94	216	213	127,3	(1,1)	456	790	73,0
Operações de Arrendamento Mercantil	14	10	9	(36,9)	(16,3)	67	42	(37,4)

As receitas de operações de Crédito PF apresentaram crescimento no trimestre, impulsionadas pela expansão da carteira, com destaque para as linhas de empréstimo pessoal e crédito consignado, cujo saldo subiu 4,0% no mesmo período. No comparativo anual, o crescimento das receitas de operações de crédito PF também foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento da carteira de empréstimo

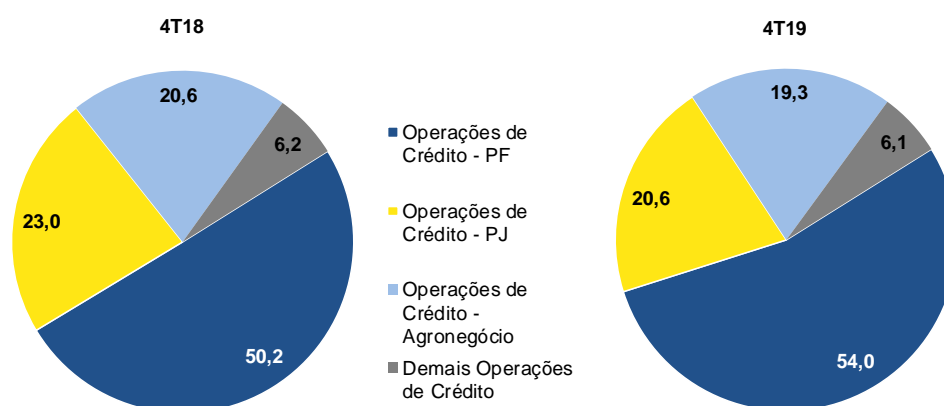
pessoal, que avançou 45,2% no período e contribuiu para o crescimento de 5,3% nas receitas, fruto da estratégia de expansão da carteira em linhas não consignadas.

A queda no saldo carteira PJ, principalmente nas linhas de capital de giro e ACC/ACE, somada à queda do CDI, a qual parte das operações está indexada, contribuíram para a redução das receitas com este segmento, no trimestre. Cabe ressaltar que a estratégia de crescimento da carteira no varejo amenizou esta queda nas receitas de crédito e o atendimento ao segmento de grandes empresas via mercado de capitais tende a incrementar as receitas de serviços.

As receitas financeiras do agronegócio foram afetadas, principalmente, pela queda da TMS, que compõe a taxa de equalização. Considerando-se as receitas financeiras de crédito ao agronegócio, excluídas as receitas de equalização, tem-se um crescimento influenciado pelo crescimento da carteira rural.

A seguir é apresentada a distribuição das receitas de crédito por segmento.

Figura 11. Distribuição das Receitas de Crédito (%)



Os ativos de liquidez decresceram no trimestre em função da queda da carteira de TVM e aplicações interfinanceiras.

A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 22. Composição Sintética dos Ativos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/18	Set/19		
Carteira de Crédito Classificada	641.871	45,3	626.090	41,8	621.345	42,3	(3,2)	(0,8)
Ativos de Liquidez	579.120	40,9	664.884	44,4	641.786	43,7	10,8	(3,5)
Demais	195.911	13,8	206.455	13,8	206.092	14,0	5,2	(0,2)
Ativo Total	1.416.901		1.497.429		1.469.223		3,7	(1,9)

2.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados realizadas com clientes PJ. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 23. Resultado de Captação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Resultado de Captação	(6.437)	(6.213)	(5.308)	(17,5)	(14,6)	(24.594)	(24.481)	(0,5)
Despesas de Captação com Depósitos	(5.527)	(5.428)	(4.713)	(14,7)	(13,2)	(21.124)	(21.368)	1,2
Depósitos Judiciais	(2.348)	(2.340)	(2.020)	(14,0)	(13,7)	(9.224)	(9.458)	2,5
Depósitos de Poupança	(2.011)	(1.964)	(1.734)	(13,8)	(11,7)	(7.815)	(7.659)	(2,0)
Depósitos a Prazo	(1.168)	(1.124)	(960)	(17,8)	(14,6)	(4.085)	(4.251)	4,1
Emissão de Títulos	(1.305)	(1.313)	(1.057)	(19,0)	(19,5)	(5.493)	(4.986)	(9,2)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(1.088)	(1.124)	(887)	(18,5)	(21,1)	(4.667)	(4.234)	(9,3)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(217)	(189)	(170)	(21,5)	(9,9)	(827)	(753)	(9,0)
Resultado das Aplicações Compulsórias	509	641	579	13,6	(9,8)	2.519	2.328	(7,6)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(114)	(114)	(116)	1,3	1,4	(496)	(455)	(8,2)

No 4T19, as despesas com captação recuaram principalmente pela redução na TMS, com impacto em todas as linhas. Além disso, as linhas de LCA e depósitos judiciais tiveram queda em seu saldo médio.

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 24. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	4T18			3T19			4T19		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos de Poupança	173.143	(2.011)	75,5	175.986	(1.964)	72,4	178.208	(1.734)	78,5
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	136.891	(2.348)	111,5	157.722	(2.340)	96,3	155.961	(2.020)	104,5
Letras de Crédito do Agronegócio	80.129	(1.088)	88,3	82.463	(1.124)	88,4	78.099	(887)	91,6
Depósitos a Prazo	73.617	(1.168)	103,2	72.331	(1.124)	100,9	76.973	(960)	100,6
Depósitos à Vista	65.527	-	-	67.467	-	-	66.462	-	-
Depósitos Interfinanceiros	35.059	(254)	47,0	32.060	(271)	54,8	31.207	(231)	59,8
Letras de Crédito Imobiliário	17.765	(217)	79,4	15.337	(189)	80,0	16.891	(170)	81,4
Depósitos Totais	582.131	(7.086)	79,1	603.367	(7.011)	75,4	603.802	(6.002)	80,2

Apesar da queda na despesa absoluta com depósitos, o custo destas captações como percentual da Selic se elevou em função da queda da TMS, uma vez que não é a totalidade dos depósitos que está indexada a Selic.

2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional, que são títulos corporativos emitidos pelo BB no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores institucionais.

Tabela 25. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Despesa Financ. de Captação Institucional	(2.576)	(2.458)	(2.429)	(5,7)	(1,2)	(10.887)	(9.863)	(9,4)
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.247)	(1.164)	(1.066)	(14,5)	(8,5)	(5.317)	(4.732)	(11,0)
Despesas com IHCD	(494)	(515)	(534)	7,9	3,7	(1.957)	(2.046)	4,6
Letras Financeiras	(399)	(243)	(207)	(48,2)	(14,9)	(1.861)	(1.002)	(46,2)
TVM no Exterior	(273)	(367)	(447)	63,6	21,9	(1.128)	(1.409)	25,0
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(163)	(170)	(176)	7,9	3,7	(625)	(674)	7,9

As despesas financeiras de captação institucional caíram no trimestre impactadas principalmente pelas despesas com operações de empréstimo, cessões e repasses, com efeito da TMS em linhas de repasse do BNDES e pelas menores despesas com letras financeiras, também influenciadas pela queda da TMS.

2.5. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural, da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 26. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Resultado de Tesouraria	3.051	3.710	3.604	18,1	(2,9)	11.422	14.020	22,7
Res. Títulos e Valores Mobiliários	3.018	3.709	3.247	7,6	(12,4)	11.650	13.107	12,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.724	7.775	5.811	(13,6)	(25,3)	27.459	28.728	4,6
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(6.889)	(7.784)	(5.656)	(17,9)	(27,3)	(28.465)	(28.588)	0,4
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(165)	(78)	174	-	-	(372)	(49)	(86,8)
Outros Componentes de Tesouraria ¹	362	89	28	(92,2)	(68,2)	1.150	822	(28,5)

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

Resultado com TVM

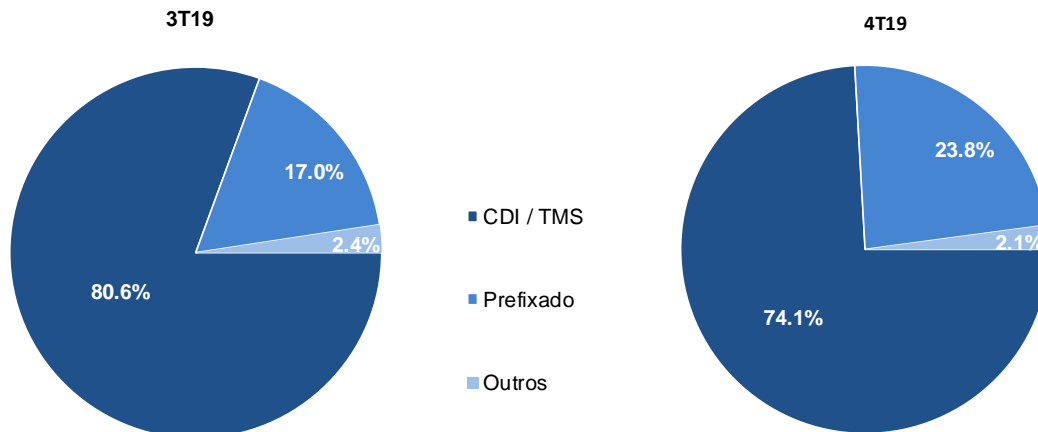
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários, conforme a classificação do Banco Central.

Tabela 27. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Res. Títulos e Valores Mobiliários	3.018	3.709	3.247	7,6	(12,4)	11.650	13.107	12,5
Res. Títulos de Renda Fixa	2.935	3.672	3.242	10,5	(11,7)	11.470	12.977	13,1
Reavaliação - Curva	2.956	3.323	3.011	1,9	(9,4)	11.244	12.281	9,2
Resultado das Negociações	19	356	251	1.196,3	(29,7)	219	711	224,1
Marcação a Mercado	(40)	(7)	(20)	(51,5)	179,2	7	(15)	-
Renda Variável	84	36	5	(94,2)	(86,6)	180	131	(27,5)

O resultado com títulos de renda fixa caiu na comparação trimestral, principalmente em função da redução da TMS, com efeitos sobre a carteira pós-fixada, e com o menor volume de negociação de títulos. Na comparação anual, o crescimento é explicado principalmente pelos ganhos com pré-fixados e aumento nas negociações.

Figura 12. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 28. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Títulos e Valores Mobiliários	150.122	100,0	185.938	100,0	201.332	100,0	34,1	8,3
Títulos para Negociação	6.182	4,1	6.544	3,5	5.705	2,8	(7,7)	(12,8)
Títulos Disponíveis p/ Venda	124.376	82,8	160.614	86,4	173.292	86,1	39,3	7,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	19.565	13,0	18.780	10,1	22.336	11,1	14,2	18,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	683	-	1.686	-	821	-	20,2	(51,3)

Tabela 29. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Mar/18	13.730	9,4%	105.071	71,9%	16.493	11,3%	10.916	7,5%	146.210
Jun/18	15.559	10,2%	102.649	67,0%	22.604	14,8%	12.430	8,1%	153.243
Set/18	13.770	8,1%	114.952	67,4%	29.173	17,1%	12.751	7,5%	170.647
Dez/18	17.075	11,4%	91.761	61,1%	29.213	19,5%	12.073	8,0%	150.122
Mar/19	25.201	16,9%	81.891	54,8%	30.979	20,7%	11.296	7,6%	149.367
Jun/19	26.827	15,5%	83.019	48,1%	52.201	30,2%	10.568	6,1%	172.614
Set/19	38.145	20,5%	76.066	40,9%	59.865	32,2%	11.862	6,4%	185.938
Dez/19	35.098	17,4%	86.972	43,2%	65.055	32,3%	14.206	7,1%	201.332

Captação no Mercado Aberto

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 30. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Ativos de Liquidez (A)	579.120	100,0	664.884	100,0	641.786	100,0	10,8	(3,5)
Aplicações Interfinanceiras	415.092	71,7	463.728	69,7	425.477	66,3	2,5	(8,2)
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	150.413	26,0	186.915	28,1	202.121	31,5	34,4	8,1
Disponibilidades	13.615	2,4	14.241	2,1	14.188	2,2	4,2	(0,4)
Passivos de Liquidez (B)	436.570	100,0	465.519	100,0	433.484	100,0	(0,7)	(6,9)
Captações no Mercado Aberto	402.901	92,3	433.007	93,0	404.355	93,3	0,4	(6,6)
Depósitos Interfinanceiros	33.669	7,7	32.512	7,0	29.128	6,7	(13,5)	(10,4)
Saldo da Liquidez (A-B)	142.550		199.365		208.302		46,1	4,5

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. No trimestre, as despesas de captação no mercado aberto caíram em consequência da queda na TMS e no saldo médio da carteira.

As despesas de captação no mercado aberto são compensadas com as receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez, demonstradas na tabela de resultado de tesouraria.

Tabela 31. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(6.889)	(7.784)	(5.656)	(17,9)	(27,3)	(28.465)	(28.588)	0,4
Carteira de Terceiros	(5.934)	(6.728)	(4.878)	(17,8)	(27,5)	(24.834)	(24.790)	(0,2)
Carteira Própria	(692)	(779)	(545)	(21,3)	(30,1)	(2.723)	(2.714)	(0,3)
Depósitos Interfinanceiros	(254)	(271)	(231)	(8,7)	(14,6)	(878)	(1.068)	21,6
Outras Operações de Captação no Mercado	(9)	(6)	(3)	(70,7)	(53,9)	(30)	(17)	(43,5)

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 32. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Outros Componentes de Tesouraria	362	89	28	(92,2)	(68,2)	1.150	822	(28,5)
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	(421)	1.013	(331)	(21,5)	-	1.567	539	(65,6)
Hedge Fiscal	(382)	758	(247)	(35,3)	-	1.421	403	(71,6)
Resultado de Operações de Câmbio	91	93	90	(0,3)	(3,3)	596	488	(18,2)
Demais	1.075	(1.776)	516	(52,0)	-	(2.434)	(608)	(0)

2.6. Análise dos Ativos e Passivos

2.6.1. Análise dos Ativos

Tabela 33. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)

R\$ milhões	4T18			4T19		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.275.105	28.832	9,5	1.326.550	27.834	8,5
Operações de Crédito + Leasing ⁴	630.255	18.533	12,5	616.453	18.157	12,1
TVM	587.153	9.743	6,9	648.999	9.058	5,6
Depósito Compulsório Rentável	49.250	509	4,3	51.466	579	4,5
Demais	8.448	48	2,3	9.632	41	1,7

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
 3 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
 4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 34. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	3T19			4T19		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.361.485	30.418	8,8	1.326.550	27.834	8,5
Operações de Crédito + Leasing ⁴	618.558	18.222	11,7	616.453	18.157	12,1
TVM	685.385	11.483	6,5	648.999	9.058	5,6
Depósito Compulsório Rentável	48.921	641	5,1	51.466	579	4,5
Demais	8.621	72	3,2	9.632	41	1,7

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
 3 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
 4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 35. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 Meses)

R\$ milhões	2018			2019		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.279.763	115.852	9,1	1.338.242	117.798	8,8
Operações de Crédito + Leasing ⁴	627.626	73.969	11,8	619.976	73.411	11,8
TVM	590.309	39.110	6,6	660.071	41.835	6,3
Depósito Compulsório Rentável	53.868	2.519	4,7	49.548	2.328	4,7
Demais	7.960	254	3,2	8.647	223	2,6

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
 3 - Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);
 4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

2.6.2. Análise dos Passivos

Tabela 36. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)

R\$ milhões	4T18			4T19		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.164.137	(16.916)	6,0	1.177.641	(14.677)	5,0
Captações no Mercado Aberto	423.911	(6.635)	6,5	428.143	(5.425)	5,1
Depósitos a Prazo	210.508	(3.516)	7,0	232.935	(2.980)	5,1
Depósitos de Poupança	173.143	(2.011)	4,8	178.208	(1.734)	3,9
Obrig. por Emprest. e Repasses	87.769	(1.247)	5,9	80.222	(1.066)	5,3
Dívida Subordinada	91.424	(1.057)	4,8	77.186	(1.601)	8,4
Letras de Crédito do Agronegócio	80.129	(1.088)	5,6	78.099	(887)	4,5
Obrigações com T.V.M. no Exterior	23.761	(273)	4,8	32.525	(447)	5,5
Depósitos Interfinanceiros	35.059	(254)	3,0	31.207	(231)	3,0
Demais Letras Bancárias ³	23.288	(217)	3,8	22.177	(170)	3,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.147	(619)	17,7	16.941	(137)	3,2

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 37. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	3T19			4T19		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.223.787	(16.454)	5,2	1.177.641	(14.677)	5,0
Captações no Mercado Aberto	472.299	(7.513)	6,2	428.143	(5.425)	5,1
Depósitos a Prazo	230.054	(3.464)	5,9	232.935	(2.980)	5,1
Depósitos de Poupança	175.986	(1.964)	4,3	178.208	(1.734)	3,9
Obrig. por Emprest. e Repasses	80.904	(1.164)	5,6	80.222	(1.066)	5,3
Dívida Subordinada	81.874	(243)	1,1	77.186	(1.601)	8,4
Letras de Crédito do Agronegócio	82.463	(1.124)	5,3	78.099	(887)	4,5
Obrigações com T.V.M. no Exterior	31.099	(367)	4,6	32.525	(447)	5,5
Depósitos Interfinanceiros	32.060	(271)	3,3	31.207	(231)	3,0
Demais Letras Bancárias ³	20.653	(189)	3,5	22.177	(170)	3,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	16.396	(155)	3,7	16.941	(137)	3,2

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 38. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 Meses)

R\$ milhões	2018			2019		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.173.085	(68.440)	5,8	1.207.955	(66.338)	5,5
Captações no Mercado Aberto	430.458	(27.587)	6,4	460.908	(27.521)	5,9
Depósitos a Prazo	207.628	(13.309)	6,4	227.963	(13.709)	6,0
Depósitos de Poupança	167.730	(7.815)	4,7	175.594	(7.659)	4,3
Letras de Crédito do Agronegócio	84.024	(4.667)	5,6	81.204	(4.234)	5,2
Obrig. por Emprest. e Repasses	95.886	(5.317)	5,5	81.897	(4.732)	5,8
Dívida Subordinada	92.402	(4.442)	4,8	81.144	(3.722)	4,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	25.453	(1.128)	4,4	29.147	(1.409)	4,8
Demais Letras Bancárias ³	22.347	(827)	3,7	21.428	(753)	3,5
Depósitos Interfinanceiros	31.443	(878)	2,8	32.647	(1.068)	3,3
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.715	(2.471)	15,7	16.023	(1.532)	9,5

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

2.6.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 39. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	3T19	4T19	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.361.485	1.326.550	(34.935)
Margem Financeira Bruta (b)	13.260	14.024	764
Spread - % (b/a)	0,974	1,057	0,083
Ganho/(Perda) com Volume ²			(340)
Ganho/(Perda) com Taxa ³			1.133
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			(29)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior liq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual liq. da MFB anterior.

Tabela 40. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses

R\$ milhões	2018	2019	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.279.763	1.338.242	58.479
Margem Financeira Bruta (b)	49.911	53.086	3.175
Spread - % (a/b)	3,900	3,967	0,067
Ganho/(Perda) com Volume ²			2.281
Ganho/(Perda) com Taxa ³			856
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			39

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior liq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual liq. da MFB anterior.

O saldo médio de ativos rentáveis teve queda de R\$ 34,9 bilhões no 4T19 em comparação ao 3T19, influenciados pela queda da carteira de TVM, o que elevou a participação das operações de crédito no total de ativos rentáveis. Além disso, as operações de crédito no varejo continuam a ganhar relevância, influenciando positivamente o *spread* global.

Figura 13. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)

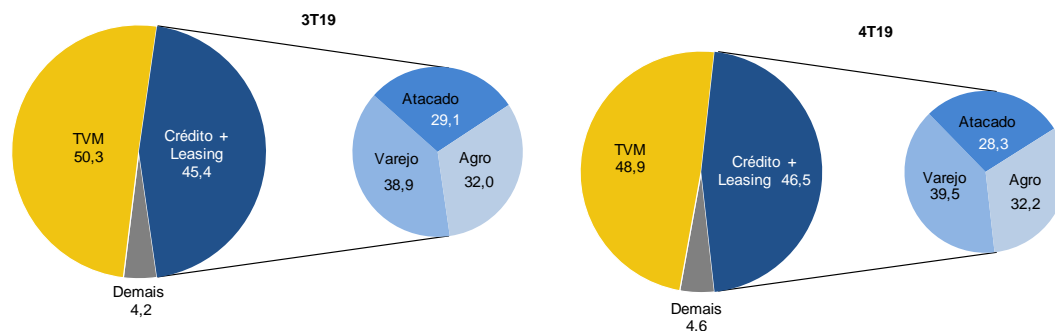


Tabela 41. Margem Global

%	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Spread Global ¹	3,9	4,0	4,0	4,0	4,0	3,9	4,0	4,3
Spread Ajustado pelo risco ²	2,5	2,9	2,9	3,0	3,0	2,8	3,0	3,4

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB – PCLD + Recuperação)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 42. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	4T18	3T19	4T19	2018	2019
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.275.105	1.361.485	1.326.550	1.279.763	1.338.242
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.164.137	1.223.787	1.177.641	1.173.085	1.207.955
Margem Financeira Bruta (c)	12.570	13.260	14.024	49.911	53.086
Receita Líquida de Juros (d)	11.916	13.965	13.157	47.412	51.459
Receitas de Juros (1.d)	28.832	30.418	27.834	115.852	117.798
Despesas de Juros (2.d)	(16.916)	(16.454)	(14.677)	(68.440)	(66.338)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	654	(704)	868	2.499	1.627
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	91,3	89,9	88,8	91,7	90,3
Rentabilidade Média dos Ativos ² 4 - % (1.d/a)	9,4	9,2	8,7	9,1	8,8
Custo Médio dos Passivos ² 4 - % (2.d/b)	5,9	5,5	5,1	5,8	5,5
Margem de Lucro Líquida ² 3 - %	3,4	3,8	3,6	3,2	3,3
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	3,8	4,2	4,0	3,7	3,8
Spread Global ² - % (c/a)	4,0	4,0	4,3	3,9	4,0

1 - Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 43. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	4T19 / 3T19			4T19 / 4T18		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis⁴	(733)	(1.852)	(2.585)	1.079	(2.078)	(999)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	(508)	(1.918)	(2.425)	863	(1.548)	(685)
Operações de Crédito + Leasing	(62)	(3)	(65)	(407)	30	(376)
Depósito Compulsório Rentável	29	(91)	(63)	25	45	69
Demais	4	(36)	(31)	5	(12)	(7)
Passivos Onerosos⁴	575	1.202	1.777	(168)	2.408	2.239
Depósitos de Poupança	(22)	252	230	(49)	327	277
Depósitos Interfinanceiros	6	33	40	29	(6)	22
Depósitos a Prazo	(37)	521	484	(287)	823	537
Captações no Mercado Aberto	559	1.529	2.088	(54)	1.264	1.211
Obrig. por Emprest. e Repasses	9	90	99	100	81	181
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(4)	23	18	(15)	496	482
Dívida Subordinada	97	(1.455)	(1.358)	295	(839)	(544)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(20)	(61)	(80)	(120)	(53)	(174)
Letras de Crédito do Agronegócio	50	187	237	23	178	201
Demais Letras Bancárias ⁵	(12)	30	19	9	38	47

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 44. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (12 Meses)

R\$ milhões	2019 / 2018		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação Líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	5.148	(3.202)	1.946
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	4.422	(1.696)	2.726
Operações de Crédito + Leasing	(906)	348	(558)
Depósito Compulsório Rentável	(203)	12	(191)
Demais	18	(49)	(31)
Passivos Onerosos ⁴	(1.915)	4.017	2.102
Depósitos de Poupança	(343)	499	156
Depósitos Interfinanceiros	(39)	(150)	(190)
Depósitos a Prazo	(1.223)	823	(400)
Captações no Mercado Aberto	(1.818)	1.884	66
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	808	(224)	585
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(29)	968	939
Dívida Subordinada	516	204	720
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(179)	(103)	(281)
Letras de Crédito do Agronegócio	147	286	433
Demais Letras Bancárias ⁵	32	42	74

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

2.7. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

- Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS (Taxa Média Selic) e/ou ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 45. Margem Gerencial¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Operações de Crédito	10.362	10.550	11.015	6,3	4,4	40.768	42.722	4,8
Pessoa Física	5.938	6.359	6.530	10,0	2,7	22.824	25.156	10,2
Pessoa Jurídica	2.328	2.188	2.374	2,0	8,5	9.475	9.257	(2,3)
Agronegócios	2.096	2.002	2.110	0,7	5,4	8.468	8.310	(1,9)

1 - Série revisada no 3T19.

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 46. Taxa por Carteira¹

%	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Operações de Crédito	7,5	7,4	7,6	7,6	7,7	7,9	7,9	8,2
Pessoa Física	16,2	16,1	15,9	16,3	16,4	16,4	16,3	16,4
Pessoa Jurídica ²	4,7	4,4	4,9	4,7	4,9	5,0	4,9	5,1
Agronegócios	4,7	4,7	4,7	4,6	4,7	4,6	4,6	4,8

1 - Série revisada no 3T19.

2 - Não inclui operações com o Governo.

2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros

Balanco em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil gerencia a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 31/12/2019, é passiva no valor de US\$ 1.695 milhão.

Tabela 47. Balanco em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões	Contas Patrimoniais	
	Ativo	Passivo
Moeda		
Dólar dos EUA	162.053	191.941
Euro	13.855	7.618
Iene	3.523	1.649
Libra Esterlina	80	507
Franco Suíço	18	16
Ouro	16	-
Dólar Canadense	10	16
Demais	9.529	9.707
Total	189.084	211.454
Posição Líquida - Patrimoniais		22.370

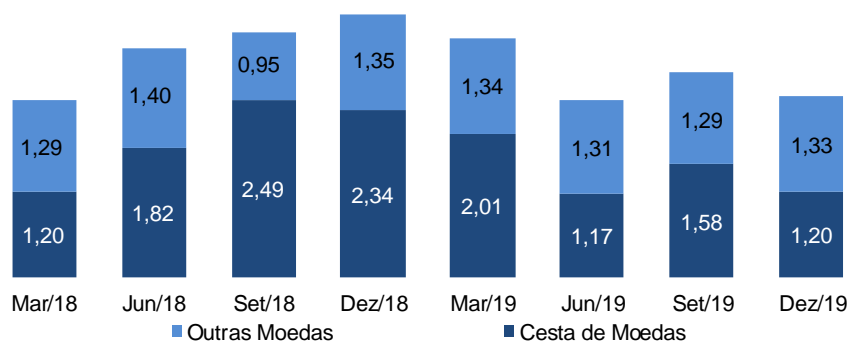
R\$ milhões	Derivativos	
	Comprado	Vendido
Moeda		
Dólar dos EUA	44.496	21.079
Euro	1.559	8.196
Iene	5	2.660
Libra Esterlina	362	922
Franco Suíço	-	-
Dólar Canadense	6	-
Demais	1.968	-
Total	48.396	32.857
Posição Líquida - Derivativos	15.539	

Totais Patrimoniais e Derivativos	237.480	244.311
Posição Líquida Total		(6.831)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(1.695)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen n.º 3.641, de 04/03/2013, contemplando a estratégia de *hedge fiscal*, é de R\$ 3.404 milhões em 31/12/2019. O *hedge fiscal* tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde Mar/18.

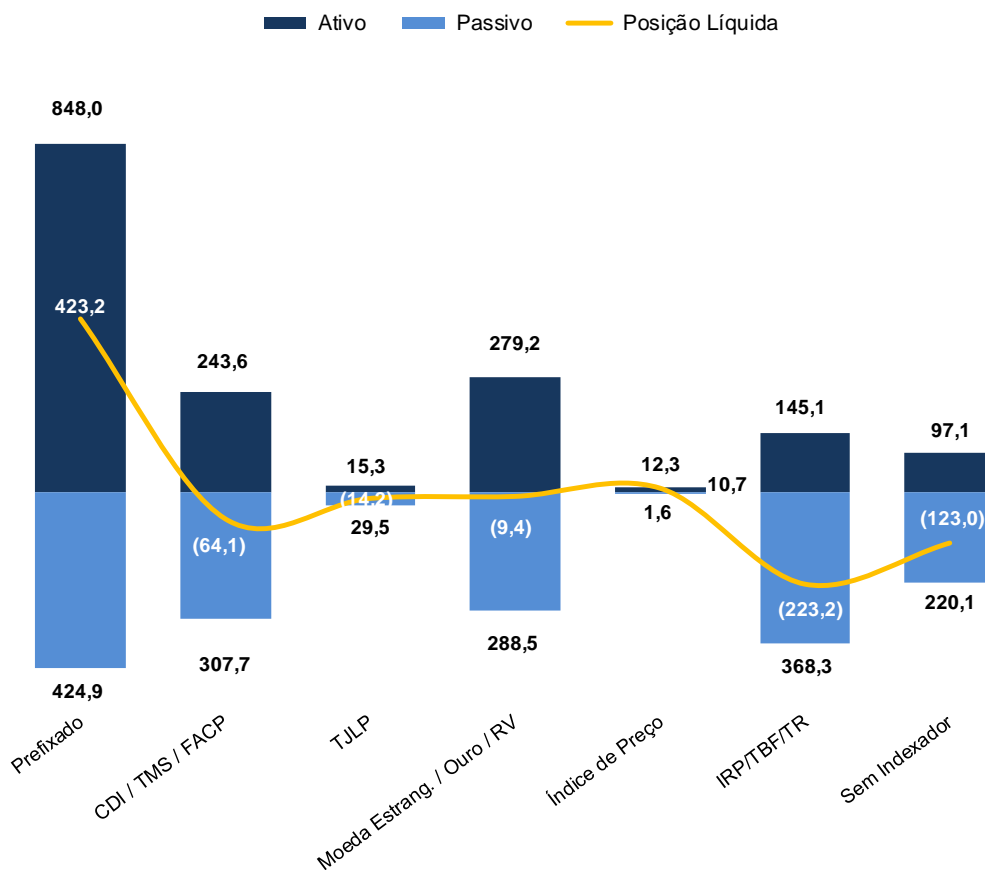
Figura 14. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balanco por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 31/12/2019 e a posição líquida.

Figura 15. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões)



Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 48. Descasamento por Vencimento

R\$ milhões	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	194.904	422.778	99.633	130.310	239.192	456.662	1.543.479
Prefixado	98.448	400.161	46.566	65.141	109.725	127.998	848.039
CDI / TMS	34.923	(9.633)	16.807	26.096	69.025	106.426	243.643
TR/TBF/IRP	10.243	4.388	1.920	15.422	24.998	88.102	145.074
Índice de Preço	10	16	167	3.009	7.868	1.227	12.297
TJLP	279	453	675	1.005	2.827	10.028	15.267
US\$/ME	51.001	27.393	33.498	19.637	24.750	122.880	279.159
Passivos	412.183	170.082	52.380	99.823	283.010	402.990	1.420.467
Prefixado ¹	284.078	23.634	10.132	14.898	41.282	50.858	424.881
CDI / TMS	36.956	122.602	16.019	32.429	94.133	5.587	307.724
TR/TBF/IRP	46.047	4.929	6.149	14.863	98.367	197.896	368.251
Índice de Preço	30	133	135	251	997	49	1.594
TJLP	246	466	723	1.133	3.529	23.400	29.497
US\$/ME	44.827	18.319	19.222	36.249	44.702	125.200	288.520
Gap	(217.280)	252.696	47.253	30.487	(43.818)	53.673	123.011
Gap Acumulado	(217.280)	35.416	82.669	113.157	69.339	123.011	-
Gap Acum. como % Ativos	(111,5)	8,4	83,0	86,8	29,0	26,9	-

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 54,6 bilhões) em passivos prefixados.

3 – Rendas de Prestação de Serviços

As rendas de prestação de serviços cresceram 0,6% (R\$ 41,6 milhões) em relação ao 3T19, e R\$ 1.756,3 milhão (6,4%) em 2019, resultado da estratégia centrada no relacionamento e na melhoria constante da experiência do cliente, amparada pela crescente especialização do atendimento e inovação na oferta de produtos financeiros, adequados e customizados ao perfil de cada cliente.

A tabela abaixo apresenta as rendas de prestação de serviços, que inclui as rendas com tarifas, e deve ser avaliada considerando os efeitos das sazonalidades (volume de produtos e serviços comercializados e quantidade de dias úteis). Mais informações sobre os principais serviços prestados pelo Banco do Brasil estão disponíveis no Capítulo 9 do relatório.

Tabela 49. Rendas de Prestação de Serviços

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Rendas de Tarifas	7.236	7.466	7.508	3,8	0,6	27.452	29.209	6,4
Conta-corrente	1.902	1.987	2.037	7,1	2,5	7.331	7.791	6,3
Administração de Fundos	1.487	1.733	1.528	2,8	(11,8)	6.023	6.399	6,2
Seguros, Previdência e Capitalização	1.039	970	1.063	2,3	9,6	3.221	3.802	18,0
Cartão de Crédito/Débito	507	499	489	(3,6)	(2,2)	1.942	2.047	5,4
País ¹	426	430	428	0,4	(0,4)	1.657	1.771	6,9
Operações de Crédito e Garantias	558	461	438	(21,4)	(4,8)	1.999	1.798	(10,0)
Cobrança	312	346	344	10,2	(0,5)	1.290	1.325	2,7
Consórcios	275	308	328	19,1	6,5	942	1.223	29,9
Rendas do Mercado de Capitais	188	231	281	49,8	21,6	788	974	23,7
Arrecadações	283	276	274	(3,2)	(0,7)	1.116	1.108	(0,7)
Processamento de Convênios	115	132	184	60,5	39,2	427	641	50,2
Subsidiárias/controladas no Exterior	181	143	152	(16,4)	5,7	759	626	(17,6)
Serviços de Comércio Exterior	91	92	93	2,2	1,5	346	371	7,1
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	110	110	83	(24,2)	(24,2)	605	396	(34,6)
Outros	189	177	213	13,0	20,4	664	707	6,5
Dias Úteis no Período	62	66	64			250	253	

1 - Tarifa auferida no Brasil.

No 4T19, destaque para o crescimento de R\$ 92,9 milhões em 'seguros, previdência e capitalização', principalmente no segmento de seguros, impulsionado pelo aumento do volume de vendas e pelo recebimento de remuneração por *performance* na BB Corretora. Em 2019 o crescimento foi de R\$ 581,2 milhões (18,0%).

Destaque também para o resultado de 'rendas de mercado de capitais', com crescimento de 21,6% no comparativo 4T19/3T19, e 23,7% no comparativo 2019/2018, com altas de R\$ 50,1 milhões e R\$ 186,5 milhões respectivamente, explicadas pela estratégia de atendimento às demandas de Grandes Empresas por meio do mercado de capital e pelo incremento nas rendas de comissões de colocação de títulos através do BB Banco de Investimento.

As receitas auferidas em 'conta-corrente' cresceram 2,5% (R\$ 49,6 milhões) no 4T19 justificadas pela expansão da base de clientes no varejo. No ano o crescimento foi de R\$ 460,2 milhões (6,3%). Em 2019 o Banco do Brasil avançou com a estratégia de especialização do relacionamento com os clientes investidores, profissionais liberais, sócios dirigentes, além de clientes produtores rurais e alta renda, o que reforça o compromisso em ofertar as melhores soluções, adequadas ao momento de cada pessoa, melhorando a experiência e promovendo elevação da satisfação.

O resultado de 'administração de fundos' no último trimestre foi de R\$ 1.528 milhão, redução de 11,8% em comparação ao 3T19, justificado pela revisão das taxas de administração dos fundos PJ (que inclui governo) e pela menor quantidade de dias úteis em comparação ao trimestre anterior. Na visão anual o desempenho foi positivo, com crescimento de R\$ 375,8 milhões (6,2%), reflexo do aumento nos recursos administrados durante o período, que alcançaram R\$ 1,1 trilhão ante R\$ 941 bilhões em Dez/18, crescimento de 12,2%.

Em 'consórcios', aumento de 33,4 mil cotas ativas no comparativo 4T19/3T19. No ano o crescimento foi de 150,2 mil cotas ativas. As contratações através dos canais digitais (*mobile* e *internet*) somaram R\$ 2,7 bilhões em 2019, alta de 47,7% em comparação a 2018.

As rendas com 'operações de crédito e garantias' reduziram 4,8% (- R\$ 22,1 milhões) no trimestre, e 10,0% (- R\$ 200,5 milhões) no ano. O resultado na linha foi influenciado pela redução nas rendas de

garantias prestadas (-R\$ 60 milhões), revisão das políticas de cobrança de adiantamento a depositante (-R\$ 59 milhões) e redução nas comissões de estruturação (-R\$ 49 milhões).

4 – Despesas Administrativas

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo controle de suas despesas administrativas e de pessoal.

Neste capítulo, além do desempenho das despesas administrativas do BB, são apresentados os indicadores utilizados para análise da produtividade e de eficiência.

4.1. Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal cresceram na comparação trimestral, impactadas principalmente pela contribuição complementar à Cassi, decorrente da aprovação da proposta de reforma estatutária em votação realizada em Nov/19. O aporte trouxe impacto adicional de R\$ 514 milhões nas despesas de pessoal no 4T19. A contribuição do banco é retroativa a todo o ano de 2019 e já estava contemplada nas projeções corporativas do ano.

Na comparação anual, destaque para o crescimento das despesas com proventos crescendo abaixo da inflação, e as provisões administrativas de pessoal, igualmente afetadas pelo aporte à Cassi.

Tabela 50. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Despesas de Pessoal	(4.970)	(4.884)	(5.530)	11,3	13,2	(19.520)	(20.200)	3,5
Proventos	(2.773)	(2.322)	(2.749)	(0,9)	18,4	(9.834)	(10.092)	2,6
Benefícios	(797)	(765)	(828)	3,9	8,2	(3.064)	(3.143)	2,6
Encargos Sociais	(905)	(774)	(868)	(4,1)	12,2	(3.224)	(3.198)	(0,8)
Provisões Administrativas de Pessoal	(193)	(792)	(771)	-	(2,6)	(2.405)	(2.771)	15,2
Previdência Complementar	(259)	(204)	(271)	4,7	33,0	(872)	(874)	0,3
Treinamento	(30)	(17)	(29)	(3,1)	73,5	(73)	(76)	4,1
Honorários de Diretores e Conselheiros	(13)	(11)	(13)	4,2	26,7	(48)	(46)	(4,0)

Ao final de Dez/19, o quadro funcional havia reduzido em 682 funcionários se comparado com o final de Set/19, com um índice de rotatividade de 1,0%, devido principalmente ao aumento no número de aposentadorias.

A seguir é apresentado o perfil dos funcionários do BB.

Tabela 51. Perfil dos Colaboradores

	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Gênero	96.889	96.567	96.168	93.872	93.190
Feminino	40.243	40.158	40.054	39.273	39.122
Masculino	56.646	56.409	56.114	54.599	54.068
Escolaridade					
Ensino Médio	14.846	14.360	13.928	13.165	12.779
Graduação	38.703	38.102	37.288	35.600	34.606
Especialização, Mestrado e Doutorado	43.150	43.909	44.760	44.934	45.639
Demais	190	196	192	173	166
Cargo					
Gerencial	32.635	32.592	32.565	31.913	32.046
Técnico	4.221	4.220	4.219	4.145	4.113
Assessoria	7.717	7.621	7.668	7.499	7.510
Operacional	52.316	52.134	51.716	50.315	49.521
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,4	0,4	0,5	2,4	1,0
Estagiários	1.781	2.165	2.231	2.195	2.038

4.2. Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas cresceram 9,0% na comparação trimestral, influenciadas principalmente pela elevação sazonal no número de campanhas de publicidade veiculadas, aumento na depreciação e amortização de intangível vinculados a sistemas de processamento de dados e aumento nas despesas com serviços terceirizados. Na comparação anual, as outras despesas

administrativas cresceram abaixo da inflação, evidenciando o estrito controle de despesas promovido pelo Banco.

Tabela 52. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Outras Despesas Administrativas	(2.953)	(2.827)	(3.081)	4,3	9,0	(11.159)	(11.337)	1,6
Imóveis e Bens de Uso ¹	(678)	(646)	(655)	(3,5)	1,3	(2.617)	(2.641)	0,9
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(564)	(508)	(533)	(5,5)	4,8	(2.153)	(2.009)	(6,7)
Amortização e Depreciação	(386)	(378)	(423)	9,6	11,9	(1.498)	(1.587)	6,0
Serviços de Terceiros	(367)	(334)	(366)	(0,3)	9,6	(1.364)	(1.322)	(3,1)
Comunicação e Processamento de Dados	(311)	(308)	(310)	(0,5)	0,6	(1.246)	(1.206)	(3,2)
Publicidade e Relações Públicas	(198)	(195)	(233)	18,0	19,6	(597)	(652)	9,2
Demais Despesas Administrativas	(450)	(458)	(563)	25,2	22,8	(1.684)	(1.920)	14,0

1- Inclui despesas com seguro patrimonial.

4.3. Indicadores

Os índices de cobertura das despesas de pessoal, das despesas administrativas e eficiência (despesas administrativas/receitas operacionais totais) recuaram em relação ao 3T19, em virtude do crescimento das despesas administrativas no 4T19. Na comparação com 2018, houve melhora principalmente devido ao crescimento da margem financeira bruta e rendas de tarifas, além do controle das despesas administrativas.

Tabela 53. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados¹

%	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	145,6	139,6	151,2	152,9	135,8	140,6	144,6
Cobertura das Despesas de Pessoal - 12 meses	140,6	141,1	145,2	147,3	144,6	-	-
Cobertura das Despesas Administrativas - Trimestral	91,3	89,8	97,2	96,8	87,2	89,5	92,6
Cobertura das Despesas Administrativas - 12 meses	89,5	89,9	92,2	93,8	92,6	-	-
Índice de Eficiência - 12 meses	37,5	36,9	36,2	35,7	36,1	-	-
Índice de Eficiência - 12 meses - Ajustado Cassi²	37,5	37,0	36,5	36,2	36,1	-	-

1 - Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

2 - Considera a despesa do 4T19, relativa à reforma estatutária da Cassi, apropriada ao longo do ano.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

Tabela 54. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Contas Correntes/Rede Própria	2.626	2.657	2.714	2.774	2.836
Contas Correntes/Funcionários em Agências	586	598	608	633	647
Rendas de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	523	494	546	555	566
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	50,6	49,8	50,4	51,0	51,3
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	9,7	10,1	10,2	10,5	10,7
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	15,2	16,1	17,3	17,8	18,2
Despesas de Pessoal por Funcionário (média trimestral) - R\$ mil	51,2	50,3	51,1	51,4	59,1
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,4	9,3	9,3	9,2	9,3

A tabela a seguir apresenta o resultado estrutural que é composto pelo produto bancário e as despesas operacionais totais.

Na comparação trimestral, a queda do resultado é atribuída principalmente ao aumento das despesas administrativas e tributárias, apesar do crescimento da margem financeira. No acumulado anual, o crescimento do resultado estrutural foi influenciado principalmente pelo crescimento da margem financeira bruta e das rendas de tarifas, parcialmente compensado pelo aumento do risco legal, cujo efeito era esperado apenas para o ano de 2019.

Tabela 55. Resultado Estrutural

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	22.667	23.497	24.333	7,4	3,6	88.959	93.842	5,5
Receitas Operacionais	22.314	23.424	24.103	8,0	2,9	87.519	92.899	6,1
Margem Financeira Bruta	12.570	13.260	14.024	11,6	5,8	49.911	53.086	6,4
Rendas de Tarifas	7.236	7.466	7.508	3,8	0,6	27.452	29.209	6,4
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	660	1.028	982	48,7	(4,4)	3.748	4.049	8,0
Outras Receitas Operacionais	1.847	1.670	1.588	(14,0)	(4,9)	6.408	6.555	2,3
Previ - Plano de Benefícios 1	206	(61)	(61)	-	(0,0)	644	50	(92,2)
Previ - Atualização de Fundo Utilização	147	134	292	98,2	117,3	796	893	12,2
Despesas Operacionais Totais	(12.947)	(13.828)	(14.788)	14,2	6,9	(51.636)	(55.925)	8,3
Despesas Administrativas	(7.923)	(7.710)	(8.611)	8,7	11,7	(30.679)	(31.537)	2,8
Despesas de Pessoal	(4.970)	(4.884)	(5.530)	11,3	13,2	(19.520)	(20.200)	3,5
Outras Despesas Administrativas	(2.953)	(2.827)	(3.081)	4,3	9,0	(11.159)	(11.337)	1,6
Risco Legal	(1.274)	(1.936)	(1.336)	4,9	(31,0)	(4.141)	(7.155)	72,8
Outras Despesas Tributárias	(127)	(117)	(124)	(2,0)	6,8	(540)	(499)	(7,7)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.159)	(954)	(1.255)	8,3	31,6	(4.590)	(4.458)	(2,9)
Outras Despesas Operacionais	(2.465)	(3.111)	(3.461)	40,4	11,3	(11.686)	(12.276)	5,0
Resultado Não Operacional	52	45	24	(53,8)	(46,0)	218	123	(43,5)
Resultado Estrutural	9.772	9.714	9.569	(2,1)	(1,5)	37.541	38.041	1,3

5 – Outros Componentes do Resultado

5.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 56. Participações Societárias

Participações Societárias R\$ mil	Atividade		Part. (%)	Saldo de Investimento			Result. de Particip.
				Dez/19	Dez/18	Dez/19	4T19
Banco do Brasil - AG. Viena	Holding	(I)	100,00	890.236	921.264		2.365
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	80,39	1.199.444	1.476.498		287.110
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	4.686.715	4.949.987		163.836
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	24.332	24.332		9.773
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	230.582	280.582		166.857
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	197.946	231.576		5.831
BB Banco de Investimento S.A. ⁵	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.169.918	468.953		211.193
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ. ¹	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	902.093	912.597		67.564
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	76.230	82.123		3.125
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ²	Serviços	(II)	12,52	57.367	64.532		2.728
BB DTVMS.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.792	133.174		348.914
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁶	Holding	(I)	100,00	5.156.938	9.009.550		252.182
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	1.157.461	1.429.932		99.381
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	375.977	301.748		51.197
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	91.047	197.202		56.459
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ³⁴	Serviços	(II)	50,08	3.661.905	3.668.271		64.845
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,69	3.072.049	3.121.102		64.343
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.664.961	4.731.770		33.069
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	293.340	321.961		2.641
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	4.220.210	3.044.982		774.238
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,36	47.074	47.074		542.695
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	5.341.696	4.742.412		593.777
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	1.277.205	1.171.609		271.895
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	254.055	321.183		11.898
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	10.395	12.880		4.152
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	2.136.459	2.426.192		319.372
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,99	260.378	298.253		7.770
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	724	737		(16)
Besc DTVMS.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	6.817	6.446		(120)
BB Cayman Islands Holding	Holding	(I)	100,00	1.663.734	1.819.191		21.793
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	30.816	34.506		(142)
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	252.602	291.395		5.582

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 - Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo BB Cayman Islands Holding.

2 - Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.

3 - Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,8% pelo BB-BI, totalizando 50,8%.

4 - Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.

5 - Alienação das participações nas empresas: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE em 05/2019, Neoenergia S.A. em 06/2019 e Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec em 07/2019.

6 - Incorporação da empresa Cielo S.A. em 06/2019.

5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Tabela 57. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19	2018	2019	2018
Outras Receitas Operacionais	1.847	1.670	1.588	(14,0)	(4,9)	6.408	6.555	2,3
Recuperação de Encargos e Despesas	531	533	527	(0,8)	(1,1)	2.137	2.113	(1,1)
Atualização de Depósitos em Garantia	467	489	358	(23,4)	(26,9)	1.979	1.856	(6,2)
Operações com Cartões	377	109	136	(64,0)	25,2	734	677	(7,7)
Receitas das Empresas Ligadas não Financeiras	52	36	25	(52,6)	(30,1)	206	168	(18,7)
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	37	14	13	(65,0)	(9,3)	142	104	(26,7)
Outras Despesas Operacionais	(2.465)	(3.111)	(3.461)	40,4	11,3	(11.686)	(12.276)	5,0
Operações com Cartões	(429)	(485)	(575)	34,0	18,6	(1.709)	(1.884)	10,3
Bônus de Relacionamento Negocial	(263)	(399)	(409)	55,4	2,5	(1.024)	(1.656)	61,7
Atualização das Obrigações Atuariais	(341)	(394)	(394)	15,4	(0,0)	(1.310)	(1.394)	6,4
Verba de Relacionamento Negocial	(360)	(319)	(282)	(21,7)	(11,6)	(1.484)	(1.273)	(14,2)
Descontos Concedidos em Renegociação	(301)	(307)	(287)	(4,7)	(6,7)	(1.125)	(1.068)	(5,1)
Atualização da provisão para depósito judicial	(174)	(231)	(208)	19,8	(10,1)	(695)	(901)	29,5
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(122)	(146)	(110)	(10,0)	(24,5)	(399)	(467)	17,2
Autoatendimento	(66)	(59)	(70)	6,8	19,6	(320)	(228)	(28,8)
Convênio INSS	(54)	(58)	(62)	14,5	7,2	(202)	(233)	15,4
Amortização de Ágio em Investimentos	(54)	(51)	(51)	(5,9)	(0,6)	(176)	(176)	(0,3)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(40)	(39)	(30)	(24,4)	(22,2)	(203)	(143)	(29,3)
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(34)	(37)	(41)	21,1	13,0	(129)	(150)	16,6
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(48)	(34)	(45)	(5,5)	33,4	(208)	(145)	(30,4)
Bônus de Adimplência	(58)	(25)	(17)	(71,2)	(33,9)	(226)	(126)	(44,3)
Demais¹	260	(39)	(352)	-	-	(1.297)	(795)	(38,7)

1- Inclui despesas de recompra de IHCD efetuadas em abril/18

6 – Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no [website bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri), publicado trimestralmente.

6.1. Estrutura de Capital

Nesse tópico, serão apresentadas as principais informações referentes à estrutura de capital do Banco do Brasil. Tendo em vista a quantidade relevante de termos técnicos utilizados pela regulação de capital, apresentamos o glossário para auxiliar a interpretação das informações desse capítulo:

- a) Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais. Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8,1 bilhões foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP);
- b) Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados;
- c) Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen;
- d) Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- e) Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil;
- f) Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II;
- g) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13;
- h) *Risk Weighted Asset* (RWA): Ativo Ponderado pelo Risco;
 - RWA_{OPAD}: relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{MPAD}: relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{CPAD}: relativa às exposições ao risco de crédito, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

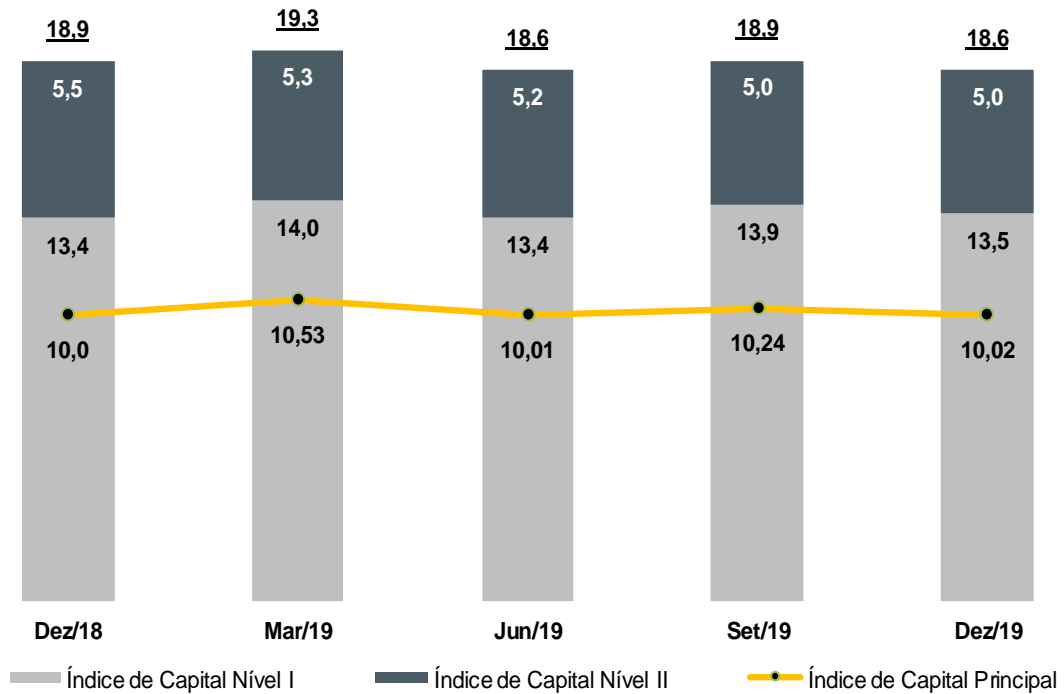
O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do PR e PRMR em relação ao RWA, respectivamente.

Desempenho

O índice de Basileia atingiu 18,58% em dezembro de 2019. O índice de capital nível I chegou a 13,55%, sendo 10,02% de capital principal, e o patrimônio de referência alcançou R\$ 132,2 bilhões.

As figuras a seguir apresentam a evolução do índice de Basileia e do capital principal do BB no 4T19.

Figura 16. Evolução do índice de Basileia - %



A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA e seus principais componentes.

Tabela 58. Índice de Basileia

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Patrimônio de Referência - PR	134.178	134.937	130.173	134.283	132.150
Nível I	95.290	98.039	94.032	98.498	96.380
Capital Principal	71.169	73.782	70.177	72.645	71.289
Patrimônio Líquido	92.016	94.580	91.659	94.464	98.921
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(28.947)	(28.898)	(29.582)	(29.919)	(35.732)
Investimentos e Crédito Tributário (dif. temporárias) excedentes a 15% do Capital Principal	(11.895)	(12.166)	(12.817)	(13.603)	(12.297)
Ativos intangíveis	(5.777)	(5.473)	(5.531)	(4.297)	(5.914)
Créd. tributários (dif. temporárias) excedentes a 10% do Capital Principal	(4.631)	(3.800)	(7.962)	(7.587)	(15.473)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal ¹	(716)	(959)	(432)	(2.370)	-
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(3.732)	(3.927)	(115)	(117)	(133)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL ²	(1.878)	(2.345)	(2.612)	(1.824)	(1.733)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(217)	(168)	(24)	(48)	(43)
Participação de não controladores ³	(0)	(3)	(36)	(25)	(90)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(62)	(56)	(51)	(45)	(41)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução 4.277/2013	(39)	(3)	(3)	(3)	(8)
Capital Complementar	24.121	24.257	23.855	25.853	25.091
HCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20.827	20.945	20.598	22.384	21.665
HCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁴	3.294	3.312	3.257	3.469	3.426
Nível II	38.889	36.898	36.141	35.786	35.770
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.926	36.935	36.183	35.805	35.796
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	3.270	2.976	2.362	1.729	1.744
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.656	33.959	33.821	34.076	34.053
Recursos captados no FCO ⁵	29.337	29.337	29.337	29.337	29.337
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁶	6.319	4.622	4.484	4.739	4.716
Dedução do Nível II	(37)	(36)	(42)	(19)	(26)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(37)	(36)	(42)	(19)	(26)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	711.490	700.465	701.124	709.536	711.402
Risco de Crédito (RWACPAD)	624.019	606.099	610.315	613.364	612.630
Risco de Mercado (RWAMPAD)	26.390	24.260	20.704	18.793	21.393
Risco Operacional (RWAPAD)	61.081	70.105	70.105	77.380	77.380
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁷	61.366	56.037	56.090	56.763	56.912
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)⁸	72.812	78.900	74.083	77.521	75.238
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)⁸	13,39	14,00	13,41	13,88	13,55
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)⁸	10,00	10,53	10,01	10,24	10,02
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)⁸	18,86	19,26	18,57	18,93	18,58

1 – Refere-se a investimentos superiores em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 – Aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2019, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

3 – A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

4 – O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007, e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

5 – Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

6 – Em 31.12.2019, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

7 – Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% a partir de 01.01.2019 (8,625% em 2018).

8 – Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, em vigor desde 1º de janeiro de 2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenha controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN nº 4.193/2013 estabeleceu o fator “F”, que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

Tabela 59. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 132,2 bilhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 56,9 bilhões, em 31/12/2019.

Aplicação integral das regras de Basileia III

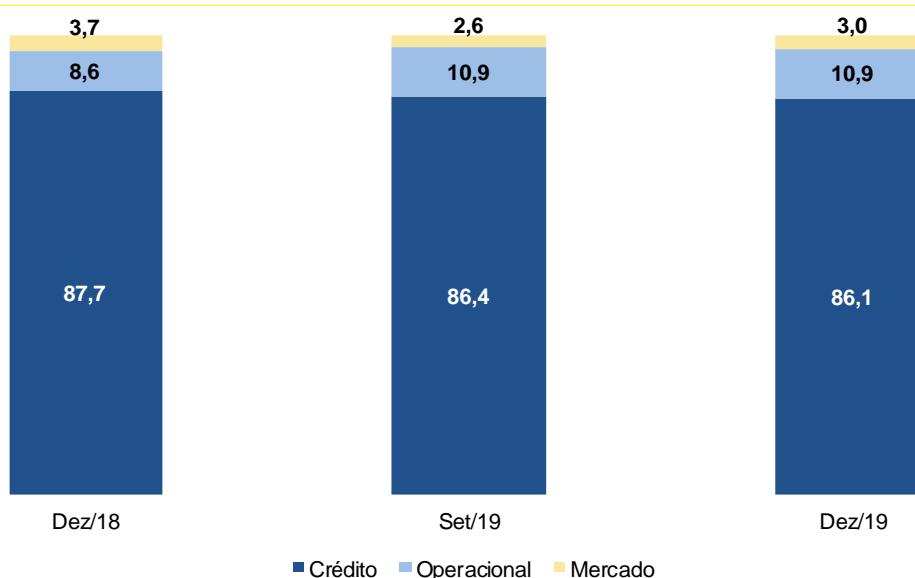
A implementação das regras de Basileia III no Brasil foi concluída em Jan/2019. Com efeito no BB, o cronograma de transição de Basileia III previu o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado e operacional, que passou de 11,6 para 12,5 em 2019.

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital, pelo crescimento do crédito em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério retorno versus risco. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

A figura a seguir apresenta a composição do RWA por tipo de risco.

Figura 17. Composição do RWA por tipo de risco (%)



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos operacional, de mercado e de crédito, mediante abordagem padronizada. O fator "F" vigente a partir do exercício de 2019 é de 8,0%.

Tabela 60. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Dez/18			Set/19			Dez/19		
	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%
Comercial	28.368	2.447	46,4%	30.681	2.454	39,6%	30.681	2.454	39,6%
Varejo	15.354	1.324	25,1%	16.019	1.282	20,7%	16.019	1.282	20,7%
Negociação e Vendas	8.746	754	14,3%	13.354	1.068	17,3%	13.354	1.068	17,3%
Pagamentos e Liquidações	4.578	395	7,5%	9.776	782	12,6%	9.776	782	12,6%
Administração de Ativos	2.449	211	4,0%	3.542	283	4,6%	3.542	283	4,6%
Serviços de Agente Financeiro	1.835	158	3,0%	2.196	176	2,8%	2.196	176	2,8%
Finanças Corporativas	(294)	(25)	-0,5%	1.759	141	2,3%	1.759	141	2,3%
Corretagem de Varejo	46	4	0,1%	53	4	0,1%	53	4	0,1%
TOTAL	61.081	5.268		77.380	6.190		77.380	6.190	

Tabela 61. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Dez/18			Set/19			Dez/19		
	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%
Câmbio	22.272	1.921	84,4%	13.758	1.101	73,2%	17.019	1.362	79,6%
Taxa de Juros	4.114	355	15,6%	4.753	380	25,3%	3.551	284	16,6%
Ações	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Commodities	4	0	0,0%	283	23	1,5%	823	66	3,8%
TOTAL	26.390	2.276		18.793	1.503		21.393	1.711	

Tabela 62. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Dez/18			Set/19			Dez/19		
	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%
Operações de Crédito	395.020	34.071	63,3	379.978	30.398	61,9	376.488	30.119	61,5
Outros Direitos	52.219	4.504	8,4	46.607	3.729	7,6	51.441	4.115	8,4
Créditos Tributários	32.456	2.799	5,2	39.815	3.185	6,5	44.003	3.520	7,2
Permanente	29.375	2.534	4,7	28.590	2.287	4,7	28.004	2.240	4,6
TVM e Derivativos	32.673	2.818	5,2	42.951	3.436	7,0	39.586	3.167	6,5
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	19.875	1.714	3,2	20.490	1.639	3,3	19.898	1.592	3,2
Garantias Prestadas	6.469	558	1,0	5.365	429	0,9	5.927	474	1,0
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	42	4	0,0	59	5	0,0	67	5	0,0
Demais	55.889	4.820	9,0	49.510	3.961	8,1	47.216	3.777	7,7
TOTAL	624.019	53.822		613.364	49.069		612.630	49.010	

A tabela a seguir apresenta a composição do RWACPAD, considerando as principais exposições:

Tabela 63. RWACPAD segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

R\$ milhões	Dez/19		
	FPR (%)	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	20	441	35
	100	4.481	359
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20	1.769	141
	50	4.479	358
	85	7.928	634
	100	12.180	974
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	20	30	2
	50	584	47
	85	6.447	516
	100	31.861	2.549
	1.250	663	53
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	2	45	4
	100	22	2
Relações Interfinanceiras	20	483	39
	50	251	20
	85	1.800	144
	100	54	4
Operações de Crédito	20	44	4
	35	15.445	1.236
	50	736	59
	70	8.538	683
	75	160.324	12.826
	85	52.602	4.208
	100	138.798	11.104
Operações de Arrendamento Mercantil	75	33	3
	85	1	0
	100	142	11
Outros Direitos	50	6.416	513
	75	22.271	1.782
	85	436	35
	100	22.318	1.785
Outros Valores e Bens	100	1.041	83
Permanente	100	12.790	1.023
	250	15.215	1.217
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50	500	40
	75	8.551	684
	85	4.964	397
	100	1.717	137
Créditos a Liberar	50	191	15
	75	622	50
	85	1.239	99
	100	2.114	169
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75	254	20
	85	2.233	179
	100	8.465	677
Garantias prestadas - avais, fianças e coobrigações	50	1	0
	75	129	10
	85	3.141	251
	100	2.656	212
Créditos Tributários	100	28.404	2.272
	250	11.519	921
	300	4.080	326
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	85	1	0
	100	2	0
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	-	-	-
	-	-	-
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)		1.178	94
Total		612.630	49.010

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.
2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%.

7 – Crédito

O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

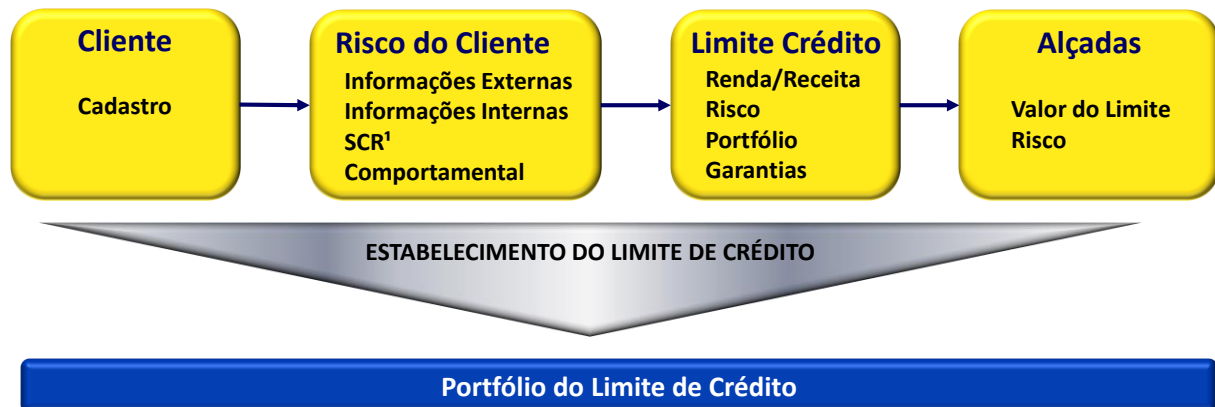
- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

7.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito. A carteira interna é originada no Brasil e a carteira externa originada no exterior.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada somada às operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Desde o 1T19, a carteira Pessoa Jurídica é composta pelo segmento Governo, Grandes Empresas e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O segmento MPME é composto por empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

Tabela 64. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	641.871	100,0	626.090	100,0	621.345	100,0	(3,2)	(0,8)
Interna	605.443	94,3	591.208	94,4	591.015	95,1	(2,4)	(0,0)
Pessoa Física	196.654	30,6	208.942	33,4	214.070	34,5	8,9	2,5
Crédito Consignado	71.037	11,1	78.047	12,5	81.199	13,1	14,3	4,0
Financiamento Imobiliário	48.455	7,5	49.261	7,9	49.234	7,9	1,6	(0,1)
Cartão de Crédito	29.180	4,5	29.087	4,6	32.302	5,2	10,7	11,1
CDC Salário	18.611	2,9	19.789	3,2	18.812	3,0	1,1	(4,9)
Crédito Renegociado	9.144	1,4	10.268	1,6	10.898	1,8	19,2	6,1
Empréstimo Pessoal	7.327	1,1	10.238	1,6	10.640	1,7	45,2	3,9
Financiamento de Veículos	10.363	1,6	9.571	1,5	8.681	1,4	(16,2)	(9,3)
Cheque Especial	1.658	0,3	1.912	0,3	1.573	0,3	(5,2)	(17,7)
Demais	878	0,1	769	0,1	731	0,1	(16,8)	(5,0)
Pessoa Jurídica¹	221.596	34,5	203.572	32,5	197.523	31,8	(10,9)	(3,0)
Grandes	117.218	18,3	95.617	15,3	88.360	14,2	(24,6)	(7,6)
MPME	59.462	9,3	62.760	10,0	64.543	10,4	8,5	2,8
Governo	44.916	7,0	45.195	7,2	44.620	7,2	(0,7)	(1,3)
Agronegócio	187.193	29,2	178.694	28,5	179.423	28,9	(4,2)	0,4
Pessoa Física	148.420	23,1	151.119	24,1	155.467	25,0	4,7	2,9
Pessoa Jurídica	38.773	6,0	27.575	4,4	23.956	3,9	(38,2)	(13,1)
Exterior	36.428	5,7	34.882	5,6	30.329	4,9	(16,7)	(13,1)
TVM Privados e Garantias (b)	57.098		60.586		59.382		4,0	(2,0)
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	698.969	100,0	686.676	100,0	680.727	100,0	(2,6)	(0,9)
Interna	657.164	94,0	646.636	94,2	645.659	94,8	(1,8)	(0,2)
Pessoa Física	196.955	28,2	209.630	30,5	214.976	31,6	9,1	2,6
Pessoa Jurídica	271.539	38,8	254.463	37,1	247.146	36,3	(9,0)	(2,9)
Agronegócio	188.671	27,0	182.544	26,6	183.536	27,0	(2,7)	0,5
Externa	41.805	6,0	40.040	5,8	35.068	5,2	(16,1)	(12,4)

1 – Série histórica revisada.

O Banco do Brasil divulga suas estimativas de desempenho considerando a carteira ampliada orgânica interna, apurada pela soma da carteira de crédito orgânica interna e operações com TVM privados e garantias prestadas, desconsiderando as carteiras adquiridas. A carteira rural desconsidera as operações da linha de crédito agroindustrial, que são somadas à carteira pessoa jurídica. Essa, por sua vez, a partir de 2019, não contou mais com a carteira Governo para fins de estimativas.

Tabela 65. Carteira de Crédito para Estimativas

R\$ milhões	Saldos			Var. % s/	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	606.064	595.862	596.515	(1,6)	0,1
Pessoa Física	190.770	204.051	210.453	10,3	3,1
Pessoa Jurídica - Sem Governo	245.912	223.644	215.748	(12,3)	(3,5)
Rural	169.382	168.167	170.314	0,6	1,3

O Banco do Brasil descontinuou, para efeito das projeções corporativas, os indicadores de Carteira de Crédito Pessoa Física e Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.

Para 2020, estes indicadores foram substituídos pela Carteira de Crédito Negócios Varejo e Carteira de Crédito Atacado PJ. Estas alterações têm como objetivo alinhar os novos indicadores à Estratégia Corporativa, bem como destacar o foco do Banco nos negócios de crédito varejo.

Tabela 66. Carteira de Crédito – Negócios Varejo

R\$ milhões	Saldos			Var. %s/	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Varejo	250.232	266.811	274.996	9,9	3,1
Pessoa Física	190.770	204.051	210.453	10,3	3,1
MPME	59.462	62.760	64.543	8,5	2,8

Corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O segmento MPME é composto por empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

Tabela 67. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos			Var. %s/	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Atacado Pessoa Jurídica	186.450	160.884	151.205	(18,9)	(6,0)
Grandes Empresas	117.218	95.617	88.360	(24,6)	(7,6)
Crédito Agroindustrial	19.289	14.377	13.222	(31,5)	(8,0)
TVM	49.943	50.891	49.624	(0,6)	(2,5)

Composto pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

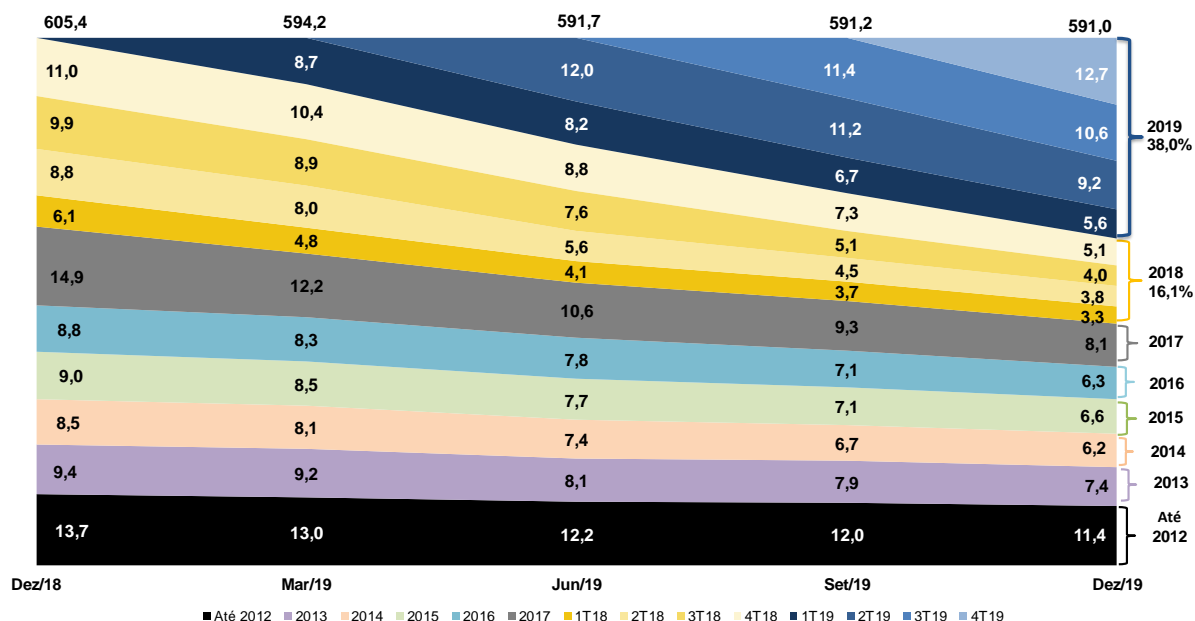
Tabela 68. Crédito SFN

R\$ bilhões	Saldos					Var. %s/	
	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
SFN	3.258	3.269	3.297	3.362	3.470	6,5	3,2
Pessoa Física	1.793	1.829	1.874	1.931	2.003	11,7	3,7
Pessoa Jurídica	1.465	1.440	1.423	1.432	1.468	0,2	2,5
Participação de Mercado BB - %	18,6	18,2	17,9	17,6	17,0		

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito contratado ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

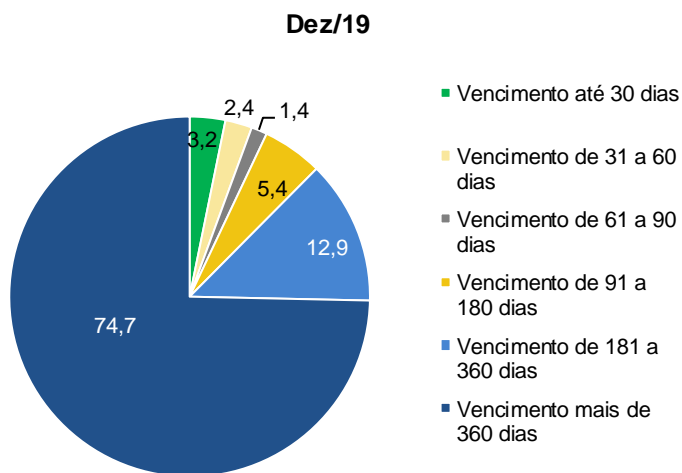
Considerando a carteira de dezembro de 2019, 62,2% dos ativos foram contratados a partir de 2017. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2014 representam 18,8%.

Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões



A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna por prazo de vencimento das operações. Destaca-se que 74,7% do portfólio possui vencimento com mais de 360 dias, em linha com a relevância das linhas de investimento, imobiliário e consignado do Banco, enquanto 7,0% da carteira possui vencimento inferior a 90 dias, notadamente operações de capital de giro com empresas.

Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %



7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. As carteiras de crédito adquiridas pelo BB são compostas por operações de crédito consignado e financiamento de veículos.

Tabela 69. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira Classificada Orgânica	190.470	96,7	203.363	97,0	209.547	97,5	10,0	3,0
CDC	96.839	49,2	107.978	51,5	110.625	51,5	14,2	2,5
Crédito Consignado	70.902	36,0	77.951	37,2	81.172	37,8	14,5	4,1
CDC Salário	18.611	9,4	19.789	9,4	18.812	8,8	1,1	(4,9)
Empréstimo Pessoal	7.327	3,7	10.238	4,9	10.640	4,9	45,2	3,9
Financiamento Imobiliário	48.455	24,6	49.261	23,5	49.234	22,9	1,6	(0,1)
Cartão de Crédito	29.180	14,8	29.087	13,9	32.302	15,0	10,7	11,1
Crédito Renegociado	9.144	4,6	10.268	4,9	10.898	5,1	19,2	6,1
Financiamento de Veículos	4.315	2,2	4.088	1,9	4.185	1,9	(3,0)	2,4
Cheque Especial	1.658	0,8	1.912	0,9	1.573	0,7	(5,2)	(17,7)
Microcrédito	336	0,2	309	0,1	305	0,1	(9,4)	(1,3)
Demais	541	0,3	461	0,2	426	0,2	(21,3)	(7,5)
Carteiras Adquiridas	6.184	3,1	5.579	2,7	4.523	2,1	(26,9)	(18,9)
Financiamento de Veículos	6.049	3,1	5.484	2,6	4.496	2,1	(25,7)	(18,0)
Crédito Consignado	136	0,1	95	0,0	27	0,0	(80,4)	(72,1)
Carteira de Crédito Classificada (a)	196.654	99,8	208.942	99,7	214.070	99,6	8,9	2,5
TVM Privados e Garantias (b)	300	0,2	688	0,3	906	0,4	201,9	31,7
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	196.955	100,0	209.630	100,0	214.976	100,0	9,1	2,6

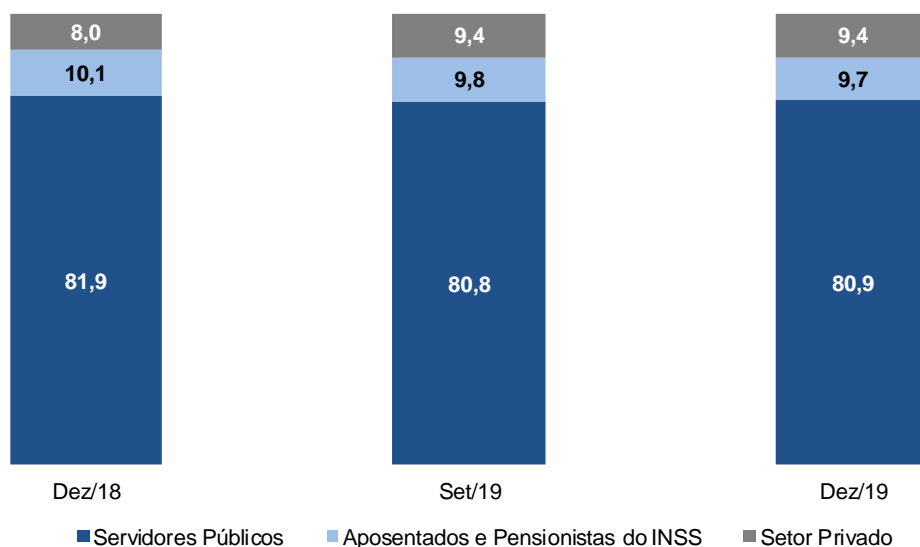
Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 94,0% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 70. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Dez/18	Set/19	Dez/19
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,7	0,6	0,6
Entre 1 e 2 anos	1,0	1,1	1,0
Entre 2 e 5 anos	5,9	4,6	4,3
Entre 5 e 10 anos	17,3	16,8	12,6
Mais de 10 anos	75,1	76,9	81,5

Considerando a carteira orgânica, as operações de CDC (Consignado, Salário e Empréstimo Pessoal), alcançaram R\$ 111 bilhões dezembro de 2019.

Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC - %



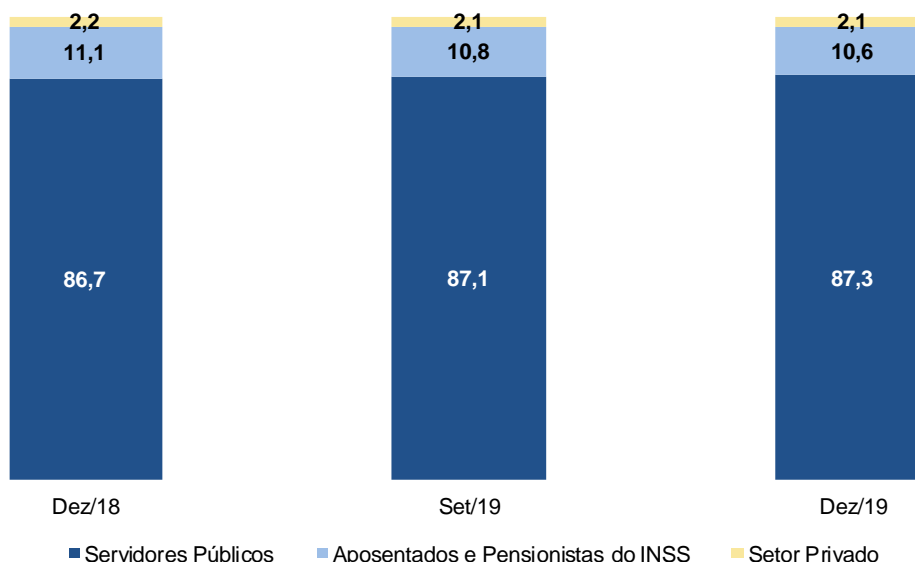
A seguir, as principais carteiras para pessoas físicas são apresentadas:

Crédito Consignado

A carteira de crédito consignado orgânica BB, de R\$ 81,2 bilhões em dezembro de 2019 (crescimento de 14,5% em 12 meses), é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas.

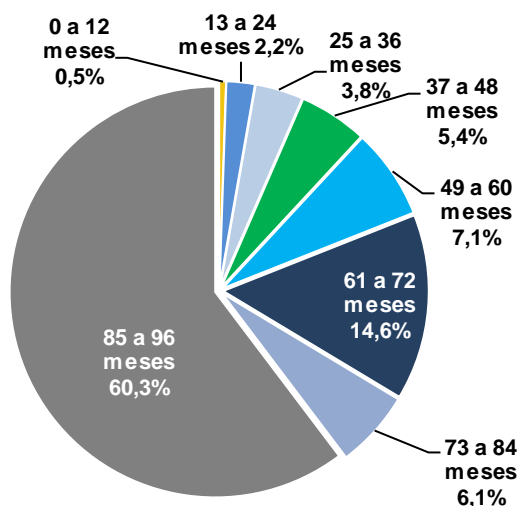
A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %



A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 4T19 tem prazo superior a 60 meses. O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período.

Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado



Parte dos convênios de crédito consignado permitem a cotação, liberação e contratação do produto via aplicativo do BB. Esses possuem a conveniência do “Duplo Sim”, quando a operação é formalizada pelo gerente de contas do cliente, porém é liberado via senha ou biometria pelo cliente diretamente no aplicativo, sem necessidade de comparecer à agência. No 4T19 o total desembolsado pelo aplicativo alcançou 7,2%.

Além disso, o BB detém em crédito consignado a participação de mercado de 21,2%.

Tabela 71. Informações da Carteira de Crédito Consignado

	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Crédito Consignado								
Taxa Média - % a.m. ¹	1,88	1,86	1,83	1,80	1,77	1,74	1,69	1,61
Prazo Médio - meses ²	61	62	63	63	64	65	66	68
Participação de Mercado - %	21,4	21,4	21,2	21,3	20,9	20,9	21,0	21,2

1 - Considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Financiamento Imobiliário

Nos últimos 12 meses o crescimento do saldo foi de R\$ 778 milhões.

As medidas vem sendo implementadas com o objetivo de elevar a eficiência no processo de concessão de crédito, entre elas a possibilidade do cliente do Banco do Brasil contratar a operação de crédito pelo próprio aplicativo, sendo necessário comparecer a agência somente na assinatura do contrato.

A participação de mercado do BB foi de 7,8% em dezembro de 2019.

Tabela 72. Informações da Carteira de Financiamento Imobiliário

	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Financiamento Imobiliário								
Ticket Médio - R\$ mil	173,4	158,8	151,4	147,3	149,0	143,1	153,7	141,3
Taxa Média - % a.a. ¹	7,21	7,26	7,28	7,29	7,29	7,29	7,28	7,25
Prazo Médio - meses ²	325	333	336	337	334	336	332	334
Percentual Financiado	60,9	58,0	61,2	61,3	61,3	61,4	61,5	61,5
Participação de Mercado - %	7,9	8,0	8,1	8,1	8,1	8,0	7,9	7,8

1 - Considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Crédito Pessoal

A carteira de Crédito Pessoal do BB é composta por empréstimos não consignados e que não dependem necessariamente do recebimento de salários no Banco. No 4T19 o percentual desembolsado por meio digital foi de 48,9%.

O Banco do Brasil iniciou em 2018 a estratégia de oferta de crédito pessoal para clientes profissionais liberais com potencial para tomar crédito pessoal que não tivessem o perfil de tomadores de empréstimos consignados e de CDC Salário. Neste processo, inicialmente foram mapeados mais de 3 milhões de clientes e iniciadas abordagens. Além de ampliar a oferta de soluções financeiras, a estratégia visa contribuir com a mudança no mix da carteira, com o incremento da participação de crédito não consignado.

Na comparação anual, a carteira de crédito pessoal cresceu 45,2% e alcançou R\$ 10,6 bilhões, incremento de R\$ 3,3 bilhões no período.

Tabela 73. Informações da Carteira de Crédito Pessoal

	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Crédito Pessoal								
Taxa Média - % a.m. ¹		4,13	4,06	4,03	4,02	3,96	3,93	3,87
Prazo Médio - meses ²		44	44	45	47	47	47	50

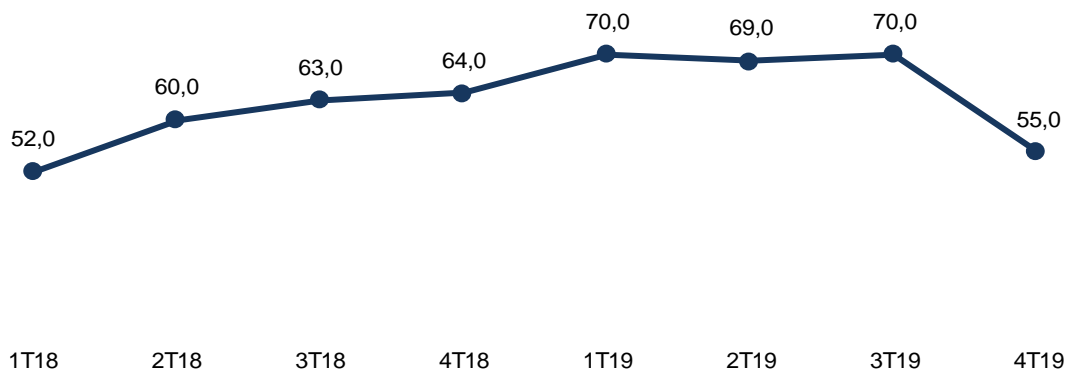
1 - Considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Financiamento de Veículos

A carteira de veículos orgânica do BB é composta por operações realizadas com correntistas do Banco. Em processo de concessão digital do crédito, o cliente tem a possibilidade de contratação do empréstimo por meio do aplicativo, inclusive nos fins de semana e sem a necessidade de ir à agência. Aproximadamente 60,0% das operações por esse meio são realizadas em dias não úteis. No 4T19, houve redução do percentual desembolsado via aplicativo em decorrência das campanhas promocionais realizadas nas agências a despeito do crescimento de 16,7% em volume de desembolso no aplicativo.

Figura 24. Percentual de Desembolso pelo Aplicativo - %



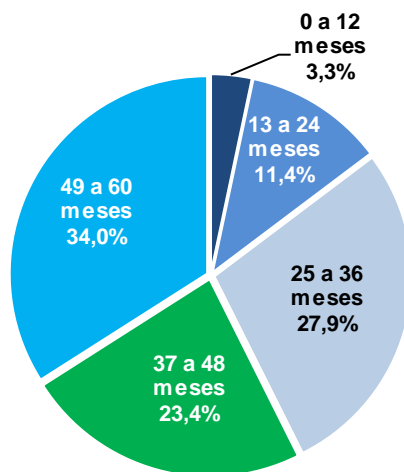
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 74. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Dez/18	Set/19	Dez/19
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	5,3	4,3	4,2
Entre 5 a 10 anos	17,1	16,3	13,6
Mais de 10 anos	77,6	79,4	82,2
Proventos			
Recebem Proventos pelo Banco do Brasil	66,3	67,0	64,7
Recebem Proventos por outros bancos	33,7	33,0	35,3

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 4T19. Cerca de 66,0% das contratações no trimestre têm prazo de até 48 meses.

Figura 25. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos



A próxima tabela apresenta outras informações sobre a carteira de financiamentos veículos, com destaque para o percentual financiado que alcançou 67,5% em Dez/19.

Tabela 75. Informações da Carteira de Financiamentos de Veículos

	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Financiamento de Veículos								
Taxa Média - % a.m. ¹	1,83	1,80	1,77	1,73	1,70	1,68	1,65	1,56
Prazo Médio - meses ²	30	30	31	32	32	32	33	34
Percentual Financiado	66,3	66,7	66,4	66,8	66,9	67,5	67,1	67,5
Participação de Mercado - % ³	7,6	7,5	6,3	5,6	5,7	4,9	4,6	3,9

1 - A taxa média considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

3 - Considera apenas recursos livres.

7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

A redução da carteira PJ é, principalmente, resultado da liquidação de operações de clientes do segmento Large Corporate.

Tabela 76. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	221.596	81,6	203.572	80,0	197.523	79,9	(10,9)	(3,0)
Capital de Giro Amplo	125.860	46,4	115.514	45,4	114.322	46,3	(9,2)	(1,0)
Capital de Giro	110.278	40,6	101.823	40,0	99.007	40,1	(10,2)	(2,8)
Recebíveis	13.701	5,0	11.510	4,5	13.077	5,3	(4,6)	13,6
Conta Garantida	1.611	0,6	1.782	0,7	1.879	0,8	16,6	5,5
Cheque Especial	270	0,1	399	0,2	359	0,1	32,9	(9,9)
Investimento	51.472	19,0	49.482	19,4	49.885	20,2	(3,1)	0,8
Crédito Renegociado	13.687	5,0	12.844	5,0	12.735	5,2	(7,0)	(0,8)
ACC/A CE	18.947	7,0	16.159	6,4	12.180	4,9	(35,7)	(24,6)
Crédito Imobiliário	6.363	2,3	4.353	1,7	3.490	1,4	(45,1)	(19,8)
Cartão de Crédito	3.441	1,3	2.919	1,1	2.809	1,1	(18,4)	(3,8)
Demais	1.826	0,7	2.303	0,9	2.101	0,9	15,0	(8,8)
TVM Privados e Garantias (b)	49.943	18,4	50.891	20,0	49.624	20,1	(0,6)	(2,5)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	271.539	100,0	254.463	100,0	247.146	100,0	(9,0)	(2,9)

No segmento de Grandes Empresas, buscamos atender às demandas por financiamento de nossos clientes por meio de nosso banco de investimento (BB BI) em captações e emissões via mercado. Essa estratégia reduz o risco de crédito e o consumo de capital, bem como fomenta o desenvolvimento do mercado de capitais no país.

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 77. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	221.596	81,6	203.572	80,0	197.523	79,9	(10,9)	(3,0)
Grandes Empresas	117.218	43,2	95.617	37,6	88.360	35,8	(24,6)	(7,6)
MPME	59.462	21,9	62.760	24,7	64.543	26,1	8,5	2,8
Governos	44.916	16,5	45.195	17,8	44.620	18,1	(0,7)	(1,3)
TVM Privados e Garantias (b)	49.943	18,4	50.891	20,0	49.624	20,1	(0,6)	(2,5)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	271.539	100,0	254.463	100,0	247.146	100,0	(9,0)	(2,9)

Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas àquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

Do saldo dessa carteira, 96,6% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 78. Tempo de Relacionamento dos Clientes MPME

%	Dez/18	Set/19	Dez/19
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,7	1,2	1,2
De 1 a 2 anos	1,3	1,9	2,2
De 2 a 5 anos	6,8	6,2	6,3
Entre 5 a 10 anos	23,1	20,6	19,9
Mais de 10 anos	68,1	70,0	70,4

A próxima tabela apresenta os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPME. Destaque para o crescimento de R\$ 6,3 bilhões, na comparação anual, na linha capital de giro.

Tabela 79. Carteira de Crédito MPME

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada MPME	59.462	100,0	62.760	100,0	64.543	100,0	8,5	2,8
Capital de Giro Amplo	28.345	47,7	33.225	52,9	35.047	54,3	23,6	5,5
Capital de Giro	22.190	37,3	26.703	42,5	28.496	44,2	28,4	6,7
Recebíveis	4.467	7,5	4.553	7,3	4.597	7,1	2,9	1,0
Conta Garantida	1.419	2,4	1.572	2,5	1.597	2,5	12,5	1,6
Cheque Especial	269	0,5	397	0,6	358	0,6	33,1	(10,0)
Investimento	13.543	22,8	13.188	21,0	13.399	20,8	(1,1)	1,6
Crédito Renegociado	8.558	14,4	7.702	12,3	7.674	11,9	(10,3)	(0,4)
ACC/ACE	3.281	5,5	3.666	5,8	3.749	5,8	14,3	2,3
Cartão de Crédito	2.556	4,3	1.985	3,2	2.066	3,2	(19,2)	4,1
Crédito Imobiliário	2.331	3,9	2.244	3,6	1.957	3,0	(16,0)	(12,8)
Demais	849	1,4	751	1,2	651	1,0	(23,3)	(13,3)

Para maior comodidade do segmento PJ, oferecemos mais de 60 transações disponíveis no mobile. Além das soluções digitais, contamos com atendimento especializado para o público MPME, expandindo a rede de atendimento ao longo do ano, atingindo, no final de 2019, 215 unidades especializadas dedicadas ao atendimento às Micro e Pequenas Empresas.

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o 4T19 com participação de mercado de 15,5% e 13,7% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. O BB encerrou o 4T19 com 16,1% de participação em ACC/ACE.

Tabela 80. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos					Var. % s/	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	4T18	3T19
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ mil)	11.745	8.187	9.241	8.993	8.001	(31,9)	(11,0)
Participação de Mercado - %	20,0	18,8	18,7	16,8	15,5		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ mil)	7.383	5.501	7.257	6.119	6.130	(17,0)	0,2
Participação de Mercado - %	15,4	14,4	17,4	12,6	13,7		

Tabela 81. ACC/ACE

	Saldos					Var. % s/	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	4T18	3T19
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.523	1.903	2.312	1.988	1.132	(55,1)	(43,0)
Quantidade de Contratos	3.204	2.790	2.973	3.208	2.723	(15,0)	(15,1)
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	787	682	778	620	416	(47,2)	(32,9)

Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. No 4T19, foram desembolsados R\$

2,8 bilhões para os estados e municípios para viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira e tem fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 82. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	76,5%
Complexo de Soja	1º	1º	51,0%
Açúcar	1º	1º	34,0%
Carne de Frango	2º	1º	31,0%
Café	1º	1º	26,0%
Carne Bovina	1º	1º	22,0%
Milho	2º	1º	22,0%
Algodão	4º	2º	20,0%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

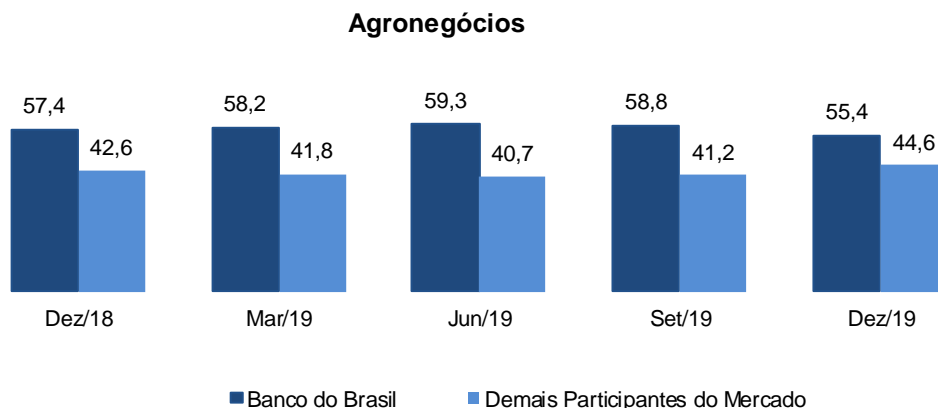
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

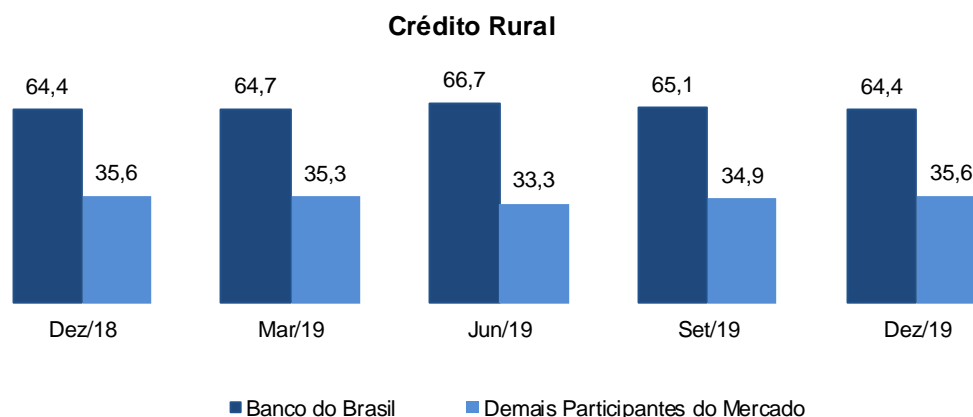
Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 55,4% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em dezembro de 2019.

Figura 26. Participação do BB – %



Se forem consideradas somente as operações de crédito rural, a participação do BB é de 64,4%.



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 83. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	24,9	77,0	28,7
Sul	26,8	13,8	25,9
Centro-Oeste	31,7	6,4	29,9
Nordeste	8,7	2,2	8,2
Norte	7,9	0,6	7,3

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Tabela 84. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	99,2	178.694	97,9	179.423	97,8	(4,2)	0,4
Crédito Rural	167.904	89,0	164.317	90,0	166.201	90,6	(1,0)	1,1
Pronaf	44.069	23,4	42.885	23,5	44.383	24,2	0,7	3,5
Custeio Agropecuário	37.871	20,1	36.142	19,8	37.416	20,4	(1,2)	3,5
Pronamp	23.387	12,4	22.812	12,5	23.265	12,7	(0,5)	2,0
FCO Rural	17.668	9,4	18.911	10,4	19.594	10,7	10,9	3,6
Investimento Agropecuário	15.108	8,0	16.289	8,9	17.409	9,5	15,2	6,9
Programa ABC	8.782	4,7	8.449	4,6	8.449	4,6	(3,8)	(0,0)
BNDES/Finame Rural	6.359	3,4	6.453	3,5	6.571	3,6	3,3	1,8
Comercialização Agropecuária	11.266	6,0	8.948	4,9	5.627	3,1	(50,1)	(37,1)
Demais	3.393	1,8	3.428	1,9	3.487	1,9	2,7	1,7
Crédito Agroindustrial	19.289	10,2	14.377	7,9	13.222	7,2	(31,5)	(8,0)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	0,8	3.850	2,1	4.113	2,2	178,3	6,8
Carteira Rural Ampliada	169.382	89,8	168.167	92,1	170.314	92,8	0,6	1,3
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0	(2,7)	0,5

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial, industrialização e demais.

Tabela 85. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	99,2	178.694	97,9	179.423	97,8	(4,2)	0,4
Investimento	93.597	49,6	94.307	51,7	97.387	53,1	4,0	3,3
Custeio	57.755	30,6	55.955	30,7	58.014	31,6	0,4	3,7
Agroindustrial	19.289	10,2	14.377	7,9	13.222	7,2	(31,5)	(8,0)
Comercialização	11.647	6,2	9.158	5,0	5.631	3,1	(51,7)	(38,5)
Industrialização	1.958	1,0	1.038	0,6	1.701	0,9	(13,1)	63,9
Demais	2.947	1,6	3.859	2,1	3.468	1,9	17,7	(10,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	0,8	3.850	2,1	4.113	2,2	178,3	6,8
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0	(2,7)	0,5

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 86. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	99,2	178.694	97,9	179.423	97,8	(4,2)	0,4
Bovinocultura	42.513	22,5	41.657	22,8	42.426	23,1	(0,2)	1,8
Carne	28.210	15,0	28.419	15,6	29.463	16,1	4,4	3,7
Leite	14.303	7,6	13.238	7,3	12.963	7,1	(9,4)	(2,1)
Máquinas e Implementos	25.637	13,6	26.732	14,6	27.787	15,1	8,4	3,9
Soja	20.392	10,8	20.001	11,0	19.905	10,8	(2,4)	(0,5)
Milho	9.095	4,8	8.570	4,7	7.754	4,2	(14,7)	(9,5)
Armazenagem	6.752	3,6	7.117	3,9	7.320	4,0	8,4	2,8
Melhoramento do Solo	5.553	2,9	5.816	3,2	6.135	3,3	10,5	5,5
Café	4.830	2,6	5.223	2,9	5.021	2,7	4,0	(3,9)
Pastagem	4.159	2,2	4.181	2,3	4.429	2,4	6,5	5,9
Cana-de-açúcar	4.619	2,4	3.177	1,7	3.088	1,7	(33,2)	(2,8)
Avicultura	3.392	1,8	2.870	1,6	3.002	1,6	(11,5)	4,6
Caminhões/Veículos	3.185	1,7	2.909	1,6	2.880	1,6	(9,6)	(1,0)
Arroz	2.271	1,2	2.061	1,1	1.861	1,0	(18,1)	(9,7)
Suínocultura	1.869	1,0	1.733	0,9	1.850	1,0	(1,0)	6,8
Eucalipto/Pinus/Florestas	1.986	1,1	1.820	1,0	1.759	1,0	(11,5)	(3,4)
Algodão	1.101	0,6	1.111	0,6	1.210	0,7	9,9	8,9
Trigo	1.045	0,6	850	0,5	864	0,5	(17,3)	1,6
Demais	29.507	15,6	28.488	15,6	28.912	15,8	(2,0)	1,5
Crédito Agroindustrial	19.289	10,2	14.377	7,9	13.222	7,2	(31,5)	(8,0)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	0,8	3.850	2,1	4.113	2,2	178,3	6,8
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0	(2,7)	0,5

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 87. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	99,2	178.694	97,9	179.423	97,8	(4,2)	0,4
Médio e Grande Produtor	101.038	53,6	104.092	57,0	103.208	56,2	2,1	(0,8)
Pequeno Produtor	47.382	25,1	47.027	25,8	49.001	26,7	3,4	4,2
Empresas	31.266	16,6	21.533	11,8	21.350	11,6	(31,7)	(0,8)
Cooperativas Agropecuárias	7.506	4,0	6.042	3,3	5.864	3,2	(21,9)	(2,9)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	0,8	3.850	2,1	4.113	2,2	178,3	6,8
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0	(2,7)	0,5

Na tabela seguinte é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 88. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	99,2	178.694	97,9	179.423	97,8	(4,2)	0,4
Pessoa Física	148.420	78,7	151.119	82,8	155.467	84,7	4,7	2,9
Pessoa Jurídica	38.773	20,6	27.575	15,1	23.956	13,1	(38,2)	(13,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	0,8	3.850	2,1	4.113	2,2	178,3	6,8
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0	(2,7)	0,5

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, o BB utiliza 75,6% de recursos direcionados e livres (principalmente poupança rural, letras de crédito do agronegócio – LCA e depósitos à vista). Além desses, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de fundos constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 89. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %
Poupança Rural	88.760	47,0	90.197	49,4	87.595	47,7
LCA	36.885	19,5	32.126	17,6	33.172	18,1
Depósitos à Vista	21.584	11,4	13.851	7,6	17.980	9,8
FCO	22.558	12,0	23.529	12,9	24.161	13,2
BNDES/FINAME	9.223	4,9	8.391	4,6	8.524	4,6
Demais ¹	9.661	5,1	14.450	7,9	12.103	6,6
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	100,0	182.544	100,0	183.536	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

Para tornar os financiamentos com taxas de juros diferenciadas viáveis, cobrindo os custos da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) a Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) o Fator de Ponderação: multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, o que possibilita que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com o objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem de equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

As receitas financeiras do agronegócio foram afetadas, principalmente, pela queda da TMS, que compõe a taxa de equalização. Considerando-se as receitas financeiras de crédito ao agronegócio, excluídas as receitas de equalização, tem-se um crescimento influenciado pelo crescimento da carteira rural.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 90. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Receitas de Equalização	842	834	764	722	628
Fator de Ponderação ¹	26	24	30	38	24
Total	868	858	794	760	653

1 – Série revisada no 4T19.

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 91. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	SalDOS		
	Dez/18	Set/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	178.694	179.423
Recursos Equalizáveis	90.598	83.597	88.897
Investimento	52.195	51.911	55.943
Custeio	36.089	30.118	30.601
Comercialização	755	1.568	776
Demais	1.558	0	1.577
Recursos Não-Equalizáveis	96.595	95.097	90.526
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.478	3.850	4.113
Carteira de Crédito Ampliada	188.671	182.544	183.536

No primeiro semestre da safra 2019/2020, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 46,1 bilhões em operações de crédito rural.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso no primeiro semestre da safra 2019/2020 com o mesmo período da Safra 2018/2019, detalhando o segmento do cliente e a finalidade do crédito.

Tabela 92. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 18/19	Safra 19/20	Var. (%)
Agricultura Familiar - Pronaf	7.428	8.326	12,1
Custeio	4.165	4.339	4,2
Investimento	3.263	3.925	20,3
Industrialização	-	61	-
Médios Produtores - Pronamp	6.175	8.053	30,4
Custeio	5.564	7.227	29,9
Investimento	611	826	35,2
Agricultura Empresarial	32.693	29.722	(9,1)
Custeio/Comercialização	24.774	21.736	(12,3)
Investimento	6.457	6.639	2,8
Industrialização	1.462	1.348	(7,8)
Total	46.296	46.101	(0,4)

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries (seguro agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o seguro faturamento.

A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/Proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco da operação.

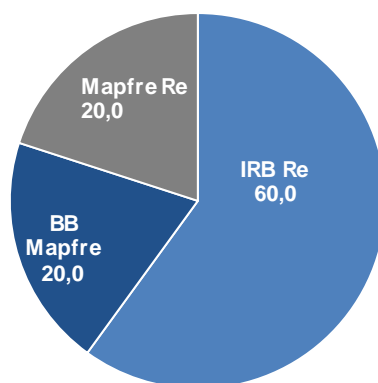
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 93. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 17/18	Part. %	Safra 18/19	Part. %	Safra 19/20	Part. %
Custeio Agrícola	17.794	100,0	18.858	100,0	18.775	100,0
Total com Mitigador	11.160	62,7	11.962	63,4	10.827	57,7
Proagro	3.650	20,5	3.545	18,8	3.421	18,2
Seguro Agrícola	7.210	40,5	8.159	43,3	7.376	39,3
Proteção de Preço	300	1,7	257	1,4	31	0,2
Sem Mitigador	6.634	37,3	6.896	36,6	7.948	42,3

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola no primeiro semestre da safra 2019/2020 foram distribuídos conforme a figura a seguir.

Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %



7.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 94. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada

Período	1º Cliente (%)	2º ao 20º (%)		21º ao 100º (%)		100 maiores (%)		
		Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	
Mar/18	3,8	24.017	11,7	73.391	9,9	62.117	25,4	159.525
Jun/18	3,7	23.894	11,9	75.643	9,7	61.723	25,3	161.260
Set/18	3,8	23.917	11,7	74.629	9,4	59.613	24,9	158.159
Dez/18	3,4	21.860	11,4	73.442	9,1	58.179	23,9	153.481
Mar/19	2,4	14.828	11,4	71.546	8,9	56.205	22,7	142.579
Jun/19	2,0	12.228	10,9	68.265	8,3	51.965	21,1	132.458
Set/19	1,9	12.178	11,0	68.750	7,8	49.063	20,8	129.990
Dez/19	1,9	12.112	10,3	63.911	7,0	43.374	19,2	119.397

Tabela 95. 100 Maiores Clientes em Relação ao Patrimônio de Referência

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Mar/18	19,0	24.017	58,0	73.391	49,1	62.117	126,0	159.525
Jun/18	18,4	23.894	58,2	75.643	47,5	61.723	124,0	161.260
Set/18	18,1	23.917	56,6	74.629	45,2	59.613	119,9	158.159
Dez/18	16,3	21.860	54,7	73.442	43,4	58.179	114,4	153.481
Mar/19	11,0	14.828	53,0	71.546	41,7	56.205	105,7	142.579
Jun/19	9,4	12.228	52,4	68.265	39,9	51.965	101,8	132.458
Set/19	9,1	12.178	51,2	68.750	36,5	49.063	96,8	129.990
Dez/19	9,2	12.112	48,4	63.911	32,8	43.374	90,3	119.397

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 96. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Administração Pública	45.704	13,4	45.975	14,7	45.355	15,3	(0,8)	(1,3)
Alimentos de Origem Vegetal	34.467	10,1	32.697	10,4	29.893	10,1	(13,3)	(8,6)
Petroleiro	35.022	10,3	22.916	7,3	27.312	9,2	(22,0)	19,2
Energia Elétrica	24.364	7,1	27.076	8,6	21.136	7,1	(13,2)	(21,9)
Transportes	24.434	7,2	22.987	7,3	20.857	7,0	(14,6)	(9,3)
Serviços	21.776	6,4	19.925	6,4	20.828	7,0	(4,4)	4,5
Metalurgia e Siderurgia	24.650	7,2	20.356	6,5	16.553	5,6	(32,8)	(18,7)
Automotivo	16.205	4,8	14.306	4,6	12.668	4,3	(21,8)	(11,4)
Comércio Varejista	10.800	3,2	11.437	3,7	11.489	3,9	6,4	0,5
Alimentos de Origem Animal	15.234	4,5	12.910	4,1	10.307	3,5	(32,3)	(20,2)
Imobiliário	12.440	3,7	9.963	3,2	9.047	3,0	(27,3)	(9,2)
Instituições e Serviços Financeiros	8.790	2,6	9.282	3,0	9.019	3,0	2,6	(2,8)
Insumos Agrícolas	8.565	2,5	8.270	2,6	8.073	2,7	(5,7)	(2,4)
Fornecedores da Construção Civil	9.083	2,7	7.975	2,5	7.963	2,7	(12,3)	(0,2)
Eletroeletrônico	7.167	2,1	6.642	2,1	6.988	2,4	(2,5)	5,2
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	5.924	1,7	6.234	2,0	6.317	2,1	6,6	1,3
Químico	6.545	1,9	6.445	2,1	6.289	2,1	(3,9)	(2,4)
Têxtil e Confecções	6.394	1,9	6.089	1,9	6.125	2,1	(4,2)	0,6
Telecomunicações	6.195	1,8	5.992	1,9	5.844	2,0	(5,7)	(2,5)
Papel e Celulose	5.570	1,6	4.453	1,4	4.205	1,4	(24,5)	(5,6)
Madeireiro e Moveleiro	3.830	1,1	4.075	1,3	4.194	1,4	9,5	2,9
Construção Pesada	4.135	1,2	4.053	1,3	3.793	1,3	(8,3)	(6,4)
Couro e Calçados	1.791	0,5	1.564	0,5	1.494	0,5	(16,6)	(4,4)
Bebidas	1.651	0,5	1.324	0,4	1.314	0,4	(20,4)	(0,7)
Demais Atividades	26	0,0	204	0,1	175	0,1	582,9	(14,2)
Total	340.760	100,0	313.149	100,0	297.238	100,0	(12,8)	(5,1)
Carteira de Crédito Interna	260.365		231.184		221.513			
Carteira de Crédito Externa	25.269		25.964		21.449			
Garantias	16.013		15.156		14.864			
TVM	39.112		40.846		39.413			
Total	340.760		313.149		297.238			

7.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

No trimestre, foi constituída provisão prudencial extraordinária no valor de R\$ 2,9 bilhões. Esta foi realizada da seguinte forma: R\$ 1,2 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 1,1 bilhão no segmento pessoa jurídica e R\$ 570 milhões no segmento agroindustrial.

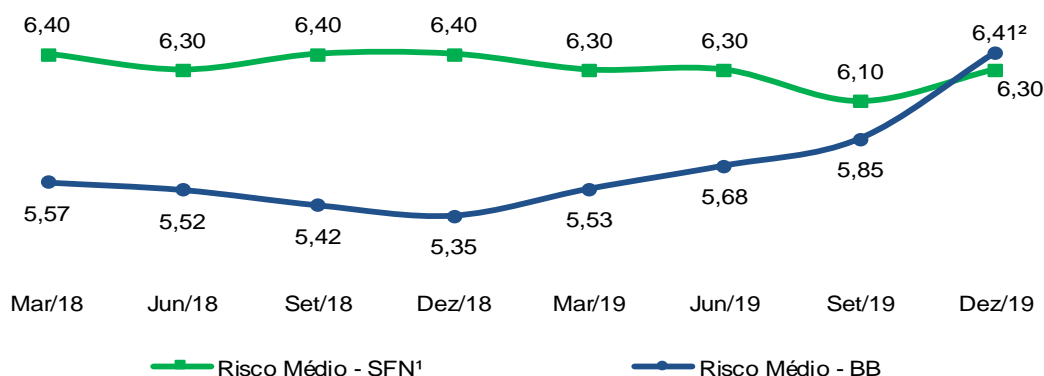
A despesa de PCLD Líquida, que considera a Recuperação de Crédito, reduziu 9,6% na comparação com o 3T19, impactada positivamente pelo aumento de 4,9% na Recuperação de Crédito (+R\$ 83,7 milhões).

No 2T19 ocorreu a entrada em recuperação judicial de um grupo do segmento *large corporate*. Dessa forma, os índices de cobertura da carteira foram afetados, o que explica a oscilação em relação ao período anterior. Mantivemos a simulação nas figuras e tabelas onde houve impacto.

Para demonstrar como os índices estão se comportando estruturalmente, os gráficos foram ajustados com simulação (linha tracejada) da exclusão desse caso específico.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

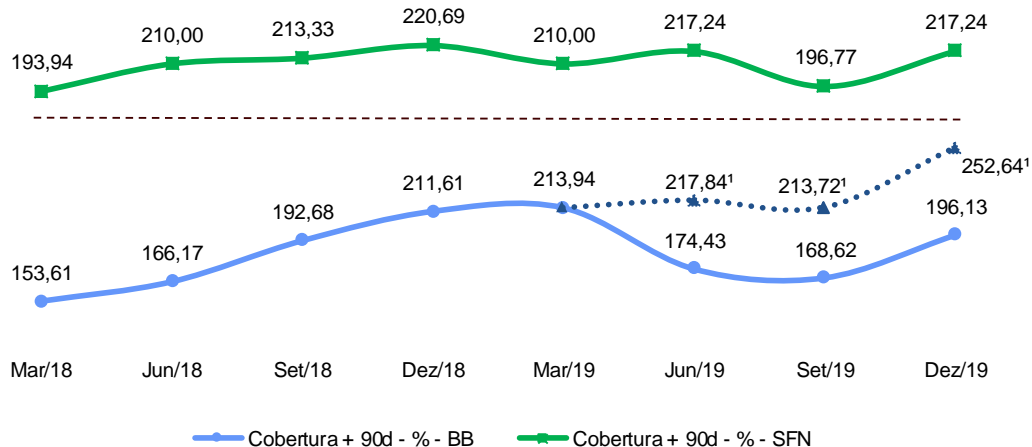
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 – Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.
2 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

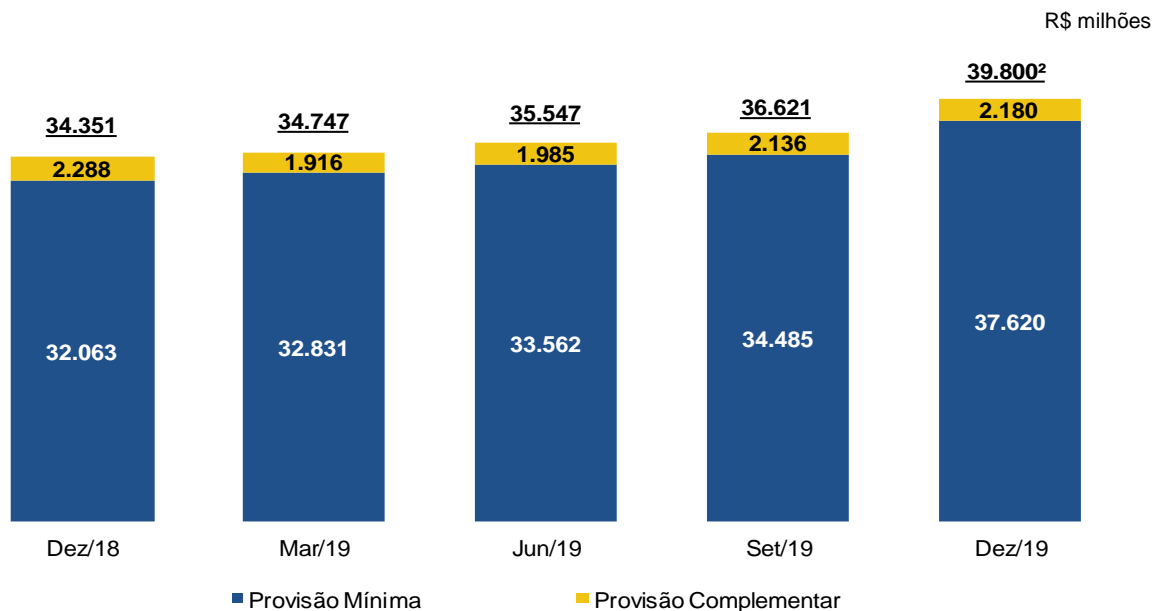
Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se a provisão mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos 30 níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada¹

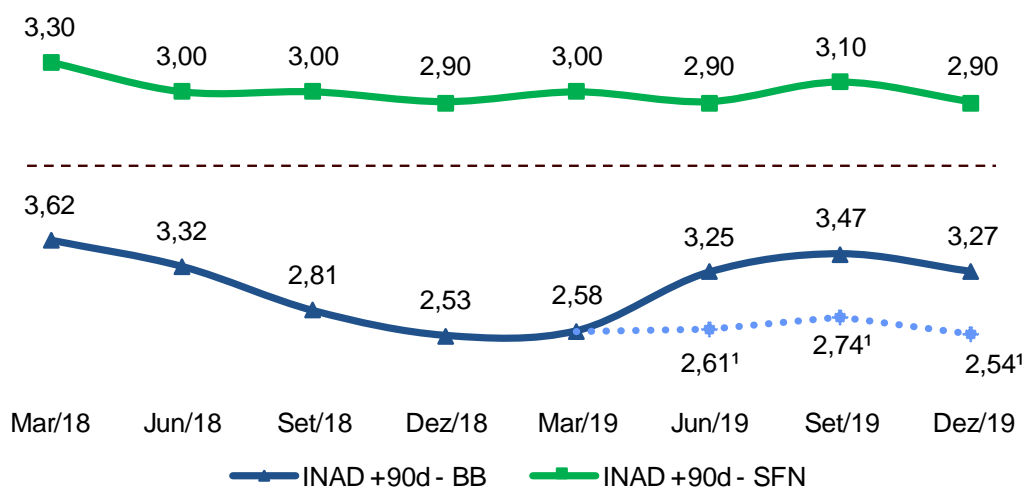


1 – Série revisada em Jun/19.

2 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

A seguir são apresentadas as inadimplências por segmento de atuação do BB.

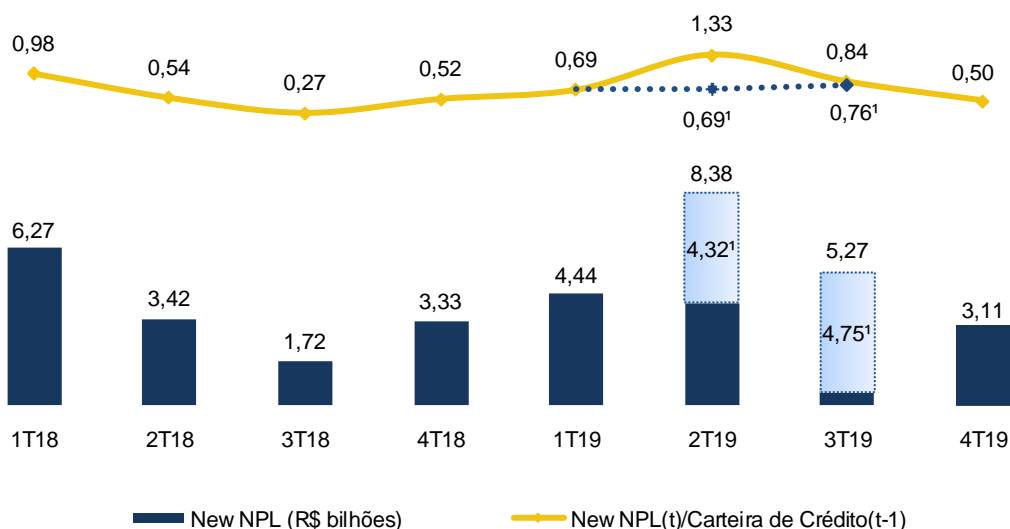
Tabela 97. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna

Gráficos Inad por Segmento - %	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Pessoa Física	3,49	3,33	3,27	3,08	3,25	3,31	3,52	3,41
Pessoa Jurídica	5,66	5,10	3,68	3,15	3,02	3,84	3,97	3,37
Pessoa Jurídica - Sem caso específico	-	-	-	-	-	3,23	3,09	2,49
Agronegócios	1,85	1,61	1,62	1,53	1,68	3,08	3,27	3,42
Agronegócios - Sem caso específico	-	-	-	-	-	1,54	1,70	1,85

No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

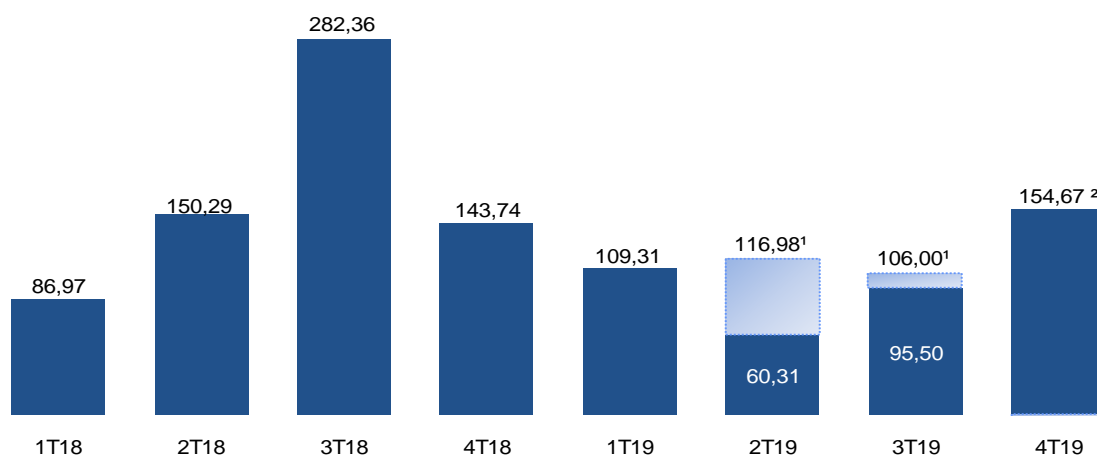
Figura 32. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada



1 – Simulação excluindo caso específico

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 33. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo caso específico.

2 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

Tabela 98. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %						
						Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Dez/18						Dez/19					
AA	332.130	-	-	-	51,7	294.239	-	-	-	47,4	
A	66.603	333	38	371	10,4	66.828	334	42	376	10,8	
B	138.889	1.389	485	1.874	21,6	150.152	1.502	543	2.045	24,2	
C	54.055	1.622	1.104	2.726	8,4	58.086	1.743	1.383	3.125	9,3	
D	13.106	1.311	596	1.907	2,0	9.997	1.000	196	1.196	1,6	
E	8.995	2.699	16	2.715	1,4	6.820	2.046	9	2.055	1,1	
F	4.399	2.199	45	2.244	0,7	3.781	1.890	6	1.896	0,6	
G	3.944	2.761	3	2.763	0,6	7.785	5.449	1	5.451	1,3	
H	19.750	19.750	-	19.750	3,1	23.656	23.656	-	23.656	3,8	
Total	641.871	32.063	2.288	34.351	100,0	621.345	37.620	2.180	39.800	100,0	
AA-C	591.677	3.344	1.627	4.971	92,2	569.306	3.578	1.968	5.546	91,6	
D-H	50.194	28.719	660	29.379	7,8	52.039	34.042	212	34.254	8,4	
Set/19						Dez/19					
AA	306.385	-	-	-	48,9	294.239	-	-	-	47,4	
A	64.831	324	38	363	10,4	66.828	334	42	376	10,8	
B	145.473	1.455	512	1.967	23,2	150.152	1.502	543	2.045	24,2	
C	57.771	1.733	1.337	3.070	9,2	58.086	1.743	1.383	3.125	9,3	
D	10.591	1.059	186	1.245	1,7	9.997	1.000	196	1.196	1,6	
E	8.469	2.541	25	2.565	1,4	6.820	2.046	9	2.055	1,1	
F	7.663	3.832	32	3.864	1,2	3.781	1.890	6	1.896	0,6	
G	4.552	3.186	5	3.191	0,7	7.785	5.449	1	5.451	1,3	
H	20.356	20.356	-	20.356	3,3	23.656	23.656	-	23.656	3,8	
Total	626.090	34.485	2.136	36.621	100,0	621.345	37.620	2.180	39.800	100,0	
AA-C	574.460	3.512	1.887	5.399	91,8	569.306	3.578	1.968	5.546	91,6	
D-H	51.630	30.973	248	31.222	8,2	52.039	34.042	212	34.254	8,4	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão trimestral sem a recuperação de crédito, bem como a carteira classificada média, além dos indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 99. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldo					Var. %	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	4T18	3T19
Despesas de PCLD							
(A) 12 meses	(20.229)	(19.631)	(19.552)	(19.732)	(19.748)	(2,4)	0,1
(B) 3 meses	(4.788)	(4.851)	(5.055)	(5.037)	(4.804)	0,3	(4,6)
Média da Carteira Classificada							
(C) 12 meses	633.079	633.028	631.918	629.397	626.609	(1,0)	(0,4)
(D) 3 meses	635.691	632.757	627.186	624.174	622.687	(2,0)	(0,2)
Recuperação de Operações em Perdas							
(E) 12 meses	6.008	6.528	6.471	6.560	6.745	12,3	2,8
(F) 3 meses	1.620	1.725	1.494	1.721	1.805	11,4	4,9
Índices de PCLD - %							
(A/C) 12 meses	3,20	3,10	3,09	3,14	3,15		
(B/D) 3 meses	0,75	0,77	0,81	0,81	0,77		

A seguir, apresentamos o resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns dos quais já mencionados anteriormente.

Tabela 100. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Carteira de Crédito Classificada	641.871	628.884	626.322	626.090	621.345
Operações Vencidas + 15 dias	27.633	29.002	33.387	34.213	33.272
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	4,31	4,61	5,33	5,46	5,35
Op. Venc. + 15 dias/Carteira de Crédito - % sem caso específico	-	-	4,62	4,73	4,62
Operações Vencidas + 60 dias	18.834	19.907	25.045	24.609	23.289
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,93	3,17	4,00	3,93	3,75
Op. Venc. + 60 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	3,29	3,20	3,02
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,37	1,45	1,33	1,53	1,61
Op. Venc. + 15-59 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	1,33	1,53	1,61
Operações Vencidas + 90 dias	16.233	16.241	20.378	21.718	20.293
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	2,53	2,58	3,25	3,47	3,27
Op. Venc. + 90 dias/Cart. de Créd. - sem caso específico %	-	-	2,61	2,74	2,54
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,78	2,03	2,08	2,00	2,09
Op. Venc. + 15-89 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	2,01	2,00	2,09
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	2,90	3,00	2,90	3,10	2,90
Saldo da Perda	3.348	2.705	2.751	2.213	2.727
Baixa para Prejuízo	4.968	4.430	4.245	3.935	4.532
Recuperação de Operações em Perdas	(1.620)	(1.725)	(1.494)	(1.721)	(1.805)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	32,60	38,94	35,20	43,74	39,83
Saldo da Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	2,10	1,73	1,77	1,42	1,77
Provisão (Mínima + Complementar + Adicional)	34.351	34.747	35.547	36.621	39.800
Provisão/Carteira de Crédito - %	5,35	5,53	5,68	5,85	6,41
Provisão/Carteira de Crédito - sem caso específico %	-	-	5,28	5,39	5,78
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - %	124,31	119,81	106,47	107,04	119,62
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - % sem caso específico	-	-	122,95	123,59	138,52
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - %	182,38	174,55	141,93	148,81	170,90
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - % sem caso específico	-	-	172,53	182,87	212,27
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	211,61	213,94	174,43	168,62	196,13
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - % sem caso específico	-	-	217,84	213,72	252,64

7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência há mais de 90 dias são apresentadas.

Tabela 101. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
	Dez/18						Dez/19				
AA	41.684	-	-	-	21,2	41.340	-	-	-	19,3	
A	29.272	146	19	166	14,9	31.576	158	22	180	14,8	
B	76.630	766	340	1.106	39,0	87.388	874	391	1.265	40,8	
C	32.581	977	670	1.648	16,6	33.575	1.007	715	1.722	15,7	
D	5.776	578	106	684	2,9	7.128	713	166	879	3,3	
E	2.327	698	-	698	1,2	2.388	716	-	716	1,1	
F	1.151	576	-	576	0,6	1.112	556	-	556	0,5	
G	1.089	762	-	762	0,6	1.050	735	-	735	0,5	
H	6.147	6.147	-	6.147	3,1	8.512	8.512	-	8.512	4,0	
Total	196.654	10.650	1.136	11.785	100,0	214.070	13.271	1.294	14.565	100,0	
AA-C	180.166	1.890	1.029	2.919	91,6	193.879	2.039	1.127	3.166	90,6	
D-H	16.489	8.760	106	8.866	8,4	20.190	11.232	166	11.399	9,4	
	Set/19						Dez/19				
AA	42.403	-	-	-	20,3	41.340	-	-	-	19,3	
A	30.848	154	21	175	14,8	31.576	158	22	180	14,8	
B	82.380	824	365	1.188	39,4	87.388	874	391	1.265	40,8	
C	34.202	1.026	711	1.738	16,4	33.575	1.007	715	1.722	15,7	
D	7.263	726	157	883	3,5	7.128	713	166	879	3,3	
E	2.629	789	-	789	1,3	2.388	716	-	716	1,1	
F	1.246	623	-	623	0,6	1.112	556	-	556	0,5	
G	1.006	704	-	704	0,5	1.050	735	-	735	0,5	
H	6.965	6.965	-	6.965	3,3	8.512	8.512	-	8.512	4,0	
Total	208.942	11.811	1.254	13.065	100,0	214.070	13.271	1.294	14.565	100,0	
AA-C	189.833	2.004	1.097	3.101	90,9	193.879	2.039	1.127	3.166	90,6	
D-H	19.109	9.807	157	9.964	9,1	20.190	11.232	166	11.399	9,4	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

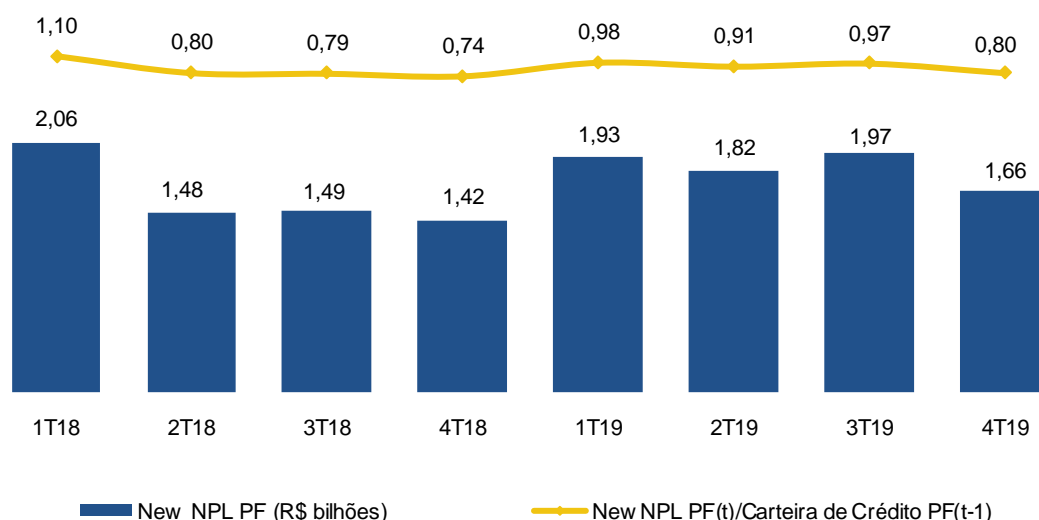
Tabela 102. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Carteira de Crédito Classificada PF	196.654	199.921	204.046	208.942	214.070
Provisão Inicial	11.343	11.785	12.104	12.436	13.065
1 - Migração de Risco	1.272	1.246	1.233	1.375	2.563
a) Piora de Risco	2.011	1.904	2.223	2.281	3.491
b) Melhora de Risco	(738)	(658)	(991)	(907)	(927)
2 - Contratações	622	649	684	679	724
3 - Perdas	(1.618)	(1.506)	(1.562)	(1.374)	(1.708)
Total (1 + 2 + 3)	276	389	355	679	1.579
Outros Impactos ¹	166	(71)	(23)	(50)	(79)
Provisão Requerida	11.785	12.104	12.436	13.065	14.565
Despesas de Provisão - R\$ milhões	2.061	1.824	1.894	2.003	3.208
Provisão/Carteira - %	5,99	6,05	6,09	6,25	6,80
Fluxo da Provisão/Carteira - %	1,05	0,91	0,93	0,96	1,50
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	6,31	6,76	6,66	7,29	7,01
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	3,71	4,00	4,07	4,26	4,16
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	3,08	3,25	3,31	3,52	3,41

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

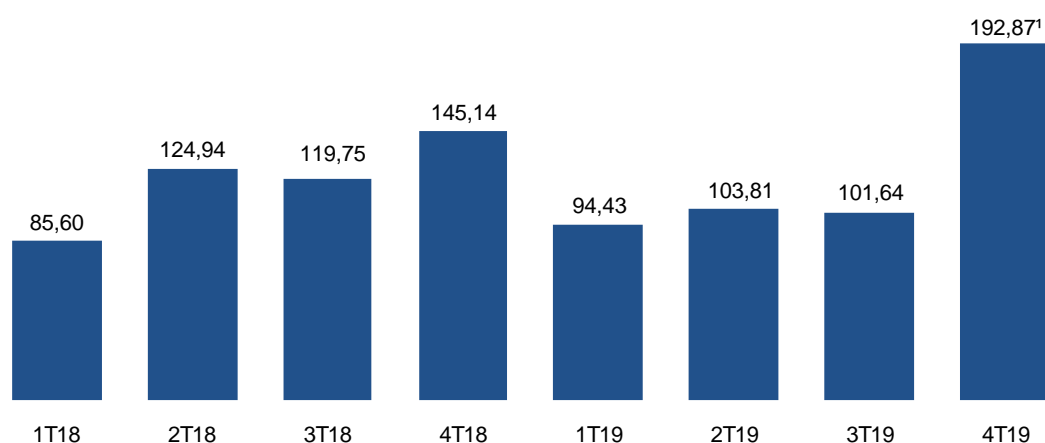
O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres.

Figura 34. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Física



No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 35. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura) - %



1 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

A próxima tabela apresenta a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio.

Tabela 103. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

	Dez/18		Set/19		Dez/19	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	3,08	100,0	3,52	100,0	3,41	100,0
Crédito Consignado	1,94	36,1	1,70	37,4	1,51	37,9
Financiamento Imobiliário	2,54	24,6	3,07	23,6	2,79	23,0
Cartão de Crédito	2,41	14,8	3,28	13,9	3,08	15,1
CDC Salário	4,63	9,5	4,20	9,5	4,48	8,8
Financiamento de Veículos	0,94	5,3	1,21	4,6	1,39	4,1

Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da

Tabela 105. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

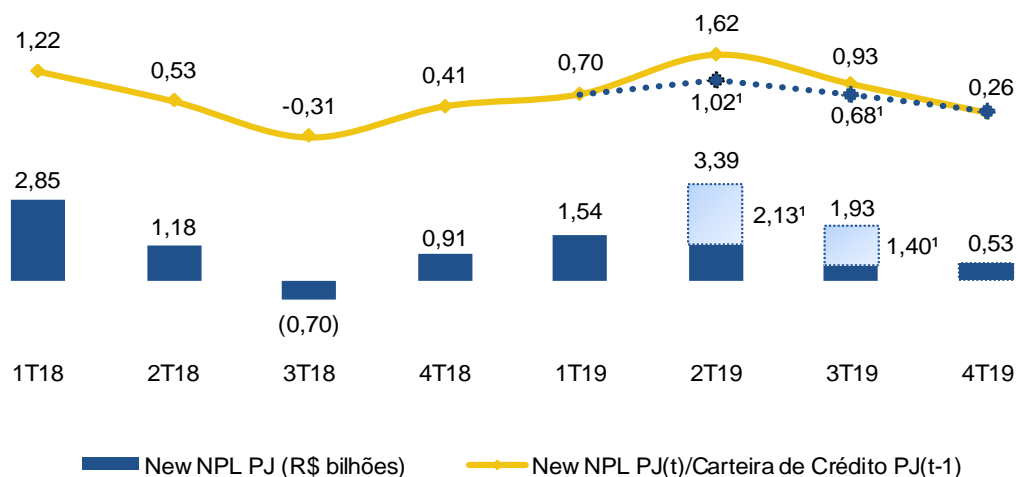
R\$ milhões, exceto quando indicado	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Carteira de Crédito Classificada PJ	221.596	209.587	206.498	203.572	197.523
Provisão Inicial	16.006	15.981	15.616	16.028	16.337
1 - Migração de Risco	1.563	1.231	1.615	1.601	2.479
a) Piora de Risco	2.129	1.669	2.065	2.085	2.968
b) Melhora de Risco	(567)	(439)	(450)	(483)	(490)
2 - Contratações	336	282	326	248	472
3 - Perdas	(2.025)	(2.204)	(1.786)	(1.776)	(1.953)
Total (1 + 2 + 3)	(126)	(692)	156	74	998
Outros Impactos ¹	101	326	256	235	78
Provisão Requerida	15.981	15.616	16.028	16.337	17.413
Despesas de Provisão - R\$ milhões ²	2.000	1.839	2.198	2.084	3.029
Provisão/Carteira - %	7,21	7,45	7,76	8,03	8,82
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,90	0,88	1,06	1,02	1,53
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	4,55	4,98	5,90	5,23	4,60
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - % - s/caso específico	-	-	5,09	4,35	3,72
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	3,53	3,79	5,12	4,32	3,72
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - % - s/ caso específico	-	-	-	3,45	2,84
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	3,15	3,02	3,84	3,97	3,37
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - % - s/caso específico	-	-	3,23	3,09	2,49

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

2 - Série reprocessada.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa jurídica nos últimos oito trimestres. O *New NPL* do 3T18 foi extraordinário por conta da regularização de um caso específico no segmento *Large Corporate*. Descontado este caso, o *New NPL* seria de 0,87%.

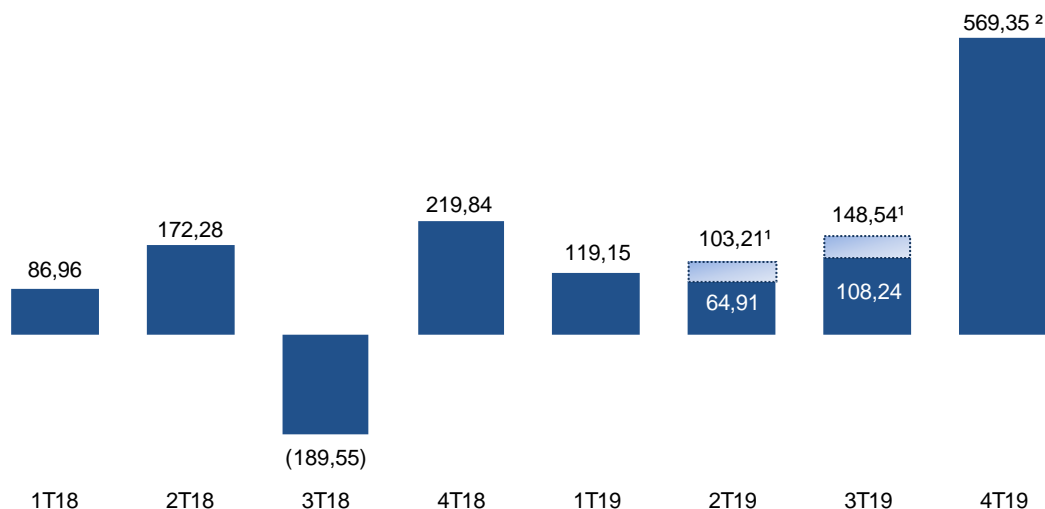
Figura 37. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica



1 – Simulação excluindo caso específico

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 38. Despesa Trimestral de PCLD sobre New NPL (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo caso específico.
 2 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

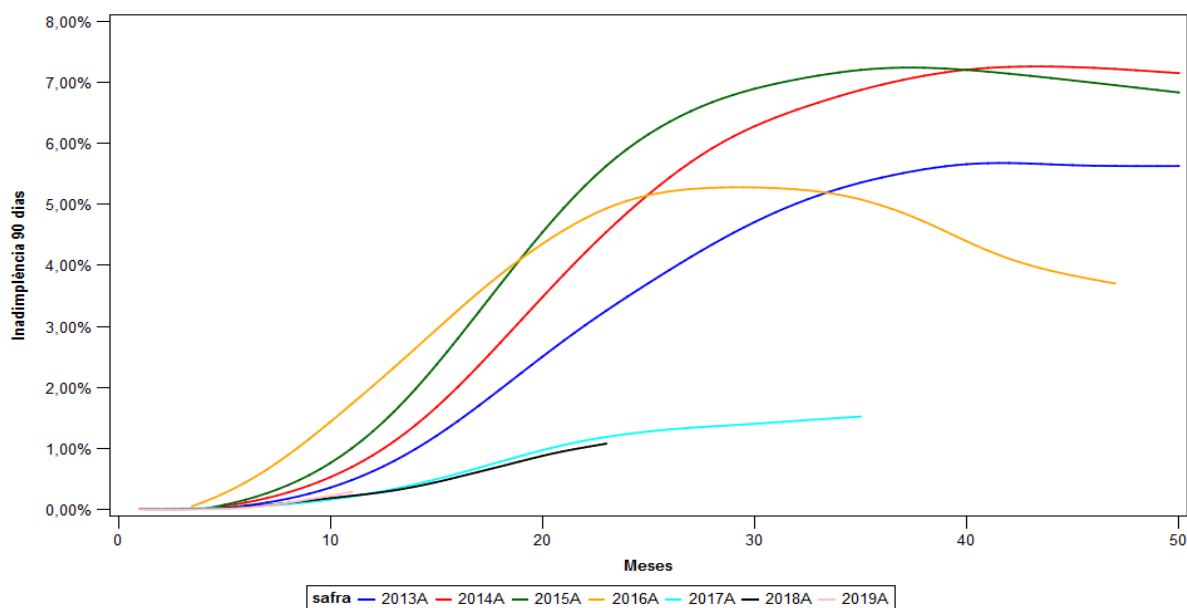
Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. No terceiro e quarto trimestre de 2019 houve impacto de caso específico em uma operação de investimento. Se não se considerasse esse evento, o índice de inadimplência PJ seria de 2,49%.

Tabela 106. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

	Dez/18		Set/19		Dez/19	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	3,15	100,0	3,97	100,0	3,37	100,0
Capital de Giro	1,00	49,8	1,87	50,0	1,72	50,1
Investimento	0,90	23,2	2,44	24,3	2,39	25,3
ACC/ACE	1,36	8,6	0,23	7,9	0,40	6,2
Recebíveis	0,97	6,2	1,06	5,7	0,67	6,6

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPME na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 39. Safra Anual – Carteira MPME



7.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 107. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

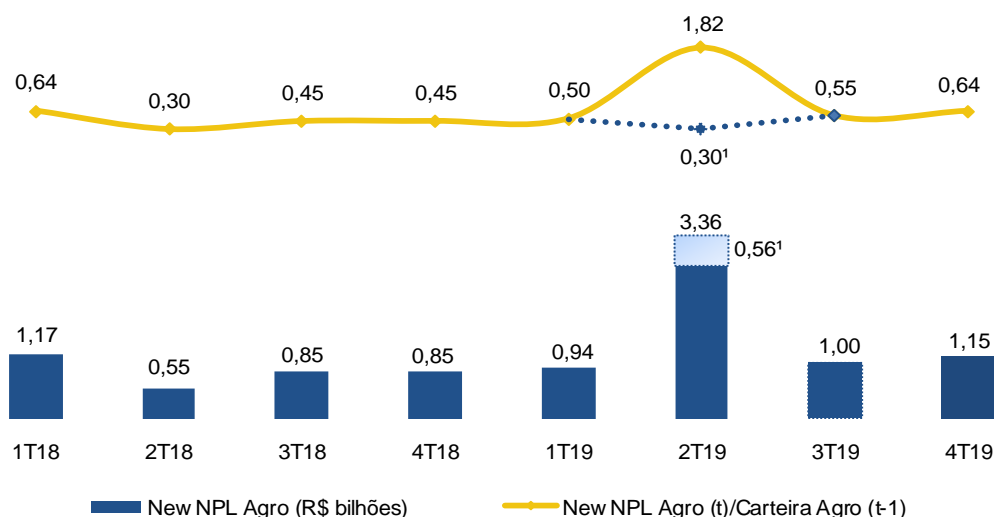
R\$ milhões	Dez/18					Dez/19				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	115.473	-	-	-	61,7	107.954	-	-	-	60,2
A	20.175	101	14	115	10,8	21.886	109	16	126	12,2
B	34.328	343	63	406	18,3	32.515	325	66	391	18,1
C	7.805	234	98	332	4,2	7.284	219	86	305	4,1
D	4.171	417	363	780	2,2	1.353	135	7	142	0,8
E	1.078	323	0	324	0,6	1.159	348	0	348	0,6
F	733	366	-	366	0,4	733	366	-	366	0,4
G	651	456	3	458	0,3	3.451	2.416	-	2.416	1,9
H	2.778	2.778	-	2.778	1,5	3.089	3.089	-	3.089	1,7
Total	187.193	5.019	542	5.561	100,0	179.423	7.007	176	7.182	100,0
AA-C	177.781	678	176	854	95,0	169.638	653	168	821	94,5
D-H	9.412	4.341	366	4.707	5,0	9.785	6.354	7	6.361	5,5

R\$ milhões	Set/19					Dez/19				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	109.545	-	-	-	61,3	107.954	-	-	-	60,2
A	20.621	103	14	117	11,5	21.886	109	16	126	12,2
B	32.172	322	65	386	18,0	32.515	325	66	391	18,1
C	6.918	208	88	295	3,9	7.284	219	86	305	4,1
D	1.262	126	7	134	0,7	1.353	135	7	142	0,8
E	1.085	325	0	326	0,6	1.159	348	0	348	0,6
F	3.492	1.746	-	1.746	2,0	733	366	-	366	0,4
G	676	473	-	473	0,4	3.451	2.416	-	2.416	1,9
H	2.923	2.923	-	2.923	1,6	3.089	3.089	-	3.089	1,7
Total	178.694	6.226	173	6.400	100,0	179.423	7.007	176	7.182	100,0
AA-C	169.256	632	166	798	94,7	169.638	653	168	821	94,5
D-H	9.437	5.594	7	5.601	5,3	9.785	6.354	7	6.361	5,5

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito do agronegócio nos últimos oito trimestres.

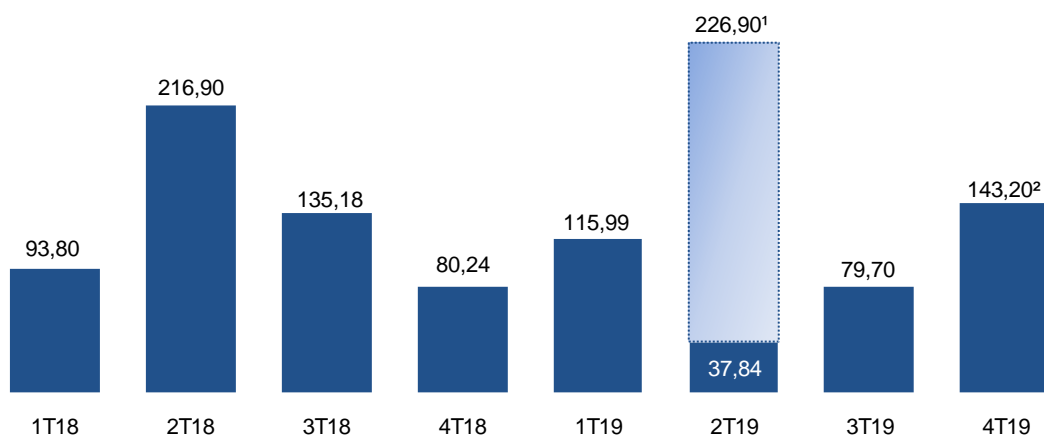
Figura 40. New NPL – Carteira de Crédito do Agronegócio



1 – Simulação excluindo caso específico.

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 41. Despesa Trimestral de PCLD sobre New NPL (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo casos específicos.

1 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao total da carteira, sendo possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio. No terceiro e quarto trimestre de 2019 houve impacto de caso específico. Se não se considerasse esse evento, o índice de inadimplência Agro seria de 1,85%.

Tabela 108. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Dez/18		Set/19		Dez/19	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	1,53	100,0	3,27	100,0	3,42	100,0
Pronaf	3,01	23,5	3,39	24,0	3,59	24,7
Custeio Agropecuário	0,89	20,2	1,07	20,2	1,22	20,9
Pronamp	2,44	12,5	2,44	12,8	2,68	13,0
BNDES/Finame Rural	1,85	3,4	1,35	3,6	1,78	3,7

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 109. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Dez/19				
						Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/18					Dez/19				
AA	83.659	-	-	-	56,4	89.743	-	-	-	57,7
A	18.361	92	14	106	12,4	21.340	107	16	123	13,7
B	32.319	323	56	379	21,8	30.566	306	57	363	19,7
C	7.570	227	97	324	5,1	6.996	210	83	293	4,5
D	1.435	143	11	154	1,0	1.342	134	7	141	0,9
E	1.030	309	-	309	0,7	1.143	343	-	343	0,7
F	693	346	-	346	0,5	685	342	-	342	0,4
G	628	439	-	439	0,4	642	449	-	449	0,4
H	2.726	2.726	-	2.726	1,8	3.010	3.010	-	3.010	1,9
Total	148.420	4.607	177	4.784	100,0	155.467	4.901	164	5.065	100,0
AA-C	141.908	642	167	809	95,6	148.645	622	157	779	95,6
D-H	6.512	3.965	11	3.975	4,4	6.822	4.279	7	4.286	4,4
	Set/19					Dez/19				
AA	87.847	-	-	-	58,1	89.743	-	-	-	57,7
A	19.964	100	13	113	13,2	21.340	107	16	123	13,7
B	30.185	302	57	359	20,0	30.566	306	57	363	19,7
C	6.658	200	85	284	4,4	6.996	210	83	293	4,5
D	1.251	125	7	132	0,8	1.342	134	7	141	0,9
E	1.027	308	-	308	0,7	1.143	343	-	343	0,7
F	667	333	-	333	0,4	685	342	-	342	0,4
G	644	451	-	451	0,4	642	449	-	449	0,4
H	2.876	2.876	-	2.876	1,9	3.010	3.010	-	3.010	1,9
Total	151.119	4.694	162	4.856	100,0	155.467	4.901	164	5.065	100,0
AA-C	144.655	601	154	756	95,7	148.645	622	157	779	95,6
D-H	6.464	4.093	7	4.100	4,3	6.822	4.279	7	4.286	4,4

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 110. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	148.420	148.673	151.675	151.119	155.467
Provisão Inicial	5.133	4.784	4.956	4.798	4.856
1 - Migração de Risco	746	920	742	855	1.116
a) Piora de Risco	1.462	1.257	1.319	1.363	1.490
b) Melhora de Risco	(716)	(336)	(577)	(509)	(375)
2 - Contratações	84	48	96	103	85
3 - Perdas	(982)	(697)	(833)	(733)	(838)
Total (1 + 2 + 3)	(152)	271	5	225	363
Outros Impactos ¹	(197)	(99)	(163)	(167)	(154)
Provisão Requerida	4.784	4.956	4.798	4.856	5.065
Despesas de Provisão - R\$ milhões	633	869	675	791	1.047
Provisão/Carteira - %	3,22	3,33	3,16	3,21	3,26
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,43	0,58	0,44	0,52	0,67

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 111. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
Dez/18						Dez/19				
AA	31.815	-	-	-	82,1	18.211	-	-	-	76,0
A	1.813	9	1	10	4,7	546	3	0	3	2,3
B	2.010	20	7	27	5,2	1.949	19	8	28	8,1
C	235	7	1	8	0,6	288	9	3	12	1,2
D	2.737	274	352	626	7,1	11	1	0	1	0,0
E	48	14	0	15	0,1	15	5	0	5	0,1
F	40	20	-	20	0,1	48	24	-	24	0,2
G	23	16	3	19	0,1	2.809	1.966	-	1.966	11,7
H	52	52	-	52	0,1	79	79	-	79	0,3
Total	38.773	413	364	777	100,0	23.956	2.106	12	2.118	100,0
AA-C	35.873	36	9	45	92,5	20.993	31	12	42	87,6
D-H	2.900	376	355	732	7,5	2.963	2.075	0	2.075	12,4
Set/19						Dez/19				
AA	21.698	-	-	-	78,7	18.211	-	-	-	76,0
A	657	3	0	4	2,4	546	3	0	3	2,3
B	1.986	20	8	28	7,2	1.949	19	8	28	8,1
C	260	8	3	11	0,9	288	9	3	12	1,2
D	11	1	0	1	0,0	11	1	0	1	0,0
E	58	17	0	18	0,2	15	5	0	5	0,1
F	2.825	1.412	-	1.412	10,2	48	24	-	24	0,2
G	32	22	-	22	0,1	2.809	1.966	-	1.966	11,7
H	48	48	-	48	0,2	79	79	-	79	0,3
Total	27.575	1.532	12	1.544	100,0	23.956	2.106	12	2.118	100,0
AA-C	24.601	31	11	42	89,2	20.993	31	12	42	87,6
D-H	2.973	1.501	0	1.501	10,8	2.963	2.075	0	2.075	12,4

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 112. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	38.773	36.066	29.530	27.575	23.956
Provisão Inicial	771	777	991	1.549	1.544
1 - Migração de Risco	48	214	585	20	593
a) Piora de Risco	75	221	590	24	601
b) Melhora de Risco	(27)	(7)	(4)	(5)	(8)
2 - Contratações	10	3	14	8	9
3 - Perdas	(42)	(4)	(41)	(13)	(21)
Total (1 + 2 + 3)	17	213	559	15	581
Outros Impactos ¹	(11)	1	(1)	(20)	(7)
Provisão Requerida	777	991	1.549	1.544	2.118
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	47	218	598	7	595
Provisão/Carteira - %	2,00	2,75	5,25	5,60	8,84
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,12	0,60	2,03	0,03	2,48

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função dessa regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Tabela 113. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	106.610	-	-	1.344	-	-
A	21.009	120	-	877	6	-
B	30.821	367	-	1.693	24	-
C	6.062	255	127	1.222	50	10
D	881	92	222	473	51	18
E	665	200	347	494	148	79
F	467	233	310	266	133	73
G	2.600	1.820	2.468	851	596	713
H	1.944	1.944	1.298	1.145	1.145	465
Total	171.058	5.031	4.773	8.365	2.152	1.358
AA-C	164.502	742	127	5.136	79	10
D-H	6.556	4.289	4.645	3.229	2.072	1.347

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na próxima tabela são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 114. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	187.193	184.739	181.206	178.694	179.423
Provisão	5.561	5.947	6.347	6.400	7.182
Operações Vencidas + 15 dias	4.704	4.360	7.134	7.821	8.626
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	2,51	2,36	3,94	4,38	4,81
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - s/ caso específico %	-	-	2,39	2,81	3,24
Operações Vencidas + 60 dias	3.363	3.508	6.045	6.447	6.804
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	1,80	1,90	3,34	3,61	3,79
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - s/caso específico %	-	-	1,79	2,04	2,23
Operações Vencidas + 90 dias	2.860	3.096	5.587	5.843	6.130
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	1,53	1,68	3,08	3,27	3,42
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - s/caso específico %	-	-	1,54	1,70	1,85
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,97	3,22	3,50	3,58	4,00
Baixa para Prejuízo	1.023	704	880	750	865
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	176.582	174.377	171.723	169.878	171.058
Provisão	3.795	4.062	4.390	4.458	5.031
Operações Vencidas + 90 dias	2.406	2.551	4.470	4.601	4.773
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	1,36	1,46	2,60	2,71	2,79
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	2,15	2,33	2,56	2,62	2,94
Baixa para Prejuízo	776	535	675	582	649
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	10.610	10.362	9.483	8.815	8.365
Provisão	1.766	1.885	1.957	1.942	2.152
Operações Vencidas + 90 dias	453	544	1.117	1.242	1.358
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	4,27	5,25	11,78	14,09	16,23
Provisão/Operações Prorrogadas - %	16,65	18,19	20,64	22,03	25,72
Baixa para Prejuízo	247	168	206	168	216

7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior

A tabela a seguir demonstra a carteira de crédito no exterior por nível de risco.

Tabela 115. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/18					Dez/19				
AA	24.388	-	-	-	66,9	20.094	-	-	-	66,3
A	5.768	29	-	29	15,8	4.159	21	-	21	13,7
B	4.991	50	0	50	13,7	5.252	53	0	53	17,3
C	258	8	0	8	0,7	133	4	0	4	0,4
D	60	6	0	6	0,2	36	4	0	4	0,1
E	20	6	-	6	0,1	122	37	-	37	0,4
F	9	4	-	4	0,0	8	4	-	4	0,0
G	50	35	-	35	0,1	23	16	-	16	0,1
H	884	884	-	884	2,4	502	502	-	502	1,7
Total	36.428	1.022	0	1.022	100,0	30.329	640	0	640	100,0
AA-C	35.405	87	0	87	97,2	29.638	77	0	78	97,7
D-H	1.023	936	-	936	2,8	691	562	0	562	2,3
	Set/19					Dez/19				
AA	24.161	-	-	-	69,3	20.094	-	-	-	66,3
A	4.149	21	0	21	11,9	4.159	21	-	21	13,7
B	5.452	55	0	55	15,6	5.252	53	0	53	17,3
C	132	4	0	4	0,4	133	4	0	4	0,4
D	31	3	0	3	0,1	36	4	0	4	0,1
E	129	39	-	39	0,4	122	37	-	37	0,4
F	243	122	-	122	0,7	8	4	-	4	0,0
G	29	21	-	21	0,1	23	16	-	16	0,1
H	556	556	-	556	1,6	502	502	-	502	1,7
Total	34.882	819	0	819	100,0	30.329	640	0	640	100,0
AA-C	33.893	79	0	79	97,2	29.638	77	0	78	97,7
D-H	989	740	0	740	2,8	691	562	0	562	2,3

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em três fases: condução, cobrança e regularização/recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar, no menor tempo possível, a operação inadimplente, o que reduz os custos de cobrança e provisão, além de manter o bom relacionamento com o cliente;
- III. A regularização e recuperação têm como finalidade minimizar as perdas e regularizar e recuperar o maior montante possível.

7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e regularização, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam ou que venham a ficar inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade alta, intermediária ou baixa de regularização dos créditos em atraso, conforme descrito abaixo:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto e eventuais cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e regularização de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de regularização e recuperação ocorre em diversos canais de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido;
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

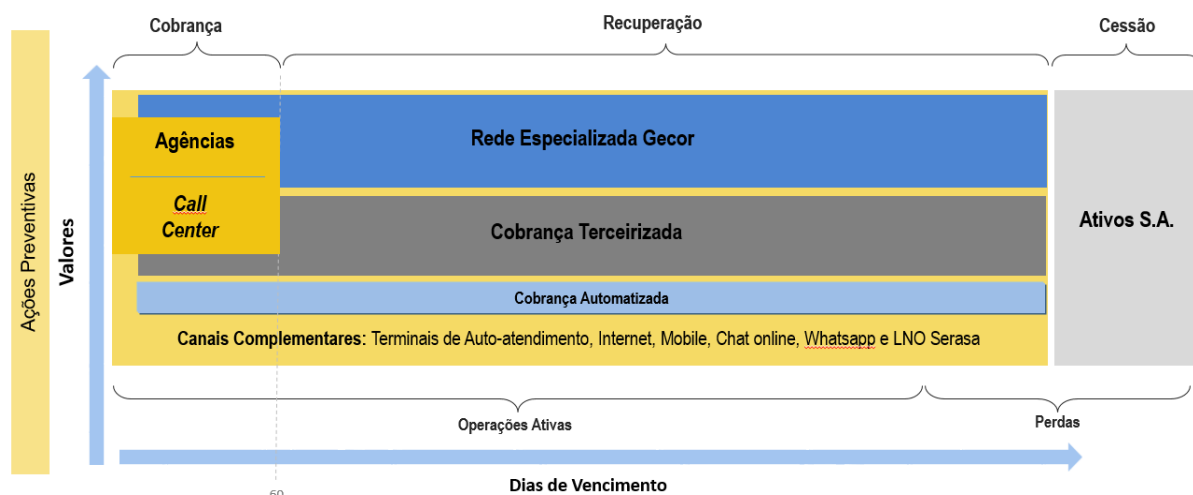
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e regularização, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança, regularização e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 42. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação

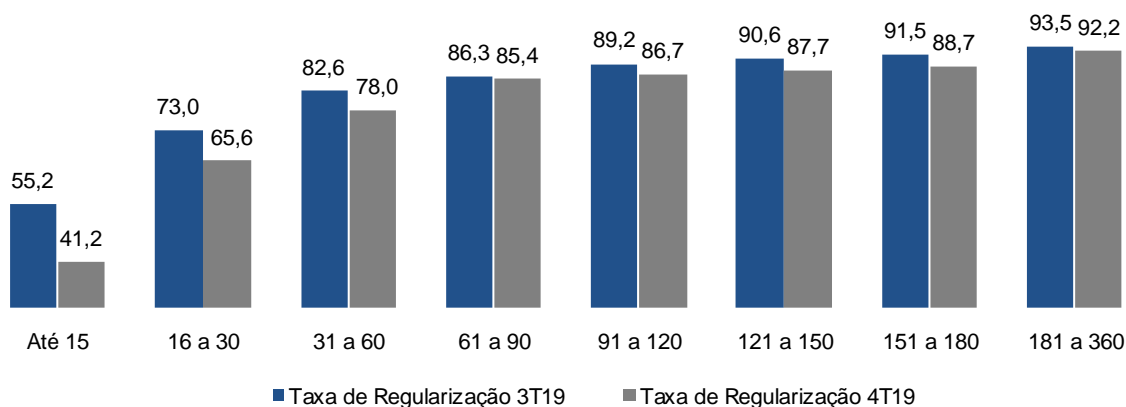


Rede Especializada Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento mais relevante.

7.3.4. Eficiência do Processo

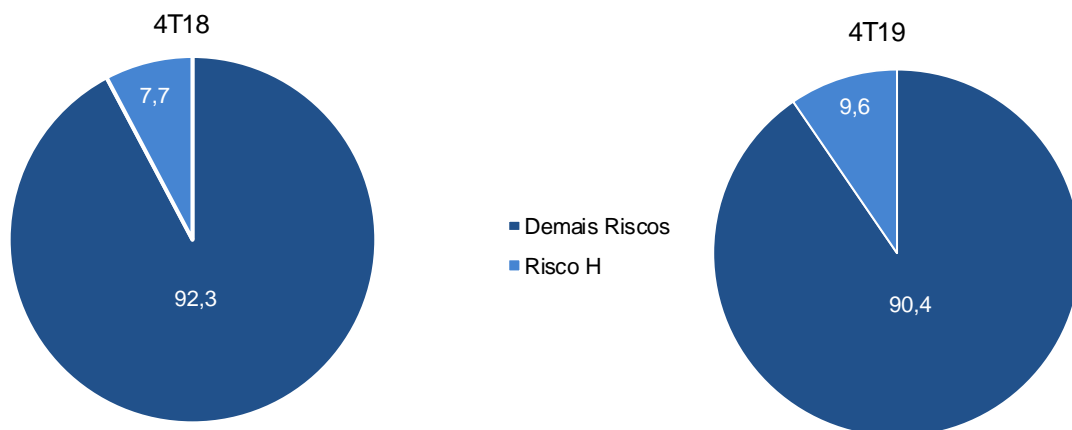
Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e regularização de créditos. Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Dez/19, 92,2% foram regularizados em até 360 dias.

Figura 43. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses, os créditos em atraso cobrados e recebidos, classificados em risco H, representaram 9,6% do total recebido. Os outros 90,4% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em melhores níveis de risco.

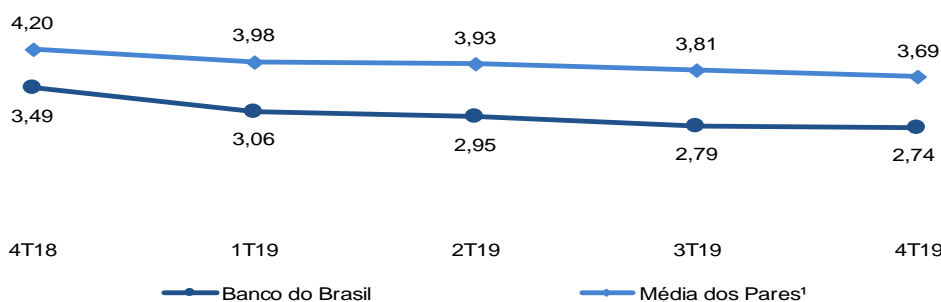
Figura 44. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %



1 - Acumulado em 12 meses

A estratégia de atuação preventiva do Banco reduz as perdas em relação à carteira de crédito. O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que a média dos principais pares de mercado.

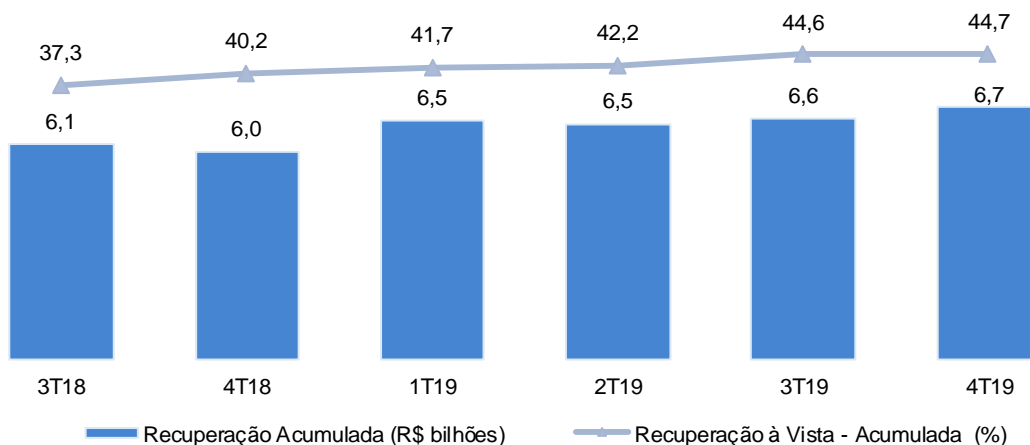
Figura 45. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 6,7 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 3,0 bilhões foi recebido em caixa, que alcançou o maior percentual desde o 3T18.

Figura 46. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 7.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

No 4T19 foram renovados mais de R\$ 23,2 bilhões, aumento de R\$ 10,1 bilhões frente ao 4T18. Esse desembolso reflete as menores taxas de juros nas operações, especialmente no crédito consignado. Cabe destacar que parte dessas operações foram realizadas com novos desembolsos, impulsionando essa carteira.

Tabela 116. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹

	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Créditos Renegociados	15.757	16.821	20.283	21.226	26.505
Renovados - Operações Vincendas	13.181	14.485	17.547	18.470	23.263
Renegociados por Atraso	2.576	2.336	2.736	2.756	3.242
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	22.911	22.874	22.727	22.669	23.141
Contratações	2.576	2.336	2.736	2.756	3.242
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(1.290)	(843)	(1.439)	(1.213)	(1.531)
Baixas para Prejuízo	(1.323)	(1.641)	(1.355)	(1.071)	(1.194)
Saldo Final (A)	22.874	22.727	22.669	23.141	23.657
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	12.234	12.229	12.165	12.249	12.804
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	3.857	3.650	3.584	3.554	3.156
Indicadores da Carteira Renegociada por Atraso - %					
Provisão/Carteira (B/A)	53,5	53,8	53,7	52,9	54,1
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	16,9	16,1	15,8	15,4	13,3
Índice de Cobertura (B/C)	317,2	335,0	339,5	344,7	405,6
Participação da Carteira Renegociada Por Atraso na Classificada	3,6	3,6	3,6	3,7	3,8

1 - Conforme Nota Explicativa 10.k

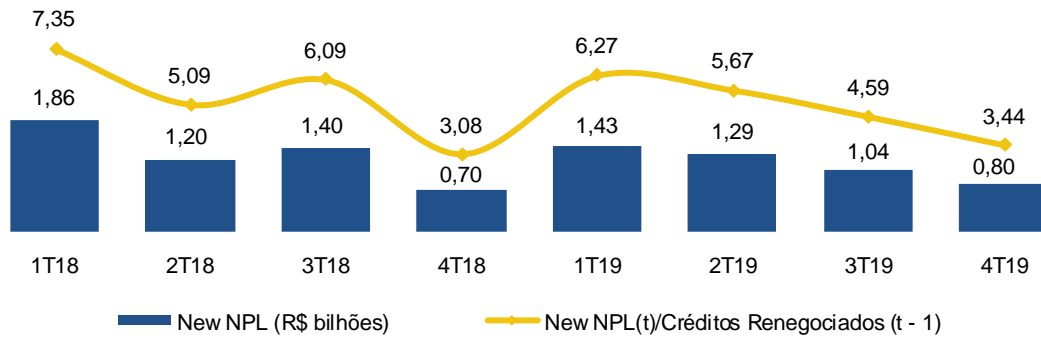
2 - Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados no período.

O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Do total de operações contratadas no 4T19 na carteira renegociada por atraso, 28,7% estavam em atraso há mais de 90 dias e 16,5% estavam em perdas.

Tabela 117. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso

R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Sem atraso (0 a 14 dias)	807	906	716	670	808
15 a 90 dias	756	406	806	705	968
Acima de 90 dias	663	571	813	857	930
Em prejuízo	350	453	401	524	536
Total	2.576	2.336	2.736	2.756	3.242

Figura 47. New NPL – % da Carteira Renegociada



Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada por nível de risco.

Tabela 118. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco

R\$ milhões	Dez/18			Set/19			Dez/19		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	249	-	1,1	293	-	1,3	268	-	1,1
A	367	2	1,6	175	1	0,8	170	1	0,7
B	2.494	25	10,9	3.056	31	13,2	3.093	31	13,1
C	2.607	78	11,4	2.348	70	10,1	2.615	78	11,1
D	1.501	150	6,6	1.452	145	6,3	1.390	139	5,9
E	3.317	995	14,5	3.683	1.105	15,9	3.552	1.066	15,0
F	1.751	875	7,7	1.793	896	7,7	1.545	772	6,5
G	1.600	1.120	7,0	1.137	796	4,9	1.027	719	4,3
H	8.989	8.989	39,3	9.205	9.205	39,8	9.998	9.998	42,3
Total	22.874	12.234	100,0	23.141	12.249	100,0	23.657	12.804	100,0
AA-C	5.717	105	25,0	5.871	102	25,4	6.146	110	26,0
D-H	17.157	12.129	75,0	17.270	12.147	74,6	17.511	12.694	74,0

8 - Captações

8.1. Captações Comerciais e Institucionais

O montante de captações comerciais cresceu 0,2% em relação a Set/19, influenciado principalmente pelo crescimento do saldo de depósitos à vista, a prazo e de poupança. Na comparação anual, os depósitos de poupança e judiciais influenciaram o crescimento de 3,4%, parcialmente compensados pela queda em LCA, depósitos interfinanceiros e operações compromissadas com títulos privados.

Tabela 119. Captações Comerciais

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Captações Comerciais	599.656	100,0	618.872	100,0	619.963	100,0	3,4	0,2
Depósitos de Poupança	174.855	29,2	176.724	28,6	180.943	29,2	3,5	2,4
Depósitos Judiciais	135.481	22,6	156.764	25,3	154.065	24,9	13,7	(1,7)
Depósitos a Prazo ¹	74.222	12,4	74.249	12,0	78.928	12,7	6,3	6,3
Letras de Crédito do Agronegócio	78.937	13,2	82.222	13,3	75.882	12,2	(3,9)	(7,7)
Depósitos à Vista	67.811	11,3	68.433	11,1	71.067	11,5	4,8	3,8
Depósitos Interfinanceiros	33.669	5,6	32.512	5,3	29.128	4,7	(13,5)	(10,4)
Letras de Crédito Imobiliário ³	17.265	2,9	15.492	2,5	16.993	2,7	(1,6)	9,7
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	17.418	2,9	12.478	2,0	12.958	2,1	(25,6)	3,8

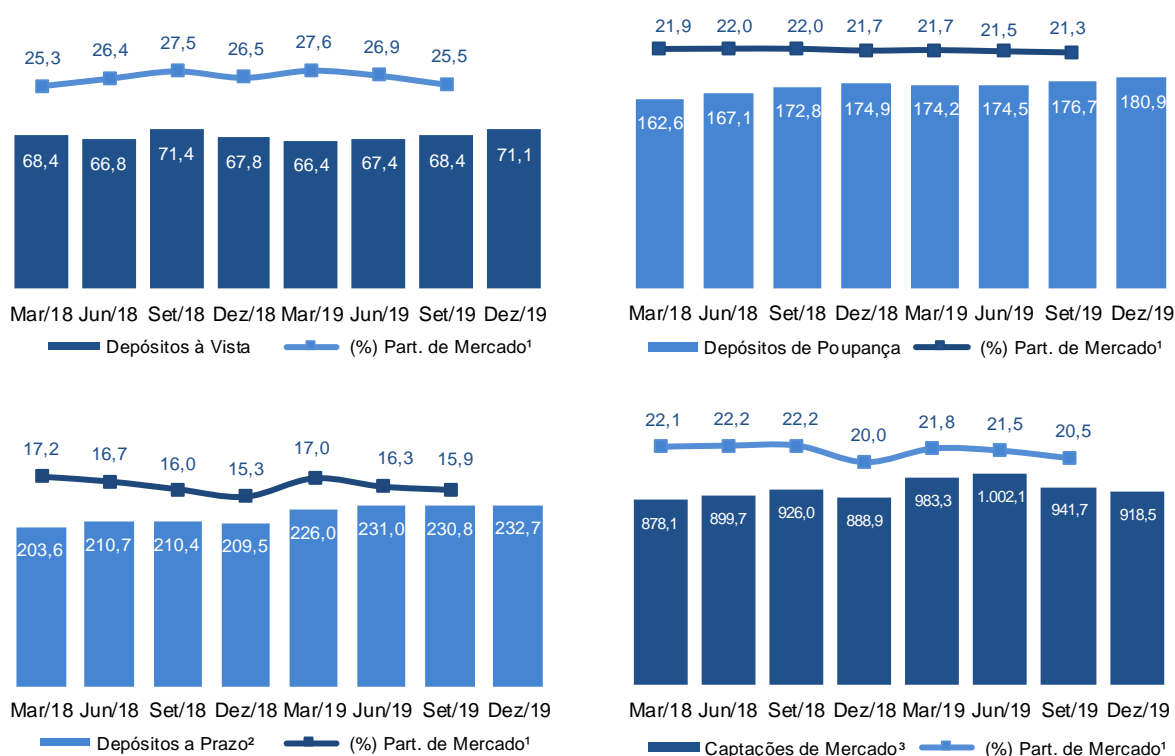
1 - Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas.

2 - Inclui parte dos saldos de Títulos Privados constante das Notas Explicativas.

3 - Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do SFN.

Figura 48. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em < <https://www3.bcb.gov.br/ffdata/#> >. Posição: Setembro de 2019.

2 - Inclui os depósitos judiciais.

3 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais.

Tabela 120. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Captações Institucionais	202.970	100,0	201.576	100,0	199.518	100,0	(1,7)	(1,0)
Op. de Emp., Cessões e Repasses	111.590	55,0	108.317	53,7	107.259	53,8	(3,9)	(1,0)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	33.235	16,4	35.636	17,7	34.292	17,2	3,2	(3,8)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	23.080	11,4	31.080	15,4	31.474	15,8	36,4	1,3
Letras Financeiras	23.543	11,6	14.325	7,1	14.494	7,3	(38,4)	1,2
Dívida Subordinada no Exterior	11.523	5,7	12.219	6,1	11.999	6,0	4,1	(1,8)

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto) do BB, incluindo o Banco Patagonia e BB Americas.

Tabela 121. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Captações no Exterior	35.953	100,0	33.652	100,0	32.464	100,0	(9,7)	(3,5)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	14.334	39,9	15.394	45,7	15.728	48,4	9,7	2,2
Depósitos e Empréstimos Interbancários	12.074	33,6	11.248	33,4	9.859	30,4	(18,4)	(12,3)
Pessoa Jurídica	4.612	12,8	3.516	10,4	3.407	10,5	(26,1)	(3,1)
Pessoa Física	3.753	10,4	3.095	9,2	3.145	9,7	(16,2)	1,6
Compromissadas	1.084	3,0	327	1,0	241	0,7	(77,7)	(26,3)
Special Account	95	0,3	71	0,2	85	0,3	(11,0)	18,9

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 122. Captações Comerciais no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Captações no Exterior	35.953	100,0	33.652	100,0	32.464	100,0	(9,7)	(3,5)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	14.334	39,9	15.394	45,7	15.728	48,4	9,7	2,2
Depósitos a Prazo	9.764	27,2	9.055	26,9	8.646	26,6	(11,5)	(4,5)
Empréstimos	4.951	13,8	4.480	13,3	4.195	12,9	(15,3)	(6,4)
Depósitos à Vista	2.360	6,6	1.973	5,9	2.053	6,3	(13,0)	4,0
Depósitos de Poupança	1.442	4,0	1.085	3,2	1.095	3,4	(24,0)	1,0
Call Account	1.261	3,5	773	2,3	185	0,6	(85,3)	(76,1)
Compromissadas	1.084	3,0	327	1,0	241	0,7	(77,7)	(26,3)
Pledge	354	1,0	312	0,9	23	0,1	(93,6)	(92,8)
Over	309	0,9	180	0,5	214	0,7	(30,8)	19,0
Special Account	95	0,3	71	0,2	85	0,3	(11,0)	18,9

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 80,4% do total de usos.

A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Tabela 123. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Fontes	764.462	100,0	778.433	100,0	772.283	100,0	1,0	(0,8)
Captações Comerciais	599.656	78,4	618.872	79,5	619.963	80,3	3,4	0,2
Depósitos Totais	486.037	63,6	508.681	65,3	514.131	66,6	5,8	1,1
LCA + LCI	96.202	12,6	97.713	12,6	92.875	12,0	(3,5)	(5,0)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	17.418	2,3	12.478	1,6	12.958	1,7	(25,6)	3,8
Obrigações por Repasses no País	66.731	8,7	62.207	8,0	60.909	7,9	(8,7)	(2,1)
Dívida Subordinada	58.829	7,7	50.570	6,5	50.487	6,5	(14,2)	(0,2)
Obrigações no Exterior ²	44.067	5,8	50.376	6,5	49.440	6,4	12,2	(1,9)
IHCD	33.235	4,3	35.636	4,6	34.292	4,4	3,2	(3,8)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.522	2,0	16.772	2,2	17.013	2,2	9,6	1,4
Demais Letras Bancárias ³	5.537	0,7	5.271	0,7	5.303	0,7	(4,2)	0,6
Depósitos Compulsórios	(59.115)	(7,7)	(61.273)	(7,9)	(65.124)	(8,4)	10,2	6,3
Usos	764.462	100,0	778.433	100,0	772.283	100,0	1,0	(0,8)
Carteira de Crédito Líquida (a)	646.630	84,6	630.148	81,0	620.838	80,4	(4,0)	(1,5)
Carteira de Crédito Classificada	641.871	84,0	626.090	80,4	621.345	80,5	(3,2)	(0,8)
TVM Privados	39.110	5,1	40.678	5,2	39.293	5,1	0,5	(3,4)
Provisão para Risco de Crédito	(34.351)	(4,5)	(36.621)	(4,7)	(39.800)	(5,2)	15,9	8,7
Recursos Disponíveis	117.832	15,4	148.285	19,0	151.445	19,6	28,5	2,1
Linhas de Repasse no País (b)	111.797	14,6	108.504	13,9	107.493	13,9	(3,9)	(0,9)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	534.833	70,0	521.643	67,0	513.345	66,5	(4,0)	(1,6)
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	133,0		123,9		120,8			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	107,8		101,8		100,1			
Cart. de Crédito Líq. Ajustada / Captações Comerciais	89,2		84,3		82,8			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	84,6		81,0		80,4			

1 - Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.

2 - Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior.

3 - Inclui letras financeiras e debêntures.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível em bb.com.br/ri.

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais até Dez/19.

Tabela 124. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Saldo em Dez/19 (US\$ mil)	Rating S&P/Moody's/ Fitch	Programa
20/10/2009	PERPÉTUO	20/10/2020	1.500.000	8,50 S	100,00	8,50	518,8	USD	898.512	SR / B2 / SR	Perpétuo
22/01/2010	22/01/2020		500.000	6,000 S	99,45	6,07	237,5	USD	500.000	BB- / Ba2 / BB-	GMTN
05/10/2010	15/01/2021		660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	660.000	SR / Ba3 / SR	Subordinada
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	1.500.000	SR / Ba3 / SR	Subordinada
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	548.727	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	750.000	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012	19/01/2023		750.000	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	750.000	B- / Ba3 / SR	Subordinada
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	1.809.700	BB- / Ba2 / BB-	3(a)2
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	1.988.000	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	2.169.700	CCC+ / B2 / SR	Perpétuo
23/10/2017	15/01/2025		1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250,9	USD	1.000.000	BB- / Ba2 / BB-	EMTN
19/04/2018	19/04/2023		750.000	4,875 S	100,00	4,88	219,9	USD	750.000	BB- / Ba2 / BB-	EMTN
20/03/2019	20/03/2024		750.000	4,750 S	100,00	4,75	232,0	USD	750.000	BB- / Ba2 / SR	EMTN
02/07/2019	15/06/2026		200.000	3,70 T	100,00	3,70	N/A	USD	200.000	BBB	MT 100
02/07/2019	15/06/2024		100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	N/A	USD	100.000	BBB	MT 100
02/07/2019	15/06/2024		100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	N/A	USD	100.000	BBB	MT 100

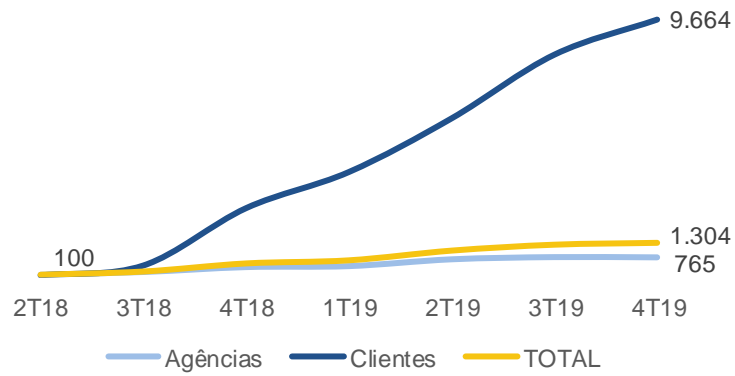
1 - A: anual; S: semestral; T: trimestral.

8.2. Assessoria em Investimentos

Em março de 2018, o Banco criou a Gerência Assessoria em Investimentos (GEINV), com o objetivo de prestar apoio às agências e assessoria aos clientes investidores. As assessorias são prestadas por especialistas em investimentos certificados, e sua atuação tem trazido resultados importantes na captação de recursos, fundos de investimento, previdência e incremento das receitas de prestação de serviços.

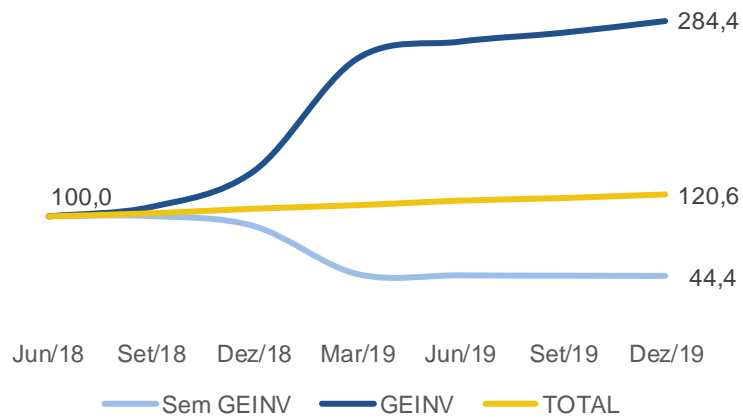
A figura a seguir mostra a evolução no número de atendimentos dos gerentes de investimentos no apoio às agências e diretamente aos clientes.

Figura 49. Quantidade de Atendimentos - Base 100



A atuação dos gerentes especialistas em investimentos tem se traduzido em maior captação e retenção de investimentos, quando comparado ao público não atendido pelos especialistas.

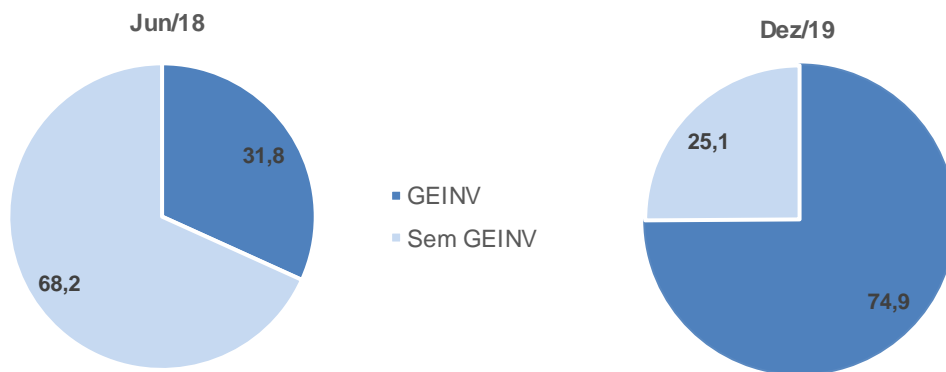
Figura 50. Ativos sob Gestão¹ no Segmento Estilo - Base 100



1 - Não inclui poupança.

A participação da GEINV na assessoria aos clientes do segmento Estilo também tem crescido, abrangendo 74,9% dos ativos sob gestão em Dez/19, se comparado a 31,8% em Jun/18.

Figura 51. Participação GEINV nos Ativos sob Gestão¹ no Segmento Estilo - %



1 - Não inclui poupança.

9 – Serviços Financeiros

9.1. Meios de Pagamento

O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de meios eletrônicos de pagamento.

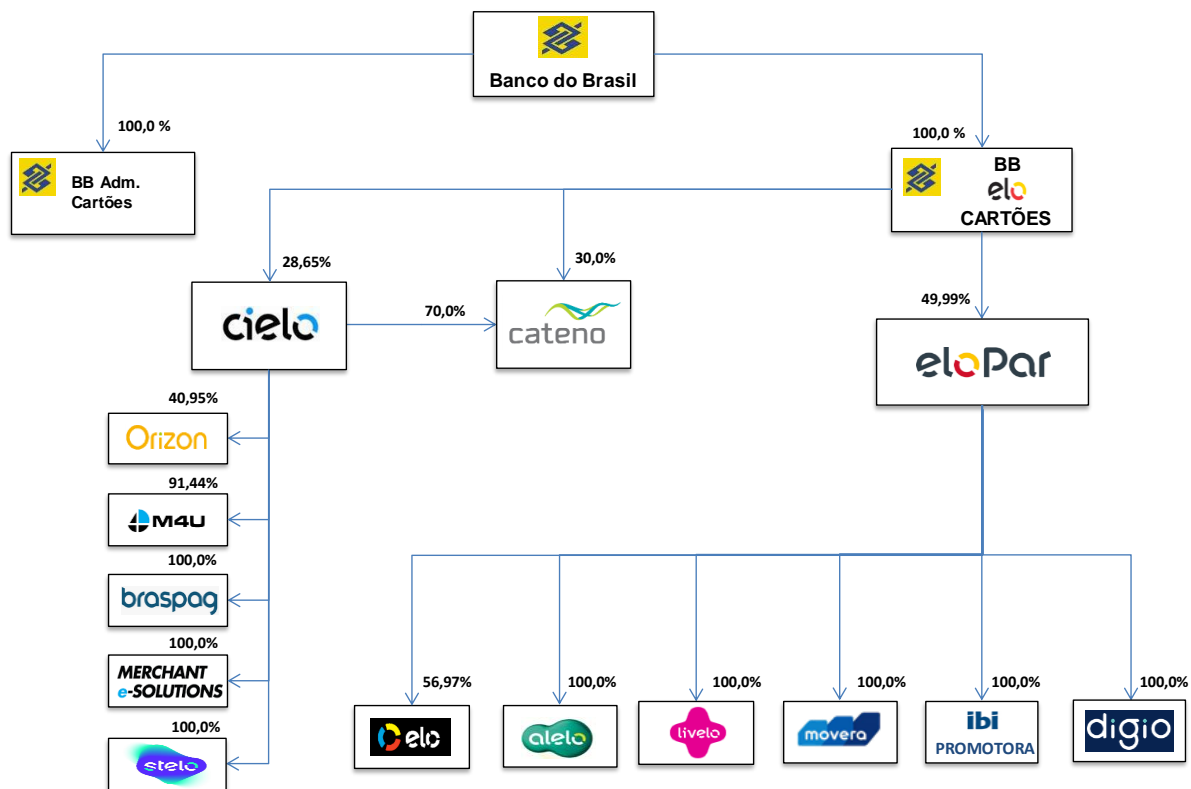
Com investimento permanente em tecnologia, o BB entrega aos seus clientes as últimas soluções tecnológicas disponíveis no segmento, objetivando a produtividade, agilidade e, principalmente, a satisfação dos clientes. Destaque para o amplo portfólio de soluções de pagamento para pessoa física, jurídica, agronegócio e governo.

Com foco em retenção e fidelização, o BB tem investido para tornar a experiência do cliente cada vez mais fluida, segura e digital, por meio da oferta de soluções como o autoatendimento na internet, o App Banco do Brasil, o App Ourocard, atendimento por meio do Whatsapp e o emprego da tecnologia de pagamento por aproximação (NFC). Além de otimizar a experiência do cliente, tais canais também proporcionam importante redução no custo de operação.

O BB também investe em parcerias comerciais para garantir capilaridade e ampliação da sua base de clientes, caso do negócio firmado no 4T19 com uma grande varejista para oferta de cartão de crédito.

A figura abaixo apresenta o organograma dos negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

Figura 52. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹



1 – Considera a posição de 31/12/2019.

9.1.1. Base de Cartões e Faturamento

A base de cartões com uso recorrente do Banco do Brasil é composta em sua maioria por plásticos com múltiplas funções (débito e crédito).

Em dezembro/19 a base de cartões com uso recorrente na função crédito cresceu 7,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Na função débito o aumento foi de 1,9%, resultado das ações de comercialização e indução ao uso, com destaque para estratégia não correntista e para expansão da comercialização em ambiente digital.

Na tabela a seguir apresentamos o crescimento da base de cartões com uso recorrente nas funções crédito e débito.

Tabela 125. Base de Cartões – Uso Recorrente¹

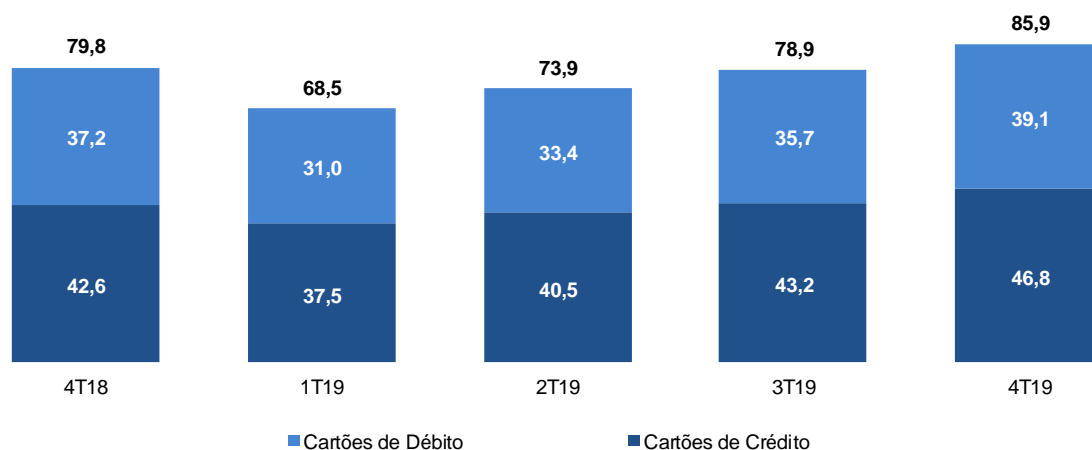
milhões	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Var. (%)	
						Dez/18	Set/19
Crédito	8,03	7,99	8,09	8,32	8,60	7,2	3,4
Débito	15,22	14,54	14,67	14,76	15,51	1,9	5,1

1 – Pelo menos uma utilização nos últimos 30 dias.

O volume total faturado por meio dos cartões do Banco do Brasil no 4T19 alcançou R\$ 85,9 bilhões, resultado 7,6% maior que o mesmo período do ano anterior. Destaque para o volume de transações a crédito, que apresentou crescimento de 9,8%.

No débito, o volume faturado apresentou crescimento de 5,1% quando comparado ao 4T18. Desconsiderando o impacto da redução das compras à débito do segmento Agro, o crescimento em relação ao mesmo período de 2018 foi de 7,0%.

A estratégia de comercialização juntamente com as campanhas de incentivo ao uso são os principais responsáveis pelo crescimento observado.

Figura 53. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões

9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões

O resultado líquido no quarto trimestre de 2019 reduziu 38,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelas despesas com Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Este incremento de PCLD está atrelado ao aumento da base de clientes resultante do desempenho da estratégia de comercialização do BB. No acumulado de 2019, o resultado líquido com o negócio de cartões foi 10,9% menor que o resultado obtido em 2018.

Para os demais negócios, ocorreu redução de 26,6% na comparação com o 4T18, em decorrência do menor desempenho de algumas empresas ligadas ao grupo como Alelo, Cielo, Elo Serviços e Livel.

Tabela 126. Resultado com Negócios de Cartões

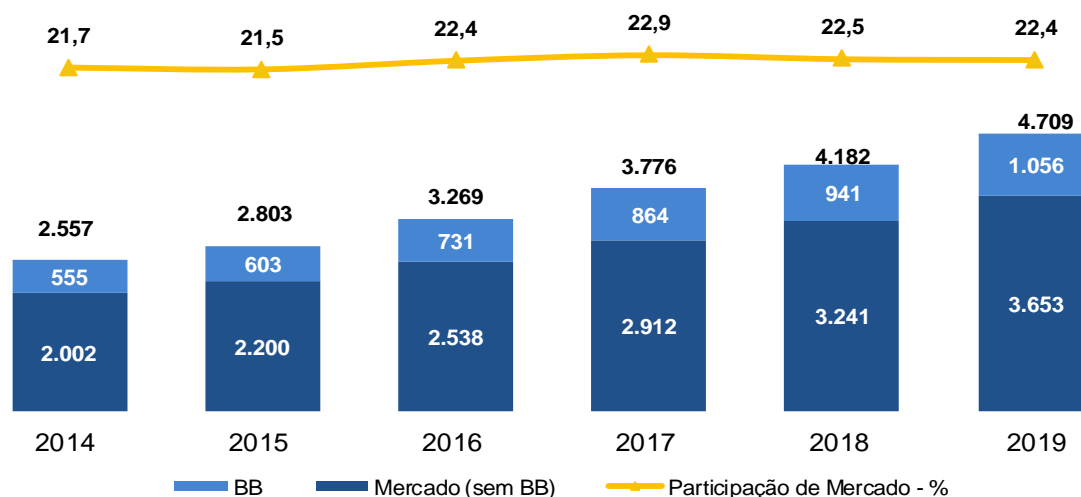
R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	Var. (%)	
						4T18	3T19
Resultado Líquido	740	767	690	512	456	(38,4)	(10,9)
Resultado Líquido com Emissão no BB	383	451	264	233	194	(49,3)	(16,7)
Resultado dos Demais Negócios de Cartão	357	316	426	279	262	(26,6)	(6,1)

9.2. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *Ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 54. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima

No 4T19 a captação líquida da BB DTVM sofreu uma redução de R\$ 24,6 bilhões, sendo a categoria Renda Fixa (-R\$ 28,3 bilhões) o segmento que mais influenciou esse movimento. Por outro lado, as categorias Previdência, Ações e Multimercados, com captações líquidas de R\$ 3,2 bilhões, R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente, apresentaram desempenho positivo.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *Ranking* Global de Administração de Recursos da ANBIMA de dezembro de 2019, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e classe Anbima referentes a dezembro de 2019.

Tabela 127. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Investidor Institucional	429.803	45,7	455.372	43,3	460.974	43,7	7,3	1,2
Poder Público	134.377	14,3	162.026	15,4	152.580	14,5	13,5	(5,8)
Varejo	122.486	13,0	131.800	12,5	119.332	11,3	(2,6)	(9,5)
Corporate	54.764	5,8	85.326	8,1	95.128	9,0	73,7	11,5
Alta Renda	68.578	7,3	71.721	6,8	81.341	7,7	18,6	13,4
RPPS	55.229	5,9	63.575	6,0	62.141	5,9	12,5	(2,3)
Private	44.610	4,7	48.387	4,6	54.401	5,2	21,9	12,4
Middle Market	23.099	2,5	25.912	2,5	22.784	2,2	(1,4)	(12,1)
Investidor Estrangeiro	8.170	0,9	8.305	0,8	7.213	0,7	(11,7)	(13,2)
Total	941.116	100,0	1.052.424	100,0	1.055.895	100,0	12,2	0,3

Fonte: Anbima

Tabela 128. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Fundos de Investimentos	928.301	98,6	1.056.910	100,0	1.047.816	100,0	12,9	(0,9)
Renda Fixa	562.329	60,6	630.170	59,6	611.728	58,4	8,8	(2,9)
Renda Variável	57.212	6,2	51.178	4,8	54.309	5,2	(5,1)	6,1
Multimercado	18.578	2,0	17.202	1,6	18.893	1,8	1,7	9,8
Outros ¹	290.182	31,3	358.361	33,9	362.886	34,6	25,1	1,3
Carteiras Administradas	18.681	2,0	19.093	1,8	18.783	1,8	0,5	(1,6)
Renda Fixa	18.400	2,0	18.736	1,8	18.383	1,7	(0,1)	(1,9)
Renda Variável	281	0,0	357	0,0	400	0,0	42,2	12,1
Fundos de Terceiros	(5.866)	(0,6)	(23.579)	(2,2)	(10.704)	(1,8)	82,5	(54,6)
Total	941.116	100,0	1.052.424	100,0	1.055.895	100,0	12,2	0,3

Fonte: Anbima

1 - Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.

Os dados acerca da distribuição por classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros que, em dezembro de 2019, somaram R\$ 10,7 bilhões.

Sustentabilidade

Atualmente a BB DTVM administra oito fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados.

Tabela 129. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos			Var. (%)	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
BB Previdenciário Ações Governança	360,1	575,2	745,5	107,0	29,6
BB Referenciado DI Social 50	643,0	443,2	404,6	(37,1)	(8,7)
BB Ações Equidade Private FIC	128,0	183,1	232,5	81,7	27,0
BB Multi Global Acqua LP Private FI	258,6	155,6	135,6	(47,5)	(12,8)
BB MM LP Global Vita Private FI	139,8	120,2	118,7	(15,1)	(1,3)
BB Ações Equidade FIC	8,7	45,3	61,6	-	35,9
BB Ações ISE JOVEM	9,2	11,6	16,6	80,5	42,8
BB Ações Carbono Sustent. FIA	3,9	4,5	4,6	17,0	1,6
Total	1.551,3	1.538,7	1.719,6	10,9	11,8

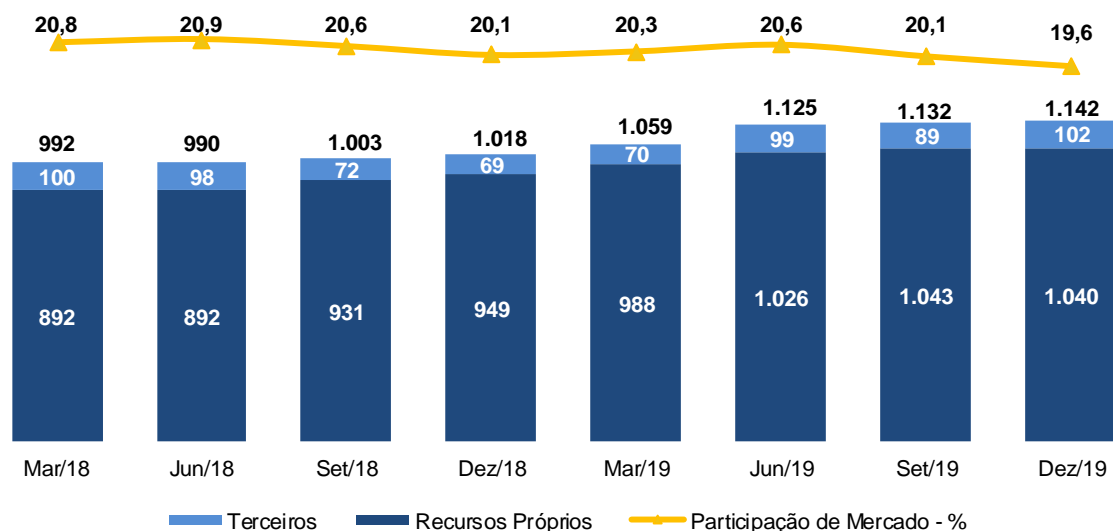
Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. Em Dez/19, o BB alcançou R\$ 1,1 trilhão sob custódia, evolução de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço da indústria de fundos e a diversificação de portfólio garantem ao BB a constante expansão do volume de recursos sob custódia.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 55. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

9.3. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua nas principais praças mundiais, com profissionais qualificados, por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

No portfólio do BB-BI estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações) e colocações privadas para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra, venda e custódia de ouro escritural, em lotes de 25 gramas.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em sete deles, com participação societária em 40 empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: através do BB-BI são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.

VI. Securitização: O BB-BI atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Em novembro de 2019 o BB publicou Fato Relevante informando a celebração de um acordo de associação de caráter vinculante com o UBS para formação de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no Brasil e em outros países da América do Sul.

Segundo os termos do acordo, a associação será constituída por meio da criação de uma holding de participações, que contará com a contribuição de ativos do BB e do UBS. Após as contribuições dos dois acionistas, a sociedade terá seu capital social total dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB.

A parceria estratégica criará uma plataforma de banco de investimentos que combinará a capacidade de relacionamento e a força financeira do BB no País com a experiência e a distribuição global do UBS.

A efetiva implementação da parceria está condicionada, dentre outras medidas, a aprovação de órgãos reguladores. Em Dez/19 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a constituição da sociedade e os demais processos relacionados à parceria seguem em curso.

Desempenho em Mercado de Capitais

Renda Fixa – Mercado Doméstico

No 4T19 o BB-BI participou de 21 operações, totalizando R\$ 5,5 bilhões em volume de negócios, sendo 16 operações no longo prazo, com volume de R\$ 4,5 bilhões, e cinco operações de securitização, com volume de R\$ 1 bilhão. No *Ranking* Anbima de Originação, o BB-BI está na quarta colocação nas categorias de Renda Fixa Consolidado e de Securitização.

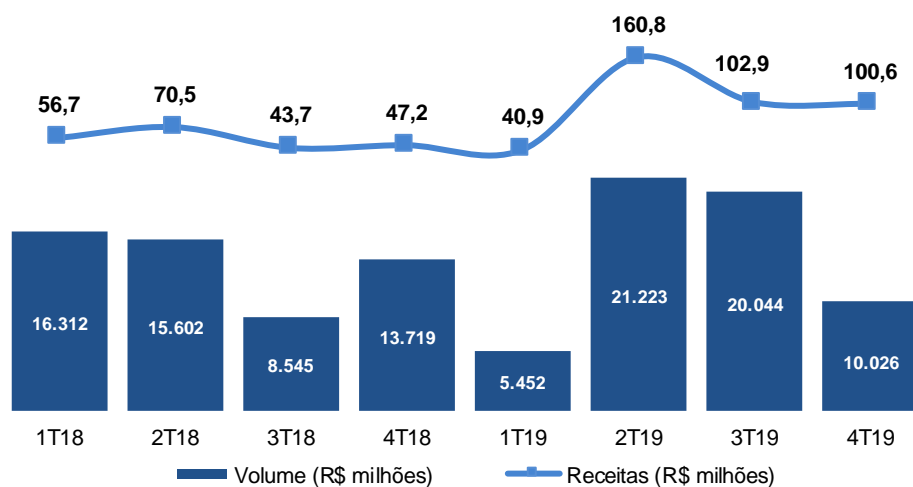
Renda Fixa – Mercado Externo

No 4T19 o mercado internacional de capitais (*bonds*) foi acessado por oito emissores brasileiros, emitindo um total de US\$ 7,9 bilhões. O BB foi mandatado para atuar como *Lead-Manager* em duas transações. Segundo o *Ranking* Anbima de Emissões Externas, o BB aparece em 4º colocado no resultado acumulado.

O BB também manteve a participação nas transações de *Liability Management* (Gestão de Passivos), em uma operação, no montante de US\$ 313 milhões.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

Figura 56. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Renda Fixa Varejo – Mercado Secundário

Em 2019 o BB migrou a custódia dos ativos de renda fixa da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão para a Cetip. No 4T19, o volume movimentado na Cetip foi de R\$ 306 milhões, representando um incremento de 38% sobre o mesmo período do ano anterior. Em receitas, o crescimento observado no período foi de 1.853%, passando de R\$ 205 mil no 4T18 para R\$ 3,9 milhões no 4T19.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece a negociação dos ativos de renda fixa por meio da rede de agências e escritórios do BB, internet (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Renda Variável Atacado

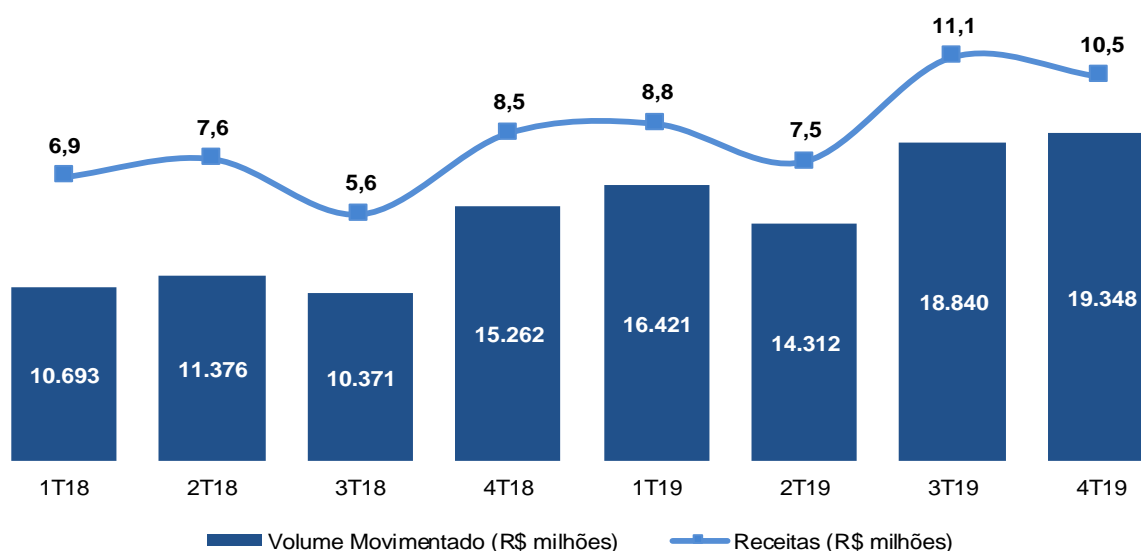
No 4T19 o BB-BI participou de quatro operações com volume de R\$ 1,7 bilhão, sendo uma operação de *IPO* com volume de R\$ 66 milhões e outras três operações de *follow-on* com volume de R\$ 1,6 bilhão. O BB-BI permanece na primeira posição do *Ranking* Anbima de Renda Variável (Ofertas Iniciais).

Renda Variável Varejo – Mercado Secundário

No 4T19 o volume movimentado no BB foi de R\$ 19,3 bilhões, o que corresponde a um *market share* de 4,7% para o período.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, internet (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Figura 57. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



Private Equity

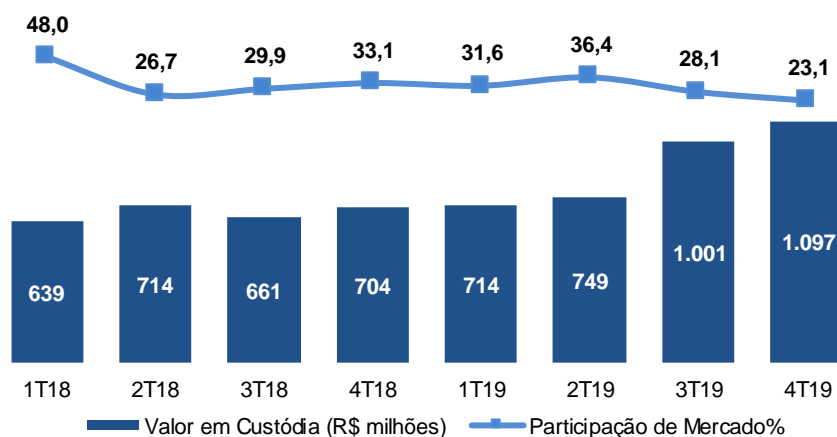
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em sete deles, com 40 participações societárias em empresas localizadas em várias regiões do país. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1,1 bilhão e o capital integralizado até o final do 4T19 foi de R\$ 752,2 milhões.

Tabela 130. Private Equity – Participação Indireta

R\$ milhões	Dez/18		Set/19		Dez/19	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150,0	21,5	150,0	21,5	150,0	21,5
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Angra Infraestrutura	60,0	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,0	5,8	60,0	5,8	60,0	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,1	20,0	15,1	20,0	15,1
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	1.106,8		1.114,8		1.094,8	

A figura a seguir apresenta o saldo e a participação de mercado de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 58. Ouro – Custódia



9.4. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguros é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituído em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguros e negócios do segmento de seguros podem ser consultadas no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponível no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>.

9.5. Consórcios

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios - ABAC, o mercado de consórcios fechou os onze primeiros meses de 2019 com R\$ 121,5 bilhões em volume de negócios, registrando expansão de 26,0% em relação ao mesmo período de 2018. O número de participantes atingiu 7,3 milhões.

Entre janeiro e novembro de 2019, foram comercializadas 2,6 milhões de novas cotas de consórcios, apresentando um crescimento de 11,0% em relação ao mesmo período de 2018. Até novembro de 2019, foram disponibilizados R\$ 38,5 bilhões em créditos.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A. que, em novembro de 2019, apresentou 12,5% de participação de mercado, conforme dado disponibilizado pelo Banco Central (novembro/2019).

No 4T19, a BB Consórcios registrou a venda de mais de 81,3 mil novas cotas de consórcio, alcançando um montante de R\$ 3 bilhões. No ano, a quantidade de novas contratações superou 360 mil cotas e gerou R\$ 12,9 bilhões em volume de negócios.

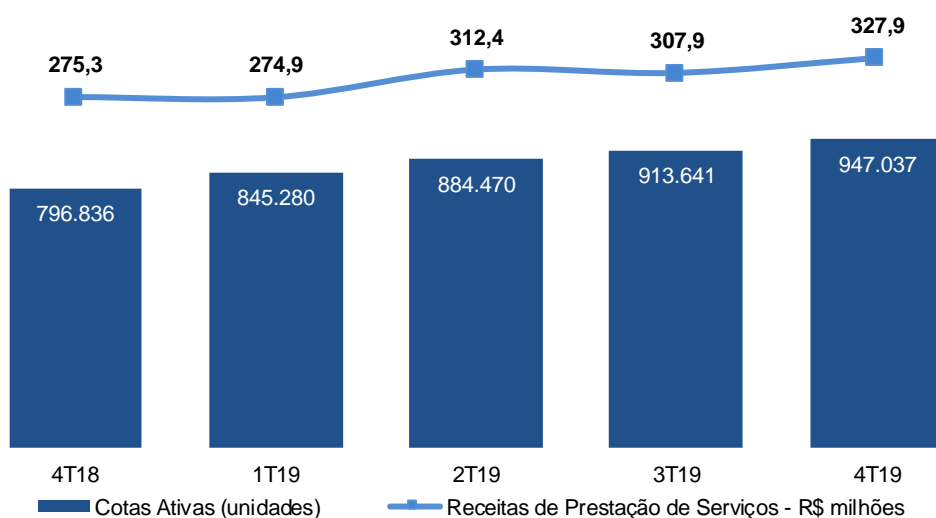
Esse resultado é reflexo do foco estratégico e do aproveitamento de oportunidade de vendas, identificados a partir da observação do comportamento de clientes na busca das vantagens do planejamento financeiro que o produto consórcio oferece.

No 4T19, as vendas em canais alternativos alcançaram mais de R\$ 586 milhões em contratações nos canais digitais (Mobile, Internet e TAA) e R\$ 419 milhões no canal parceiros.

Tabela 131. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

unidades	Saldos				Var. (%)			
	Dez/18	Part. %	Set/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Dez/18	Set/19
Automóveis	577.749	72,5	602.147	65,9	590.673	62,4	2,2	(1,9)
Moto	129.904	16,3	179.963	19,7	192.529	20,3	48,2	7,0
Imóveis	37.231	4,7	42.692	4,7	45.613	4,8	22,5	6,8
Serviços	25.928	3,3	42.927	4,7	53.155	5,6	105,0	23,8
Eletrodomésticos	18.271	2,3	35.600	3,9	47.411	5,0	159,5	33,2
Trator/Caminhão	7.753	1,0	10.312	1,1	17.656	1,9	127,7	71,2
Total	796.836	100,0	913.641	100,0	947.037	100,0	18,8	3,7

Figura 59. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas



As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 132. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Trator/Caminhão	144.475	147.879	144.643	130.536	118.854
Imóveis	138.742	140.654	112.736	118.695	121.286
Automóveis	44.720	44.462	45.805	47.894	45.500
Moto	18.105	17.990	17.708	17.315	16.486
Serviços	8.983	9.574	9.960	10.572	8.820
Eletrodomésticos	5.292	6.255	7.183	5.488	4.805

Tabela 133. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	4T18		3T19		4T19	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Serviços	35	18,5	38	19,9	38	19,8
Moto	70	18,6	63	19,9	62	19,2
Eletrodomésticos	35	18,7	40	19,1	40	19,8
Imóveis	192	16,6	194	17,7	178	17,2
Automóveis	84	14,0	81	15,5	74	14,7
Trator/Caminhão	120	13,3	100	11,4	100	12,6

10 – Outras Informações

10.1. Ativo e Passivo Atuarial

10.1.1. Previ – Plano 1

Breve Histórico

O BB contabiliza em seu balanço os ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto que o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano de Benefícios 1 (Plano) foi criado em 1967 e estruturado na modalidade de benefício definido. Até dezembro de 2000, o Plano, na razão de 2/3, foi custeado pelo patrocinador (Banco do Brasil), e 1/3, pelos participantes (aposentados e pensionistas). A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro de 2001, visando a adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20, o patrocinador e os participantes implementaram a contribuição paritária (50%). Em vista disso, a participação do Banco no *superavit* é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, em função do *superavit* do plano, a cobrança de contribuições foi suspensa. Nessa ocasião, o Banco firmou Memorando de Entendimentos com a Previ, visando a destinação e utilização parcial do *superavit*, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008). Em face da aprovação das medidas previstas no memorando houve a destinação parcial do *superavit* acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2013, as contribuições foram cobertas pelo Fundo de Contribuição.

Em janeiro de 2014, com a diminuição do *superavit* acumulado, a Previ comunicou a retomada da cobrança das contribuições. As contribuições do BB para o Plano, a partir de então, passaram a ser feitas pelo Fundo de Utilização.

No período de julho de 2014 a setembro de 2015, houve aumento das obrigações atuariais devido à redução da taxa de inflação e conseqüentemente, da taxa de juros de desconto aplicável para mensurar o valor presente destas obrigações, contribuindo para que o ativo atuarial convertesse para passivo atuarial, em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2015 a valorização dos ativos de renda variável do Plano foi maior que o crescimento das obrigações atuariais.

Em dezembro de 2017, na mensuração semestral, houve *superavit* em função da valorização dos ativos em 11,9%, frente ao aumento das obrigações atuariais de 2,3%.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do *superavit/deficit* para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetadas, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes

Os funcionários que possuíam a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano, são participantes do Plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: apenas os funcionários ativos admitidos até 14/04/1967. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento, pelo patrocinador, das aposentadorias relativas ao período em que

não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo passaram a ser integralizadas ao Plano 1;

- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997; e
- III. Grupo Especial: participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Análise

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

Maiores detalhes sobre a Análise de Sensibilidade podem ser consultados na Nota Explicativa 26d e no Relatório de Gerenciamento de Riscos, publicado trimestralmente no [website ri.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

Risco de EFPPS

O Risco de EFPPS é definido pela possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.

O gerenciamento do risco é realizado com base em três dimensões: patrocinador, planos de previdência e planos de saúde. Para garantir a identificação e monitoramento dos aspectos que mais contribuem para o agravamento do risco, ativo e passivo são avaliados de forma segregada e recebem choques, de cenários de normalidade e estresse. No processo de gestão, são utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas “faixas críticas”, cujo acompanhamento é reportado periodicamente à Alta Administração.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do BB, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Tabela 134. Composição dos Ativos

%	Dez/18	Jun/19	Dez/19
Renda Variável	49,6	45,6	47,5
Renda Fixa	41,3	45,2	43,5
Investimentos Imobiliários	5,5	5,5	5,5
Empréstimos e Financiamentos	3,0	3,0	2,9
Outros	0,6	0,7	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	5,7	5,2	4,8
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,0	0,0

Tabela 135. Principais Premissas Atuariais

%	2018	1S19	2019
Taxa Real de Desconto (a.a.)	4,8	4,0	3,5
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	9,5	8,6	7,1

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo/passivo atuarial.

As contribuições do item “f” (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes dos Fundos de Destinação do *Superavit*, cuja movimentação está detalhada na seção 10.1.2.

Tabela 136. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	179.197	179.197	188.992	188.992	194.700
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(172.029)	(172.029)	(195.325)	(195.325)	(211.165)
(c) Superavit/(Deficit) BB = [(a) + (b)] x 50%	3.584	3.584	(3.167)	(3.167)	(8.232)
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	7.151	3.584	3.776	(3.167)	(3.137)
(e) Resultado Financeiro Antecipado	159	47	47	(105)	(105)
(f) Contribuição de Fundos	428	145	186	134	368
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(4.154)	-	(7.175)	-	(5.358)
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g)	3.584	3.776	(3.167)	(3.137)	(8.232)

10.1.2. Fundos de Destinação do *Superavit* Previ (Plano 1)

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos:

I. à Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em maio de 2006, com base no saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;

II. ao Fundo de Destinação: constituído após acordo de destinação de *superavit* Previ em 2010, e visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização. O saldo do fundo foi esgotado e o processo de transferência foi finalizado em 2013.

III. ao Fundo de Contribuição: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de 2010 a 2013 e foi integralmente utilizado; e

IV. ao Fundo de Utilização: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e utilizado pelo Banco após 1T14, para fazer frente aos aportes periódicos.

Fundo Paridade

O fundo foi corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e foi integralmente utilizado em Dez/18.

Tabela 137. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Saldo Inicial	42	(0)	(0)	(0)	(0)
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(252)	-	-	-	-
Atualização	1	-	-	-	-
Transferência p/ Fundo de Utilização	210	-	-	-	-
Saldo Final	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do *superavit*. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas por meio desse fundo.

Tabela 138. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Saldo Inicial	9.750	9.511	9.643	9.648	9.648
Contribuições ao Plano 1	(176)	(145)	(186)	(134)	(368)
Atualização	147	276	191	134	292
Transferência p/ Fundo de Paridade	(210)	-	-	-	-
Saldo Final	9.511	9.643	9.648	9.648	9.572

10.1.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade; e
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

Em 1995, devido aos sucessivos descasamentos entre receitas e despesas, ocorreu rateio entre o patrocinador e os associados para cobrir o *deficit* operacional. Em 1996, a Cassi e o Banco reformularam o Estatuto Social para garantir o equilíbrio financeiro do plano. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e do patrocinador.

Em 2007, o Banco firmou um novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até os dias atuais. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB na Cassi para investimentos no aprimoramento do modelo de atuação relativo aos serviços próprios; e
- IV. assunção, pelo Banco, do *deficit* dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

As medidas de 2007 foram complementadas em 2016, quando o Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram Memorando de Entendimentos. Este resultou em proposta que foi aprovada pelos associados e garantiu R\$ 40 milhões mensais a mais para o Plano, da seguinte forma:

- I. ressarcimento extraordinário de despesas, pelo Banco, de até R\$ 23 milhões mensais em favor da Cassi, até dezembro de 2019;
- II. contribuição mensal extraordinária adicional de 1% dos participantes, até dezembro de 2019, sobre a mesma base de cálculo da contribuição pessoal, no valor estimado de R\$ 17 milhões mensais; e
- III. contratação de empresa especializada para analisar, revisar e desenvolver processos, projetos e ações com foco no modelo de governança, gestão e operação da Cassi.

Em 2018 houve uma transação de adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a parcela do 13º salário no período de 2018 a 2021, no valor total de R\$ 323 milhões. Essa medida foi adotada a fim de recompor as reservas líquidas da Cassi, sendo que o valor adiantado será descontado das obrigações futuras do BB com o Plano de Associados da Cassi.

Em 22 de julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional nº 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclareceu que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Em 31 de outubro, o Banco do Brasil S.A. (BB) comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A proposta de reforma estatutária da Cassi tinha o propósito de promover modificações no modelo de custeio do Plano de Associados e de realizar melhorias na governança da Cassi.

Em 28 de novembro, a proposta de reforma, submetida aos seus associados, foi aprovada em processo de votação, realizada entre 18/11/2019 e 28/11/2019, com impacto adicional de R\$ 514 milhões em 2019. A proposta também previu a liquidação antecipada, pelo BB, de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões, referentes ao ressarcimento do *déficit* do Grupo dos Dependentes Indiretos, valor que não impactou o resultado. O aumento das despesas não impactou o passivo atuarial calculado de acordo com a Deliberação CVM 695.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 139. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	242	242	242	242	162
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(9.395)	(9.395)	(12.368)	(12.368)	(13.234)
(c) Deficit BB = [(a) + (b)]	(9.152)	(9.152)	(12.126)	(12.126)	(13.073)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(8.521)	(9.395)	(9.476)	(12.369)	(12.468)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(277)	(248)	(248)	(275)	(275)
(f) Contribuição BB	226	167	169	176	235
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(823)	-	(2.813)	-	(726)
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(9.395)	(9.476)	(12.369)	(12.468)	(13.234)

10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 140. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	Dez/16	Jun/17	Dez/17	Jun/18	Dez/18	Jun/19	Dez/19
Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido (a)	2.233	(813)	5.903	2.802	(5.540)	(10.505)	(6.316)
Plano 1 - Previ	2.797	(433)	6.876	2.020	(4.154)	(7.176)	(5.358)
Cassi	(236)	(175)	(325)	488	(823)	(2.813)	(726)
Outros Planos	(329)	(205)	(648)	294	(563)	(516)	(233)
Efeitos Fiscais (b)	(892)	325	(2.367)	(1.122)	2.217	4.204	4.540
Plano 1 - Previ	(1.119)	173	(2.750)	(808)	1.662	2.870	3.733
Cassi	94	70	130	(195)	329	1.125	582
Outros Planos	133	82	253	(119)	226	208	225
Efeito no Patrimônio Líquido (a + b)	1.341	(488)	3.536	1.680	(3.323)	(6.301)	(1.776)
Plano 1 - Previ	1.678	(260)	4.126	1.212	(2.492)	(4.305)	(1.625)
Cassi	(141)	(105)	(195)	293	(494)	(1.688)	(144)
Outros Planos	(196)	(123)	(395)	175	(337)	(308)	(8)
Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido	(15.492)	(15.979)	(12.443)	(10.763)	(14.086)	(20.386)	(22.163)

10.2. Atendimento a Clientes

10.2.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou 2019 com 65,8 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,5% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas, nos quais é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam a presença nacional da rede do Banco do Brasil.

Tabela 141. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Rede Própria	13.823	13.460	13.274	(4,0)	(1,4)
Agências	4.722	4.303	4.356	(7,8)	1,2
Postos de Atendimento	1.873	2.089	1.874	0,1	(10,3)
Postos de Atendimento Eletrônico	7.228	7.068	7.044	(2,5)	(0,3)
Rede MaisBB	13.552	12.898	13.609	0,4	5,5
Correspondentes no País	7.635	9.060	9.377	22,8	3,5
Banco Postal	5.917	3.838	4.232	(28,5)	10,3
Rede Compartilhada	38.327	38.453	38.923	1,6	1,2
Lotéricas	13.031	12.977	12.968	(0,5)	(0,1)
Banco 24h	22.699	23.057	23.553	3,8	2,2
TAA: Bancos Parceiros	2.597	2.419	2.402	(7,5)	(0,7)
Total	65.702	64.811	65.806	0,2	1,5

Em 16 de dezembro de 2019 o BB divulgou Fato Relevante, comunicando que assinou novo contrato temporário de prestação de serviço de correspondente no país com os Correios. Os Correios continuarão disponibilizando atendimento básico pelo período de três meses, podendo ser prorrogado por igual período.

A tabela a seguir apresenta a rede de agências e escritórios do BB distribuídos por segmento de clientes, que oferecem soluções aos clientes de acordo com os produtos e serviços específicos. Destaque para o crescimento das agências Empresas que aumentaram 25,7%, fruto da maior especialização do atendimento.

Tabela 142. Unidades de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Agências Tradicionais	4.101	3.684	3.692	(10,0)	0,2
Agências Digitais e Especializadas	621	619	664	6,9	7,3
Agências Estilo	249	246	246	(1,2)	-
Agências Empresa	171	171	215	25,7	25,7
Agências Governo	30	30	30	-	-
Private Banking	11	11	11	-	-
Escritórios Exclusivo	139	139	140	0,7	0,7
Escritórios Estilo	19	20	20	5,3	-
Escritórios MPE	2	2	2	-	-
Total	4.722	4.303	4.356	(7,8)	1,2

Tabela 143. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	1.817	10.690	17,0
Nordeste	921	3.344	27,5
Sul	900	3.865	23,3
Centro-Oeste	428	1.695	25,3
Norte	290	1.118	25,9
Total	4.356	20.712	21,0

10.2.2. Canais Automatizados

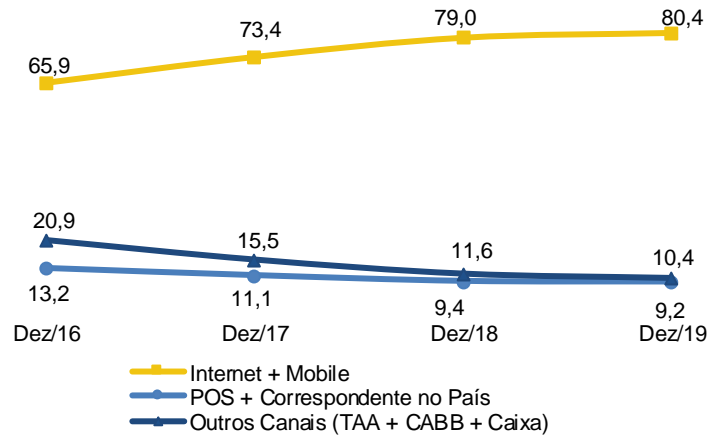
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil disponibilizam uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos de atendimento.

Mobile e Internet Banking

O BB *mobile e internet banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de um amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que eles estiverem.

A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento. Destaque para os canais *internet* e *mobile* que representam 80,4% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

Figura 60. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)



Os próximos dois gráficos apresentam a evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

Observa-se crescimento de 2,3 milhões de clientes utilizando *mobile banking* na comparação Dez/19 contra Dez/18, resultado do aprofundamento da estratégia digital do BB.

Figura 61. Quantidade de Usuários (milhões) – *Internet* e *Mobile*

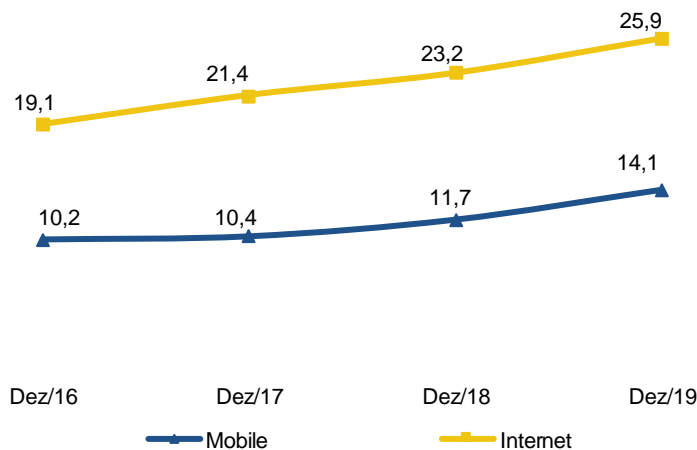
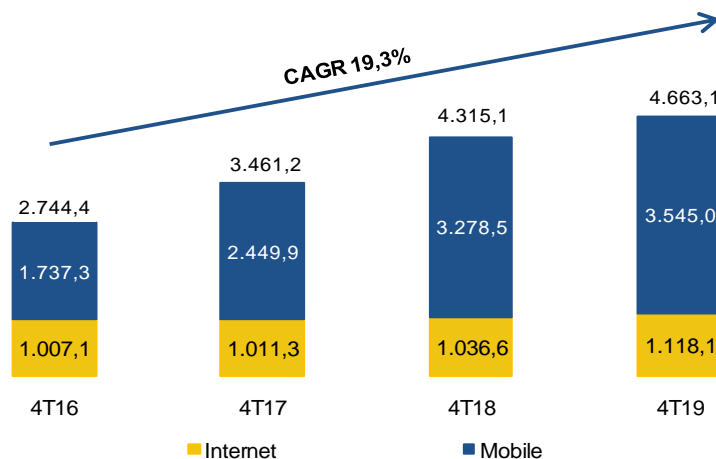


Figura 62. Quantidade de Transações (milhões) – *Internet*¹ e *Mobile*

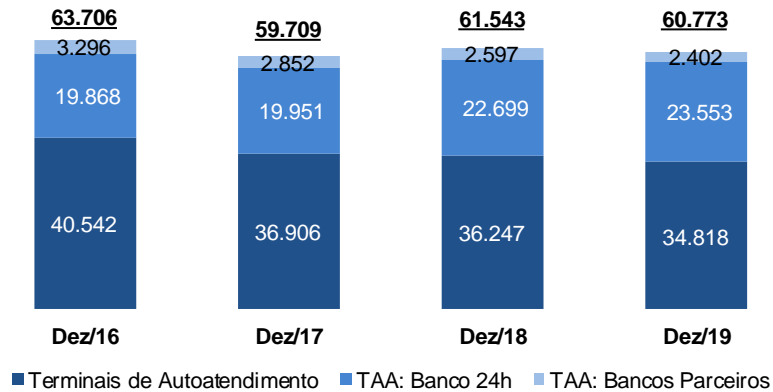


1-Série revisada no 4T19.

Terminais de Autoatendimento

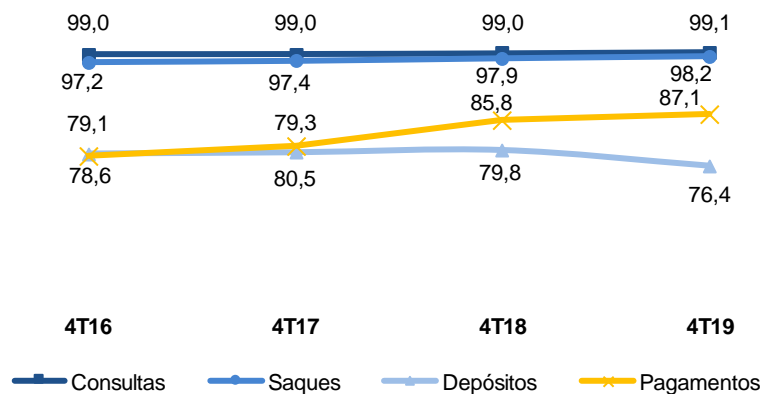
O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco 24h.

Figura 63. Terminais de Autoatendimento



No próximo gráfico é possível observar que os TAAs, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

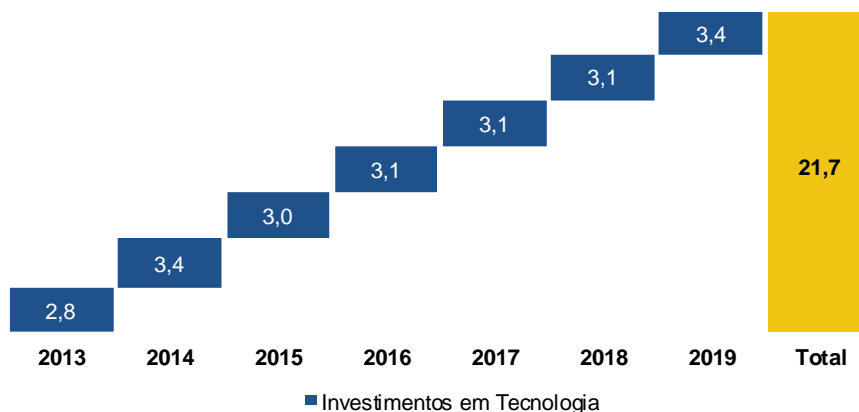
Figura 64. Transações – TAAs vs Caixa – (% média)



10.2.3. Investimentos em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2013 a 2019 foi investido o montante de R\$ 21,7 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a série anual do total investido.

Figura 65. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões)



No 4T19, o Banco do Brasil apresentou índice de disponibilidade de 98,5% para o canal de Terminais de Autoatendimento (TAA), e de 99,9% para o canal Autoatendimento Pessoa Física Web.

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 24 dependências localizadas em 16 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final de 2019, haviam 858 bancos atuando como correspondentes do BB em 106 países.

Tabela 144. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades de Serviços Compartilhados
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Frankfurt - Alemanha	Nagoia - Japão	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Grand Cayman - Ilhas Cayman		
Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Subsidiárias e Sucursais	Securities
Londres - Inglaterra	BB Americas / Miami - Estados Unidos ¹	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Miami - Estados Unidos	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina ²	BB Securities Ltd - Inglaterra
Nova Iorque - Estados Unidos	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ³	BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
Santiago - Chile		
Tóquio - Japão		
Xangai - China		

1 - O Banco do Brasil Americas possui agências em Miami, Boca Raton, Lighthouse Point, Orlando e Aventura.

2 - O Banco Patagonia possui rede de distribuição física em todas as províncias da Argentina.

3 - A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.

Tabela 145. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Dez/18	Set/19	Dez/19	Var. (%) s/	
				Dez/18	Set/19
ATIVO	173.887	183.518	175.748	1,1	(4,2)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.069	28.197	33.007	21,9	17,1
Títulos e Valores Mobiliários	17.088	18.428	19.959	16,8	8,3
Títulos Disponíveis para Negociação	3.206	3.879	3.588	11,9	(7,5)
Títulos Disponíveis para Venda	11.327	11.884	13.695	20,9	15,2
Títulos Mantidos até o Vencimento	2.555	2.665	2.676	4,7	0,4
Operações de Crédito	36.428	34.882	30.329	(16,7)	(13,1)
Setor Público	295	284	244	(17,3)	(14,1)
Setor Privado	36.133	34.598	30.085	(16,7)	(13,0)
Outros Ativos	4.893	5.095	5.427	10,9	6,5
Grupo BB	88.409	96.916	87.026	(1,6)	(10,2)
PASSIVO	173.887	183.518	175.748	1,1	(4,2)
Depósitos	59.460	55.108	49.772	(16,3)	(9,7)
Depósitos à Vista	9.225	8.326	8.377	(9,2)	0,6
Depósitos a Prazo	27.431	18.759	18.684	(31,9)	(0,4)
Depósitos Interfinanceiros	22.804	28.023	22.711	(0,4)	(19,0)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	23.080	25.930	26.536	15,0	2,3
Obrigações por Empréstimos	19.259	18.383	16.684	(13,4)	(9,2)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	36.414	39.528	37.917	4,1	(4,1)
Demais Passivos	5.240	4.874	3.432	(34,5)	(29,6)
Grupo BB	16.845	23.193	24.436	45,1	5,4
Patrimônio Líquido	13.589	16.502	16.971	24,9	2,8
Controlador	13.215	16.186	16.611	25,7	2,6
Participações Minoritárias ¹	374	316	360	(3,7)	13,9

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 146. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	4T18	3T19	4T19	Var. (%) s/	
				4T18	3T19
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	383	459	956	-	-
Participações Minoritárias ¹	40	43	70	75,0	62,8
Lucro Líquido	423	502	1.026	142,3	104,4

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado do Banco Patagonia (<https://www.bancopatagonia.com.ar/relacionconinversores/espanol/institucional.shtml>).

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

Tabela 147. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Dez/18	Set/19	Dez/19	Var. (%) s/	
				Dez/18	Set/19
Ativos	15.923	13.086	12.745	(20,0)	(2,6)
Operações de Crédito	8.787	6.224	6.087	(30,7)	(2,2)
Depósitos	11.262	8.298	8.241	(26,8)	(0,7)
Patrimônio Líquido	1.574	1.613	1.837	16,7	13,9

Tabela 148. Banco Patagonia – Captações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Pessoa Física	1.446	968	988	(31,7)	2,1
Pessoa Jurídica	1.366	950	996	(27,1)	4,8
Interbancário	244	358	275	12,5	(23,3)
Emissões	42	20	14	(66,9)	(31,4)
Compromissadas	19	73	-	-	-
Total	3.118	2.370	2.272	(27,1)	(4,1)

Tabela 149. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	4T18	3T19	4T19	4T18	3T19
Resultado da Intermediação Financeira	535	561	731	36,8	30,3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(51)	(61)	(8)	(84,5)	(87,0)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	484	500	724	49,6	44,7
Rendas de Tarifas	230	193	178	(22,5)	(7,6)
Despesas Administrativas	(234)	(254)	(267)	14,0	5,0
Outros	(112)	(159)	(84)	(25,0)	(47,1)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	368	280	551	49,9	96,7
Imposto de Renda e Contribuição Social	(154)	(60)	(194)	26,1	-
Lucro Líquido	214	220	357	66,9	62,6

Figura 66. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões

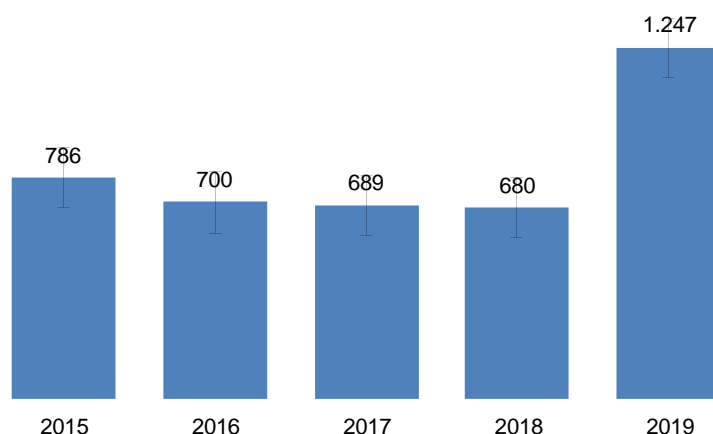


Tabela 150. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	4T18	3T19	4T19
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	38,2	70,6	75,4
Índice de Basileia ¹	12,7	14,6	17,6
Índice de Cobertura (+90 dias)	201,3	193,6	211,5
Inad+90	2,0	2,6	2,5

1 - Série ajustada considerando as regras estabelecidas pela Resolução nº 5.369 do Banco Central da República Argentina.

Tabela 151. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Dez/18	Set/19	Dez/19	Dez/18	Set/19
Clientes (mil)	1.248	1.211	1.204	(3,5)	(0,6)
Agências	186	187	186	-	(0,5)
Agências em Buenos Aires	94	94	93	(1,1)	(1,1)
Pontos de Atendimento	209	210	209	-	(0,5)
Funcionários	3.407	3.341	3.302	(3,1)	(1,2)

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada interna, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Atacado Pessoa Jurídica: composta pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

Carteira de Crédito Negócios Varejo: corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondentes no País: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo do crédito: razão entre a despesa de PCLD líquida e a carteira de crédito classificada média do período.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Despesa de PCLD – Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res. 2.682/99.

Despesa de PCLD líquida: despesa com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida de receita com recuperação de crédito.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Imparidade: grupamento de contas que registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Inad +15: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 15 dias e o saldo da carteira.

Inad +60: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 60 dias e o saldo da carteira.

Inad +90: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

PCLD Ampliada: corresponde à PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composta pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

RSPL Acionista: mede o retorno para o acionista do BB. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias e o instrumento elegível ao capital principal, que não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Ajustado: é calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias nas controladas e os planos de benefícios. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzido das participações minoritárias. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e

outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Gerente Geral de Relações com Investidores e Sustentabilidade

Daniel Alves Maria

Gerente Executivo

Janaína Marques Storti

Gerentes

Debora Stefani

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Heverton Masaru Ono

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabício da Costa Santin

Felipe de Mello Pimentel

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Ítala Tonon

Jefferson Guarnieri Aquino

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Fernando de Almeida

Marcelo Oliveira Alexandre

Marco Antonio Datolo Fernandes

Maria Angélica de Paiva Rezende

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa

William Barbosa Pontes Junior

Banco do Brasil S.A.

Relatório de Asseguração Limitada dos
Auditores Independentes sobre o Processo
de Compilação e Apresentação das
Informações Contábeis Suplementares
Incluídas no Relatório de Análise do
Desempenho Referente aos Períodos de Três
e Doze Meses Findos em 31 de Dezembro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O PROCESSO DE COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SUPLEMENTARES INCLUÍDAS NO RELATÓRIO DE ANÁLISE DO DESEMPENHO REFERENTE AOS PERÍODOS DE TRÊS E DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco ("informações contábeis suplementares") para os períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas à partir das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, auditadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 12 de fevereiro de 2020. As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, contendo certas realocações efetuadas pela Administração do Banco para uma análise adicional, as quais estão descritas nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, auditadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o processo de compilação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco para os períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a norma brasileira NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores - IFAC, aplicável às informações não históricas. Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para os períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, não tenham sido compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Os referidos procedimentos de asseguarção foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguarção limitada e não contemplam todos aqueles procedimentos que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguarção mais elevado; conseqüentemente, não expressamos opinião.

Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguarção limitada anteriormente descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para os períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, anteriormente referidas, não tenha sido seguido pela Administração do Banco, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Brasília, 12 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Demonstrações Contábeis

Exercício 2019

Índice	1
Relatório da Administração	2
Demonstrações Contábeis	23
Balanco Patrimonial.....	23
Demonstração do Resultado	27
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
Demonstração do Valor Adicionado.....	30
Notas Explicativas	31
1 - O Banco e suas Operações	31
2 - Reestruturações Societárias	32
3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	34
4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis ...	38
5 - Informações por Segmento	45
6 - Caixa e Equivalentes de Caixa	49
7 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	49
8 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	50
9 - Relações Interfinanceiras.....	58
10 - Operações de Crédito	59
11 - Carteira de Câmbio	65
12 - Outros Créditos	66
13 - Outros Valores e Bens	67
14 - Investimentos	68
15 - Imobilizado de Uso.....	75
16 - Intangível.....	76
17 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto.....	77
18 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	81
19 - Obrigações por Empréstimos e Repasses ...	82
20 - Outras Obrigações.....	83
21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais.....	88
22 - Resultado não Operacional	90
23 - Patrimônio Líquido	91
24 - Tributos	99
25 - Partes Relacionadas.....	102
26 - Benefícios a Empregados.....	106
27 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias...	116
28 - Gerenciamento de Riscos e de Capital	120
29 - Demonstração do Resultado Abrangente...	130
30 - Outras Informações	130
31 - Eventos Subsequentes	134
Relatório dos Auditores Independentes	135
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	143
Manifestação do Conselho de Administração.....	147
Parecer do Conselho Fiscal	148
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	149
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	150
Membros da Administração	151

Sumário do Resultado

Prezados **acionistas, clientes e colaboradores,**

Este é um momento muito especial para o BB, o ano de 2019 reflete a estratégia de melhoria da experiência dos clientes, do uso de *analytics* para melhor conhecer as preferências de nossos clientes e oferecer produtos e serviços tendo estas variáveis em consideração, e da especialização do atendimento, dentre outros aspectos.

Encerramos 2019 com lucro líquido consolidado de R\$ 18.162 milhões, aumento de R\$ 5.300 milhões (+41,2%) em comparação ao exercício anterior, implicando aumento do retorno sobre ativos (ROA) para 1,26%, contra 0,92% em 2018.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL) evoluiu para 17,6%, aumento de 4,4 p.p. frente ao apresentado em 2018. O **crescimento de 2,3% no resultado bruto da intermediação financeira**, que chegou a R\$ 32.537 milhões foi uma das alavancas para o aumento da rentabilidade. A estratégia de alteração do mix dos ativos de crédito trouxe efeitos positivos, a partir do aumento nos desembolsos em linhas com melhores margens. Adicionalmente, contribuíram para a melhoria da *performance* o **crescimento de 6,5% das rendas de prestação de serviços**, parcialmente compensado pelo aumento de 8,4% das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e o crescimento de 6,95% nas despesas administrativas.

Em 2019, distribuímos R\$ 6.733 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JCP). Pagamos R\$ 21.792 milhões aos nossos 93.190 colaboradores, entre salários, benefícios e participação nos lucros e resultados (PLR). Investimos mais de R\$ 75 milhões em treinamentos e capacitação, aumento de 4,1% se comparado ao ano anterior.

As **rendas de prestação de serviços cresceram R\$ 1.794 milhões** em relação a 2018 e alcançaram R\$ 29.209 milhões, o que demonstra o resultado da nossa estratégia centrada no relacionamento e na melhor experiência do cliente, com a constante e crescente especialização do atendimento e inovação na oferta de produtos financeiros, adequados e customizados ao perfil de cada cliente. Com isso, oferecemos mais conveniência e atendimento especializado, o que contribui para o aumento da satisfação do nosso cliente. Reflexo disso é, que no Ranking de Reclamações do Banco Central, ocupamos a 5ª colocação nos dois primeiros trimestres e a 6ª posição dos dois últimos.

Nosso **Índice de Eficiência Ajustado (acumulado 12 meses) alcançou 36,1%**, melhora de 139 bps em relação ao exercício anterior e 100 bps em relação ao exercício de 2017. Em dezembro de 2019, o **Índice de Capital atingiu 18,58%, sendo 10,02% de capital principal**. Nossa estratégia continua sendo a geração orgânica de capital, pautada por resultados crescentes e pela alocação orientada na otimização da relação risco e retorno.

A carteira de crédito classificada atingiu R\$ 621,3 bilhões em Dez/19, redução de 3,2% em comparação a Dez/18. Em 2019 prosseguimos com uma mudança na composição do *mix* de ativos do Banco, em linha com nossa estratégia de aumento das operações de varejo no portfólio de crédito, crescendo a participação no portfólio de linhas mais rentáveis com a otimização do uso de capital alocado. Destaque para a carteira com Pessoas Físicas (PF), que cresceu 8,9%; e a carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), **empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões**, cresceu 8,5%.

Na **Carteira de Crédito Orgânica PF, crescimento 10,0%**, alcançando R\$ 209,5 bilhões com destaque para a evolução em linhas como o Empréstimo Pessoal (+45,2%) e o Cartão de Crédito (+10,7), que oferecem melhor rentabilidade com boa qualidade de crédito. Apresentamos o crescimento de +14,5% no mercado de crédito consignado. O desembolso via Canais Digitais, de operações de Empréstimo Pessoal, chegou a 48,0%, mais um marco para nosso Banco: **rápido, fácil e mais que digital**.

Já na carteira para Pessoas Jurídicas (PJ), destaque para o **crescimento no segmento MPME de 8,5%** em comparação ao ano anterior atingindo R\$ 64.543 milhões. Após o movimento de ajustes na carteira, a tendência da carteira do segmento MPME que cruzou o ponto de inflexão e desde Jun/19 vem apresentando crescimentos consecutivos. Alinhado à nossa estratégia de desembolso em linhas com melhor relação risco e retorno, destacamos a evolução do Capital de Giro (+28,4%) e do ACC/ACE (+14,3%).

Para maior comodidade do segmento PJ, oferecemos mais de 60 transações disponíveis no *mobile*. Além das soluções digitais, contamos com atendimento especializado para o público MPME, expandindo a rede de atendimento ao longo do ano, atingindo, no final de 2019, 215 unidades especializadas dedicadas ao atendimento às Micro e Pequenas Empresas. Realizamos em Out/19 a 2ª Edição da MPE Week, evento promocional de engajamento às empresas do segmento que reforça a melhoria da experiência do cliente. O evento contou com o cadastramento de 35,7 mil empresas, que disponibilizaram mais de 38,2 mil ofertas. Durante a semana do evento, o site promocional contou com mais de 4,5 milhões de acessos.

No segmento de Grandes Empresas, estamos atendendo às demandas por financiamento dos nossos clientes através da estruturação de operações via mercado de capitais por meio de nosso banco de investimentos (BB-BI). Esta nova dinâmica de mercado traz maior rotatividade no balanço do Banco, uma vez que encurta a duração dos ativos e aumenta o giro de transações, o que explica a redução do saldo da carteira de empréstimos para as Grandes Empresas. Essa estratégia está alinhada ao momento econômico do país, contribuindo para fomentar o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários no país, inclusive para o segmento de pessoas físicas, atendendo aos objetivos de financiamento de nossos clientes do segmento de Grandes Empresas, com alocação mais eficiente de capital do Banco.

O mercado Setor Público conta com agências especializadas, presentes em todas as capitais dos estados brasileiros, além das Plataformas de Negócios Governo, voltadas ao relacionamento comercial com os municípios. A Plataforma de Negócios Governo é conduzida por equipe especializada em soluções voltadas à gestão municipal, com uso intensivo de soluções digitais para a interação e realização de negócios com os clientes.

O apoio ao agronegócio é parte fundamental da nossa estratégia. A carteira de crédito rural ampliada, que inclui a contratação de Cédulas do Produtor Rural (CPR), cresceu 0,6% atingindo R\$ 170,3 bilhões. Destaque para o crescimento na participação de crédito concedido para Pessoas Físicas, cuja participação passou na carteira de 88,4% em Dez/18 para 93,6% em Dez/19.

Disponibilizamos para a safra 2019/2020 o volume de R\$ 103 bilhões, sendo R\$ 91,5 bilhões para o crédito rural e R\$ 11,5 bilhões para o crédito agroindustrial. No primeiro semestre dessa safra, a utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola atingiu 57,7% do total.

Somos o maior parceiro do produtor rural. Além das soluções tradicionais do crédito rural, as empresas do agronegócio contam com o nosso apoio para emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) para captação de recursos com taxas atrativas e adequadas para o perfil dos clientes. Além disso, criamos as Opções BB Agro, facilidade oferecida aos produtores rurais para proteger a produção em relação a variação de preços das principais *commodities*. A estratégia de assessoria especializada ao Megaprodutor Private se destacou com a assessoria na sucessão patrimonial, soluções em derivativos, gestão financeira, crédito *offshore* e *onshore*.

O protagonismo no agronegócio é sustentado por atendimento de excelência somado à ampla utilização de soluções tecnológicas específicas para o segmento. **Nosso agronegócio é mais que digital.** Inovamos com o CPR Digital, solução que permite ao cliente emitir diversas cédulas sem ter que ir ao Banco e ao cartório, e com o Custeio Digital, que possibilita o envio de propostas de crédito a qualquer momento, mesmo fora do horário de expediente da agência. Somos o maior parceiro do agronegócio brasileiro, com 55,4% de participação de mercado.

Qualidade da carteira. Em dezembro de 2019, nossa Carteira Classificada apresentou exposição de 91,6% nos riscos AA-C, que são os quatro melhores *ratings*. A inadimplência acima de 90 dias encerrou 2019 com 2,54% na carteira total, desconsiderando os efeitos de um grande caso de recuperação judicial. Nossa cobertura alcançou 252,64%, também desconsiderando o caso específico. O Inad+90 na carteira de Pessoa Jurídica alcançou 3,37% e em Pessoa Física foi de 3,41%, resultado da estratégia de alteração do *mix* da carteira.

No mesmo período, recuperamos R\$ 6.745 milhões de créditos baixados para perda, alta de 12,3% em relação ao exercício de 2018. Destaque para o valor recuperado em caixa equivalente a 44,7% do total. O patamar de recebimento em caixa foi o maior da série histórica.

Administração de recursos de terceiros. Atingimos R\$ 1.056 bilhões em ativos, com gestão da BB DTVM, e 22,4% de participação nesse segmento, fruto do esforço de oferta de produtos de investimento por nossa rede e canais digitais, além da diversificação do portfólio e a credibilidade alcançada pela nossa marca.

A Unidade Captação e Investimentos (UCI), estrutura especializada na estratégia e desenvolvimento de soluções para o atendimento aos clientes investidores, aumentou a quantidade de especialistas em investimentos para atendimento aos clientes investidores, além do lançamento de soluções de ponta como o Robô Advisor e *chatbot* para análise de perfil de investidor (API).

Além das soluções inovadoras, essa Unidade fomenta a educação financeira para investidores e não investidores, com uso intensivo de redes sociais, comunicação simples, lúdica e direta. Apenas no Youtube, a *playlist* InvesTalk do canal BB, teve mais de 18,5 milhões de visualizações.

Estimativas. As estimativas de desempenho para 2019 foram cumpridas em todos os itens dos nove divulgados.

Tabela 1. Estimativas para 2019

	Estimativas 2019	Realizado 2019
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	16,5 a 18,5	17,8
Margem Financeira Bruta - %	3,0 a 7,0	6,4
Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %	-2,0 a 1,0	-1,6
Pessoa Física - %	8,0 a 11,0	10,3
Pessoa Jurídica ⁽²⁾ - %	-13,0 a -10,0	-12,3
Rural - %	0,5 a 3,0	0,6
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-14,5 a -11,5	-13,0
Rendas de Tarifas - %	5,0 a 8,0	6,4
Despesas Administrativas - %	2,0 a 5,0	2,8

(1) Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias. (2) Não considera crédito a Governo.

Em 2019, destacamos o total comprometimento na entrega desses indicadores, a despeito dos desafios inerentes à nossa atividade nesse ano. Confiamos no potencial da nossa economia, na capacidade comercial de nosso time e no nosso planejamento para o atual cenário.

1. Principais Destaques

Prêmio 'Banco do Ano no Brasil' em 2019

Recebemos o prêmio "*Bank of the Year Brazil 2019*", um dos mais importantes do setor financeiro mundial que reconhece as instituições de excelência no sistema bancário global. O prêmio é concedido pela revista britânica *The Banker*, do *Financial Times*, primeira publicação de finanças a acompanhar bancos pelo mundo desde 1926 e reconheceu nossas iniciativas de inclusão financeira e negócios sustentáveis que geram valor para os clientes e para a comunidade.

O Banco Mais Sustentável do Mundo

Fomos considerados o banco mais sustentável do mundo no *ranking* Global 100 de 2019, da *Corporate Knights*. O anúncio, realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, lista o Banco do Brasil em primeiro lugar no segmento financeiro e em oitavo lugar no *ranking* mundial, dentre as mais de 7.500 empresas de 21 países diferentes. Um dos destaques para a classificação no *ranking* foi a nossa alocação de R\$ 193 bilhões em setores da Economia Verde em 2018, valores identificados a partir de metodologia da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e em linhas de crédito com finalidades específicas.

Em 2019, integramos o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova York, nas carteiras World e fomos ratificados pelo 7º ano consecutivo na carteira Emerging Markets. O índice reúne as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade de todo o mundo, e é referência para instituições administradoras de recursos, que se baseiam neste índice para suas decisões de investimentos.

Estamos listados pelo quarto ano consecutivo, no FTSE4 Good Index Series, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e, pelo 15º ano consecutivo, listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) para 2020, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas em sustentabilidade corporativa.

Oferta Pública de Ações (OPA)

Aderimos a oferta pública de ações do Banco com a alienação de 132.506.737 ações, sendo 64.000.000 de ações pertencentes ao próprio Banco que eram mantidas em tesouraria e 68.506.737 pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). A operação foi concluída em Out/19 a um valor de R\$ 44,05 por ação. Com volume total de R\$ 5,8 bilhões, a operação destaca-se como a 4ª maior oferta de ações de 2019 e a maior de um banco brasileiro desde 2010. A operação contou com a demanda de 144 investidores institucionais e de 84,3 mil investidores PF, que registraram mais de R\$ 7 bilhões em ordens, sendo R\$ 2,1 bilhões de clientes Private do próprio Banco. Após o rateio, 29,2 mil investidores PF foram alocados, dos quais 21,2 mil (73%) eram nossos clientes. **Os clientes, a sociedade e o mercado reconhecem as nossas qualificações.**

Parceria Estratégica – BB e UBS

Em novembro de 2019, publicamos Fato Relevante informando que o Banco do Brasil e o UBS celebraram Acordo de Associação de caráter vinculante para formação de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no Brasil e em outros países da América do Sul.

Segundo os termos do Acordo, a associação será constituída por meio da criação de uma *holding* de participações, que contará com a contribuição de ativos nossos e do UBS. Após as contribuições dos dois acionistas, a sociedade terá seu capital social total dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB.

Essa parceria estratégica criará uma plataforma de banco de investimentos que combina com nossa capacidade de relacionamento no País com a expertise e plataforma de distribuição global do UBS. A parceria engloba, além das atividades de banco de investimentos, a existência de uma corretora de valores institucional no Brasil ampliando as capacidades no mercado doméstico. Em Dez/19, houve a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A concretização da parceria está condicionada ao atendimento de condições contratuais precedentes e aprovação do Banco Central.

Desinvestimentos

Em 2019, seguindo o estabelecido em seu plano diretor de rever o seu portfólio de investimentos em participações, efetuamos alienação de ativos não estratégicos, como a venda de participações na Cibrasec, SBCE e na Neoenergia, concentrando-se nas atividades ligadas ao negócio bancário.

A BB Seguridade efetuou alienação da participação indireta no capital do IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB), com impacto positivo no resultado do terceiro trimestre de 2019 e aumento positivo residual no índice de capital principal.

Iniciamos a dissolução e início da liquidação da BB Turismo. A BBTur é sociedade controlada indiretamente pelo BB por meio de sua subsidiária integral, BB Cayman Islands Holding.

Especialização do Varejo

A abordagem de especialização do atendimento é sustentada por quatro pilares. O primeiro é o **cliente**, que é o centro de nossa estratégia, que tem a busca pelo atendimento de excelência como essência, garantindo a entrega da proposta de valor mais adequada para cada tipo de cliente. O segundo é o **resultado**, alcançado através da eficiência operacional e geração de valor pela simplificação da estratégia comercial. Outro pilar são as **soluções**, que auxiliam através da otimização de processos e gestão integrada de canais e atendimento. Por fim a **organização**, que busca o alinhamento da gestão do varejo no nível estratégico, tático e operacional.

Encerramos o ano de 2019 com 4.356 agências, ante 4.722 em 2018. Destaque para a especialização da rede física, que encerrou 2019 com 655 unidades da rede especializada (Alta Renda, Empresa, Agro, Governo e Setor Público), crescimento de 75,6% em 36 meses, e 1.185 agências especializadas varejo. Esta última, voltada para o atendimento de todos os segmentos de cliente, prestando suporte à rede especializada, com presença relevante nas capitais e que tem o atendimento de excelência como vocação.

Em Dez/19, o modelo especializado varejo alcançou 479 municípios, 1.767 agências. Entre os resultados, destaca-se o aumento de 5,26% na quantidade de atendimentos realizados dentro do prazo desejável, redução de 2,09% na taxa de senhas abandonadas no atendimento das agências.

Em 2019 avançamos com a estratégia de especialização de relacionamento com os clientes investidores, profissionais liberais e sócios dirigentes, além de produtores rurais e clientes alta renda. Com a especialização foi possível orientar as ações da força de vendas, convergindo a indução de negócios à disponibilidade de soluções que possibilitam potencializar os ganhos financeiros desses clientes, melhorando sua experiência e promovendo elevação em seu nível satisfação.

Estratégia Proventistas

Somos o principal banco dos proventistas do país e os resultados registrados no período foram positivos em favor do recebimento de novos salários, reforçando esse reconhecimento do mercado. Esse comportamento é motivado principalmente pelos atributos de solidez e segurança, além do amplo portfólio de produtos, inovação e benefícios oferecidos no relacionamento. **Somos o banco preferido dos brasileiros para o recebimento de salários.**

Público Jovem

Revisamos a estratégia de atuação com o público jovem considerando nossos direcionadores estratégicos e as mudanças de comportamento deste público de 18 a 28 anos.

A partir de melhorias nos produtos e serviços, como a abertura digital da conta pelo aplicativo e a reformulação do cartão Ourocard, agora sem cobrança de anuidade disponível também para não Correntistas, realizamos ações de comunicação com os jovens. Além de campanhas publicitárias em meios de alta afinidade com este público, realizamos também ações promocionais em 14 universidades brasileiras e locais de grande circulação dos jovens. Ao final de 2019, a abertura de contas universitárias apresentou um incremento de 43%.

Vantagens e Benefícios

Lançamos em 2019 a nova plataforma de benefícios, a Vantagens BB. No App BB e no autoatendimento na Internet, o cliente tem acesso a uma área exclusiva, com todas as vantagens e benefícios de se relacionar com o Banco, como descontos em empresas parceiras, promoções em produtos e serviços, além de benefícios em eventos patrocinados entre outros. A plataforma recebeu mais de 60 milhões de acessos desde o lançamento.

Com o objetivo de oferecer diferenciais no relacionamento com os clientes, realizamos ainda grandes ações promocionais em datas de oportunidade. Durante a Semana do Brasil e a Black Friday, por exemplo, realizamos ofertas em condições especiais em produtos e serviços, além de promoções em empresas parceiras. As ações resultaram em incrementos na contratação de produtos que atingiram marcas em média 140% superiores aos períodos normais de oferta.

Lançado em 2018, o Clube de Benefícios do BB atingiu o total de 1 milhão de contratações ao final de 2019. Trata-se de um clube de vantagens financeiras, que retorna a mensalidade para os clientes Pessoas Físicas em recompensas digitais, lojas físicas ou pontos Lívolo, além de dar acesso a condições especiais em nossos produtos e serviços.

Apresentamos a seguir os demais destaques e fatos relevantes de nossa atuação em 2019:

Janeiro

Fomos reconhecidos por votação popular como o “App do Ano” na categoria Mobile Banking na segunda edição do Prêmio CanalTech (edição 2018) com 29,4% dos votos. O prêmio objetiva reconhecer publicamente o trabalho das empresas e profissionais que mais se destacaram no setor de tecnologia no Brasil ao longo do ano, seja por meio dos seus produtos, serviços ou desempenho profissional.

Lançamos o novo portal de Relações com Investidores (RI), com leiaute moderno e responsivo, apresenta melhor experiência para navegação em *smartphones* e *tablets*. O portal facilita o acesso às informações, reforçando o compromisso do BB com a transparência e conveniência no relacionamento com o mercado.

Fevereiro

Ficamos entre os primeiros lugares na Pesquisa Focus do Banco Central (pesquisa que mensura o aprimoramento da capacidade preditiva e reconhece seu esforço analítico). Ficamos em primeiro lugar nos indicadores “IGP-M – Médio Prazo Anual” e “IGP-M – Longo Prazo Anual” e na segunda posição no indicador “Taxa de Câmbio – Médio Prazo Anual” no “Ranking Top 5 Anual” de 2018.

Participamos da 31ª edição do Show Rural Coopavel em Cascavel – PR. Um dos destaques do evento foi a realização do primeiro Show Rural Digital, que teve como tema a tecnologia e inovação como fatores de desenvolvimento da produtividade sustentável do agronegócio.

Março

Realizamos captação pública de dívida sênior, por intermédio do *Euro Medium Term Note Programme*, no montante de US\$ 750 milhões, com vencimento em março de 2024 e cupom de 4,75% ao ano. As notas foram ofertadas no exterior, aos investidores institucionais.

Recebemos a premiação, na categoria inovação, de “melhor assistente cognitivo” na Bots Brasil Awards 2019.

Abril

Estivemos presentes em mais uma edição do Agrishow, a maior feira de tecnologia para o agronegócio do Brasil, onde disponibilizamos R\$ 1 bilhão de reais para acolhimento de propostas e mobilizamos mais de 200 funcionários para atendimento e geração de negócios durante o evento.

Participamos da 18ª edição do Tecnoshow Comigo 2019, realizado na cidade de Rio Verde – GO, uma das mais importantes feiras de tecnologia agropecuárias, com foco em vendas de máquinas e equipamentos. O evento contou com 118 mil visitantes e 580 expositores, distribuídos em uma área de 60 hectares, onde apresentamos diversas soluções para simplificar a vida do produtor rural e prospectamos, através da assistência de mais de 100 de nossos funcionários, volume superior a R\$ 1 bilhão em propostas.

Apoiamos a XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, considerado o maior encontro de gestores municipais do País. O evento contou com cerca de nove mil participantes, entre prefeitos, secretários e demais gestores municipais, para a troca de experiências sobre temas que impactam a gestão pública. O Banco do Brasil apresentou soluções para as prefeituras, fortalecendo a atuação como parceiro na implementação de políticas públicas.

Mai

Patrocinamos a 12ª edição da Agrobrasil, feira internacional dos cerrados e vitrine das tecnologias para o agronegócio. Durante os cinco dias do evento, acolhemos mais de R\$ 400 milhões em propostas que vão desde o crédito rural, seguros agrícolas e pecuários e consórcio (de trator e caminhão, imóveis rurais, semoventes, sistema de energia solar e aquisição de material genético bovino).

Dentro do objetivo estratégico de alienar ativos que não fazem parte do nosso *core business*, alienamos nossa participação na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) à Compagnie Française D’Assurance Pour Le Commerce Extérieur (Coface).

Junho

Nossos analistas de pesquisa foram reconhecidos no *Ranking Broadcast Analistas*, realizado pela Agência Estado, conquistando o terceiro e o sétimo lugares entre os Top 10 premiados pela instituição. Desde 2013, o BB Investimentos vem marcando presença no *Ranking Broadcast Analistas*.

Recebemos o prêmio de Instituição mais inovadora da América Latina, pela The Innovaters 2019 – Global finance, pelo case “*Digital Financial Assistance using WhatsApp*”;

Marcamos presença na ABF Franchising Expo, maior feira de franquias do mundo, patrocinando o evento e realizando um primeiro Ideathon BB Franquia com clientes MPE, uma maratona de ideias e de desenvolvimento de soluções para questões que afetam o dia a dia dos franqueados.

Alienamos, por meio de Oferta Pública Secundária de Ações, 9,35% das ações da Neoenergia detidas pelo BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI).

Julho

Alienamos, por meio de Oferta Pública de Distribuição Secundária, 15,23% das ações ordinárias do IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB), de titularidade de nossa controlada, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros). Atuamos, por meio do BB-BI, como líder nesta operação, considerada a 2ª maior Oferta de Ações do Brasil em 2019.

Em continuidade à estratégia de venda de ativos que não fazem parte do nosso core business, alienamos a totalidade de nossa participação na Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) com impactos residuais no resultado e no capital.

Lançamos a Playlist InvesTalk no canal BB no Youtube. A programação inclui vídeos sobre cenário econômico, bastidores, dicas e bate-papos. Destacamos o programa “Deseconomês”, que visa a descomplicar o mundo dos investimentos e, para auxiliar quem está buscando diversificar suas aplicações, o “Carteiras Sugeridas”, em que são apresentadas as sugestões de investimentos da equipe do BB para aquele mês, além das recomendações de compra, venda e manutenção de ações elaboradas pelo BB Investimentos. O canal já atingiu mais de 18,5 milhões de visualizações.

Aprovamos o Programa de Adequação de Quadros (PAQ) com o objetivo de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e de excessos nas unidades do Banco. Ao término do movimento, mais de 2,3 mil funcionários confirmaram o desligamento do Banco.

Agosto

Comunicamos que a União manifestou a intenção de alienar a sua participação que excede ao controle acionário do BB, correspondente à 20.785.200 ações. Posteriormente, o Ministério da Economia solicitou a transferência deste excedente para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de que venha a ser incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Revitalizamos nosso portfólio de fundos de investimento, com destaque para a redução de valores de entrada para R\$ 0,01. A medida visa a democratizar os fundos de investimento sofisticados, permitindo que todos os segmentos tenham acesso a um portfólio mais diversificado.

Setembro

Criamos o fundo de ações que valoriza a equidade de gênero. De forma inédita no mercado, os investidores terão acesso aos fundos BB Ações Equidade e BB Ações Equidade Private. As novas modalidades irão contemplar ativos de companhias nacionais e estrangeiras negociadas na B3 que assumam publicamente o compromisso de buscar a equidade de gênero.

Outubro

Patrocinamos a 12ª edição da *Brasil Game Show* – BGS, a maior feira de *jogos eletrônicos* da América Latina, realizado em São Paulo. Com o posicionamento de apoio ao desenvolvimento dos *e-sports* e o fortalecimento da comunidade *gamer* no Brasil, fortalecemos o mercado e o mundo de *games*, com potencial geração de negócios reafirmando a aproximação com o público jovem.

Somos a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria ‘Banco’ e ‘Aplicativo para Banco’. Alcançamos um marco histórico na premiação Folha Top of Mind 2019, porque somos o banco mais presente na memória dos brasileiros há 29 anos.

Novembro

Realizamos, com o UBS, Acordo de Associação de caráter vinculante para formação de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no Brasil e em outros países da América do Sul.

Lançamos o programa *Private Generations*, uma ação para herdeiros de clientes do segmento *Private* voltada para a formação e desenvolvimento de competências necessárias à administração de grandes negócios e investimentos.

Fomos certificados no Relatório de Conformidade 2019 da FEBRABAN, que demonstra nossa aderência aos regulamentos da FEBRABAN, possibilitando o reconhecimento entre as melhores práticas do sistema financeiro.

Ultrapassamos a marca de 1 milhão de acordos negociados pelo Portal Solução de Dívidas do BB, com valor total de R\$ 12,7 bilhões desde o lançamento em 2014. A plataforma digital, acessível pela *internet* ou pelo *app*, permite consultar dívidas e realizar a renegociação sem a necessidade de comparecer à agência.

Firmamos parceria com o Sebrae para beneficiar pequenos negócios a acessar serviços financeiros e soluções bancárias, com utilização consciente. O acordo prevê ainda o compartilhamento e inteligência de dados para oferta de benefícios do Banco do Brasil aos clientes do Sebrae e disponibilização de atendimento do Sebrae (cursos, consultorias, palestras etc) para clientes da instituição bancária.

Lançamos nosso Robô Advisor. A ferramenta considera a relação risco x retorno e leva em conta fatores como cenário econômico, tendências do mercado, perfil de investidor e valores, para oferecer opções que melhor se encaixam nos objetivos registrados pelo cliente.

Aprovamos proposta de reforma estatutária da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), que tinha o propósito de promover modificações no modelo de custeio do Plano de Associados e de realizar melhorias na governança da Cassi.

Firmamos convênio de cooperação técnica com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com o objetivo de aprimorar e desenvolver soluções que visem à melhoria da experiência do cidadão, estimulando a inovação na gestão pública.

Formalizamos acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) para serviços de centralização e administração de contas de depósitos judiciais, créditos de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV). A parceria busca gerar vantagens para o Setor Público e os cidadãos brasileiros, a partir da automação do processo via interligação dos sistemas do Tribunal com os do Banco, conferindo maior agilidade, segurança e eficiência no tratamento dos levantamentos de depósitos judiciais.

Dezembro

A gestora de previdência – BrasilPrev - foi premiada como a melhor gestora de previdência privada em 2019 pelo Guia de Previdência Valor/FGV, realizado pela revista Valor Econômico. Além do prêmio principal (1º Lugar como Melhor Gestora Geral), a Brasilprev também foi vencedora em outras cinco categorias. A premiação analisa as rentabilidades obtidas pelas principais administradoras de previdência privada do país.

Recebemos o selo Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos. O objetivo do selo é fomentar a adoção voluntária, pelas empresas, independentemente do ramo de atuação, de medidas voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. Na edição do Pró-Ética 2018/2019 se inscreveram 373 empresas, das quais 152 passaram pela fase inicial e 26 foram premiadas.

Aprovamos a redução da Diretoria Executiva e reorganização de suas atribuições através da revisão da nossa arquitetura organizacional. Em razão das adequações, nosso Conselho Diretor (CD) passa a ser formado por Presidente e sete Vice-Presidentes, redução de duas vice-presidências quando comparado ao modelo anterior. Ainda, o número de diretorias foi reduzido para 26 (vinte e seis). Para mais informações, consultar [estrutura interna](#) e [fato relevante](#) disponível no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

2. Estratégia Corporativa

Nossa Visão é “ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas de desempenho nos guiam nessa direção:

a) Clientes: colocamos o cliente no centro da estratégia e assumimos o compromisso e o desafio de proporcionar experiências de valor em todos os canais de relacionamento, bem como priorizamos ações que ampliem os negócios e favoreçam o aumento da satisfação, da retenção e da atração de novos clientes.

b) Financeira: priorizamos o crescimento da rentabilidade de forma sustentável e buscamos a otimização da alocação do capital.

c) Pessoas: buscamos fortalecer a cultura organizacional com foco no cliente, em inovação, na agilidade e no resultado, e aprimorar as práticas de atração, de retenção e de sucessão de talentos.

d) Processos: continuamos evoluindo nossa estratégia digital e investindo na transformação digital e no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, dos produtos e dos canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.

e) Sustentabilidade: Procuramos manter a solidez da empresa, com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e de sustentabilidade empresarial.

3. Economia

Brasil

A divulgação do PIB do terceiro trimestre sinalizou que a atividade doméstica ganhou tração a partir da segunda metade do ano. Esse desempenho reforçou a percepção de que alguns acontecimentos adversos que afetaram o ambiente interno no primeiro semestre, como o rompimento da barragem em Brumadinho e as incertezas em torno do andamento da reforma da previdência, ficaram para trás. De fato, a aprovação das mudanças nas regras previdenciárias reduziu os riscos associados à sustentabilidade fiscal do país e abriu espaço para as discussões da reforma administrativa e tributária.

O avanço do mercado de crédito, especialmente no segmento de recursos livres, com fôlego renovado graças ao novo ciclo de cortes na taxa básica de juros (Selic) e, em certa medida, a liberação dos saques do FGTS, foram fatores fundamentais para a retomada do consumo doméstico. Além disso, a retomada da confiança dos agentes financeiros com a economia propiciou uma retomada dos investimentos privados ao longo do ano, notadamente após a melhora nas expectativas com relação ao andamento do processo de reformas estruturais. Especificamente, a partir da segunda metade de 2019, passamos a observar uma melhora gradativa no setor de construção civil e na indústria extrativa.

Nesse contexto, apesar de ainda haver alta taxa de desemprego e elevado número de trabalhadores atuando em setores informais da economia, os dados recentes do mercado de trabalho têm apresentado uma dinâmica mais favorável. Esse fato tem contribuído para a redução gradual da taxa de desemprego.

Em relação ao lado nominal da economia, o menor nível histórico da Selic (4,5% a.a.) foi favorecido pelo comportamento benigno da inflação, com o IPCA mantendo-se abaixo do centro da meta do Conselho Monetário Nacional para 2019 (4,25%) durante boa parte do ano. Mesmo com o recrudescimento pontual nos preços das proteínas animais e com a expressiva depreciação do Real na última metade do ano, o IPCA finalizou 2019 em 4,31%.

Mundo

Quanto ao cenário externo, as incertezas associadas à guerra comercial entre Estados Unidos e China tiveram impactos relevantes sobre o ambiente econômico internacional, especialmente sobre o comércio mundial, que mostrou desaceleração significativa neste ano. Esse conflito foi talvez o fator mais importante por trás da desaceleração do crescimento global em 2019. Apesar desse ambiente, o dólar se apreciou frente grande parte das moedas, especialmente de economias emergentes como o Brasil.

Nesse contexto, a ameaça deflacionária em importantes economias avançadas se intensificou, ensejando uma reação por parte dos bancos centrais, notadamente o Federal Reserve e o Banco Central Europeu, que deram início a um movimento de flexibilização de suas políticas monetárias.

4. Desempenho Financeiro, Indicadores de Mercado e Atendimento aos Acionistas

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na mesma data que as Demonstrações Financeiras, traz análise abrangente e gerencial dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 2. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2018	2019	2018	2019
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	12.649	17.899	12.862	18.162
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.872	27.762	31.800	32.537
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	19.197	19.901	27.415	29.209
Despesas Administrativas ¹	(32.151)	(34.512)	(33.718)	(36.063)

(1) Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	Dez/18	Dez/19	Dez/18	Dez/19
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.479.137	1.538.888	1.416.901	1.469.223
Carteira de Crédito Classificada	627.990	610.786	641.871	621.345
Depósitos Totais	471.411	502.952	486.037	514.131
Patrimônio Líquido	91.990	98.896	102.253	108.565
Índice de Basileia (%)	18,86%	18,58%	18,86%	18,58%

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,52% do Ibovespa para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2019. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de 2019, era assim distribuída:

Tabela 3. Composição Acionária

	Dez/19
Total	100,0%
(a) Tesouro Nacional	50,0%
(b) Free Float	48,8%
Previ	4,8%
PF	7,5%
PJ	11,2%
Capital Estrangeiro	25,3%
Demais¹	1,2%
Free Float (%) - b/(a+b) ⁽¹⁾	49,4%

(1) Demais é composto por ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do CA, CD e Diretoria Executiva e ações referentes a incorporação do BNC e ações detidas pelo BNDES.

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores e mantemos equipe dedicada ao relacionamento com analistas e investidores. Em 2019, realizamos 1.530 atendimentos, incluindo telefônicos e participação em reuniões e eventos. Com os investidores institucionais, realizamos 651 reuniões, incluindo participação em 9 conferências no país e outras 11 no exterior, além de 7 *non-deal roadshows* no Brasil e no exterior. Promovemos ainda 4 teleconferências de resultado e 4 reuniões com clientes acionistas realizadas em nossos escritórios Private.

Tabela 4. Indicadores de Mercado

	2018	2019
Valor Patrimonial - BBAS3 (R\$) - Individual	33,02	34,68
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado (R\$)	36,71	38,08
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	46,5	52,8
Lucro por Ação (R\$)	4,5	6,4
Retorno sobre Ativos (%) - Individual	0,9	1,2
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,9	1,3
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Individual	14,1	18,8
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	13,2	17,6
JCP (R\$ milhões)	5.162	6.733
Cotação ADR (US\$)	11,9	12,9

5. Capital

Solidez e confiabilidade são essenciais para um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 10,02% no Índice de Capital Principal (ICP) em dezembro de 2019, enquanto que o Índice de Basileia (IB) chegou a 18,58%. No mesmo período, o Índice de Capital Nível I (ICNI) chegou a 13,55%.

Ao longo do ano de 2019, o comportamento observado no ICP recebeu influência importante do impacto atuarial associado às entidades de previdência privada e de saúde complementar patrocinadas pelo Banco do Brasil.

Mantemos o foco na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, temos como meta manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

6. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os clientes. Além do crédito, o negócio mais relevante, nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Em 2019, a empresa lucrou R\$ 6,7 bilhões, com Retorno ajustado sobre valor de mercado de 6,6%. Em Set/19, comunicou a redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, com restituição aos acionistas na proporção de sua participação no capital social.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no seu relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br).

Meios de Pagamento

No segmento a *holding* BB Elo Cartões Participações S.A., concentra a participação no capital da Cielo S.A, além dos negócios da Alelo, Cateno e Livel. A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard, com plásticos de múltiplas funções.

Em 2019, estimulamos o pagamento por aproximação, apoiando a primeira operadora de transporte público a aceitar pagamento por aproximação na catraca, o MetroRio e emitindo 3,8 milhões de cartões com tecnologia NFC. Inovamos com o desenvolvimento do atendimento de cartão por *WhatsApp*, oferecendo melhor experiência e consumindo menos recursos. Os clientes já podem executar 21 transações, por meio de um fluxo simplificado, sem a necessidade de instalar o App do banco. Uma mesma consulta que levava 4,5 minutos em um atendimento telefônico, leva apenas 45 segundos no *WhatsApp*. Simplificamos a contratação do cartão com a jornada digital. Também melhoramos a contratação do cartão através da jornada digital, agregando inteligência ao processo, que passou a oferecer um caminho simplificado para clientes pré-qualificados. Com isso, atingimos a marca de aproximadamente 700 mil cartões vendidos em canais digitais em 2019.

Outras informações sobre a Cielo e os negócios do segmento de meios de pagamento podem ser consultados no seu relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores da Cielo (ri.cielo.com.br).

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 22,4% e um total de R\$ 1.056 bilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 12,2% em relação a 2018.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de Dez/19, a nossa gestora de recursos foi líder nos segmentos: Poder Público (63,7%), Investidores Institucionais (26,4%) e Varejo (40,6%).

Mercado de Capitais

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), *Banco do Brasil Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *project finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

A parceria estratégica com o UBS, anunciada em Nov/19, em estágio de aprovação do Banco Central, cria uma plataforma de banco de investimentos completa, ao combinar a rede de relacionamentos do BB no País com a expertise e plataforma de distribuição global do UBS.

Participamos, como coordenador líder da oferta de ações (IPO) da Neoenergia, que movimentou R\$ 3,7 bilhões e configurou a maior abertura de capital do setor energético na bolsa de valores brasileira desde 2004 e o maior IPO realizado desde dezembro de 2017. Participamos também como coordenador da oferta pública secundária de ações do Banco do Brasil detidas pelo FI-FGTS, com significativa participação de 29,2 mil investidores Pessoa Física e volume total de R\$ 5,8 bilhões. O BB BI participou ainda das ofertas da Centauro (IPO), IRB e BTG Pactual.

No consolidado de 2019, no segmento de Renda Variável, o BB-BI participou de 14 operações (ofertas públicas de ações e leilões de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC). No segmento de Renda Fixa, o BB-BI participou da estruturação da emissão de debêntures da sociedade de propósito específico criada pelo grupo Engie e pelo fundo canadense CDPQ para aquisição de 90% do capital da Transportadora Associada de Gás S.A. A Petrobras permaneceu com 10% do capital da empresa. Esta operação foi premiada pela Latin Finance, na categoria "Oil & Gas Financing of the Year" no evento "2019 Project & Infrastructure Finance Awards"; e pela Project Finance International (PFI) Awards 2019, da Thomson Reuters, na categoria "LatAm Deal of the Year".

Ao final de 2019, no segmento de Renda Fixa Local e Project Finance, o BB-BI participou de 115 operações. No segmento de Renda Fixa Externa, o BB participou de 75 operações.

No *Ranking* Anbima de Mercado de Capitais, de novembro de 2019 (o mais recente disponível na data de compilação deste relatório), o BB-BI figurou na 1ª posição em Renda Variável por número de operações e na 3ª posição em Renda Variável por valor (na modalidade de Ofertas Iniciais). No mesmo período, em originação de Renda Fixa por valor, o BB-BI figurou na 2ª posição em operações de CRA, FIDC e FII. Em emissões externas, ocupamos a 4ª posição.

Consórcios

Comercializamos mais de 360 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 12,9 bilhões em volume de negócios, aumento de 14,7% em relação a 2018. Desse total, 21,1% foram realizados via canais digitais. O volume de receita com prestação de serviços foi de R\$ 1,2 bilhão, 29,9% maior que no exercício anterior.

Em 2019, destaque para os consórcios de trator e caminhão, outros bens móveis e serviços. No segmento de trator e caminhão, a quantidade de cotas vendidas cresceu 197,2% em relação a 2018. No consórcio de outros bens móveis e serviços o crescimento representou 165,1% e 70,7% respectivamente. Os consórcios de automóveis e de imóveis corresponderam a 69,3% do volume de nossa carteira, sendo 52,9% e 16,4% respectivamente.

7. Transformação Digital

A era digital mudou hábitos e comportamentos do consumidor, de modo que o seu grau de exigência aumentou. Donos de um poder sem precedentes, os consumidores demandam diálogo, compromisso e transparência das empresas. Nesse contexto, em vez de observar a mudança acontecer, temos a capacidade de nos tornarmos protagonistas, também, nos canais digitais. Podemos nos voltar para o novo sem abrir mão de nossos valores e de nossa identidade.

É preciso dedicar esforço para sermos agentes da transformação. Por isso, mantemos programas de inovação, integrando a participação de funcionários de diversas áreas, com diferentes competências, a fim de fortalecer nossa cultura digital. Iniciativas como o Pensa BB, o Action e o Hackathon viabilizam a seleção e implementação de ideias para solucionar problemas e enfrentar novos desafios.

O mundo conectado e interdependente é cheio de novas ideias. Não mudamos sozinhos, e sim em colaboração com outras partes, com trocas de informações e atitudes enriquecedoras. Por um lado, temos clientes nativos digitais, que esperam que a tecnologia os ajude a atender suas necessidades, onde e quando desejarem. Por outro, existem clientes que valorizam as relações interpessoais e buscam atendimentos mais próximos. Em determinados temas, dispensam o “aqui e agora” em prol do sentimento de segurança e confiança, embora não deixem de exigir interações com excelência, atendimento ágil e ofertas personalizadas.

Como exemplo de solução para ampliar nossos resultados e gerar negócios com ênfase na experiência do cliente, temos a ferramenta de NBO (*Next Best Offer*), tecnologia de *Analytics* e *Big Data* que indica os melhores produtos a serem ofertados com inteligência artificial, por meio da análise das informações de mais de 50 milhões de clientes. Cada nova interação adiciona mais inteligência à ferramenta, o que amplia a assertividade da oferta para serviços e produtos, como crédito, consórcio, seguridade, captação entre outros.

Utilizamos a ciência de dados para prever o comportamento de nossos clientes investidores, calculando a probabilidade de evasão desses investimentos para a concorrência. Dessa maneira, podemos priorizar o contato com os clientes para ofertar outros produtos de investimentos aderentes aos retornos e prazos desejados. Em Fev/19, essa iniciativa foi apresentada no *IBM Think 2019* em São Francisco, Estados Unidos.

Outra novidade foi o lançamento da renegociação de dívidas via *WhatsApp* que oferece aos clientes mais comodidade, pois ao enviar uma mensagem para o 61 4004 0001, dizendo que deseja renegociar dívidas, o cliente é atendido inicialmente por um chatbot e, posteriormente, por um especialista em renegociação. Essa funcionalidade foi disponibilizada em 20/Set e já renegociou mais de R\$ 20 milhões.

Desde junho, a inteligência analítica para abordagens comerciais está integrada ao nosso sistema de gestão de filas presenciais e à solução de telefonia digital. Com isso, nos momentos em que não há demanda por atendimento presencial nas agências, os funcionários acessam listas para realização de oferta ativa aos clientes com propensão para o consumo de determinados produtos. Esses colaboradores são reconhecidos pelas ofertas e concretizações de vendas.

Dessa maneira, nossa força de vendas tem à disposição informação de qualidade, o que permite estreitar e aprofundar o relacionamento com nossos clientes. Essa informação também é utilizada por nossas equipes de estratégia e *marketing*, a fim de fortalecer nossa marca. Nesse sentido, em junho lançamos em nosso portal a abordagem “Momentos de Vida”, que busca apresentar as soluções mais adequadas às necessidades do cliente em cada fase da vida.

Como reconhecimento, as conquistas e realizações em inovação:

- Fomos destaque do Prêmio eFinance 2019, realizado desde 2001 pela Editora Executivos Financeiros, que tem sido um dos eventos mais valorizados pelo mercado bancário nacional e acontece durante a Ciab Febraban. Na ocasião, vencemos 9 das 36 categorias, com 38 cases premiados e nosso Diretor de Tecnologia recebeu o prêmio de CIO do ano.

- Um dos cases premiados foi o BB Assessoria de Investimentos, também conhecida como Robô Advisor, que é uma solução digital para recomendação de alocação de investimentos baseados em informações disponibilizadas pelos clientes e alinhado com seus objetivos de rentabilidade, prazo ou valor futuro. O Robô Advisor utiliza de finanças comportamentais e gamificação para auxiliar o investidor na conquista de seus objetivos. Desde seu lançamento, já foram realizadas 1,4 milhão de simulações, aproximadamente 7,2 mil por dia, sendo 27% via App.
- Implementamos a conexão dos Tribunais com o BB para processamento eletrônico de depósitos judiciais e de alvarás e para a consulta on-line de saldos e extratos de contas judiciais. A solução, além de conferir maior agilidade e segurança ao processo, proporciona maior eficiência operacional.
- Caso vencedor, também no segmento para investidores, é do *Chatbot* de Análise do Perfil do Investidor (API), solução que reformulou o questionário que traça o perfil dos investidores via assistente virtual. O procedimento ficou mais preciso, dinâmico e fluido, propiciando um melhor atendimento e contribuindo para a extração de informações mais precisas do perfil do cliente. O *Chatbot* está disponível no Portal de Investimentos BB e App Investimentos BB. Desde seu lançamento em Mai/19, aliado ao novo questionário disponibilizado nos demais canais, foram aplicados mais de 2,3 milhões de questionários, e já representam 51,6% do total de questionários de API vigentes.
- Na categoria políticas, foram premiadas as soluções BB Gestão Ágil, que facilita o monitoramento da execução financeira dos clientes na movimentação de recursos provenientes de repasses governamentais, e o BB Integra - Portal Inteligência Pública - premiado pelo segundo ano consecutivo, consolidando o reconhecimento do mercado como um dos mais importantes projetos na área de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).
- Recebemos os prêmios de instituição financeira mais inovadora da América Latina e de melhor solução financeira de inovação, com o assistente virtual no *WhatsApp*. O reconhecimento foi dado pela revista americana *Global Finance*, uma das mais importantes do setor do mundo na edição de junho.
- Conquistamos o Certificado Internacional do Sistema de Gestão de Ativos (ISO 55001) pela excelência do nosso principal datacenter, localizado em Brasília. A norma internacional ISO 55001:2014 abrange a infraestrutura e as instalações necessárias à operação dos equipamentos de TI e especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar um sistema de gestão de ativos de uma organização.
- Criamos em parceria com o Google funcionalidade que permite realizar transações por comando de voz. Nela, os clientes podem consultar o extrato da conta corrente, fatura do cartão de crédito, realizar pagamentos e transferência por comando de voz, através do Google Assistente. A inovação, pioneira entre os bancos brasileiros, traz mais agilidade, visando melhorar a experiência do usuário;
- Nossos clientes podem contratar a portabilidade de crédito consignado pelo App BB, em uma jornada totalmente digital e sem necessidade de pedir contato de retorno do gerente para efetivar a operação. A solução inédita oferece melhores condições para empréstimos e soluções que facilitam seu dia a dia.

No Banco do Brasil acreditamos que, para estabelecermos relações duradouras com clientes, precisamos fortalecer a inovação em nossa cultura e abraçar a revolução que a alimenta: a transformação digital.

8. Pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 5. Perfil de Funcionários

	2018	2019
Perfil de Funcionários		
Funcionários	96.889	93.190
Feminino	40.243	39.122
Masculino	56.646	54.068
Escolaridade		
Ensino Médio	14.846	12.779
Graduação	38.703	34.606
Especialização, Mestrado e Doutorado	43.150	45.639
Demais	190	166
Distribuição Geográfica		
Norte	4.259	4.043
Nordeste	16.116	15.387
Centro-Oeste	16.808	16.327
Sudeste	42.586	40.864
Sul	17.096	16.546
Exterior	24	23
Rotatividade de Funcionários (%)	2,20	4,34

Permanecemos entre as 150 Melhores Empresas para Trabalhar, segundo edição 2019 do Guia da Você S/A. Anualmente, a Revista realiza um levantamento, em parceria com a Fundação Instituto de Administração – FIA/USP, para premiar companhias que se destacam em gestão de pessoas e clima organizacional. Dentre os aspectos que compõem a pesquisa, a categoria mais bem avaliada pelos nossos funcionários foi a que se refere a relações interpessoais, com ênfase para a confiança entre colegas e a disposição das pessoas para ajudarem umas às outras.

Adicionalmente, a Pesquisa Interna de Clima Organizacional apontou que 81,23% dos funcionários se consideram engajados e 86,35% se consideram satisfeitos. Apresentamos abaixo informações complementares da remuneração e benefícios de empregados:

Tabela 6. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2018	2019	2018	2019
Folha de pagamento ¹	17.207	18.172	18.527	19.455
Previdência Complementar ²	1.871	1.928	1.871	1.928
Planos de Saúde ²	1.644	1.394	1.644	1.394
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.633	2.330	1.638	2.338
Treinamento ⁴	67	69	73	76

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa Outras Rec./Desp. Operacionais. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Outras Rec./Desp. Operacionais.

Em 2019, por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), investimos R\$ 96,9 milhões em educação corporativa. A UniBB concedeu 3.225 bolsas de estudo no ano, sendo 946 bolsas de graduação, 1.413 de pós-graduação e 866 bolsas de idiomas, acumulando 5.974 bolsas de estudos em andamento.

Lançamos o Mapa de Carreira, um ambiente de orientação profissional disponível para os funcionários no Portal UniBB, com o objetivo de auxiliar na construção de plano de desenvolvimento e de carreira. Em seguida, lançamos o Portal de Mentoria BB, um ambiente *online* que apoia os processos de orientação profissional, com o objetivo de compartilhar conhecimentos e experiências entre funcionários, visando a gestão do conhecimento corporativo e o desenvolvimento de competências importantes para o crescimento profissional dos participantes.

Apresentamos alguns destaques de treinamentos disponibilizados, que seguiram duas principais linhas de atuação:

Aprimoramento no atendimento e relacionamento com os clientes

- O **Game DesEnvolVer**, lançado em 2017 para capacitar funcionários que ainda não assumiram funções gerenciais, concluiu sua última etapa, a Startupse. Nela, os participantes enviaram ideias de soluções digitais para a melhoria da experiência do cliente e as melhores foram desenvolvidas em parceria com o Laboratório de Inovação do BB (LaBBs). A ideia vencedora propôs a melhoria para o financiamento de veículos via App BB.
- O **Programa Relaciona-e** se concluiu com o treinamento de mais de 6 mil gerentes de relacionamento de carteiras remotas e digitais. Promoveu reflexão teórica e prática, abordagem negocial diferenciada e envolvimento da liderança. Atingiu um ROI do treinamento de 224,67%.
- O **Workshop Exclusivo** ofereceu capacitação para mais de 3 mil gerentes gerais e gerentes de relacionamento dos escritórios digitais de atendimento aos clientes pessoa física do segmento Exclusivo.
- O **ConecteSe Empresas**, lançado em setembro, é um programa para capacitação de mais de 3,4 mil gerentes de relacionamento pessoa jurídica para atuarem com a visão de promotores do desenvolvimento das empresas brasileiras e gerarem resultados sustentáveis para o BB.
- Realizadas pela Ouvidoria destacam-se o “Workshop Resolutivo”, que treinou mais de 17 mil funcionários da rede de agências para o uso de ferramentas e alçadas com o propósito de atendimento resolutivo já no primeiro contato, e o “Acesso Direto” das agências à Ouvidoria, canal criado para recorrerem nos casos de reclamações que não possuam fluxo próprio de solução.
- Além dessas ações, a **Trilha de Transformação Digital** foi atualizada e recebeu novos cursos que abordam temas como big data e Internet das Coisas (IoT), curadoria, criação de KPI's, canvas, scrum, fardo organizacional e a transformação digital, futuro e antecipação de soluções e soluções digitais de atendimento ao cliente. Com a inclusão desses cursos, a trilha conta agora com 50 soluções educacionais, disponíveis para todos os funcionários.

Desenvolvimento de líderes

- O **Programa Liderança Feminina**, no ar desde 2018, com foco no desenvolvimento de competências da liderança feminina, finalizou mais uma etapa com a realização de um processo de *coaching* coletivo para mais de 300 gestores e gestoras de todos os níveis organizacionais.
- Na sucessão da alta administração, ampliamos o **Programa Dirigentes BB** que foi implantado em 2016, estendendo as ações para as entidades ligadas ao Banco em 2019. O programa tem como principais objetivos avaliar e mitigar eventuais riscos sucessórios, orientar o desenvolvimento dos participantes e subsidiar as decisões de movimentação e sucessão para as posições da Alta Administração do Banco.
- O **Game Líder em Ação**, lançado em agosto, contempla mais de 26 mil funcionários que fazem parte da gerência média. Seu objetivo é proporcionar o reconhecimento e desenvolvimento de competências gerenciais, estimulando a vinculação das ações cotidianas aos objetivos estratégicos e à atuação protagonista do funcionário, com foco na experiência do cliente.

- O **Líder 4.0**, iniciado em setembro, é um programa de desenvolvimento de líderes para 550 gerentes de unidades estratégicas em práticas e ferramentas de gestão para aprimorar competências mapeadas como críticas para a Liderança do BB.
- A **Jornada do Líder**, lançada em outubro, destinada a 250 gerentes gerais de unidades de negócios e apoio aos negócios com foco na melhoria da gestão e geração de resultados sustentáveis para o Banco.
- O **Programa Coaching Executivo** tem o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo dos executivos do BB, levando em consideração a estratégia do banco, as competências mapeadas e os planos de desenvolvimento individual de cada participante. O público são os detentores de funções executivas.

9. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pela Assembleia Geral de Acionistas (AGA); pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud), Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), Comitê de Riscos e Capital (Coris) e Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei); pela Diretoria Executiva (Direx); pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna (Audit).

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. A administração se utiliza de comitês que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. Em 2019, o nosso CA e AGA aprovaram:

1. A revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas (Mar/19);
2. As alterações no Estatuto Social. Essas alterações foram decorrentes, dentre outras, da adequação ao previsto no novo Regulamento do Novo Mercado da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em termos de governança, no qual nossas ações (BBAS3) estão listadas desde 2006 (Abr/19);
3. A reorganização institucional com revisão e redimensionamento da estrutura organizacional nos níveis estratégico, tático, de apoio e de negócios. Ainda, foi aprovado o Programa de Adequação de Quadros (PAQ) com o objetivo de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e de excessos nas unidades do Banco. Ao término do movimento, mais de 2,3 mil funcionários confirmaram o desligamento do Banco (Jul/19);
4. A revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA (Dez/2019);
5. A revisão da arquitetura organizacional da Diretoria Executiva, com redução da estrutura da sede, nova vinculação das suas diretorias entre os vice-presidentes e reorganização de atribuições entre unidades estratégicas (Dez/19).

Esses aprimoramentos permitem que os documentos de governança se mantenham atualizados em relação à regulamentação vigente, bem como às melhores práticas de governança, reafirmando o nosso compromisso com a adoção de uma gestão sólida e transparente e reforçando a transparência no relacionamento com a sociedade e os investidores.

10. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Atuamos com base nas políticas e processos aprovados pela administração, que realizam-se nas atividades associadas à gestão de riscos, aos controles internos e à segurança institucional.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é pautada pela observância à 'Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos', que tem por objetivo estabelecer o nível máximo de risco que a aceitamos incorrer em nossos negócios, levando em conta os níveis de exposição a riscos e os índices de adequação de capital, estabelecidos pela alta administração para a condução dos negócios.

Endereçamos ações para fortalecer os níveis de capital, aperfeiçoar processos e direcionar esforços negociais às operações que apresentem melhor rentabilidade em relação aos riscos incorridos.

A estrutura de gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, bem como aprimorar a gestão dos riscos. Para garantir o atingimento desses objetivos, adotamos estruturas de governança e de gestão de riscos compatíveis com as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse, com o porte, a natureza do negócio e a complexidade dos produtos e serviços.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos está consolidado e é compatível com a nossa estrutura e complexidade. É aprimorado continuamente, de forma a apoiar o alcance dos objetivos estratégicos e contribuir com a perenidade do conglomerado. A adoção do Modelo de Linhas de Defesa reforça as competências e responsabilidades de todas as áreas do Banco, por meio de uma estrutura integrada, contribuindo para a efetividade dos controles internos.

No Programa de *Compliance* estabelecemos princípios e diretrizes com foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços. Em relação à Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, avaliamos o nível de maturidade de sua implementação, bem como o alinhamento com as expectativas do Regulador e melhores práticas de atendimento a clientes e usuários, com o objetivo de assegurar relacionamentos de longo prazo, negócios sustentáveis e perenidade da empresa, além de incrementar a eficiência operacional e mitigar perdas.

Por meio do Projeto Simplifique, realizamos ações para assessorar os gestores na revisão, simplificação e otimização de controles. Essa iniciativa vem produzindo resultados para aprimoramento de processos, redução de custos, maior agilidade e consequente melhoria da experiência do cliente.

Promovemos a aproximação da área de controles internos com a rede de agências varejo mediante assessoramento contínuo e personalizado, por meio da iniciativa denominada Agente C. Essa estratégia reforça a visão de primeira linha de defesa nas unidades negociais e contribui para a disseminação da cultura de *compliance* e controle, com foco na identificação de riscos, avaliação de controles, melhoria de processos, redução das perdas e do fardo organizacional.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Em 2019, centralizamos em uma unidade operacional a análise de indícios de lavagem de dinheiro, anteriormente realizada nas agências, proporcionando maior especialização e segurança no processo e liberando nossas forças de venda para a realização de negócios.

Investimos no aperfeiçoamento de processo de análise de indícios de lavagem de dinheiro, desenvolvendo ferramentas de *analytics* que aumentam a assertividade das sinalizações geradas pela ferramenta e reduzem o tempo de análise dos indícios, melhorando a qualidade das comunicações ao COAF.

Revisamos a estratégia de locação de ambientes para atuação em regime de contingência, que permitem a continuidade dos processos críticos em situação de crises, propiciando redução de despesas com aluguéis, sem prejuízo à sua efetividade. No mesmo período, desenvolvemos ações para redução de despesas administrativas com vigilância armada em ambientes administrativos, centrais de monitoramento de segurança e postos de atendimento sem guarda e/ou movimentação de numerário.

Buscamos ampliar o nível de maturidade da segurança cibernética, através de trabalho de consultoria especializada que também auxiliará na integração das nossas quatro Centrais de Operações de Segurança (SOC), respectivamente relacionadas à segurança cibernética, à segurança física, à prevenção a fraudes e à prevenção à lavagem de dinheiro.

11. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 25,5 bilhões em Dez/19. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,5 bilhão e das pequenas empresas R\$ 17,1 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 503 milhões e para as pequenas empresas R\$ 6,2 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Comunicamos ao mercado em 18 de março, de acordo com a Instrução CVM nº 308/99, artigo 28, que formalizamos em 27/02/2019 a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestar serviços de auditoria externa a partir do exercício de 2019, em substituição à KPMG Auditores Independentes, tendo em vista o atingimento do limite legal de acréscimos de serviços contratados, conforme Lei 8.666/93, e a obrigatoriedade de rodízio da empresa contratada para realização de trabalhos de auditoria externa na BB Seguridade Participações S.A.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 424 mil, que representam 6,08% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela a seguir:

Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresas Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor
Cielo	02/01/2019	31/05/2019	Consultoria	100.000
BV Financeira S.A.	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	135.880
Banco Votorantim S.A.	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	12.310
BB Tóquio	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	175.860

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em valor inferior à 5% do total da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que em 2019 nem a KPMG Auditores Independentes nem a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestaram serviços que pudessem afetar suas independências, ratificadas por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1,84 bilhão em 2019, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 658,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 1,13 bilhão).
- II. Possuímos R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2019 em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 9,00 bilhões decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		793.466.338	831.442.934
Disponibilidades	6	14.187.865	13.614.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	421.944.507	412.306.070
Aplicações no mercado aberto		390.539.283	386.121.022
Aplicações em depósitos interfinanceiros		31.405.224	26.185.048
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	41.029.413	22.312.810
Carteira própria		28.787.965	19.892.244
Vinculados a compromissos de recompra		9.074.507	1.543.982
Vinculados à prestação de garantias		2.756.960	268.521
Instrumentos financeiros derivativos	8.d	409.981	608.063
Relações Interfinanceiras		69.909.398	64.762.041
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	212.677	591.555
Créditos vinculados	9.b	67.572.918	61.888.022
Depósitos no Banco Central		65.124.107	59.115.355
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		17.543	38.533
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.431.268	2.734.134
Correspondentes		2.123.803	2.282.464
Relações Interdependências		286.943	254.747
Transferências internas de recursos		286.943	254.747
Operações de Crédito	10	120.212.235	186.269.969
Setor público		286.056	576.035
Setor privado		127.673.785	198.248.722
Operações de crédito vinculadas à cessão		598	505
(Provisão para operações de crédito)		(7.748.204)	(12.555.293)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	95.571	106.335
Setor privado		98.526	113.772
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(2.955)	(7.437)
Outros Créditos		124.899.993	131.161.499
Créditos por avais e fianças honrados		446.862	362.737
Carteira de câmbio	11.a	16.239.941	25.103.044
Rendas a receber		3.646.268	3.448.674
Negociação e intermediação de valores		695.039	509.122
Créditos específicos	12.a	494	493
Diversos	12.b	106.924.593	104.477.547
(Provisão para outros créditos)		(3.053.204)	(2.740.118)
Outros Valores e Bens	13	900.413	654.597
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		760.045	551.276
(Provisão para desvalorizações)		(156.736)	(155.818)
Despesas antecipadas		297.104	259.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO NÃO CIRCULANTE		675.756.317	585.458.532
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		646.993.624	555.165.692
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	3.532.851	2.785.527
Aplicações no mercado aberto		302.889	754.933
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Provisão para perdas)		3.230.164 (202)	2.030.594 --
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	161.912.290	128.783.655
Carteira própria		129.719.501	89.416.471
Vinculados a compromissos de recompra		29.726.878	36.071.681
Vinculados à prestação de garantias		2.054.957	3.220.404
Instrumentos financeiros derivativos	8.d	410.954	75.099
Relações Interfinanceiras		5.010.784	4.092.928
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	4.464.816	3.445.430
Créditos vinculados	9.b	9.849	15.115
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		9.849	15.115
Repasse interfinanceiros		536.119	632.383
Operações de Crédito	10	408.669.323	362.718.150
Setor público		61.867.043	74.180.719
Setor privado		376.475.234	308.355.612
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		330.153 (30.003.107)	404.563 (20.222.744)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	91.958	117.125
Setor privado		92.785	119.942
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(827)	(2.817)
Outros Créditos		67.764.598	56.656.517
Carteira de câmbio	11.a	5.673	10.497
Rendas a receber		28.037	32.730
Negociação e intermediação de valores		314.190	382.841
Créditos específicos	12.a	392.414	392.414
Diversos	12.b	68.210.985	57.065.563
(Provisão para outros créditos)		(1.186.701)	(1.227.528)
Outros Valores e Bens	13	11.820	11.790
Despesas antecipadas		11.820	11.790
PERMANENTE		28.762.693	30.292.840
Investimentos		14.959.449	16.973.191
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	14.690.382	16.754.357
No país		14.356.662	16.181.548
No exterior		333.720	572.809
Outros investimentos	14.c	307.356	274.152
(Provisão para perdas)		(38.289)	(55.318)
Imobilizado de Uso	15	7.882.695	7.537.617
Imóveis de uso		8.302.240	8.102.145
Outras imobilizações de uso		10.252.019	9.453.968
(Depreciação acumulada)		(10.671.564)	(10.018.496)
Intangível	16	5.920.549	5.782.032
Ativos intangíveis		12.033.513	14.459.342
(Amortização acumulada)		(6.112.964)	(8.677.310)
TOTAL DO ATIVO		1.469.222.655	1.416.901.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE		1.079.106.888	1.039.197.533
Depósitos	17.a	463.877.736	442.285.753
Depósitos à vista		71.066.575	67.810.697
Depósitos de poupança		180.942.854	174.854.743
Depósitos interfinanceiros		26.074.853	30.351.705
Depósitos a prazo		185.550.285	169.057.376
Outros depósitos		243.169	211.232
Captações no Mercado Aberto	17.c	390.523.489	393.556.860
Carteira própria		29.534.186	30.226.030
Carteira de terceiros		360.989.303	363.330.830
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	49.238.035	32.565.915
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		42.973.669	29.256.810
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		6.247.955	3.192.679
Certificados de operações estruturadas		16.411	116.426
Relações Interfinanceiras		1.001	1.638
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	1.001	1.638
Relações Interdependências		2.971.845	2.490.770
Recursos em trânsito de terceiros		2.971.831	2.490.638
Transferências internas de recursos		14	132
Obrigações por Empréstimos	19.a	15.966.594	18.179.594
Empréstimos no exterior		15.966.594	18.179.594
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	37.178.163	38.148.447
Tesouro Nacional		137	4
BNDES		2.744.705	4.450.146
Caixa Econômica Federal		30.936.767	29.413.089
Finame		3.462.700	4.036.156
Outras instituições		33.854	249.052
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	--	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	715.687	593.508
Outras Obrigações		118.634.338	111.374.953
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		449.068	426.786
Carteira de câmbio	11.a	10.417.248	12.067.141
Sociais e estatutárias		4.789.415	3.961.830
Fiscais e previdenciárias	20.a	11.829.118	10.788.134
Negociação e intermediação de valores		817.720	655.805
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	8.659.015	9.855.261
Dívidas subordinadas	20.c	332.926	9.440.498
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	--	62.168
Diversas	20.e	81.339.828	64.117.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		281.550.873	275.451.051
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		281.458.376	275.002.814
Depósitos	17.a	50.253.044	43.751.018
Depósitos interfinanceiros		3.053.622	3.316.890
Depósitos a prazo		47.199.422	40.434.128
Captações no Mercado Aberto	17.c	13.831.838	9.344.342
Carteira própria		13.831.838	9.344.337
Carteira de terceiros		--	5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	80.412.885	92.252.581
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		55.185.076	72.348.342
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		25.225.579	19.886.856
Certificados de operações estruturadas		2.230	17.383
Obrigações por Empréstimos	19.a	2.000.278	2.807.154
Empréstimos no exterior		2.000.278	2.807.154
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	23.730.579	28.582.617
Tesouro Nacional		167.078	165.553
BNDES		15.093.876	17.314.666
Finame		8.469.625	11.102.398
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	--	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	245.925	215.693
Outras Obrigações		110.983.827	98.049.027
Carteira de câmbio	11.a	9.507.668	2.455.716
Sociais e estatutárias		837	905
Fiscais e previdenciárias	20.a	742.003	768.983
Negociação e intermediação de valores		381.940	322.059
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	8.353.878	5.667.160
Operações especiais		2.181	2.216
Dívidas subordinadas	20.c	41.293.920	41.129.651
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	4.527.220	4.245.895
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	30.525.540	29.085.685
Diversas	20.e	15.648.640	14.370.757
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		92.497	448.237
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	108.564.894	102.252.882
Capital	23.b	67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		50.064.736	51.606.403
De domiciliados no exterior		16.935.264	15.393.597
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital	23.e	1.366.443	14.692
Reservas de Reavaliação	23.d	2.169	2.240
Reservas de Lucros	23.e	53.814.656	42.612.582
Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.i	(23.282.394)	(16.154.116)
(Ações em Tesouraria)	23.m	(339.636)	(1.833.431)
Participação dos Não Controladores	23.j	1.903.656	2.510.915
TOTAL DO PASSIVO		1.469.222.655	1.416.901.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Exercício/2019	Exercício/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		129.073.899	134.773.290
Operações de crédito	10.b	82.381.309	86.778.878
Operações de arrendamento mercantil	10.i	114.205	196.945
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	41.649.033	41.600.526
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	639.632	568.930
Resultado de operações de câmbio	11.b	1.089.791	2.247.071
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	2.678.037	2.519.272
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		521.892	861.668
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(96.536.708)	(102.973.435)
Operações de captação no mercado	17.d	(64.777.306)	(63.413.576)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(8.849.217)	(18.383.042)
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(72.102)	(129.647)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(368.221)	(318.617)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(22.469.862)	(20.728.553)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.537.191	31.799.855
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(20.058.250)	(12.292.277)
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	29.208.671	27.414.692
Receitas de prestação de serviços		18.129.473	16.934.672
Rendas de tarifas bancárias		11.079.198	10.480.020
Despesas de pessoal	21.b	(23.269.892)	(20.899.024)
Outras despesas administrativas	21.c	(12.793.029)	(12.819.069)
Despesas tributárias	24.c	(4.930.459)	(5.053.736)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	4.048.925	3.741.668
Outras receitas operacionais	21.d	7.624.622	9.300.216
Outras despesas operacionais	21.e	(19.947.088)	(13.977.024)
RESULTADO OPERACIONAL		12.478.941	19.507.578
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	3.642.236	1.156.118
Receitas não operacionais		4.074.612	1.353.435
Despesas não operacionais		(432.376)	(197.317)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		16.121.177	20.663.696
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	6.860.500	(4.767.368)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(4.899.888)	(3.304.217)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		11.760.388	(1.463.151)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(2.337.743)	(1.638.453)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	23.j	(2.481.867)	(1.395.849)
LUCRO LÍQUIDO		18.162.067	12.862.026
LUCRO POR AÇÃO	23.f		
Número médio ponderado de ações - básico		2.799.325.330	2.785.597.388
Número médio ponderado de ações - diluído		2.799.054.753	2.785.290.260
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		6,39	4,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldo em 31.12.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.371	7.111.684	28.169.007	(13.148.918)	(70.807)	(1.850.043)	--	3.397.672	98.723.402
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(617.793)	(115.490)	--	--	--	(733.283)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.642.830)	--	--	--	--	(1.642.830)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(518.829)	--	--	--	(518.829)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(39.449)	--	--	--	(39.449)
Transações com pagamentos baseados em ações		--	--	2.256	--	--	--	--	--	16.612	--	--	18.868
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.372	--	8.372
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(131)	--	--	--	--	--	131	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(886.757)	(886.757)
Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimentos em Participações, líquido de tributos	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.064)	--	(121.064)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.862.026	--	12.862.026
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(255.752)	--	(255.752)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	--	(42.529)	--	--	42.529	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	626.813	6.747.607	--	--	--	(7.374.420)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(5.161.822)	--	(5.161.822)
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Mutações do período		--	--	2.256	(131)	626.813	6.705.078	(2.260.623)	(673.768)	16.612	--	(886.757)	3.529.480
Saldo em 30.06.2019		67.000.000	8.100.000	15.410	2.205	8.144.490	39.263.346	(20.384.466)	(945.267)	(1.789.174)	--	2.523.948	101.930.492
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	217.753	79.474	--	--	--	297.227
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.776.105)	(3.221)	--	--	--	(1.779.326)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(490.036)	--	--	--	(490.036)
Oferta subsequente de ações (follow on)	23.h	--	--	--	--	--	--	--	(1.446)	(13.836)	--	--	(15.282)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	20.920	--	--	--	20.920
Transações com pagamentos baseados em ações		--	--	43.266	--	--	--	--	--	(7.986)	--	--	35.280
Alienação de ações em tesouraria	23.m	--	--	1.307.767	--	--	--	--	--	1.471.360	--	--	2.779.127
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.352	--	2.352
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(36)	--	--	--	--	--	36	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(620.292)	(620.292)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.949.974	--	9.949.974
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(110.569)	--	(110.569)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	--	59.928	--	--	(59.928)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	488.974	8.741.975	--	--	--	(9.230.949)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(2.884.057)	--	--	--	(550.916)	--	(3.434.973)
Saldo em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	(21.942.818)	(1.339.576)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Mutações do período		--	--	1.351.033	(36)	488.974	5.917.846	(1.558.352)	(394.309)	1.449.538	--	(620.292)	6.334.402
Saldo em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	1.543.516	153.328	--	--	--	1.696.844
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(8.076.793)	(4.815)	--	--	--	(8.081.608)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(728.329)	--	--	--	(728.329)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(13.739)	--	--	--	(13.739)
Transações com pagamentos baseados em ações		--	--	43.984	--	--	--	--	--	36.271	--	--	80.255
Oferta subsequente de ações (follow on)	23.h	--	--	--	--	--	--	--	(1.446)	(13.836)	--	--	(15.282)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.095	--	7.095
Alienação de ações em tesouraria	23.m	--	--	1.307.767	--	--	--	--	--	1.471.360	--	--	2.779.127
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(71)	--	--	--	--	--	71	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(607.259)	(607.259)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	18.162.067	--	18.162.067
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(234.618)	--	(234.618)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	--	28.100	--	--	(28.100)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	894.967	15.992.656	--	--	--	(16.887.623)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(5.713.649)	--	--	--	(1.018.892)	--	(6.732.541)
Saldo em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	(21.942.818)	(1.339.576)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Mutações do período		--	--	1.351.751	(71)	894.967	10.307.107	(6.533.277)	(595.001)	1.493.795	--	(607.259)	6.312.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Exercício/2019	Exercício/2018
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações		16.121.177	20.663.695
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		32.318.481	18.118.796
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	22.469.862	20.728.553
Depreciações e amortizações		2.819.935	2.981.790
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		538.309	(22.340)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		971.835	49.137
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(4.048.925)	(3.741.668)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	22	(95.545)	(263.657)
(Ganho) Perda de capital	22	(3.525.673)	(856.166)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	1.963	(178)
Amortização de ágios em investimentos	14.d	219.662	176.200
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	11.805.233	5.378.412
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	1.500.444	(1.293.414)
Comissões de corretagem diferidas		(363.575)	(199.964)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		158.785	(2.522.422)
Outros ajustes		(133.829)	(2.295.487)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		48.439.658	38.782.491
Variações Patrimoniais		6.934.383	(8.545.650)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		641.815	(29.050.729)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(16.932.372)	1.561.852
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		272.141	(62.042)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(6.008.753)	9.965.784
(Aumento) Redução em operações de crédito		(354.425)	(23.933.542)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		36.229	148.840
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		8.950.488	247.352
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(43.290)	(104.129)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.532.583)	(2.802.471)
(Redução) Aumento em depósitos		28.056.529	35.807.409
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		1.454.125	26.658.507
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		4.296.666	(8.947.301)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(11.422.128)	(12.739.421)
(Redução) Aumento em outras obrigações		2.875.682	(5.314.623)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		(355.741)	18.864
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		55.374.041	30.236.841
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(150.372.171)	(83.203.902)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		116.287.253	81.565.873
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.477.342)	(17.835.572)
Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		2.348.583	4.989.578
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.473.059	2.925.249
Aquisição de imobilizado de uso		(1.651.586)	(1.361.242)
Alienação de imobilizado de uso		69.820	18.131
Alienação de investimentos		11.534	698.240
Aquisição de intangíveis		(2.742.067)	(643.095)
Caixa líquido recebido na alienação do IRB S.A.		4.181.779	--
Caixa líquido recebido na alienação da Neoenergia S.A.		1.732.689	--
Caixa líquido recebido na alienação da Mapfre SH2		--	2.252.575
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(30.138.449)	(10.594.165)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Varição da participação dos acionistas não controladores		--	(886.757)
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(8.341.410)	(4.513.514)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		1.057.119	1.416.034
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		2.805.364	16.612
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		(1.876.305)	--
Juros sobre o capital próprio pagos		(7.121.003)	(4.206.516)
Caixa pago pela participação no Banco Patagonia		--	(839.454)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(13.476.235)	(9.013.595)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do exercício		60.335.451	47.183.948
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(158.785)	2.522.422
Fim do exercício		71.936.023	60.335.451
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		11.759.357	10.629.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Exercício/2019	Exercício/2018	
Receitas		126.186.827	137.186.611	
Receitas da intermediação financeira		129.073.899	134.773.290	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		29.208.671	27.414.692	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.469.862)	(20.728.553)	
Ganhos de capital	22	3.773.767	995.372	
Outras receitas/(despesas)		(13.399.648)	(5.268.190)	
Despesas da Intermediação Financeira		(74.066.846)	(82.244.882)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(7.469.530)	(7.545.102)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(607.694)	(613.024)	
Serviços de terceiros	21.c	(901.512)	(896.372)	
Comunicações	21.c	(751.168)	(862.758)	
Processamento de dados	21.c	(455.291)	(383.669)	
Transporte	21.c	(855.536)	(984.001)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(1.153.134)	(1.169.188)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(833.998)	(744.726)	
Propaganda e publicidade	21.c	(498.182)	(420.855)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(734.209)	(715.937)	
Outras		(678.806)	(754.572)	
Valor Adicionado Bruto		44.650.451	47.396.627	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(3.036.181)	(3.157.991)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		41.614.270	44.238.636	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		4.048.925	3.741.668	
Resultado de participações em coligadas e controladas		4.048.925	3.741.668	
Valor Adicionado a Distribuir		45.663.195	47.980.304	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		45.663.195	47.980.304	100,00%
Pessoal		23.142.843	20.015.992	41,72%
Salários e honorários		14.408.417	12.792.812	
Participação de empregados e administradores no lucro		2.337.743	1.638.453	
Benefícios e treinamentos		3.797.433	3.201.469	
FGTS		776.782	765.326	
Outros encargos		1.822.468	1.617.932	
Impostos, Taxas e Contribuições		534.751	12.342.587	25,72%
Federais		(1.164.961)	10.678.502	
Estaduais		1.104	1.042	
Municipais		1.698.608	1.663.043	
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.341.667	1.363.850	2,84%
Aluguéis	21.c	1.341.667	1.363.850	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	20.643.934	14.257.875	29,72%
Juros sobre capital próprio da União		3.415.107	2.618.355	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		3.317.434	2.543.467	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		234.618	255.752	
Lucro retido		11.194.908	7.444.452	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		2.481.867	1.395.849	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Banco Central do Brasil (Bacen); (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições. Com mais de 210 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 3 e 5, respectivamente.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

IRB-Brasil RE

Em 10.07.2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil deliberou pela aprovação de orientação aos representantes do Banco nos órgãos de governança da BB Seguridade Participações S.A. – empresa controlada do Banco – no sentido de que fosse dado início à oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de 15,23% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil RE), de titularidade de sua subsidiária integral, a BB Seguros Participações S.A.

Em 19.07.2019, o Banco informou que foi fixado o preço por ação em R\$ 88,00, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de ações do IRB-Brasil RE.

Dessa forma, com a alienação da participação indireta no capital do IRB-Brasil RE, o Banco registrou impacto positivo no resultado do exercício de 2019 no montante de R\$ 1.537.966 mil, líquido de tributos.

Movimento Societário BB-BI e BB Elo

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretendeu promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

Em 28.06.2019, houve a transferência da participação na empresa Cielo para a BB Elo. Ocorreu efeito residual reconhecido no resultado das empresas.

Transferência de Ações Banco Patagonia

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e a reconhecer 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia. A operação gerou ágio de R\$ 606.414 mil.

Da transferência das ações em 06.09.2018 até 31.07.2019, ocorreram ajustes no ágio no valor de R\$ 16.644 mil decorrentes do recálculo do valor contábil da ação do Patagonia, após a distribuição de dividendos. O valor total do ágio passou a ser R\$ 589.770 mil na data da aquisição.

	06.09.2018
Valor pago na aquisição das ações	839.454
Patrimônio Líquido	233.040
Ágio	606.414
Ajustes	16.644
Ágio final	589.770

O valor final do ágio foi segregado com base em laudo elaborado por peritos independentes, conforme a seguir:

	06.09.2018
Carteira de clientes	343.757
Mais-valia de bens do imobilizado	108.787
Marca	27.628
Outros ativos intangíveis	28.620
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	80.978
Ágio final	589.770

Acordo de Reestruturação de Parceria com Grupo Segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou, por meio de fato relevante ao mercado aprovado pelo seu Conselho de Administração, a reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. Em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação, conforme divulgado.

Com a reestruturação, o Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

(i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);

(ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões, do qual foram deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos, bem como as reduções de capital realizadas pelas seguradoras envolvidas na reestruturação. Após as citadas deduções, a BB Seguros recebeu da Mapfre Brasil o montante de R\$ 2,3 bilhões.

	30.11.2018
Valor da transação	2.274.189
Valor contábil do investimento da SH2	1.486.516
Ganho bruto	787.673

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior (BB Banco Múltiplo) e as demonstrações contábeis consolidadas contemplam também as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos prospectivos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das *joint ventures* BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a) adaptação do conjunto completo de demonstrações contábeis, para atendimento aos requerimentos de apresentação, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, valor justo por meio do resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA); b) ajuste no cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros, em virtude da apuração com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas; c) inclusão de modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 10.02.2020.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.12.2019	31.12.2018
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2019.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Rendas de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outras Receitas Operacionais para o grupamento Operações de Crédito.

Exercício 2018	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	134.487.863	285.427	134.773.290
Operações de crédito	86.493.451	285.427	86.778.878
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.514.428	285.427	31.799.855
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(12.006.850)	(285.427)	(12.292.277)
Outras receitas operacionais	9.585.643	(285.427)	9.300.216

Balanco Patrimonial

Despesa antecipada do grupamento Outros Valores e Bens para Outras Obrigações.

31.12.2018	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	831.685.184	(242.250)	831.442.934
Outros valores e bens	896.847	(242.250)	654.597
Despesas antecipadas	501.389	(242.250)	259.139
TOTAL DO ATIVO	1.417.143.716	(242.250)	1.416.901.466
PASSIVO CIRCULANTE	1.039.439.783	(242.250)	1.039.197.533
Outras obrigações	111.617.203	(242.250)	111.374.953
Diversas	64.359.580	(242.250)	64.117.330
TOTAL DO PASSIVO	1.417.143.716	(242.250)	1.416.901.466

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da CSLL estabelecida no artigo 32 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019, e do disposto na Circular Bacen n.º 3.171/2002, art. 1º, § 2º, foi considerada a alíquota majorada de 20% para a CSLL, a partir da data-base de dezembro/2019. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.os 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015. As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.) em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2019		Exercício/2018	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	165.160.093	8.870.636	169.315.151	7.268.150
Receitas da intermediação financeira	121.526.633	7.547.266	128.893.566	5.879.724
Operações de crédito e arrendamento mercantil	79.362.961	3.132.553	83.578.626	3.397.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	37.858.510	3.790.523	39.456.809	2.143.717
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	206.080	433.552	478.092	90.838
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.577.190	190.638	4.525.088	241.255
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	521.892	--	854.951	6.717
Outras receitas	43.633.460	1.323.370	40.421.585	1.388.426
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	28.094.597	1.114.074	26.142.325	1.272.367
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	4.048.925	--	3.770.960	(29.292)
Demais receitas	11.489.938	209.296	10.508.300	145.351
Ativo não circulante ⁽¹⁾	28.399.185	363.508	29.927.085	365.755

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

Nos exercícios de 2019 e 2018, as receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América do Norte.

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	Exercício/2019									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	134.736.231	36.985	61.865	4.078.613	426.400	214.609	(277.271)	139.277.432	(10.203.533)	129.073.899
Operações de crédito e arrendamento mercantil	87.713.776	--	--	--	--	--	(5.581)	87.708.195	(5.212.681)	82.495.514
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.763.740	36.985	61.865	26.964	466.591	214.616	(417.623)	43.153.138	(1.504.105)	41.649.033
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	115.204	--	--	--	(40.191)	--	--	75.013	564.619	639.632
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.871.437	--	--	--	--	(7)	--	3.871.430	(103.602)	3.767.828
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	272.074	--	--	--	--	--	--	272.074	249.818	521.892
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.051.649	--	--	145.933	4.197.582	(4.197.582)	--
Despesas da intermediação financeira	(100.941.468)	(149.667)	--	(3.146.384)	(57.640)	(207.838)	704.051	(103.798.946)	7.262.238	(96.536.708)
Operações de captação no mercado	(67.397.022)	(149.667)	--	--	--	(206.793)	704.051	(67.049.431)	2.272.125	(64.777.306)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(9.172.286)	--	--	--	(57.640)	(1.045)	--	(9.230.971)	309.652	(8.921.319)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.003.928)	--	--	--	--	--	--	(24.003.928)	1.534.066	(22.469.862)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(368.232)	--	--	--	--	--	--	(368.232)	11	(368.221)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(3.146.384)	--	--	--	(3.146.384)	3.146.384	--
Outras receitas	30.132.255	1.266.629	2.571.636	11.407.944	4.799.460	3.178.687	(2.371.155)	50.985.456	(6.028.626)	44.956.830
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.527.521	1.121.666	2.557.384	3.229.392	4.089.136	2.302.915	(1.624.428)	33.203.586	(3.994.915)	29.208.671
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	180.948	107.555	--	86.080	75.517	--	--	450.100	3.598.825	4.048.925
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.089.735	--	--	228.275	4.318.010	(4.318.010)	--
Demais receitas	8.423.786	37.408	14.252	4.002.737	634.807	875.772	(975.002)	13.013.760	(1.314.526)	11.699.234
Outras despesas	(62.019.717)	(460.241)	(352.674)	(2.392.645)	(3.498.830)	(1.879.016)	1.944.375	(68.658.748)	7.285.904	(61.372.844)
Despesas de pessoal	(23.476.243)	(60.127)	(101.817)	(340.747)	(213.576)	(368.907)	6.636	(24.554.781)	1.284.889	(23.269.892)
Outras despesas administrativas	(10.853.896)	(95.838)	(29.061)	(604.472)	(600.431)	(420.476)	1.440.836	(11.163.338)	1.406.490	(9.756.848)
Amortização	(1.690.274)	(40.637)	--	(67.872)	(106.466)	(4.394)	--	(1.909.643)	116.892	(1.792.751)
Depreciação	(1.240.480)	--	--	(11.273)	(3.913)	(19.234)	--	(1.274.900)	31.470	(1.243.430)
Despesas tributárias	(4.087.353)	(91.295)	(173.794)	(810.299)	(481.025)	(341.127)	--	(5.984.893)	1.054.434	(4.930.459)
Demais despesas	(20.671.471)	(172.344)	(48.002)	(557.982)	(2.093.419)	(724.878)	496.903	(23.771.193)	3.391.729	(20.379.464)
Resultado antes dos tributos e participações	1.907.301	693.706	2.280.827	9.947.528	1.669.390	1.306.442	--	17.805.194	(1.684.017)	16.121.177
Imposto de renda e contribuição social	10.820.797	(256.485)	(901.393)	(3.388.902)	(500.741)	(451.337)	--	5.321.939	1.538.561	6.860.500
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.423.636)	--	(2.004)	(27.888)	(23.645)	(6.026)	--	(2.483.199)	145.456	(2.337.743)
Participação dos não controladores	(244.470)	--	--	(2.237.390)	--	(7)	--	(2.481.867)	--	(2.481.867)
Lucro líquido	10.059.992	437.221	1.377.430	4.293.348	1.145.004	849.072	--	18.162.067	--	18.162.067
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	428.889.138	18.289	1.423.842	7.370.478	474.491	4.191.523	(15.014.966)	427.352.795	(1.875.437)	425.477.358
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	211.332.896	1.198.536	45.955	231.448.492	6.822.908	415.711	(143.320)	451.121.178	(248.179.475)	202.941.703
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	552.217.727	--	--	--	--	--	(15.000)	552.202.727	(23.133.640)	529.069.087
Investimentos	15.007.878	816.454	46.252	15.121	1.567.832	27	(14.209.893)	3.243.671	11.715.778	14.959.449
Demais Ativos	304.139.185	831.009	627.591	9.458.162	26.618.185	3.108.466	(12.401.549)	332.381.049	(35.605.991)	296.775.058
TOTAL DO ATIVO	1.511.586.824	2.864.288	2.143.640	248.292.253	35.483.416	7.715.727	(41.784.728)	1.766.301.420	(297.078.765)	1.469.222.655
Passivo	1.403.953.252	2.409.171	2.003.996	243.703.864	26.449.532	6.127.021	(26.910.310)	1.657.736.526	(297.078.765)	1.360.657.761
Depósitos	522.666.793	1.611.804	--	--	--	--	(1.757.168)	522.521.429	(8.390.649)	514.130.780
Captações no mercado aberto	424.961.397	--	--	--	--	--	(13.403.161)	411.558.236	(7.202.909)	404.355.327
Recursos de aceites e emissão de títulos	140.683.863	--	--	--	--	4.937.536	--	145.621.399	(15.970.479)	129.650.920
Obrigações por repasses	61.633.971	--	--	--	--	--	--	61.633.971	(725.229)	60.908.742
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	230.144.477	--	--	(281)	230.144.196	(230.144.196)	--
Demais Passivos	254.007.228	797.367	2.003.996	13.559.387	26.449.532	1.189.485	(11.749.700)	286.257.295	(34.645.303)	251.611.992
Patrimônio Líquido	107.633.572	455.117	139.644	4.588.389	9.033.884	1.588.706	(14.874.418)	108.564.894	--	108.564.894
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.511.586.824	2.864.288	2.143.640	248.292.253	35.483.416	7.715.727	(41.784.728)	1.766.301.420	(297.078.765)	1.469.222.655

	Exercício/2018									
	Informações Gerenciais por Segmento						Reconciliação do Gerencial para o Contábil			
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	140.463.541	123.027	61.492	3.493.007	695.932	183.271	(354.011)	144.666.259	(9.892.969)	134.773.290
Operações de crédito e arrendamento mercantil	92.137.608	--	--	--	--	65.465	(70.825)	92.132.248	(5.156.425)	86.975.823
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.855.501	47.570	61.492	27.836	647.097	118.277	(403.717)	43.354.056	(1.753.530)	41.600.526
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	123.368	75.457	--	--	48.835	--	--	247.660	321.270	568.930
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.884.717	--	--	--	--	(471)	--	4.884.246	(117.903)	4.766.343
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	462.347	--	--	--	--	--	--	462.347	399.321	861.668
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.465.171	--	--	120.531	3.585.702	(3.585.702)	--
Despesas da intermediação financeira	(107.221.877)	(239.769)	--	(2.794.912)	(23.693)	(154.927)	711.868	(109.723.310)	6.749.875	(102.973.435)
Operações de captação no mercado	(66.386.891)	(239.769)	--	--	--	(153.480)	711.362	(66.068.778)	2.655.202	(63.413.576)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(18.780.156)	--	--	--	(23.693)	(1.447)	506	(18.804.790)	292.101	(18.512.689)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.735.165)	--	--	--	--	--	--	(21.735.165)	1.006.612	(20.728.553)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(319.665)	--	--	--	--	--	--	(319.665)	1.048	(318.617)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.794.912)	--	--	--	(2.794.912)	2.794.912	--
Outras receitas	30.782.248	1.286.479	2.361.297	8.232.826	5.443.035	2.714.485	(2.197.829)	48.622.541	(6.812.530)	41.810.011
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.971.425	928.654	2.354.738	2.652.267	5.056.486	2.016.306	(1.534.340)	32.445.536	(5.030.844)	27.414.692
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	138.754	110.210	--	522.714	74.639	--	(574.320)	271.997	3.469.671	3.741.668
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.577.145	--	--	180.717	4.757.862	(4.757.862)	--
Demais receitas	9.672.069	247.615	6.559	480.700	311.910	698.179	(269.886)	11.147.146	(493.495)	10.653.651
Outras despesas	(53.655.694)	(379.213)	(345.083)	(2.517.629)	(4.010.336)	(1.666.162)	1.839.972	(60.734.145)	7.787.975	(52.946.170)
Despesas de pessoal	(20.917.329)	(58.072)	(96.372)	(439.660)	(240.063)	(377.085)	10.706	(22.117.875)	1.218.851	(20.899.024)
Outras despesas administrativas	(10.835.256)	(65.794)	(45.778)	(657.716)	(540.202)	(444.005)	1.542.553	(11.046.198)	1.285.120	(9.661.078)
Amortização	(1.840.500)	(141.696)	--	(83.021)	(110.698)	(3.537)	--	(2.179.452)	213.053	(1.966.399)
Depreciação	(1.189.963)	--	--	(14.204)	(12.903)	(17.981)	--	(1.235.051)	43.459	(1.191.592)
Despesas tributárias	(4.311.823)	(81.812)	(161.084)	(775.837)	(533.066)	(300.424)	--	(6.164.046)	1.110.310	(5.053.736)
Demais despesas	(14.560.823)	(31.839)	(41.849)	(547.191)	(2.573.404)	(523.130)	286.713	(17.991.523)	3.817.182	(14.174.341)
Resultado antes dos tributos e participações	10.368.218	790.524	2.077.706	6.413.292	2.104.938	1.076.667	--	22.831.345	(2.167.649)	20.663.696
Imposto de renda e contribuição social	(2.243.413)	(313.733)	(922.490)	(2.320.631)	(674.765)	(318.928)	--	(6.793.960)	2.026.592	(4.767.368)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.724.666)	--	(2.674)	(29.853)	(19.920)	(2.397)	--	(1.779.510)	141.057	(1.638.453)
Participação dos não controladores	(220.332)	--	--	(1.175.516)	--	(1)	--	(1.395.849)	--	(1.395.849)
Lucro líquido	6.179.807	476.791	1.152.542	2.887.292	1.410.253	755.341	--	12.862.026	--	12.862.026
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	424.023.121	181.127	1.370.018	6.043.663	661.672	3.865.561	(15.265.232)	420.879.930	(5.788.333)	415.091.597
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	161.062.827	630.770	24.270	206.258.725	6.555.015	315.937	(98.834)	374.748.710	(223.652.245)	151.096.465
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	570.318.141	--	--	--	--	--	(30.000)	570.288.141	(21.076.562)	549.211.579
Investimentos	15.244.513	5.789.147	39.637	873.674	965.137	27	(17.364.240)	5.547.895	11.425.296	16.973.191
Demais Ativos	289.914.128	1.081.129	380.987	8.763.691	23.325.529	1.509.190	(9.163.863)	315.810.791	(31.282.157)	284.528.634
TOTAL DO ATIVO	1.460.562.730	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.275.467	(270.374.001)	1.416.901.466
Passivo	1.359.798.144	4.512.255	1.676.276	215.587.600	23.093.840	4.163.640	(23.809.170)	1.585.022.585	(270.374.001)	1.314.648.584
Depósitos	492.056.522	3.275.240	--	--	--	--	(3.367.648)	491.964.114	(5.927.343)	486.036.771
Captações no mercado aberto	426.556.494	--	--	--	--	--	(11.989.992)	414.566.502	(11.665.300)	402.901.202
Recursos de aceites e emissão de títulos	136.726.635	--	--	--	--	3.197.379	--	139.924.014	(15.105.518)	124.818.496
Obrigações por repasses	67.733.353	--	--	--	--	--	--	67.733.353	(1.001.812)	66.731.541
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	205.082.095	--	--	(11.240)	205.070.855	(205.070.855)	--
Demais Passivos	236.725.140	1.237.015	1.676.276	10.505.505	23.093.840	966.261	(8.440.290)	265.763.747	(31.603.173)	234.160.574
Patrimônio Líquido	100.764.586	3.169.918	138.636	6.352.153	8.413.513	1.527.075	(18.112.999)	102.252.882	--	102.252.882
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.460.562.730	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.275.467	(270.374.001)	1.416.901.466

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades⁽¹⁾	14.171.188	13.601.195
Disponibilidades em moeda nacional	8.006.672	7.267.009
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.164.516	6.334.186
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽²⁾	57.764.835	46.734.256
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	29.516.903	22.160.777
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.247.932	24.573.479
Total	71.936.023	60.335.451

(1) Não inclui o saldo de aplicações em ouro no valor de R\$ 16.677 mil em 31.12.2019 (R\$ 13.671 mil em 31.12.2018).

(2) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no Mercado Aberto	390.842.172	386.875.955
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	29.607.492	22.177.706
Letras Financeiras do Tesouro	25.176.764	20.804.199
Letras do Tesouro Nacional	288.331	--
Notas do Tesouro Nacional	1.222	915.411
Outros títulos	4.141.175	458.096
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	361.234.680	364.698.249
Letras Financeiras do Tesouro	333.457.363	316.683.932
Letras do Tesouro Nacional	26.515.023	32.654.881
Notas do Tesouro Nacional	1.049.994	14.086.367
Outros títulos	212.300	1.273.069
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.635.186	28.215.642
Total	425.477.358	415.091.597
Ativo circulante	421.944.507	412.306.070
Ativo não circulante	3.532.851	2.785.527

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	27.606.122	26.410.841
Posição financiada	25.479.718	25.464.891
Posição bancada	2.126.404	945.950
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	905.107	810.709
Total⁽¹⁾	28.511.229	27.221.550

(1) Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração do resultado.

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2019									31.12.2018		
	Valor de Mercado					Total				Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
1 - Títulos para Negociação	1.783.170	1.475.236	494.170	391.188	1.561.134	5.352.023	5.704.898	352.875	5.678.844	6.181.752	502.908	
Títulos Públicos	923.588	1.463.677	493.830	386.458	894.153	3.945.705	4.161.706	216.001	4.810.152	5.202.584	392.432	
Títulos de Governos Estrangeiros	923.588	1.411.570	175.480	385.630	73.885	2.756.325	2.970.153	213.828	2.609.657	2.988.485	378.828	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	306.607	306.329	306.607	278	288.957	289.289	332	
Letras do Tesouro Nacional	--	3.999	--	828	299.243	301.959	304.070	2.111	1.783.835	1.796.917	13.082	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	37.533	--	--	77.090	116.944	114.625	(2.319)	28.623	28.528	(95)	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	99.217	98.730	99.217	487	20.632	21.255	623	
Outros	--	10.573	318.350	--	38.111	365.418	367.034	1.616	78.448	78.110	(338)	
Títulos Privados	859.582	11.559	340	4.730	666.981	1.406.318	1.543.192	136.874	868.692	979.168	110.476	
Cotas de Fundos de Investimento	809.319	--	--	--	--	679.328	809.319	129.991	659.808	764.409	104.601	
Debêntures	--	--	--	--	564.683	577.185	564.683	(12.502)	93.478	94.235	757	
Certificado Recebíveis do Agronegócio	--	--	340	--	32.211	38.232	32.551	(5.681)	--	--	--	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	642	601	642	41	--	--	--	
Ações	10	--	--	--	--	6	10	4	44	200	156	
Certificados de Depósito Bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4	--	
Outros	50.253	11.559	--	4.730	69.445	110.966	135.987	25.021	115.358	120.320	4.962	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.176.922	483.504	15.771.564	12.232.982	142.626.640	172.907.792	173.291.612	383.820	126.054.816	124.375.558	(1.679.258)	
Títulos Públicos	--	--	13.247.759	9.407.924	113.416.959	135.170.320	136.072.642	902.322	93.097.048	93.072.027	(25.021)	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	12.735.100	9.165.527	76.115.928	97.989.651	98.016.555	26.904	74.249.320	74.268.661	19.341	
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	14.778.431	14.591.045	14.778.431	187.386	7.737.404	7.858.819	121.415	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	12.986.658	12.732.542	12.986.658	254.116	2.128.474	2.101.303	(27.171)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	7.131.142	6.711.851	7.131.142	419.291	3.728.556	3.700.475	(28.081)	
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	512.262	242.207	2.278.546	3.025.828	3.033.015	7.187	4.196.372	4.109.811	(86.561)	
Títulos da Dívida Agrária	--	397	190	827	1.436	1.436	1.414	(22)	2.141	2.200	59	
Outros	--	--	--	--	125.427	117.967	125.427	7.460	1.054.781	1.030.758	(24.023)	
Títulos Privados	2.176.922	483.504	2.523.805	2.825.058	29.209.681	37.737.472	37.218.970	(518.502)	32.957.768	31.303.531	(1.654.237)	
Debêntures	--	105.027	212.929	69.716	22.773.800	24.473.616	23.161.472	(1.312.144)	25.004.427	23.589.395	(1.415.032)	
Cotas de Fundos de Investimento	2.173.539	--	318.730	127.974	2.924.975	4.510.611	5.545.218	1.034.607	1.854.444	2.213.833	359.389	
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	363.735	1.694.780	2.024.558	3.947	1.994.746	2.250.560	(251.867)	2.012.024	1.648.846	(363.178)	
Eurobonds	--	--	--	3.947	1.994.746	2.250.560	1.998.693	(251.867)	2.012.024	1.648.846	(363.178)	
Notas Promissórias	--	14.742	--	506.162	--	528.428	520.904	(7.524)	1.128.319	1.111.602	(16.717)	
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	287.872	287.989	287.872	(117)	125.007	128.029	3.022	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	92.701	39.275	281.176	131.976	(149.200)	359.154	225.845	(133.309)	
Certificados de Depósito Bancário	--	--	206.505	--	--	206.124	206.505	381	97.206	97.206	--	
Ações	3.155	--	--	--	--	2.947	3.155	208	208	90	(176)	
Outros	228	--	90.861	--	1.189.013	1.169.010	1.280.102	111.092	915.942	822.173	(93.769)	
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	447.771	3.801.788	18.086.147	23.124.258	22.335.706	(788.552)	19.855.993	19.564.727	(291.266)	
Títulos Públicos	--	--	--	3.492.641	9.059.802	12.266.255	12.552.443	286.188	7.726.521	7.867.926	141.405	
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	3.492.641	6.203.734	9.696.375	9.696.375	--	5.171.362	5.304.520	133.158	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.389.543	2.104.243	2.389.543	285.300	2.042.897	2.042.897	--	
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	466.525	465.637	466.525	888	512.262	520.509	8.247	
Títulos Privados	--	--	447.771	309.147	9.026.345	10.858.003	9.783.263	(1.074.740)	12.129.472	11.696.801	(432.671)	
Debêntures	--	--	447.771	--	8.243.737	9.863.313	8.691.508	(1.171.805)	10.362.485	10.097.133	(265.352)	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	458.966	364.187	458.966	94.779	373.161	212.421	(160.740)	
Eurobonds	--	--	--	22.846	85.337	105.897	108.183	2.286	--	--	--	
Letras Financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	493.531	493.531	--	
Outros	--	--	--	286.301	238.305	524.606	524.606	--	893.716	893.716	(6.579)	
Total	3.960.092	1.958.740	16.713.505	16.425.958	162.273.921	201.384.073	201.332.216	(51.857)	151.589.653	150.122.037	(1.467.616)	

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2019								31.12.2018		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.960.092	1.958.740	16.713.505	16.425.958	162.273.921	201.384.073	201.332.216	(51.857)	151.589.653	150.122.037	(1.467.616)
Carteira própria	3.960.092	1.958.740	12.077.646	9.230.351	130.301.687	158.063.730	157.528.516	(535.214)	110.479.199	109.022.227	(1.456.972)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	2.740.949	6.333.558	29.917.278	38.551.617	38.991.785	440.168	37.654.867	37.610.886	(43.981)
Vinculados à prestação de garantias	--	--	1.894.910	862.049	2.054.956	4.768.726	4.811.915	43.189	3.455.587	3.488.924	33.337

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2019					31.12.2018			
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.960.092	35.098.203	86.972.435	65.055.164	10.246.322	201.384.073	201.332.216	151.589.653	150.122.037
1 - Títulos para Negociação	1.783.169	2.360.594	1.127.642	374.974	58.519	5.352.023	5.704.898	5.678.844	6.181.752
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.176.923	28.488.050	72.220.242	60.992.911	9.413.486	172.907.792	173.291.612	126.054.816	124.375.558
3 - Mantidos até o Vencimento	--	4.249.559	13.624.551	3.687.279	774.317	23.124.258	22.335.706	19.855.993	19.564.727

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	40.619.432	161.501.336	202.120.768	21.704.747	128.708.556	150.413.303
Carteira própria	28.787.965	129.719.501	158.507.466	19.892.244	89.416.471	109.308.715
Vinculados a compromissos de recompra	9.074.507	29.726.878	38.801.385	1.543.982	36.071.681	37.615.663
Vinculados à prestação de garantias	2.756.960	2.054.957	4.811.917	268.521	3.220.404	3.488.925

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	31.12.2019		31.12.2018	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	5.704.898	4%	6.181.752	4%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	173.291.612	86%	124.375.558	83%
3 - Mantidos até o Vencimento	23.124.258	10%	19.855.993	13%
Valor Contábil da Carteira	202.120.768	100%	150.413.303	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(788.552)	--	(291.266)	--
Valor de Mercado da Carteira	201.332.216	--	150.122.037	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Exercício/2019	Exercício/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	28.511.229	27.221.550
Títulos de renda fixa	12.423.982	11.637.097
Títulos de renda variável	713.822	2.741.879
Total	41.649.033	41.600.526

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31.12.2019.

No exercício/2018, houve a seguinte reclassificação:

Com o objetivo de alinhar a estratégia negocial à gestão dos descasamentos de ativos e passivos, foi realizada em 29.06.2018 a reclassificação de R\$ 2.042.934 mil em títulos da dívida externa brasileira, da categoria "Disponíveis para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento", sendo atestada a respectiva capacidade financeira. O ajuste não refletiu efeitos tributários ou impactos no patrimônio líquido.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2019, foi de R\$ 165.812 mil (R\$ 97.104 mil em 31.12.2018).

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 477.077 mil em 31.12.2019 (R\$ 372.721 mil em 31.12.2018).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	12.958.174	--	--	5.629.726	--	--
DI	4.439.417	--	--	3.139.411	--	--
Moedas	8.508.366	--	--	2.465.529	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	24.786	--	--
Commodities	10.391	--	--	--	--	--
Compromissos de Venda	6.263.653	--	--	14.801.489	--	--
DI	3.523.785	--	--	1.376.442	--	--
Moedas	19.218	--	--	320.925	--	--
T-Note	--	--	--	225.154	--	--
Libor	2.521.629	--	--	12.760.488	--	--
Commodities	199.021	--	--	118.480	--	--
Operações a Termo						
Posição Ativa	10.031.354	294.545	323.981	8.172.801	275.526	304.852
Termo de título	--	--	--	13.390	13.390	13.390
Termo de moeda	9.831.336	276.348	244.461	8.074.401	259.294	281.038
Termo de mercadoria	200.018	18.197	79.520	85.010	2.842	10.424
Posição Passiva	12.879.633	25.655.957	(404.500)	7.212.413	(363.019)	(313.727)
Termo de título	--	--	--	(13.390)	(13.390)	(13.390)
Termo de moeda	12.849.084	25.658.784	(394.893)	7.142.788	(330.032)	(289.313)
Termo de mercadoria	30.549	(2.827)	(9.607)	83.015	(19.597)	(11.024)
Contrato de Opções						
De Compra - Posição Comprada	4.031	152	209	92.995	3.436	2.756
Moeda estrangeira	4.031	152	209	92.995	3.436	2.756
De Venda - Posição Comprada	565.000	183	12.612	263.800	55	2.425
Índice DI	565.000	183	12.612	263.800	55	2.425
De Compra - Posição Vendida	24.865	(1.219)	(1.253)	146.405	(8.574)	(11.386)
Moeda estrangeira	1.635	(43)	(3)	66.213	(1.333)	(817)
Pré-fixados	--	(26)	(26)	--	--	--
Índice Bovespa	58	(3)	1	42.183	(3.620)	(6.723)
Índice DI	--	--	--	2.193	(9)	--
Índice IPCA	6.913	(851)	(895)	35.566	(3.598)	(3.825)
Commodities	16.259	(296)	(330)	250	(14)	(21)
De Venda - Posição Vendida	1.000.022	(6.736)	(25.134)	572.457	(6.708)	(8.347)
Moeda estrangeira	31.995	(904)	(1.131)	122.979	(5.275)	(3.409)
Índice DI	726.073	(1.069)	(15.069)	432.057	(1.102)	(4.667)
Commodities	241.954	(4.763)	(8.934)	17.421	(331)	(271)

Por Indexador	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swap						
Posição Ativa	9.069.206	433.088	466.072	9.804.366	204.028	238.048
DI	526.645	8.103	15.166	840.820	72.150	71.643
Moeda estrangeira	5.730.891	396.165	352.141	7.552.293	105.454	112.687
Pré-fixado	2.811.670	28.820	98.765	1.411.253	26.424	53.718
Posição Passiva	12.497.674	(411.212)	(439.846)	7.351.207	(80.249)	(452.200)
DI	4.694.644	(94.932)	(203.436)	101.678	(19.786)	(19.713)
Moeda estrangeira	7.471.831	(119.651)	(198.425)	5.417.413	(282.536)	(384.068)
Pré-fixado	297.199	(196.607)	(35.378)	1.832.116	222.073	(48.419)
IPCA	34.000	(22)	(2.607)	--	--	--
Outros Derivativos ⁽¹⁾						
Posição Ativa						
Moeda estrangeira	1.483.075	26.210	18.061	5.496.867	215.389	135.081
Posição Passiva						
Moeda estrangeira	6.167.502	(51.396)	(90.879)	3.739.922	(8.709)	(23.541)

(1) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2019	31.12.2018
Contratos de Futuros	1.080.643	11.567.236	5.102.185	1.471.764	19.221.828	20.431.215
Contratos a Termo	3.506.403	11.932.724	4.827.045	2.644.815	22.910.987	15.385.214
Contratos de Opções	170.598	1.370.625	44.863	7.832	1.593.918	1.075.657
Contratos de Swap	9.707.311	4.174.304	1.463.285	6.221.980	21.566.880	17.155.573
Outros	1.656.840	4.500.410	1.493.327	--	7.650.577	9.236.789

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2019)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa					
B3	16.700.198	--	258.213	--	--
Exterior	2.521.629	--	--	--	--
Balcão					
Instituições Financeiras	--	174.775	--	15.592.066	7.650.577
Clientes	--	22.736.212	1.335.705	5.974.814	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2019	31.12.2018
Letras Financeiras do Tesouro	5.943.578	651.185
Total	5.943.578	651.185

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2019	31.12.2018
Hedge de risco de mercado		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	(41.793)	(92.201)
Swap	(41.793)	(92.201)
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	2.291.874	664.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.291.874	664.473
Passivo	(2.217.511)	(550.091)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.217.511)	(550.091)

O Banco utiliza swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2019	Exercício/2018
Perdas dos itens objeto de hedge	(185.355)	(38.508)
Ganhos dos instrumentos de hedge	182.554	38.440
Efeito líquido	(2.801)	(68)
Ganhos dos itens objeto de hedge	102.550	
Perda dos instrumentos de hedge	(100.315)	
Efeito líquido	2.235	

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações a Termo	290.702	33.279	289.450	15.402
Contratos de Opções	12.821	--	5.060	121
Contratos de Swap	88.397	377.675	178.681	59.367
Outros Derivativos	18.061	--	134.872	209
Total	409.981	410.954	608.063	75.099
Passivo				
Operações a Termo	(341.126)	(63.374)	(303.887)	(9.840)
Contratos de Opções	(25.208)	(1.179)	(16.075)	(3.658)
Contratos de Swap	(258.474)	(181.372)	(250.133)	(202.067)
Outros Derivativos	(90.879)	--	(23.413)	(128)
Total	(715.687)	(245.925)	(593.508)	(215.693)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Exercício/2019	Exercício/2018
Swap	561.473	469.136
Termo	(55.622)	191.369
Opções	(4.381)	91.825
Futuro	(230.140)	(295.825)
Outros Derivativos	368.302	112.425
Total	639.632	568.930

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo		
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação		
Cheques e outros papéis	2.158	983
Transações de Pagamentos		
Aquisição de recebíveis de cartão (Nota 10.a)	4.675.335	4.036.002
Total	4.677.493	4.036.985
Ativo circulante	212.677	591.555
Ativo não circulante	4.464.816	3.445.430
Passivo		
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação		
Demais recebimentos	1.001	1.638
Total	1.001	1.638
Passivo circulante	1.001	1.638

b) Créditos Vinculados

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	65.124.107	59.115.355
Depósitos de poupança	35.862.524	34.757.756
Depósitos à vista	12.955.660	10.221.107
Depósitos a prazo	15.870.135	13.751.778
Recursos de microfinanças	183.424	204.459
Outros	252.364	180.255
Sistema Financeiro da Habitação	2.431.268	2.734.134
Fundo de compensação de variações salariais	2.910.614	3.316.499
Provisão para perdas em créditos vinculados	(493.202)	(596.639)
Demais	13.856	14.274
Tesouro Nacional - Crédito Rural	27.392	53.648
Crédito rural - Proagro	27.392	53.648
Total	67.582.767	61.903.137
Ativo circulante	67.572.918	61.888.022
Ativo não circulante	9.849	15.115

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	Exercício/2019	Exercício/2018
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.371.998	2.573.438
Depósitos de poupança	1.567.674	1.638.300
Exigibilidade sobre recursos a prazo	804.324	935.138
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	199.694	187.322
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	3.197	1.914
Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados	103.148	(243.402)
Total	2.678.037	2.519.272

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	31.12.2019	31.12.2018
Operações de Crédito	566.632.869	581.766.156
Empréstimos e direitos creditórios descontados	214.293.911	203.737.676
Financiamentos	127.931.373	149.410.612
Financiamentos rurais	169.651.248	171.849.281
Financiamentos imobiliários	54.425.586	56.363.519
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	330.751	405.068
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	54.520.375	59.871.020
Operações com cartão de crédito	31.069.069	28.079.268
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	12.205.192	18.974.290
Aquisição de recebíveis	5.737.671	5.680.886
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	4.522.612	6.124.782
Avais e fianças honrados	446.862	362.737
Diversos	538.969	649.057
Operações de Arrendamento Mercantil	191.311	233.714
Total da Carteira de Crédito	621.344.555	641.870.890
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.799.866)	(34.350.503)
(Provisão para operações de crédito)	(37.751.311)	(32.778.037)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽⁴⁾	(2.044.773)	(1.562.212)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(3.782)	(10.254)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	581.544.689	607.520.387

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R\$ 21 mil em 31.12.2019 (R\$ 12.930 mil em 31.12.2018) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas de Operações de Crédito	82.381.309	86.778.878
Empréstimos e direitos creditórios descontados	46.139.764	44.608.744
Financiamentos rurais	10.791.967	10.862.483
Financiamentos	8.839.866	14.390.341
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	6.745.422	6.007.616
Financiamentos imobiliários	4.255.499	4.371.611
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.947.916	3.252.656
Financiamentos à exportação	1.546.776	2.127.387
Financiamentos de moedas estrangeiras	400.388	541.808
Aquisição de recebíveis	331.312	285.427
Adiantamentos a depositantes	282.995	255.854
Avais e fianças honrados	56.979	27.765
Demais	42.425	47.186
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	114.205	196.945
Total	82.495.514	86.975.823

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 418.313 mil no exercício de 2019 (com impacto no resultado de R\$ 239.316 mil, líquido de tributos) e R\$ 635.199 mil no exercício de 2018 (com impacto no resultado de R\$ 333.114 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 507.101 mil e R\$ 1.006.790 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Setor Público	62.401.684	10,0	75.047.238	11,7
Administração pública	44.830.623	7,2	45.139.798	7,1
Petroleiro	11.202.797	1,8	21.010.203	3,3
Energia elétrica	4.586.334	0,7	6.755.892	1,0
Serviços	567.709	0,1	815.804	0,1
Demais atividades	1.214.221	0,2	1.325.541	0,2
Setor Privado	558.942.871	90,0	566.823.652	88,3
Pessoa Física	373.080.297	60,0	349.076.508	54,5
Pessoa Jurídica	185.862.574	30,0	217.747.144	33,8
Agronegócio de origem vegetal	28.982.816	4,7	33.394.294	5,2
Serviços	16.535.921	2,7	17.499.373	2,7
Transportes	14.513.945	2,4	16.953.618	2,6
Mineração e metalurgia	13.215.136	2,1	20.615.867	3,2
Automotivo	11.829.036	1,9	15.524.039	2,4
Agronegócio de origem animal	9.849.103	1,6	15.159.180	2,4
Comércio varejista	9.518.827	1,5	9.405.030	1,5
Imobiliário	7.923.857	1,3	10.849.172	1,7
Instituições e serviços financeiros	7.693.137	1,2	6.720.936	1,0
Insumos agrícolas	7.528.519	1,2	7.743.193	1,2
Energia elétrica	7.111.590	1,1	7.824.041	1,2
Combustíveis	6.755.371	1,1	10.126.554	1,6
Atividades específicas da construção	6.632.904	1,1	7.113.723	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.244.586	1,0	5.851.250	0,9
Químico	6.051.352	1,0	5.829.299	0,9
Eletroeletrônico	5.662.511	0,9	6.081.327	0,9
Têxtil e confecções	5.344.701	0,9	5.660.458	0,9
Madeireiro e moveleiro	4.058.347	0,7	3.707.152	0,6
Papel e celulose	3.252.891	0,5	4.143.109	0,6
Construção pesada	2.343.976	0,4	2.503.080	0,4
Telecomunicações	2.128.727	0,3	1.749.995	0,3
Demais atividades	2.685.321	0,4	3.292.454	0,5
Total	621.344.555	100,0	641.870.890	100,0

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2019	31.12.2018
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	11.219.112	6.018.210	14.667.383	9.505.777	595.857	69.764	56.944	25.572	182.345	42.340.964	45.651.419
31 a 60	8.497.039	2.932.415	5.130.770	2.972.042	257.641	51.854	27.874	312.702	331.700	20.514.037	25.969.888
61 a 90	7.589.023	2.619.528	4.225.728	2.363.869	220.142	69.714	21.840	17.046	145.685	17.272.575	17.615.291
91 a 180	27.466.600	8.497.288	12.667.258	5.672.271	675.760	385.804	147.156	55.348	546.066	56.113.551	57.917.402
181 a 360	43.235.311	7.838.141	24.352.815	8.705.737	1.137.684	541.785	161.873	213.841	1.472.838	87.660.025	88.129.072
Acima de 360	196.153.988	37.567.772	86.811.530	25.865.166	4.600.536	3.513.361	1.184.374	2.267.580	7.933.576	365.897.883	379.698.937
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	78.259	1.354.542	200.391	164.671	36.754	14.262	4.883	3.137	53.288	1.910.187	2.625.733
Demais ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	426.573
Subtotal	294.239.332	66.827.896	148.055.875	55.249.533	7.524.374	4.646.544	1.604.944	2.895.226	10.665.498	591.709.222	618.034.315
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	41.076	192.885	94.458	48.931	32.231	46.684	189.209	645.474	612.593
31 a 60	--	--	23.719	58.520	57.195	26.772	18.819	35.593	125.672	346.290	401.080
61 a 90	--	--	23.677	52.229	45.950	26.621	25.612	29.823	122.582	326.494	342.938
91 a 180	--	--	60.870	128.272	126.143	94.855	95.450	83.513	380.247	969.350	899.427
181 a 360	--	--	151.518	292.790	289.817	192.124	129.359	187.377	788.638	2.031.623	1.764.358
Acima de 360	--	--	1.609.558	1.612.453	1.344.502	1.178.237	1.162.537	3.902.072	7.203.279	18.012.638	12.893.848
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	5.178	18.821	17.575	12.623	6.753	5.637	53.467	120.054	157.766
15 a 30	--	--	149.209	148.084	77.377	22.691	12.915	24.419	83.197	517.892	438.363
31 a 60	--	--	31.656	283.485	121.701	46.420	30.806	35.601	426.724	976.393	732.680
61 a 90	--	--	--	27.928	246.919	51.106	28.006	27.462	220.122	601.543	635.151
91 a 180	--	--	--	20.850	51.177	378.418	276.507	266.228	575.555	1.568.735	1.376.944
181 a 360	--	--	--	--	6	82.984	300.169	244.159	1.896.907	2.524.225	2.057.965
Acima de 360	--	--	110	151	--	11.534	56.688	1.077	925.062	994.622	1.523.462
Subtotal	--	--	2.096.571	2.836.468	2.472.820	2.173.316	2.175.852	4.889.645	12.990.661	29.635.333	23.836.575
Total	294.239.332	66.827.896	150.152.446	58.086.001	9.997.194	6.819.860	3.780.796	7.784.871	23.656.159	621.344.555	641.870.890

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2019				31.12.2018			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		294.239.332	--	--	--	332.129.630	--	--	--
A	0,5	66.827.896	334.139	41.956	376.095	66.602.825	333.014	38.158	371.172
B	1	150.152.446	1.501.524	543.278	2.044.802	138.889.276	1.388.893	485.427	1.874.320
C	3	58.086.001	1.742.580	1.382.759	3.125.339	54.055.411	1.621.662	1.103.894	2.725.556
D	10	9.997.194	999.719	196.216	1.195.935	13.105.910	1.310.591	596.342	1.906.933
E	30	6.819.860	2.045.958	8.699	2.054.657	8.995.030	2.698.509	16.269	2.714.778
F	50	3.780.796	1.890.398	5.939	1.896.337	4.398.717	2.199.359	44.732	2.244.091
G	70	7.784.871	5.449.410	1.132	5.450.542	3.943.771	2.760.640	2.693	2.763.333
H	100	23.656.159	23.656.159	--	23.656.159	19.750.320	19.750.320	--	19.750.320
Total		621.344.555	37.619.887	2.179.979	39.799.866	641.870.890	32.062.988	2.287.515	34.350.503

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	34.350.503	36.703.142
Constituição/(reversão)	22.682.333	19.778.565
Provisão mínima requerida	22.789.869	19.566.200
Provisão complementar ⁽¹⁾	(107.536)	212.365
Variação cambial - provisões no exterior	(91.901)	50.752
Baixas para prejuízo	(17.141.069)	(22.181.956)
Saldo Final	39.799.866	34.350.503

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	2.418.364	1.741.733
Constituição/(reversão)	(212.471)	949.988
Variação cambial - provisões no exterior	(3.822)	(16.254)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(6.918)	(257.103)
Saldo Final	2.195.153	2.418.364

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 ano ⁽¹⁾	98.526	113.772
De 1 a 5 anos	92.781	119.921
Acima de 5 anos	4	21
Total a Valor Presente	191.311	233.714

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas de Arrendamento Mercantil	114.205	196.945
Arrendamento financeiro	114.205	196.945
Despesas de Arrendamento Mercantil	(72.102)	(129.647)
Arrendamento financeiro	(70.926)	(128.528)
Arrendamento operacional	(1.045)	(941)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(131)	(178)
Total	42.103	67.298

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2019	% da Carteira	31.12.2018	% da Carteira
Maior Devedor	12.112.454	1,9	21.860.093	3,4
10 Maiores devedores	58.823.503	9,5	72.193.449	11,2
20 Maiores devedores	76.023.142	12,2	95.302.551	14,8
50 Maiores devedores	101.665.529	16,4	129.787.796	20,2
100 Maiores devedores	119.396.953	19,2	153.481.111	23,9

k) Créditos Renegociados

	Exercício/2019	Exercício/2018
Créditos Renegociados no Período	84.834.620	57.044.631
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	11.070.010	9.264.145
Renovados ⁽²⁾	73.764.610	47.780.486
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	22.874.209	25.297.378
Contratações ⁽¹⁾	11.070.010	9.264.145
(Recebimento) e apropriação de juros	(5.024.508)	(4.463.774)
Baixas para prejuízo	(5.262.394)	(7.223.540)
Saldo Final ⁽³⁾	23.657.317	22.874.209
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	12.803.972	12.234.066
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	54,1%	53,5%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	3.156.472	3.857.435
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	13,3%	16,9%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 32.624 mil (R\$ 46.079 mil em 31.12.2018) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 8.364.833 mil (R\$ 10.610.391 mil em 31.12.2018) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos contratados a liberar	121.903.680	119.813.167
Garantias prestadas ⁽¹⁾	7.993.661	5.885.173
Créditos de exportação confirmados	275.571	279.492
Créditos abertos para importação contratados	375.438	332.259
Recursos vinculados	92.698	1.381.302

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.f).

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		397.271	1.495.697
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016	394.530	1.487.878
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	2.741	7.819
Financiamentos		1.555.034	2.141.543
Proger Urbano Investimento	18/2005	1.360.858	1.846.351
FAT Taxista	02/2009	174.361	249.554
FAT Turismo - Investimento	01/2012	15.720	35.382
Proger Exportação	27/2005	4.095	10.256
Financiamentos Rurais		5.619	10.589
Pronaf Investimento	05/2005	4.303	7.401
Proger Rural Investimento	13/2005	1.029	2.553
Pronaf Custeio	04/2005	283	621
Proger Rural Custeio	02/2006	4	14
Total		1.957.924	3.647.829

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO
a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	15.277.485	24.070.311
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	49.759	47.834
Direitos sobre vendas de câmbio	16.082.318	8.113.897
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(15.424.590)	(7.412.677)
Valores em moedas estrangeiras a receber	1.154	5.376
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	259.488	288.800
Total	16.245.614	25.113.541
Ativo circulante	16.239.941	25.103.044
Ativo não circulante	5.673	10.497
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	16.443.778	9.224.512
(Importação financiada)	(1.070)	(1.336)
Obrigações por compras de câmbio	15.115.959	23.415.484
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(11.693.795)	(18.180.023)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	52.511	54.690
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	7.533	9.530
Total	19.924.916	14.522.857
Passivo circulante	10.417.248	12.067.141
Passivo não circulante	9.507.668	2.455.716
Carteira de Câmbio Líquida	(3.679.302)	10.590.684
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	464.074	436.790
Créditos de exportação confirmados	275.571	279.492

b) Resultado de Operações de Câmbio

	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas de câmbio	10.066.795	12.500.092
Despesas de câmbio	(8.977.004)	(10.253.021)
Resultado de Operações de Câmbio	1.089.791	2.247.071

12 - OUTROS CRÉDITOS
a) Créditos Específicos

	31.12.2019	31.12.2018
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional ⁽¹⁾	392.414	392.414
Outros	494	493
Total	392.908	392.907
Ativo circulante	494	493
Ativo não circulante	392.414	392.414

(1) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculados (Nota 17.a).

b) Diversos

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	59.462.932	38.643.121
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	33.465.646	37.644.645
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	31.069.069	28.079.268
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	19.121.031	18.668.426
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.572.386	9.511.761
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.372.637	9.026.643
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	4.522.612	6.124.782
Devedores diversos - país	2.126.099	2.159.822
Títulos e créditos a receber - outros	1.710.874	2.165.405
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	1.306.279	1.592.642
Aquisição de recebíveis	1.062.336	1.644.884
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	788.948	811.616
Devedores diversos - exterior	399.648	314.145
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	377.360	302.225
Adiantamentos e antecipações salariais	175.252	285.076
Valores a receber de sociedades ligadas	164.729	140.435
Ativos atuariais (Nota 26.e)	160.728	3.771.509
Devedores por depósitos em garantia - outros	43.360	61.127
Devedores por compra de valores e bens	1.501	2.181
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	131	333.381
Outros	232.020	260.016
Total	175.135.578	161.543.110
Ativo circulante	106.924.593	104.477.547
Ativo não circulante	68.210.985	57.065.563

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, no montante de R\$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculados (Nota 17.a).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2019	31.12.2018
Bens Não de Uso Próprio	703.302	490.288
Imóveis	326.113	307.303
Imóveis habitacionais	371.214	174.007
Máquinas e equipamentos	1.121	1.471
Veículos e afins	336	336
Outros	4.518	7.171
Material em Estoque	56.743	60.988
Subtotal	760.045	551.276
(Provisão para desvalorização)⁽¹⁾	(156.736)	(155.818)
Despesas Antecipadas	308.924	270.929
Pessoal e outras administrativas	176.362	176.199
Dependências externas	65.469	60.173
Despesas tributárias	36	27
Prêmios de seguros a apropriar	48.678	13.670
Aluguéis	1.864	3.646
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	12	119
Outros	16.503	17.095
Total	912.233	666.387
Ativo circulante	900.413	654.597
Ativo não circulante	11.820	11.790

(1) O Banco reconheceu, no exercício/2019, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 5.427 mil (despesa de provisão no valor de R\$ 153 mil no exercício/2018).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 - INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2019	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2018	Movimentações - Exercício/2019			Saldo contábil 31.12.2019	Resultado de equivalência Exercício/2018
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							16.181.548	(3.334.633)	(2.539.178)	4.048.925	14.356.662	3.741.668
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	9.910.923	1.370.242	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.686.715	(530.614)	114.157	679.729	4.949.987	530.645
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.227.571	677.826	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.661.905	(196.971)	--	203.337	3.668.271	215.268
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	10.832.909	1.558.072	778.320	--	28,69%	3.072.049	(408.452)	51.255	406.250	3.121.102	861.435
BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg ⁽⁵⁾	1.469.848	1.562.354	1.457.106	925.804	1.851.238	74,99%	1.277.205	(1.192.483)	527	1.086.360	1.171.609	1.072.673
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁵⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(215.862)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁵⁾	1.418.669	3.284.200	1.345.251	572	1.145	75,00%	2.136.459	(759.466)	(15.277)	1.064.476	2.426.192	743.335
Neoenergia S.A. ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	1.749.313	--	(1.841.897)	92.584	--	110.695
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.991.819	627.367	525.895	--	49,99%	1.157.461	(78.405)	7.689	343.187	1.429.932	222.102
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	231.264	481.823	100.908	107.989	107.989	66,66%	254.055	(34.764)	34.627	67.265	321.183	75.070
Outras Participações ⁽⁸⁾							1.032.693	(133.478)	(820.547)	105.737	184.405	126.307
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							186.599	--	(188.160)	--	(1.561)	--
Resultado não realizado ⁽⁹⁾							(3.032.906)	--	118.448	--	(2.914.458)	--
No Exterior							572.809	--	(239.089)	--	333.720	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							572.809	--	(239.089)	--	333.720	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto							16.754.357	(3.334.633)	(2.778.267)	4.048.925	14.690.382	3.741.668
(Provisão para perdas)							(40.462)	--	18.222	--	(22.240)	--

(1) Referem-se basicamente a alienação de investimentos e ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,08%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Investimento alienado em junho de 2019.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Inclui a alienação do investimento no IRB Brasil Resseguros (Nota 2).

(9) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	31.12.2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	295.002.727	96.885.219	12.990.633	14.646.376	94.882.641	17.378.609	531.786.205
Disponibilidades	3.474	271.869	623	14.931	93.247	1.060.726	1.444.870
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	3.830.434	125.350	--	--	28.943	3.984.727
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	292.318.871	29.392.863	2.188.724	7.203.815	8.065.191	8.888.013	348.057.477
Operações de Crédito	--	46.168.114	--	--	--	--	46.168.114
Outros créditos e outros valores e bens	2.452.332	15.058.340	955.022	7.192.984	75.378.931	5.045.070	106.082.679
Permanente	228.050	2.163.599	9.720.914	234.646	11.345.272	2.355.857	26.048.338
Passivo Total	291.718.527	86.974.296	763.062	13.084.022	84.049.732	12.227.885	488.817.524
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	72.533.804	--	--	70.311.923	15.000	142.860.727
Outras Obrigações	291.718.527	14.440.492	763.062	13.084.022	13.737.809	12.212.885	345.956.797
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	289.811.313	--	--	9.654.221	--	8.587.810	305.077.843
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.247.094	--	--	--	--	3.247.094
Demais	1.907.214	11.193.398	763.062	3.429.801	13.737.809	3.625.075	37.631.860
Patrimônio Líquido	3.284.200	9.910.923	12.227.571	1.562.354	10.832.909	5.150.724	42.968.681
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,69%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.462.986	4.955.462	3.668.271	1.171.609	3.108.124	2.347.025	17.713.477
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	333.720	332.159
Outros valores ⁽¹⁾	(36.794)	(5.475)	(2.914.458)	--	12.978	(411.505)	(3.355.254)
Saldo do investimento	2.424.631	4.949.987	753.813	1.171.609	3.121.102	2.269.240	14.690.382

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	653.296	3.491.212	--	382.468	524.751	1.149.275	6.201.002
Receitas de prestação de serviços	2.844.146	509.261	3.118.415	--	5.858.943	4.792.134	17.122.899
Outras despesas administrativas	(301.158)	(1.465.437)	(857.077)	(273.495)	(817.824)	(4.007.128)	(7.722.119)
Outras receitas/despesas operacionais	(910.848)	(697.220)	(1.231.119)	1.978.035	(3.512.533)	1.153.818	(3.219.867)
Resultado não operacional	(9.073)	(160.841)	--	(4.913)	(9.070)	(75.954)	(259.851)
Resultado antes da tributação	2.276.363	1.676.975	1.030.219	2.082.095	2.044.267	3.012.145	12.122.064
Tributação sobre o lucro e participações	(931.112)	(306.733)	(352.393)	(624.989)	(486.195)	(235.814)	(2.937.236)
Lucro Líquido	1.345.251	1.370.242	677.826	1.457.106	1.558.072	2.776.331	9.184.828
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,69%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	1.008.871	685.121	203.348	1.092.683	446.949	748.367	4.185.339
Outros valores ⁽¹⁾	55.605	(5.392)	(11)	(6.323)	(40.699)	(139.594)	(136.414)
Resultado de equivalência patrimonial	1.064.476	679.729	203.337	1.086.360	406.250	608.773	4.048.925

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balço Patrimonial	31.12.2018						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	261.344.248	101.819.911	12.910.719	13.659.046	82.995.433	51.968.205	524.697.562
Disponibilidades	3.050	201.874	3.118	31.374	69.372	706.187	1.014.975
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	12.997.077	248.359	--	8.301	6.558.151	19.811.888
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	258.899.903	30.385.743	1.671.299	6.572.709	7.253.606	9.533.671	314.316.931
Operações de Crédito	--	42.410.397	--	--	--	54.941	42.465.338
Outros créditos e outros valores e bens	2.201.405	13.382.034	885.987	6.806.390	64.739.265	12.643.065	100.658.146
Permanente	239.890	2.442.786	10.101.956	248.573	10.924.889	22.472.190	46.430.284
Passivo Total	258.468.650	92.446.315	704.370	11.955.879	71.710.458	29.521.923	464.807.595
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	76.628.254	--	--	59.534.999	4.202.855	140.366.108
Outras Obrigações	258.468.650	15.818.061	704.370	11.955.879	12.175.459	25.319.068	324.441.487
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	256.765.876	--	--	8.657.486	--	17.896.578	283.319.940
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.084.748	--	--	--	2.902.306	5.987.054
Demais	1.702.774	12.733.313	704.370	3.298.393	12.175.459	4.520.184	35.134.493
Patrimônio Líquido	2.875.598	9.373.596	12.206.349	1.703.167	11.284.975	22.446.282	59.889.967
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,68%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.156.555	4.686.798	3.661.905	1.277.205	3.236.023	2.207.965	17.226.451
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	162.550	598.419	759.408
Outros valores ⁽¹⁾	(20.096)	(83)	(3.032.906)	--	(163.974)	1.985.557	(1.231.502)
Saldo do investimento	2.134.898	4.686.715	628.999	1.277.205	3.234.599	4.791.941	16.754.357

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2018							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Mapfre BB SH2 Participações S.A. (1)	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	117.534	3.779.494	--	505.592	160.201	1.535.098	4.657.003	10.754.922
Receitas de prestação de serviços	2.623.630	521.607	3.032.589	--	1.571	7.206.775	4.230.701	17.616.873
Outras despesas administrativas	(263.721)	(1.343.662)	(857.393)	(266.253)	(231.537)	(805.135)	(1.311.421)	(5.079.122)
Outras receitas/despesas operacionais	(747.316)	(1.041.954)	(1.091.978)	2.279.839	(212.686)	(3.899.051)	(2.331.481)	(7.044.627)
Resultado não operacional	(79)	(75.548)	--	4.341	317	(13.175)	162.443	78.299
Resultado antes da tributação	1.730.048	1.839.937	1.083.218	2.523.519	(282.134)	4.024.512	5.407.245	16.326.345
Tributação sobre o lucro e participações	(816.666)	(778.765)	(365.646)	(975.092)	105.155	(1.652.667)	(546.713)	(5.030.394)
Lucro Líquido	913.382	1.061.172	717.572	1.548.427	(176.979)	2.371.845	4.860.532	11.295.951
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	684.991	530.587	215.268	1.161.165	(88.489)	680.119	977.519	4.161.160
Outros valores (1)	58.344	58	--	(88.492)	(127.373)	181.316	(443.345)	(419.492)
Resultado de equivalência patrimonial	743.335	530.645	215.268	1.072.673	(215.862)	861.435	534.174	3.741.668

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

(2) Mapfre BB SH2 foi alienada em novembro de 2018.

c) Outros Investimentos

	31.12.2019	31.12.2018
Investimentos por incentivos fiscais	63.856	56.051
Títulos patrimoniais	57	57
Ações e cotas	84.514	84.380
Outros investimentos	3.709	3.811
Outras participações no exterior	155.220	129.853
Total	307.356	274.152
(Provisão para perdas)	(16.049)	(14.856)

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	761.060	384.845
Aquisições/Adições	--	606.414
Reduções	(5.968)	--
Amortizações ⁽¹⁾	(219.662)	(176.200)
Variação cambial ⁽²⁾	(201.710)	(53.999)
Saldo Final	333.720	761.060

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	25.310	25.310	25.310	219.430	295.360
Efeitos tributários ⁽²⁾	(11.390)	(11.390)	(11.390)	(98.744)	(132.914)
Total Líquido	13.920	13.920	13.920	120.686	162.446

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 38.360 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

(2) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos e 6 meses, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	7,0%	30,2%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios 2019 e 2018, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação	31.12.2018	Exercício/2019			31.12.2019			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão/(perda) por desvalorização	Valor de custo	Depreciação acumulada	Desvalorização acumulada	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.512.153	287.941	(395.602)	24.364	7.993.366	(4.542.176)	(22.334)	3.428.856
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.517.566	496.036	(294.563)	(10)	3.834.831	(2.115.639)	(163)	1.719.029
Sistemas de processamento de dados	10 a 20%	1.239.174	595.312	(471.298)	(922)	4.055.172	(2.691.984)	(922)	1.362.266
Imobilizações em curso	--	531.844	129.553	--	--	661.397	--	--	661.397
Terrenos	--	340.175	(8.967)	--	--	331.533	--	(325)	331.208
Instalações	10%	153.841	29.746	(31.177)	--	1.023.952	(871.542)	--	152.410
Sistemas de segurança	10%	134.587	22.604	(28.936)	--	395.671	(267.416)	--	128.255
Sistemas de comunicação	10%	101.785	13.172	(20.885)	23	270.063	(175.964)	(4)	94.095
Sistemas de transporte	10%	4.837	416	(969)	--	11.127	(6.843)	--	4.284
Móveis e equipamentos em estoque	--	1.655	(760)	--	--	895	--	--	895
Total		7.537.617	1.565.053	(1.243.430)	23.455	18.578.007	(10.671.564)	(23.748)	7.882.695

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	Taxa anual de amortização	31.12.2018	Exercício/2019					31.12.2019			
		Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	Perda por desvalorização ⁽²⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Desvalorização acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	Contrato	3.428.484	3.775.626	--	(1.742.763)	(1.220.785)	(982.690)	7.507.832	(3.244.760)	(1.005.200)	3.257.872
Softwares	10%	2.266.420	823.822	(1.346)	(114.618)	(341.797)	(21)	5.246.766	(2.614.285)	(21)	2.632.460
Outros ativos intangíveis	Contrato	87.128	--	--	--	(52.450)	(4.461)	288.597	(253.919)	(4.461)	30.217
Total		5.782.032	4.599.448	(1.346)	(1.857.381)	(1.615.032)	(987.172)	13.043.195	(6.112.964)	(1.009.682)	5.920.549

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Os valores das perdas por desvalorização são registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

b) Estimativa de Amortização

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Valores a amortizar	1.903.960	1.070.646	732.809	459.560	1.753.574	5.920.549

17- DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à Vista	71.066.575	67.810.697
Pessoas físicas	37.199.373	35.414.939
Pessoas jurídicas	22.098.179	22.071.825
Governos	2.020.811	1.826.142
Vinculados ⁽¹⁾	7.500.959	5.543.457
Moedas estrangeiras	648.824	587.532
Ligadas	323.618	662.097
Instituições do sistema financeiro	466.974	582.305
Especiais do Tesouro Nacional	170.968	226.368
Domiciliados no exterior	84.075	228.760
Outros	552.794	667.272
Depósitos de Poupança	180.942.854	174.854.743
Pessoas físicas	174.201.660	167.501.857
Pessoas jurídicas	6.355.740	6.960.602
Ligadas	368.622	376.425
Instituições do sistema financeiro	16.832	15.859
Depósitos Interfinanceiros	29.128.475	33.668.595
Depósitos a Prazo	232.749.707	209.491.504
Judiciais	154.065.246	135.481.016
Moeda nacional	52.257.226	43.657.658
Moedas estrangeiras	18.399.844	22.495.385
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	2.465.968	4.284.560
Funproger (Nota 17.f)	456.613	402.693
Garantias de terceiros ⁽²⁾	1.650.490	1.268.631
Regime especial ⁽³⁾	2.219.742	866.648
Outros	1.234.578	1.034.913
Outros Depósitos	243.169	211.232
Total	514.130.780	486.036.771
Passivo circulante	463.877.736	442.285.753
Passivo não circulante	50.253.044	43.751.018

(1) Inclui o montante de R\$ 55.316 mil (R\$ 55.316 mil em 31.12.2018) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º 9.138/95, cedidas por meio da MP n.º 2.196/01, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

(2) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(3) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	162.039.592	14.265.598	9.245.094	16.744.786	30.454.636	232.749.706	209.491.504
Depósitos de poupança	180.942.854	--	--	--	--	180.942.854	174.854.743
Depósitos à vista	71.066.576	--	--	--	--	71.066.576	67.810.697
Depósitos interfinanceiros	--	7.756.764	18.318.089	711.662	2.341.960	29.128.475	33.668.595
Outros depósitos	243.169	--	--	--	--	243.169	211.232
Total	414.292.191	22.022.362	27.563.183	17.456.448	32.796.596	514.130.780	486.036.771

(1) Inclui o valor de R\$ 48.167.226 mil (R\$ 42.414.052 mil em 31.12.2018), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira Própria	43.366.024	39.570.367
Títulos privados	12.957.635	17.417.544
Letras do Tesouro Nacional	23.462	9
Letras Financeiras do Tesouro	29.347.224	21.114.864
Títulos no exterior	1.037.703	1.037.950
Carteira de Terceiros	360.989.303	363.330.835
Letras Financeiras do Tesouro	333.424.753	316.612.217
Letras do Tesouro Nacional	26.514.556	32.645.031
Notas do Tesouro Nacional	1.049.994	14.073.569
Títulos no exterior	--	18
Total	404.355.327	402.901.202
Passivo circulante	390.523.489	393.556.860
Passivo não circulante	13.831.838	9.344.342

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas de Captações com Depósitos	(26.582.182)	(24.252.072)
Depósitos de poupança	(11.301.659)	(9.550.065)
Depósitos judiciais	(9.463.951)	(9.229.061)
Depósitos a prazo	(4.747.692)	(4.591.804)
Depósitos interfinanceiros	(1.068.880)	(881.142)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(27.503.798)	(27.556.891)
Carteira de terceiros	(24.790.151)	(24.834.095)
Carteira própria	(2.713.647)	(2.722.796)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(7.486.454)	(8.482.026)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(4.233.721)	(4.666.751)
Letras financeiras	(1.001.895)	(1.860.988)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.498.133)	(1.127.589)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(752.705)	(826.698)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(674.262)	(624.774)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(2.045.922)	(1.956.552)
Outras	(484.688)	(541.261)
Total	(64.777.306)	(63.413.576)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2019			31.12.2018		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				1.484	12.974	14.458	7.179	18.608	25.787
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	13	155	168	234	213	447
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	1.211	11.790	13.001	6.527	16.641	23.168
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	2	1	3	14	3	17
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	258	1.028	1.286	404	1.751	2.155
Proger Urbano				484.478	1.731.421	2.215.899	640.350	3.254.914	3.895.264
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	224.748	1.338.427	1.563.175	123.221	1.763.470	1.886.691
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	259.730	392.994	652.724	517.129	1.491.444	2.008.573
Outros				43.690	191.921	235.611	75.693	287.816	363.509
Exportação	27/2005	RA	11/2005	4.085	3.019	7.104	2.434	9.728	12.162
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	34.513	173.767	208.280	64.055	243.947	308.002
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	5.092	15.135	20.227	9.204	34.141	43.345
Total				529.652	1.936.316	2.465.968	723.222	3.561.338	4.284.560

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat, cujo saldo em 31.12.2019 é de R\$ 456.613 mil (R\$ 402.693 mil em 31.12.2018).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado –PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Banco do Brasil						124.672.862	121.468.280
Programa "Global Medium - Term Notes"						14.488.650	10.498.690
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	2.067.578	1.987.453
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	--	1.097.028
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	4.096.037	3.933.679
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	367.073	325.581
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	3.049.310	2.930.439
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	232.007	224.510
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	3.058.215	--
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	467.185	--
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	457.127	--
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	694.118	--
"Senior Notes"						7.311.966	7.039.710
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	7.311.966	7.039.710
Notas Estruturadas						88.145	82.316
	EUR	18.400	2,50 a 3,55%		2021	84.097	82.316
	USD	1.000	4,75%		2020	4.048	--
Certificados de Depósitos ⁽²⁾						4.606.715	2.108.603
Curto prazo			1,30 a 3,80%			4.108.987	1.968.914
Longo prazo			2,75 a 3,80%		2022	497.728	139.689
Certificados de Operações Estruturadas						18.641	133.809
Curto prazo			4,13% a 9,59% do DI			16.411	116.426
Longo prazo			8,56 a 10,07% do DI		2022	2.230	17.383
Letras de Crédito Imobiliário			50,00 a 96,00% do DI TR + 7,7151%			16.992.681	17.264.716
Curto Prazo						3.411.597	4.704.521
Longo Prazo					2026	13.581.084	12.560.195
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00 a 99,00% do DI Pré 4,10 a 6,00%			75.882.064	78.937.444
Curto prazo						34.689.326	24.403.914
Longo prazo					2022	41.192.738	54.533.530
Letras Financeiras			98,25 a 102,00% do DI 4,50 a 5,30% + IPCA Pré 7,20 a 8,90%			5.284.000	5.402.992
Curto prazo						4.872.746	148.375
Longo prazo					2021	411.254	5.254.617
Banco Patagonia			Pré 25,75 a 45,00% 299 a 417 pontos + Badlar			69.733	173.067
Curto prazo	ARS					69.733	125.185
Longo prazo	ARS				2020	--	47.882
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽³⁾						4.937.535	3.197.379
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾		--				--	--
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2019	2024	807.318	--
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	807.466	--
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	2.030.194	1.954.501
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.292.557	1.242.878
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁴⁾						(29.210)	(20.230)
Total						129.650.920	124.818.496
Passivo circulante						49.238.035	32.565.915
Passivo não circulante						80.412.885	92.252.581

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de default do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2019	31.12.2018
No Exterior	6.918.515	9.048.079	1.862.325	137.953	17.966.872	20.986.748
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.885.267	8.984.195	1.862.328	137.953	17.869.740	20.897.987
Importação	33.248	63.884	--	--	97.132	88.761
Total	6.918.515	9.048.079	1.862.325	137.953	17.966.872	20.986.748
Passivo circulante					15.966.594	18.179.594
Passivo não circulante					2.000.278	2.807.154

b) Obrigações por Repasses
Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional - Crédito Rural		167.215	165.557
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado)	16.968	11.020
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	136.518	105.780
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	10.770
Outros		2.959	37.987
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.	17.838.581	21.764.812
Caixa Econômica Federal	Pré 4,90% a.a. (média)	30.936.767	29.413.089
Finame	Pré 0,00% a.a. a 9,80% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 4,00% a.a. Var. Camb. + 1,40% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,25% a.a.	11.932.325	15.138.554
Outras Instituições Oficiais		33.854	249.052
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou FAM + 1,28% a 3,67% (se aplicado)	33.826	249.024
Outros		28	28
Total		60.908.742	66.731.064
Passivo circulante		37.178.163	38.148.447
Passivo não circulante		23.730.579	28.582.617

Do Exterior

	31.12.2019	31.12.2018
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	--	477
Total	--	477
Passivo circulante	--	95
Passivo não circulante	--	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(3.092.181)	(6.895.553)
Despesas de Obrigações por Repasses	(3.798.874)	(8.856.749)
Do exterior	(522.340)	(5.148.439)
BNDES	(1.368.097)	(1.818.605)
Caixa Econômica Federal	(1.534.550)	(1.393.805)
Finame	(293.495)	(349.191)
Tesouro Nacional	(28.964)	(96.047)
Outras	(51.428)	(50.662)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(573.295)	(2.366.125)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(847.864)	(1.833.073)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	(537.003)	1.568.458
Total	(8.849.217)	(18.383.042)

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações legais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	6.571.673	6.571.673
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.215.509	2.032.805
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	2.069.639	1.252.259
Impostos e contribuições a recolher	1.208.016	1.307.373
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	506.284	393.007
Total	12.571.121	11.557.117
Passivo circulante	11.829.118	10.788.134
Passivo não circulante	742.003	768.983

(1) Referem-se aos prejuízos fiscais de IRPJ e CSLL a compensar/ bases negativas de CSLL decorrentes de processo judicial.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.12.2019	31.12.2018
Marinha Mercante	7.663.597	8.754.178
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	4.066.726	1.249.914
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.641.809	1.836.454
Pasep ⁽²⁾	1.374.355	1.529.567
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.074.649	1.206.319
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	879.565	857.284
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	--	48.148
Outros	312.192	40.557
Total	17.012.893	15.522.421
Passivo circulante	8.659.015	9.855.261
Passivo não circulante	8.353.878	5.667.160

(1) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 20.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 3.658.129 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 408.597 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						29.336.898	29.336.898
Dívidas Subordinadas no Exterior						11.999.497	11.522.511
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.724.052	2.616.710
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	6.181.924	5.934.900
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	3.093.521	2.970.901
Letras Financeiras Subordinadas						9.191.328	18.006.049
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	--	437.979
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	330.801	308.977
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	--	9.000.459
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	972.139	910.169
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	7.059.258	6.605.387
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	829.131	743.078
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						50.527.724	58.865.458
Valores eliminados na consolidação						(40.350)	(36.674)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾⁽²⁾						50.487.374	58.828.784
Passivo circulante						332.926	9.440.498
Passivo não circulante						50.154.448	49.388.286

(1) O montante de R\$ 35.796.321 mil (R\$ 38.925.975 mil em 31.12.2018) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(2) Inclui o montante de R\$ 8.860.528 mil (R\$ 8.258.635 mil em 31.12.2018), referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2019	31.12.2018
Bônus Perpétuos						
	USD	898.512	8,50%	10/2009	3.680.805	3.536.595
	USD	1.298.727	9,25%	01 e 03/2012	5.428.215	5.221.040
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	8.101.231	7.783.964
	BRL	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.334.618	8.307.033
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	8.753.627	8.410.702
Total Banco do Brasil					34.298.496	33.259.334
Valores eliminados na consolidação					(6.264)	(24.221)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					26.192.232	25.135.113
Passivo circulante					--	62.168
Passivo não circulante					26.192.232	25.072.945

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 25.091.108 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 24.120.630 mil em 31.12.2018), sendo o montante de R\$ 21.665.013 mil (R\$ 20.827.050 mil em 31.12.2018) registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 898.512 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;

- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Operações com cartão de crédito/débito	28.107.235	24.940.764
Passivos atuariais (Nota 26.e)	25.509.836	12.677.088
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1)	12.549.358	11.095.690
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	8.851.582	6.997.444
Credores diversos no país ⁽¹⁾	5.580.480	6.291.128
Provisões para pagamentos a efetuar	4.817.378	4.562.840
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	3.663.769	2.520.968
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	2.104.665	1.833.703
Obrigações por convênios oficiais	1.132.122	1.180.708
Credores diversos no exterior	519.477	754.839
Credores por recursos a liberar	443.092	668.186
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	437.136	358.552
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	415.396	262.724
Obrigações por aquisição de bens e direitos	410.934	272.522
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	398.845	434.399
Obrigações por operações vinculadas a cessão	330.526	404.844
Recursos vinculados a operações de crédito	92.698	1.381.302
Obrigações por cotas de fundos de investimento	13.132	12.748
Coobrigações em cessões de crédito	448	--
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	--	133.971
Outras	1.610.359	1.703.667
Total	96.988.468	78.488.087
Passivo circulante	81.339.828	64.117.330
Passivo não circulante	15.648.640	14.370.757

(1) Inclui o montante de R\$ 492.918 mil (R\$ 548.439 mil em 31.12.2018) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedido por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

f) Garantias Financeiras

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.286.645	241.828	950.285	121.827
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	2.032.243	152.370	1.239.539	175.137
Outras fianças bancárias	3.974.682	3.574	2.532.441	5.098
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	329.390	39.246	1.034.800	56.358
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	--	--	32.000	--
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	280.689	108	18.985	59
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	88.372	10	75.570	73
Outros avais	1.640	--	1.553	--
Total	7.993.661	437.136	5.885.173	358.552

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Exercício/2019	Exercício/2018
Conta corrente	7.791.221	7.331.047
Administração de fundos	6.398.658	6.022.875
Comissões de seguros, previdência e capitalização	3.802.332	3.221.096
Rendas de cartões	2.047.159	1.941.533
Operações de crédito e garantias prestadas	1.798.322	1.998.784
Cobrança	1.324.519	1.289.880
Taxas de administração de consórcios	1.223.093	941.758
Arrecadações	1.108.186	1.116.250
Rendas do mercado de capitais	974.362	787.891
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	395.949	605.007
Interbancária	149.748	145.103
Outras	2.195.122	2.013.468
Total	29.208.671	27.414.692

b) Despesas de Pessoal

	Exercício/2019	Exercício/2018
Proventos	(10.091.819)	(9.834.417)
Encargos sociais	(3.197.526)	(3.223.904)
Benefícios	(3.143.388)	(3.064.314)
Provisões administrativas de pessoal	(3.021.844)	(2.404.678)
Demandas trabalhistas	(2.819.154)	(1.378.814)
Previdência complementar	(874.158)	(871.940)
Treinamento	(75.682)	(72.682)
Honorários de diretores e conselheiros	(46.321)	(48.275)
Total	(23.269.892)	(20.899.024)

c) Outras Despesas Administrativas

	Exercício/2019	Exercício/2018
Amortização	(1.792.751)	(1.966.399)
Aluguéis	(1.341.667)	(1.363.850)
Depreciação	(1.243.430)	(1.191.592)
Serviços de vigilância e segurança	(1.153.134)	(1.169.188)
Serviços de terceiros	(901.512)	(896.372)
Transporte	(855.536)	(984.001)
Serviços do sistema financeiro	(833.998)	(744.726)
Comunicações	(751.168)	(862.758)
Manutenção e conservação de bens	(734.209)	(715.937)
Água, energia e gás	(512.779)	(509.101)
Propaganda e publicidade	(498.182)	(420.855)
Processamento de dados	(455.291)	(383.669)
Serviços técnicos especializados	(420.688)	(467.463)
Promoções e relações públicas	(153.380)	(175.780)
Viagem no país	(104.738)	(111.329)
Material	(94.915)	(103.923)
Outras	(945.651)	(752.126)
Total	(12.793.029)	(12.819.069)

d) Outras Receitas Operacionais

	Exercício/2019	Exercício/2018
Recuperação de encargos e despesas	2.112.951	2.136.981
Atualização de depósitos em garantia	1.855.699	1.978.828
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	893.382	800.932
Operações com cartões	684.475	714.224
Reversão de provisões - outras	334.289	136.850
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	313.074	185.442
Atualização de impostos a compensar	237.835	172.555
Atualização de ativo atuarial	186.747	664.481
Receitas das empresas controladas não financeiras	167.930	206.454
Rendas de títulos e créditos a receber	104.346	1.726.312
Reversão de provisões - garantias financeiras prestadas	102.976	7.204
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	90.096	29.310
Dividendos recebidos	8.899	6.512
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	645	27.622
Outras	531.278	506.509
Total	7.624.622	9.300.216

e) Outras Despesas Operacionais

	Exercício/2019	Exercício/2018
Demandas cíveis e fiscais	(7.149.877)	(2.990.753)
Operações com cartões	(1.884.329)	(1.707.155)
Bônus de relacionamento negocial	(1.656.474)	(1.024.241)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(1.453.668)	(695.333)
Atualização das obrigações atuariais	(1.394.073)	(1.309.719)
Descontos concedidos em renegociação	(1.067.955)	(1.426.679)
Despesa de ajuste a valor recuperável sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(982.690)	--
Serviços de terceiros	(870.524)	(1.005.705)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(467.460)	(398.810)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(271.529)	(436.132)
Convênio INSS	(232.752)	(201.608)
Autoatendimento	(227.938)	(319.986)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(191.191)	(187.932)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(150.242)	(128.848)
Falhas/fraudes e outras perdas	(144.587)	(476.707)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(143.320)	(202.832)
Bônus de adimplência	(125.944)	(226.292)
Outras despesas de provisões operacionais	(54.367)	(317.145)
Atualização de JCP/Dividendos	(31.376)	(16.785)
Outras	(1.446.792)	(904.362)
Total	(19.947.088)	(13.977.024)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas Não Operacionais	4.074.612	1.353.435
Ganhos de capital ⁽¹⁾	3.773.767	995.372
Lucro na alienação de valores e bens	232.992	276.794
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	26.511	32.064
Ressarcimento de fornecedores	17.955	21.360
Rendas de aluguéis	9.029	10.292
Outras rendas não operacionais	14.358	17.553
Despesas Não Operacionais	(432.376)	(197.317)
Perdas de capital	(248.094)	(139.205)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(137.447)	(13.136)
Desvalorização de outros valores e bens	(28.474)	(31.886)
Outras despesas não operacionais	(18.361)	(13.090)
Total	3.642.236	1.156.118

(1) Inclui o ganho de capital de R\$ 3.563.033 mil obtido pela BB Seguros na alienação de participação no IRB Brasil Resseguros S.A. (Nota 2).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	98.895.999	91.989.546
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	34,68	33,02
Valor de mercado por ação (R\$)	52,82	46,49
Patrimônio Líquido Consolidado	108.564.894	102.252.882

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2018) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.169 mil (R\$ 2.240 mil em 31.12.2018), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2019, foram realizadas reservas no montante de R\$ 71 mil (R\$ 131 mil no exercício de 2018) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de tributos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reservas de Capital	1.366.443	14.692
Reservas de Lucros	53.814.656	42.612.582
Reserva legal	8.633.464	7.738.497
Reservas Estatutárias	45.181.192	34.874.085
Margem operacional	38.699.369	30.657.730
Equalização de dividendos	6.481.823	4.216.355

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro líquido	17.899.349	12.648.803
Número médio ponderado de ações (básico)	2.799.325.330	2.785.597.388
Número médio ponderado de ações (diluído)	2.799.054.753	2.785.290.260
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	6,39	4,54

O número médio ponderado de ações diluído considera a distribuição futura de ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Nota 23.n).

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2019	Exercício/2018
1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo	17.899.349	12.648.803
No País	15.210.693	11.377.668
No Exterior	2.688.656	1.271.135
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	234.618	255.752
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	18.133.967	12.904.555
Dividendos - Payout	6.732.541	5.161.822
Dividendo mínimo obrigatório	4.252.887	2.977.357
Dividendo adicional	2.479.654	2.184.465
4) Destinações		
Lucro Líquido	17.899.349	12.648.803
Lucros/Prejuízos acumulados	7.166	(112.562)
Lucro distribuído	17.906.515	12.536.241
Reserva legal	894.967	626.812
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.732.541	5.161.822
Reservas estatutárias	15.992.656	6.747.607
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	(5.713.649)	--

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	435.000	0,156	11.03.2019	29.03.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.155.939	0,415	21.05.2019	31.05.2019
2º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	476.640	0,171	11.06.2019	28.06.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.229.989	0,441	21.08.2019	30.08.2019
3º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	649.308	0,233	11.09.2019	30.09.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.040.834	0,373	21.11.2019	29.11.2019
4º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	502.320	0,176	11.12.2019	30.12.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.242.511	0,436	21.02.2020	05.03.2020
Total destinado aos acionistas	6.732.541	2,401		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	227.559	0,082	12.03.2018	29.03.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	595.914	0,214	21.05.2018	30.05.2018
2º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	215.030	0,077	11.06.2018	29.06.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	742.877	0,267	21.08.2018	31.08.2018
3º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	238.140	0,085	11.09.2018	28.09.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.161.270	0,417	21.11.2018	30.11.2018
4º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	350.059	0,126	11.12.2018	28.12.2018
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.630.973	0,586	21.02.2019	07.03.2019
Total destinado aos acionistas	5.161.822	1,854		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2019, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.755.142 mil (R\$ 2.241.271 mil no exercício de 2018).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	Exercício/2019	Exercício/2018	31.12.2019	31.12.2018
BB Banco Múltiplo	17.899.349	12.648.803	98.895.999	91.989.546
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	234.618	255.752	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	28.100	(42.529)	(319.479)	(347.579)
Participação dos não controladores	--	--	1.903.656	2.510.915
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>) ⁽³⁾	--	--	(15.282)	--
BB Consolidado	18.162.067	12.862.026	108.564.894	102.252.882

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

(3) Ações do Banco do Brasil mantidas em tesouraria pela controlada BB-Banco de Investimento em virtude de garantia firme de liquidação no âmbito da oferta subsequente de ações (*follow on*).

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Exercício/2019				Exercício/2018			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(1.323.828)	2.066.510	(522.994)	219.688	(706.035)	(648.626)	30.833	(1.323.828)
Subsidiárias no Exterior	2.559	43.807	(6.810)	39.556	56.303	(54.944)	1.200	2.559
Coligadas e controladas	(743)	166.676	(51.791)	114.142	61.003	(89.154)	27.408	(743)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(49.784)	(32.517)	18.778	(63.523)	(10.337)	(60.879)	21.432	(49.784)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	(753.367)	(740.501)	--	(1.493.868)	(184.653)	(568.714)	--	(753.367)
Coligadas e controladas	56.760	6.369	5.803	68.932	6.877	75.580	(25.697)	56.760
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios								
Banco do Brasil	(14.085.713)	(16.820.887)	8.744.094	(22.162.506)	(12.442.883)	(2.737.684)	1.094.854	(14.085.713)
Coligadas e controladas	--	(6.787)	1.972	(4.815)	--	--	--	--
Total	(16.154.116)	(15.317.330)	8.189.052	(23.282.394)	(13.219.725)	(4.084.421)	1.150.030	(16.154.116)

j) Participação dos Não Controladores

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	Exercício/2019	Exercício/2018	31.12.2019	31.12.2018
Banco Patagonia S.A.	244.472	220.333	360.184	374.176
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	--	24	26
BB Tecnologia e Serviços	7	1	41	35
BB Seguridade S.A.	2.237.390	1.175.515	1.543.407	2.136.678
Participação dos não Controladores	2.481.867	1.395.849	1.903.656	2.510.915

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.453.493.742	50,7	1.453.493.742	50,7
Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.453.493.742	50,7
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - FND	20.785.200	0,7	--	--
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	137.257.114	4,8	181.160.514	6,3
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	14.459.169	0,5	79.886.296	2,8
Outros acionistas	1.260.206.995	44,0	1.150.876.468	40,2
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.141.139.495	74,7	2.207.072.639	77,0
Residentes no exterior	724.277.525	25,3	658.344.381	23,0

(1) Inclui, em 31.12.2019, 347.049 ações do Banco do Brasil mantidas em tesouraria pelas controladas BBTVM e BB-Banco de Investimento (38.294 em 31.12.2018) (Nota 23.m).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2019	31.12.2018
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	3.581	147
Diretoria Executiva	77.674	175.800
Comitê de Auditoria	18	18

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,003% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (<i>free float</i>) no início do período	1.331.861.026	46,5	1.282.433.554	44,8
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	--		48.880.900	--
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	64.000.000		--	
Outras movimentações ⁽¹⁾	1.521.819		546.572	
Ações em circulação (<i>free float</i>) no fim do período ⁽²⁾	1.397.382.845	48,8	1.331.861.026	46,5
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 03.10.2019, o Banco do Brasil comunicou que foram disponibilizados Aviso ao Mercado e Prospecto Preliminar da oferta pública de distribuição secundária de 64.000.000 ações ordinárias de emissão do Banco mantidas em tesouraria. Em 23.10.2019, foi comunicado o encerramento da oferta pública de distribuição secundária das ações ordinárias, ao preço de R\$ 44,05 por ação. A alienação das ações mantidas em tesouraria pelo Banco gerou impacto positivo no Patrimônio Líquido no montante de R\$ 2.779.127 mil.

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	14.459.169	100,0	79.886.296	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	55,8	8.075.350	10,1
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015) ⁽¹⁾	5.710.078	39,5	71.353.201	89,3
Programa de Remuneração Variável	359.529	2,5	457.682	0,6
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	314.149	2,2	--	--
Incorporações	63	--	63	--
Valor Contábil	(339.636)		(1.833.431)	

(1) Redução decorrente da alienação de ações em tesouraria.

n) Pagamento Baseado em Ações

Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2015					
Banco do Brasil ⁽¹⁾	342.134	19,92	247.539	68.426	03/2020
Total de ações a distribuir				68.426	
BB DTVM	26.109	19,92	20.889	5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				5.220	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	59.656	19.846	03/2020
				19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				39.692	
BB DTVM	10.397	32,84	6.241	2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				4.156	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	77.689	38.763	03/2020
				38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				116.287	
BB DTVM	20.270	42,65	8.114	4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				12.156	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	25.636	25.556	03/2020
				25.556	03/2021
				25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				102.224	
BB DTVM	14.218	53,44	2.850	2.842	03/2020
				2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				11.368	

(1) A diferença encontrada entre os valores constantes na coluna "Total de Ações do Programa" e o somatório entre os valores das colunas "Ações distribuídas" e "Ações a distribuir" refere-se às ações revertidas em favor do Banco conforme regras do Programa de Remuneração Variável.

Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação com periodicidade semestral cujo objetivo é fortalecer a parceria entre o funcionário e o Banco, reconhecimento do esforço dos participantes na construção do resultado e alinhamento dos resultados às estratégias do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

O programa determina que 50% da premiação seja pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No exercício de 2019 foram distribuídas 1.499.377 ações em tesouraria.

24 - TRIBUTOS
a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	Exercício/2019	Exercício/2018
Valores Correntes	(4.899.888)	(3.304.217)
IR e CSLL no país	(4.279.505)	(2.807.448)
Imposto de Renda no exterior	(620.383)	(496.769)
Valores Diferidos	11.760.388	(1.463.151)
Passivo Fiscal Diferido	(1.076.742)	(305.718)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	6.607	29.975
Marcação a mercado	(75.061)	(25.663)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(791.072)	(286.791)
Lucros do exterior	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(5.216)	5.303
Créditos recuperados a prazo	(212.000)	(28.542)
Ativo Fiscal Diferido	12.837.130	(1.157.433)
Diferenças temporárias	11.725.282	(2.210.099)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	1.162.570	1.125.118
Marcação a mercado	(50.722)	(72.451)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--
Total	6.860.500	(4.767.368)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	Exercício/2019	Exercício/2018
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.121.177	20.663.696
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(6.448.471)	(9.298.663)
Encargos sobre JCP	2.693.016	2.322.820
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.573.618	1.696.932
Participação de empregados no lucro	923.677	727.911
Efeito da majoração da alíquota de CSLL – EC 103/2019 ⁽¹⁾	4.964.891	--
Outros valores	3.153.769	(216.368)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	6.860.500	(4.767.368)

(1) Majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

c) Despesas Tributárias

	Exercício/2019	Exercício/2018
Cofins	(2.756.869)	(2.897.008)
ISSQN	(1.201.067)	(1.124.600)
PIS/Pasep	(473.525)	(491.780)
Outras	(498.998)	(540.348)
Total	(4.930.459)	(5.053.736)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2019	31.12.2018
Decorrentes da marcação a mercado	882.227	306.327
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	361.318	316.489
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	637.634	425.634
Dependências no Exterior	86.466	88.938
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	15.356	21.963
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	27.632	39.676
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	6.467	693
Outros	52.539	52.539
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.069.639	1.252.259
Imposto de Renda	1.117.349	769.721
Contribuição Social ⁽¹⁾	862.531	445.160
Cofins	77.212	32.153
PIS/Pasep	12.547	5.225

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2018	Exercício/2019		31.12.2019
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	36.609.071	32.260.795	(12.553.590)	56.316.276
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.786.705	14.550.049	(7.932.869)	28.403.885
Provisões passivas	10.112.491	7.181.285	(3.089.543)	14.204.233
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.277.287	8.192.304	(333.103)	10.136.488
Marcação a mercado	826.847	508.514	(527.465)	807.896
Outras provisões	1.605.741	1.828.643	(670.610)	2.763.774
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	667.060	--	(30.308)	636.752
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	62.021	--	(21.009)	41.012
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.304.969	3.432.490	(2.268.567)	2.468.892
Total dos Créditos Tributários Ativos	38.643.121	35.693.285	(14.873.474)	59.462.932
Imposto de Renda	23.950.263	17.617.376	(9.005.276)	32.562.363
Contribuição Social ⁽¹⁾	14.602.362	18.022.083	(5.801.496)	26.822.949
Cofins	77.846	45.152	(56.228)	66.770
PIS/Pasep	12.650	8.674	(10.474)	10.850

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos tributários no exterior	1.092.996	930.845
Prejuízo fiscal/Base negativa	16.910	949.078
Diferenças temporárias	7.095	253
Total dos Créditos Tributários	1.117.001	1.880.176
Imposto de Renda	700.742	1.176.171
Contribuição Social	416.259	704.005

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2019, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2020	17.628.860	17.099.568
Em 2021	17.729.131	16.845.698
Em 2022	17.868.506	16.609.118
Em 2023	4.400.573	3.982.204
Em 2024	748.394	654.783
Em 2025	963.940	771.765
Em 2026	57.365	47.489
Em 2027	19.995	15.748
Em 2028	1.118	629
Em 2029	45.050	34.922
Total de Créditos Tributários em 31.12.2019	59.462.932	56.061.924

No exercício de 2019, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 14.369.664 mil, correspondente a 93,92% da respectiva projeção de utilização para o período de 2019, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2018.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2019, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2020	8%	31%
Em 2021	13%	31%
Em 2022	16%	31%
Em 2023	23%	5%
Em 2024	23%	1%
A partir de 2025	17%	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2019	Exercício/2018
Benefícios de curto prazo	53.636	61.487
Honorários e encargos sociais	34.191	38.413
Diretoria Executiva	33.807	38.007
Conselho de Administração	384	406
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	16.056	19.629
Outros ⁽¹⁾	3.389	3.445
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	741	345
Remuneração baseada em ações	15.290	14.913
Total	69.667	76.745

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 30.e – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.

No exercício de 2018, foram realizados permuta de imóveis com a União e adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) à Cassi. Também foi assinado Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a União e o Banco em 29 de junho de 2001. A União pagou ao Banco recursos decorrentes da conciliação das operações do PESA cedidas pelo Banco à União ao amparo da MP n.º 2.196/2001. No âmbito do processo de conciliação de registros relacionados a programas e serviços rurais junto à União, o Banco também realizou a conciliação de diversos programas, dentre eles: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB; Subvenções Pronaf Finame/BNDES, Pronaf Reforma Agrária Grupo A - Safra 1999/2000 e Fundo Contábil do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

Em 2019, o Banco estabeleceu Teto de Cartão de Crédito PJ para pagamento de contas da Cielo S.A. em condições financeiras usuais de mercado. Em 13/12/2019, o Banco assinou novo contrato temporário de prestação de serviço de correspondente no país com os Correios em substituição ao atual contrato, o qual possuía vencimento em 15/12/2019. Os Correios continuarão disponibilizando atendimento básico de saques, depósitos, consultas e recebimento de contas em parceria com o BB pelo período de três meses, podendo ser prorrogado por igual período.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das Transações com Partes Relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2019, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 55.098 mil (R\$ 53.423 mil no exercício de 2018).

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2019			31.12.2018		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	95.971	120.303	216.274	100.027	118.699	218.726
Plano de Benefícios 1 - Previ	7.470	100.057	107.527	9.694	98.902	108.596
Plano Previ Futuro	75.735	2.073	77.808	77.111	1.700	78.811
Plano Informal	--	2.661	2.661	--	2.870	2.870
Outros Planos	12.766	15.512	28.278	13.222	15.227	28.449
Planos de Assistência Médica	96.631	106.837	203.468	100.990	105.701	206.691
Cassi	86.383	100.145	186.528	90.390	98.721	189.111
Outros Planos	10.248	6.692	16.940	10.600	6.980	17.580

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	Exercício/2019	Exercício/2018
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.928.021	1.871.310
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	832.757	891.384
Plano Previ Futuro	713.942	662.091
Plano Informal	157.629	166.952
Outros Planos	223.693	150.883
Planos de Assistência Médica	1.394.079	1.643.733
Cassi	1.211.275	1.473.670
Outros Planos	182.804	170.063
Total	3.322.100	3.515.043

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 840.710 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.789.701 mil para os próximos 12 meses.

Valores Reconhecidos no Resultado

	Exercício/2019	Exercício/2018
Planos de Aposentadoria e Pensão	(1.167.595)	(569.821)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(115.593)	444.053
Plano Previ Futuro	(713.942)	(662.091)
Plano Informal	(106.856)	(128.206)
Outros Planos	(231.204)	(223.577)
Planos de Assistência Médica	(1.701.107)	(1.659.628)
Cassi	(1.512.293)	(1.486.662)
Outros Planos	(188.814)	(172.966)
Total	(2.868.702)	(2.229.449)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 26.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos foram utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019. Mais informações sobre a Cassi constam na Nota 30.j – Outras Informações.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2019 e 31.12.2018.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
Custo de juros	(15.808.281)	(16.703.376)	(80.681)	(94.775)	(954.302)	(980.982)	(901.862)	(956.491)
Custo do serviço corrente	(332.022)	(399.287)	--	--	(92.546)	(85.096)	(16.776)	(23.534)
Custo do serviço passado	--	--	(26.175)	(33.431)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	12.572.211	11.988.879	157.629	166.952	745.828	730.087	701.391	668.778
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(35.567.874)	(11.656.103)	(211.057)	(19.428)	(3.538.610)	(334.480)	(1.896.931)	(508.143)
Ajuste de experiência	(3.586.618)	(311.951)	(98.337)	4.685	(1.258.362)	415.728	98.144	(122.439)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	(4.209.120)	--	(536)	1.089	(303.405)	(258.911)	30.496
Alterações premissas financeiras	(31.981.256)	(7.135.032)	(112.720)	(23.577)	(2.281.337)	(446.803)	(1.736.164)	(416.200)
Saldo Final	(211.164.640)	(172.028.674)	(1.100.658)	(940.374)	(13.234.231)	(9.394.601)	(11.833.607)	(9.719.429)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(194.700.370)	(172.028.674)	--	--	(161.500)	(242.250)	(7.416.701)	(6.045.154)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(16.464.270)	--	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(9.152.351)	(4.416.906)	(3.674.275)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	179.197.455	164.024.626	--	--	242.250	--	6.045.154	5.713.736
Receita de juros	15.909.119	17.990.770	--	--	--	--	559.710	632.690
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	(80.750)	242.250	--	--
Contribuições recebidas ⁽³⁾	1.413.748	891.384	157.629	166.952	745.828	730.087	350.595	220.828
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(12.572.211)	(11.988.879)	(157.629)	(166.952)	(745.828)	(730.087)	(701.391)	(668.778)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.752.259	8.279.554	--	--	--	--	1.162.633	146.678
Saldo Final	194.700.370	179.197.455	--	--	161.500	242.250	7.416.701	6.045.154

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, no Exercício/2019, refere-se às contribuições dos participantes (R\$ 580.991 mil) e do patrocinador (R\$ 832.757 mil - que inclui R\$ 251.766 mil referente ao Contrato 97 e Grupo Especial).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1) Valor justo dos ativos do plano	194.700.370	179.197.455	--	--	161.500	242.250	7.416.701	6.045.154
2) Valor presente das obrigações atuariais	(211.164.640)	(172.028.674)	(1.100.658)	(940.374)	(13.234.231)	(9.394.601)	(11.833.607)	(9.719.429)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	(16.464.270)	7.168.781	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(9.152.351)	(4.416.906)	(3.674.275)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	(8.232.135)	3.584.390	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(9.152.351)	(2.943.584)	(2.397.244)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Custo do serviço corrente	(166.011)	(199.644)	--	--	(92.545)	(85.096)	(8.388)	(11.767)
Custo dos juros	(7.904.141)	(8.351.688)	(80.681)	(94.775)	(954.301)	(980.982)	(501.982)	(528.832)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	7.954.559	8.995.385	--	--	--	--	279.221	315.656
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(26.175)	(33.431)	--	--	--	--
Despesa com funcionários ativos	--	--	--	--	(465.447)	(420.584)	(193.609)	(178.495)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	4.740	6.895
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	(115.593)	444.053	(106.856)	(128.206)	(1.512.293)	(1.486.662)	(420.018)	(396.543)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	(11.560.758)	(10.280.378)	(119.938)	(108.281)	(1.377.520)	(1.176.832)	(1.027.497)	(877.392)
Ajustes de avaliação patrimonial	(12.533.690)	(2.133.967)	(211.058)	(19.428)	(3.538.612)	(334.480)	(537.526)	(249.809)
Efeitos fiscais	6.603.557	853.587	104.971	7.771	1.707.169	133.792	328.397	99.704
Saldo Final	(17.490.891)	(11.560.758)	(226.025)	(119.938)	(3.208.963)	(1.377.520)	(1.236.626)	(1.027.497)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	11,53	13.661.988	13.563.154	13.474.403	297.138.484	337.838.029
Plano Informal (Previ)	6,18	168.230	149.605	132.568	989.771	1.440.174
Plano de Associados (Cassi)	11,98	850.871	842.456	833.963	19.954.918	22.482.208
Regulamento Geral (Economus)	11,60	540.706	537.781	534.582	12.533.510	14.146.579
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,96	2.792	2.915	3.047	132.339	141.093
Plus I e II (Economus)	15,01	42.652	44.068	45.429	1.849.283	1.981.432
Grupo B' (Economus)	10,45	19.548	19.428	19.290	385.867	444.133
Prevmais (Economus)	15,49	15.438	16.156	16.786	744.771	793.151
Multifuturo I (Fusesc)	18,47	6.709	6.823	6.952	455.459	475.943
Plano I (Fusesc)	9,66	42.838	43.834	43.053	726.596	856.321
Plano BEP (Prevbep)	12,08	4.989	5.406	5.563	142.042	158.000

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Renda fixa	84.655.721	74.008.549	5.791.610	4.734.172
Renda variável ⁽¹⁾	92.404.796	88.864.018	821.833	530.688
Investimentos imobiliários	10.747.460	9.802.101	331.681	266.761
Empréstimos e financiamentos	5.548.961	5.465.522	167.758	140.399
Outros ⁽²⁾	1.343.432	1.057.265	465.319	615.384
Total	194.700.370	179.197.455	7.578.201	6.287.404
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.371.430	10.296.587	33.563	31.463
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	90.463	148.139	39.967	8.449

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 42.137.086 mil (R\$ 54.975.138 mil em 31.12.2018), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, inclui o valor de R\$ 161.250 mil (R\$ 242.250 mil em 31.12.2018), referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de inflação (a.a.)	3,54%	4,42%	3,56%	4,39%	3,53%	4,43%	3,53%	4,42%
Taxa real de desconto (a.a.)	3,48%	4,83%	3,17%	4,64%	3,50%	4,86%	3,49%	4,86%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	7,14%	9,46%	--	--	--	--	7,15%	9,50%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93%	0,77%	--	--	--	--	0,92%	0,95%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	3,48%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Média Ponderada ⁽¹⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em setembro de 2018, a Previ passou a adotar uma nova metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel. Com precificação ao final de cada mês, esta metodologia considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Valor apurado - Previ	167.103.388	160.882.240	(164.817.351)	(154.506.120)	2.286.037	6.376.120
Incorporação dos valores do contrato 97	12.926.132	13.190.867	(12.926.132)	(13.190.867)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.093.684	1.091.011	(1.093.684)	(1.091.011)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	13.577.166	4.033.337	--	--	13.577.166	4.033.337
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	(32.327.473)	(3.240.676)	(32.327.473)	(3.240.676)
Valor apurado - Banco	194.700.370	179.197.455	(211.164.640)	(172.028.674)	(16.464.270)	7.168.781

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2019.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(5.948.188)	6.256.487	2.875.558	(2.858.750)	66.396	(66.048)
Plano Informal (Previ)	(16.759)	17.308	39.573	(38.568)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(342.977)	360.039	238.124	(234.679)	1.008	(986)
Regulamento Geral (Economus)	(233.216)	244.333	197.193	(200.229)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(2.877)	3.026	(1.294)	1.309	--	--
Plus I e II (Economus)	(37.997)	40.419	44.356	(42.651)	--	--
Grupo B' (Economus)	(7.366)	7.685	7.769	(7.888)	--	--
Prevmias (Economus)	(12.632)	13.362	2.629	(2.476)	2.219	(2.181)
Multifuturo I (Fusesc)	(8.061)	8.674	1.565	(1.563)	3.974	(3.790)
Plano I (Fusesc)	(13.388)	13.951	14.524	(14.550)	2	(2)
Plano BEP (Prevbep)	(2.845)	2.991	1.908	(1.928)	76	(76)

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Plano 1 (Previ)	--	3.584.390	(8.232.135)	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(1.100.658)	(940.374)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(13.072.731)	(9.152.351)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(1.758.159)	(1.555.593)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(7.545)	(501)
Plus I e II (Economus)	--	--	(1.043.226)	(807.388)
Grupo B' (Economus)	--	--	(295.382)	(220.881)
Prevmais (Economus)	45.824	67.671	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	37.998	72.806	--	--
Plano I (Fusesc)	58.044	22.246	--	--
Plano BEP (Prevbep)	18.862	24.396	--	--
Total	160.728	3.771.509	(25.509.836)	(12.677.088)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	Exercício/2019	Exercício/2018
Fundo Paridade		
Saldo Inicial	--	102.726
Atualização	--	4.636
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(317.111)
Valores transferidos do Fundo de Utilização	--	209.749
Saldo Final	--	--
Fundo de Utilização		
Saldo Inicial	9.511.761	9.499.488
Contribuição ao Plano 1	(832.757)	(574.273)
Transferência para o Fundo Paridade	--	(209.749)
Atualização	893.382	796.295
Saldo Final	9.572.386	9.511.761
Total dos fundos de destinação do superávit	9.572.386	9.511.761

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo era corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo foi sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF – suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo Supremo Tribunal Federal. A partir de maio/2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença de correção monetária utilizada pelo Banco para corrigir os empréstimos e a que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da oposição de embargos de declaração ao acórdão que julgou e proveu embargos de divergência aviados pela União e pelo Banco do Brasil, bem como da interposição de recurso extraordinário pelo Banco Central.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Exercício/2019	Exercício/2018
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	2.520.968	2.677.568
Constituição	3.421.168	1.485.098
Reversão da provisão	(794.202)	(411.492)
Baixa por pagamento	(1.715.528)	(1.476.428)
Atualização monetária e variação cambial	231.363	246.222
Saldo Final	3.663.769	2.520.968
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	262.724	258.324
Constituição	467.063	177.286
Reversão da provisão	(95.818)	(99.143)
Baixa por pagamento	(230.246)	(82.871)
Atualização monetária e variação cambial	11.673	9.128
Saldo Final	415.396	262.724
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	6.997.444	6.723.721
Constituição	11.385.383	3.857.889
Reversão da provisão	(3.043.552)	(177.798)
Baixa por pagamento	(6.709.848)	(3.697.589)
Atualização monetária e variação cambial	222.155	291.221
Saldo Final	8.851.582	6.997.444
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	12.930.747	9.781.136

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.649.093	390.089	8.796.156
Acima de 5 anos	14.676	25.307	55.426
Total	3.663.769	415.396	8.851.582

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	229.907	218.985
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	11.426.347	13.053.487
Demandas Cíveis	2.184.916	2.359.921
Total	13.841.170	15.632.393

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.325.787 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 930.061 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 676.426 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.818.734 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	5.633.273	5.684.226
Demandas Fiscais	9.208.340	8.397.852
Demandas Cíveis	18.624.033	23.562.567
Total	33.465.646	37.644.645

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R\$ 19.121.031 mil (R\$ 17.667.363 mil em 31.12.2018), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos.

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e da base negativa. Essa conclusão do STF repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal e serão reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ter sido utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%.

Esses tributos a compensar, que decorrerão das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 6.010.012 mil, em 31.12.2019, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 6.176.814 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos Judiciais	19.121.031	18.668.426
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.304.020	10.851.415
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	19.121.031	17.667.363
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
CSLL a compensar/Bases negativas de CSLL	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	12.549.358	11.095.690

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de Gestão de Riscos**

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e
- q) Risco de Conduta.

Os riscos de Descontinuidade dos Negócios, Residual, de Concentração e de Fronteira constam no Inventário de Riscos Relevantes do BB, porém com taxonomia de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. É um fórum composto por Vice-Presidentes (membros permanentes) e Diretores (membros consultivos).

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2019		31.12.2018		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	425.477.358	425.488.090	415.091.597	414.941.710	10.732	(149.887)	10.732	(149.887)
Títulos e valores mobiliários	202.120.768	201.332.216	150.413.303	150.122.037	(404.731)	(1.970.524)	(788.552)	(291.266)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	383.821	(1.679.258)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(788.552)	(291.266)	(788.552)	(291.266)
Instrumentos financeiros derivativos	820.935	820.935	683.162	683.162	--	--	--	--
Operações de crédito	528.881.558	520.842.905	548.988.119	533.098.255	(8.038.653)	(15.889.864)	(8.038.653)	(15.889.864)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	29.128.475	29.424.874	33.668.595	33.735.065	(296.399)	(66.470)	(296.399)	(66.470)
Depósitos a prazo	232.749.707	232.600.976	209.491.504	209.363.697	148.731	127.807	148.731	127.807
Obrigações por operações compromissadas	404.355.327	402.418.936	402.901.202	401.392.578	1.936.391	1.508.624	1.936.391	1.508.624
Obrigações por empréstimos e repasses	78.875.614	79.038.902	87.718.289	87.945.963	(163.288)	(227.674)	(163.288)	(227.674)
Instrumentos financeiros derivativos	961.612	961.612	809.201	809.201	--	--	--	--
Outras Obrigações	229.618.165	229.618.165	209.423.980	209.423.980	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(6.807.217)	(16.667.988)	(7.191.038)	(14.988.730)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Eventualmente, em fluxos de menor prazo, com estabilidade nas taxas de desconto ao longo dos períodos, pode ser adotado o critério de valor contábil.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	182.109.320	143.826.631	29.643.371	8.639.318
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.291.874	--	2.291.874	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	5.704.898	3.794.682	1.910.216	--
Instrumentos financeiros derivativos	820.935	--	354.863	466.072
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	173.291.613	140.031.949	25.086.418	8.173.246
Passivos	(3.179.123)	--	(2.739.277)	(439.846)
Captação com hedge	(2.217.511)	--	(2.217.511)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(961.612)	--	(521.766)	(439.846)

	Saldo em 31.12.2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	131.904.945	98.630.263	33.274.682	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	664.473	--	664.473	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.181.752	5.124.674	1.057.078	--
Instrumentos financeiros derivativos	683.162	--	683.162	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	124.375.558	93.505.589	30.869.969	--
Passivos	(1.359.292)	--	(1.359.292)	--
Captação com hedge	(550.091)	--	(550.091)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(809.201)	--	(809.201)	--

No segundo trimestre de 2019, foram aprimorados os critérios para classificação de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo. As mudanças alcançaram principalmente os títulos privados (Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Debêntures, Notas Promissórias (NP) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)), para os quais nem sempre há disponibilidade de informações de mercado para apuração de seus valores justos.

Assim, instrumentos cuja preponderância de avaliação ocorreu com base em dados e metodologias internas, notadamente para instrumentos sujeitos ao risco de crédito, inclusive instrumentos financeiros derivativos (swaps), passaram a ser considerados no Nível 3.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 4,01 e manutenção da taxa Selic em 4,50% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Redução	243
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(2.733)	Redução	(9.784)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(43.412)	Redução	(350)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	(71)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(921)	Aumento	(143)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(141.386)	Redução	(157.768)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(82.650)	Redução	(693)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	(142)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.819)	Aumento	(281)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(282.772)	Redução	(315.536)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de TBF		Aumento	23	Redução	(318)
Cupom de TJLP		Aumento	475.433	Redução	(6.269)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(887.667)	Redução	208.086
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de INPC		Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	943.906	Aumento	737.258
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(17.962)	Redução	(44.678)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.243.321)	Aumento	(9.154.584)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.365.512)	Redução	(4.852.166)
Cupom de TBF		Redução	(238)	Redução	(469)
Cupom de TJLP		Redução	(431.684)	Redução	(95.595)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(1.033)	Aumento	(7.554)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(28.241)	Aumento	(495.898)
Cupom de INPC		Aumento	(68.805)	Aumento	(121.600)
Cupom de IPCA		Aumento	(4.327)	Aumento	(1.000.438)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(771.269)	Redução	(832.428)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(929.228)	Redução	(817.437)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.742.022)	Aumento	(17.679.203)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.913.290)	Redução	(9.581.770)
Cupom de TBF		Redução	(477)	Redução	(940)
Cupom de TJLP		Redução	(882.031)	Redução	(200.331)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(2.065)	Aumento	(15.104)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(55.950)	Aumento	(1.075.797)
Cupom de INPC		Aumento	(136.787)	Aumento	(240.520)
Cupom de IPCA		Aumento	(8.393)	Aumento	(1.886.635)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.574.660)	Redução	(1.714.600)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.858.457)	Redução	(1.440.874)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2019, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não incluídos no cálculo regulatório do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão dos riscos, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- investimentos superiores a 10% do capital principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, em instrumentos de capital principal de instituição que não componha o Conglomerado Prudencial;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2019	31.12.2018
PR - Patrimônio de Referência	132.150.432	134.178.484
Nível I	96.380.201	95.289.701
Capital Principal (CP)	71.289.093	71.169.071
Patrimônio Líquido	98.921.447	92.016.168
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(35.732.354)	(28.947.097)
Capital Complementar	25.091.108	24.120.630
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	21.665.013	20.827.050
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	3.426.095	3.293.580
Nível II	35.770.231	38.888.783
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	35.796.321	38.925.975
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	1.743.504	3.270.036
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.052.817	35.655.939
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	29.336.898	29.336.898
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	4.715.919	6.319.041
Dedução do Nível II	(26.090)	(37.192)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(26.090)	(37.192)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	711.401.976	711.490.229
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	612.629.806	624.018.657
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	21.392.666	26.390.238
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	77.379.504	61.081.334
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	56.912.158	61.366.032
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁵⁾	75.238.274	72.812.452
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁵⁾	13,55%	13,39%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁵⁾	10,02%	10,00%
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁵⁾	18,58%	18,86%

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(3) Em 31.12.2019, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% a partir de 01.01.2019 (8,625% em 2018).

(5) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(15.473.213)	(4.631.170)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(12.297.448)	(11.895.016)
Ativos intangíveis	(5.913.962)	(5.777.411)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.732.650)	(1.878.196)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(133.096)	(3.731.833)
Participação de não controladores ⁽²⁾	(90.223)	(26)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(43.068)	(216.810)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(41.012)	(62.020)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(7.682)	(38.923)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽³⁾	--	(715.692)
Total	(35.732.354)	(28.947.097)

(1) Aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2019, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

(2) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Refere-se a investimentos superiores em assemblhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

c) Índice de Imobilização e Capital Excedente

	31.12.2019	31.12.2018
Índice de imobilização	14,28%	14,63%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	47.199.718	47.455.103

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	18.162.067	12.862.026
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	953.330	(1.291.561)
Banco do Brasil	2.066.510	(648.626)
Subsidiárias no exterior	(696.694)	(623.658)
Coligadas e controladas	140.528	(74.453)
Efeito fiscal	(557.014)	55.176
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Planos de Benefícios Definidos (Nota 23.i)	(8.081.608)	(1.642.830)
Ganhos/(Perdas) Atuariais – Planos de Benefícios Definidos	(16.827.674)	(2.737.684)
Efeito fiscal	8.746.066	1.094.854
Outros Resultados Abrangentes Líquidos de IR e CSLL	(7.128.278)	(2.934.391)
Lucro Abrangente	11.033.789	9.927.635
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	2.481.867	1.395.849

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.02.2019, no exercício de suas atribuições previstas no artigo n.º 21 do Estatuto Social do Banco, aprovou a revisão da política específica de remuneração aos acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*) via dividendos e/ou juros sobre capital próprio, será fixado em intervalo percentual do resultado. Para o exercício de 2019, o intervalo definido foi de 30% a 40% do lucro líquido a ser distribuído como *payout*.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio Administrado	876	783	1.055.895.208	941.115.807
Fundos de investimentos	865	772	1.037.112.395	922.435.286
Carteiras administradas	11	11	18.782.813	18.680.521

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo		
Grupo BB	87.026.515	88.409.314
Terceiros	88.956.826	85.477.251
TOTAL DO ATIVO	175.983.341	173.886.565
Passivo		
Grupo BB	24.435.879	16.845.235
Terceiros	134.576.828	143.451.909
Patrimônio Líquido	16.970.634	13.589.421
Atribuível à controladora	16.610.450	13.215.245
Participação dos não controladores	360.184	374.176
TOTAL DO PASSIVO	175.983.341	173.886.565

	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro	2.923.878	1.455.342
Atribuível à controladora	2.679.405	1.235.009
Participações dos não controladores	244.473	220.333

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2019	31.12.2018
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	453.641	328.614
Obrigações do grupo por contribuições	20.443.355	17.132.581
Consortiados - bens a contemplar	18.717.384	15.760.785
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	194	213
Quantidade de consorciados ativos	947.037	794.505
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	132.369	69.896

	Exercício/2019	Exercício/2018
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	112.788	118.850

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	Exercício/2019		Exercício/2018	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	219	41.338	213	37.991
Outros órgãos/entidades	2	1.043	2	1.000
Entidades controladas e coligadas	2	2.508	3	2.608
Sem ônus para o Banco⁽²⁾				
Governos Federal, Estadual e Municipal	173	--	196	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	545	--	21	--
Entidades dos funcionários	78	--	80	--
Entidades controladas e coligadas	568	--	565	--
Total	1.587	44.889	1.080	41.599

(1) Posição no último dia do período.

(2) No exercício/2019, o Banco foi ressarcido em R\$ 483.220 mil (R\$ 485.527 mil no exercício/2018), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2019	31.12.2018
Menor salário	2.977,70	2.854,66
Maior salário	49.822,18	47.763,57
Salário médio	7.796,44	6.677,30
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.948,54	5.948,54
Conselho de Administração	5.948,54	5.948,54
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2019

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.174.887	2.394
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	154.570	329
Demais	1.500	1
Total	1.330.957	2.724

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

h) Reorganização institucional Banco do Brasil

Em 29.07.2019, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que foi aprovado pelo Conselho de Administração um conjunto de ações para reorganização institucional.

Dentre as ações aprovadas, consta a revisão e o redimensionamento da estrutura organizacional do Banco nos níveis estratégico (direção geral), tático (superintendências), de apoio (órgãos regionais) e de negócios (agências).

A implementação das ações ocorreu a partir do 2º semestre de 2019, com destaque para:

- Criação de Unidade Inteligência Analítica, em linha com o objetivo de acelerar a transformação digital;
- Criação de 42 novas Agências Empresas, transformação de 333 agências em Postos de Atendimento Avançado (PAA) e outros 49 PAAs em agências.

Nesse mesmo contexto, em 20.08.2019, o Banco do Brasil comunicou que foram finalizadas as etapas de manifestação de interesse e de validação dos desligamentos no âmbito do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) com a validação de desligamento de 2.367 funcionários. O PAQ tinha por objetivo regularizar vagas e excessos em dependências e praças otimizando a distribuição da força de trabalho nas unidades do Banco. Houve impacto de R\$ 251 milhões em despesas com a operação de adequação e estima-se economia anual de R\$ 490 milhões a partir de 2020.

Em 11.12.2019, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Arquitetura Organizacional do Banco com redução e reorganização da Diretoria Executiva, conforme a Estratégia Corporativa 2020-2024.

i) Parceria Estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul. Espera-se que a parceria entregue a seus clientes soluções completas, além de trazer benefícios adicionais aos stakeholders.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Segundo os termos do Acordo, a Associação será constituída por meio da criação de uma sociedade de participações, que contará com a contribuição de ativos do Banco e do UBS. O UBS integralizará, após reestruturação societária no Brasil, a sua plataforma operacional de banco de investimento e de corretora de valores no País. O Banco integralizará, por meio do BB-BI, os direitos de acesso exclusivo aos seus clientes para a originação de negócios típicos de banco de investimentos. Após as contribuições dos dois acionistas, a Sociedade terá seu capital social total dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o Banco, sendo exclusivamente formado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (ON).

Ainda segundo os termos do Acordo, cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. Com relação à diretoria executiva da Associação, o UBS indicará o Diretor Presidente e o Banco indicará o Diretor Comercial que, dentre outras atribuições, será o responsável pelo relacionamento entre os clientes do Banco e a Associação. Os quadros da Associação contarão com profissionais oriundos do Banco e do UBS, bem como contratados no mercado.

O relacionamento comercial do Banco com seus clientes, por meio de sua rede de agências e escritórios de atacado, continuará sendo um dos principais instrumentos para a originação das operações, cuja estruturação e distribuição ficarão a cargo da Associação.

Esses e os demais termos que irão reger o relacionamento das partes no âmbito da Associação serão estabelecidos por meio de um acordo de acionistas. A concretização da parceria está condicionada ao atendimento de condições contratuais precedentes ao fechamento, assim como à aprovação dos órgãos reguladores e demais instâncias competentes.

j) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal (Nota 21.b).

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

k) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

O Banco receberá, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante aproximado de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactará o resultado do Banco do Brasil.

l) Capitalização de Reserva

Em 19.12.2019, o Conselho de Administração do Banco aprovou o encaminhamento de proposta para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas sobre a capitalização de Reserva de Margem Operacional (RMO) na ordem de R\$ 23 bilhões.

31 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes no período.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas (“Consolidado” ou “Banco do Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.g) e nº 10 às demonstrações contábeis consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para definição da escala interna de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à complexidade do modelo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao uso de estimativas e ao alto nível de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas, o que nos levou a determinarmos procedimentos específicos, com o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, com envolvimento de nossos especialistas; (b) entendimento e testes do desenho e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de “ratings” aos devedores e suas respectivas operações, (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, com base em amostra, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O Banco do Brasil aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.e) e nº 4.f) às demonstrações contábeis consolidadas, quando não existem preços e parâmetros de mercado disponíveis, incluindo premissas como curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, curvas futuras de taxas de juros, de câmbio e índices de preços. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros são representados substancialmente por instrumentos financeiros derivativos e por títulos privados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco do Brasil, e desafio das premissas utilizadas nas construções das curvas projetadas; (c) recálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e parâmetros utilizados nos modelos internos de precificação ou dados observáveis de mercado, quando disponíveis; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Provisões para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.n) e nº 27 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados “Massificado” e “Individualizado”, dependendo do tipo e dos valores envolvidos nas ações. O método “Massificado” é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método “Individualizado” é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos. Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e complexidade e grau de julgamento dos métodos utilizados, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas trabalhistas, cíveis e fiscais e a mensuração dos montantes provisionados pelos métodos Individualizado e Massificado; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem da adequação das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.I) e nº 26 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pela Resolução CMN nº 4.424/2015. A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, composição familiar e agravamento dos custos em decorrência de envelhecimento (“aging factor”), as quais são sensíveis e causam efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e premissas adotadas nos cálculos dos passivos atuariais, pelos atuários externos contratados pela Administração; (c) envolvimento de nossos especialistas atuários para desafio das principais premissas atuariais utilizadas; (d) análise por amostragem da adequação das bases de dados e recálculo das obrigações atuariais; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que as bases de dados e as principais premissas atuariais adotados pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

5. Realização dos ativos relativos a créditos tributários

A expectativa de realização dos ativos relativos a créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de elevado nível de julgamento sobre as premissas utilizadas por parte da Administração. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.h), nº 24.e) e nº 24.f) às demonstrações contábeis consolidadas, tais premissas são baseadas em suas estratégias corporativas e cenário macroeconômico, considerando o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à subjetividade das premissas adotadas nos planos de negócio projetados pela Administração e à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes envolvidos na preparação, análise e aprovação do estudo de realização do crédito tributário; (b) envolvimento de nossos especialistas tributários para avaliação das bases fiscais de apuração das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social; e (c) entendimento e avaliação da razoabilidade das premissas críticas incluídas nas projeções de resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, para suportar o registro e realização dos ativos relativos a créditos tributários, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

6. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário os testes de controles compensatórios, relacionada à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2019, sem ressalvas.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 12 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

*Documento original assinado.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**Segundo semestre de 2019****I. Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes, e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único (Coaud único) para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos Gestão S. A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito, BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (BB Leasing), BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo) e BBTur Viagens e Turismo Ltda (BB Turismo).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA em 19/11/2018, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

No período, realizou reuniões com representantes da administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como seus respectivos conselhos de administração e fiscais, Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Conselho Diretor, auditorias interna e independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões internas. O Comitê apresentou relato mensal de suas atividades ao CA e encaminhou atas de suas reuniões aos conselhos de administração e fiscais.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Os membros do Coaud participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua atuação.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas por funcionários, pela administração ou por terceiros.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Audit para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Dentre outros temas, tratou sobre: estrutura, planejamento e orçamento da Unidade; intensificação do uso de ferramentas de tecnologia da informação nos trabalhos da área; demonstrações contábeis; tecnologia e segurança da informação (incidentes em TI); gestão de riscos; crédito; provisões; serviços jurídicos; transações com partes relacionadas (TPR); dependências externas; ocorrências de apurações de irregularidades e controle disciplinar; relacionamento com clientes; subsidiárias do BB; valoração de ativos e perda permanente em Títulos e Valores Mobiliários (TVM); Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); perdas operacionais; recomendações de auditorias e relatórios recebidos de órgãos externos de supervisão e controle do Brasil e do exterior.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a conformidade da Empresa com as normas de auditoria aplicáveis, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Instituição.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Deloitte com o objetivo de acompanhar o cumprimento do planejamento da auditoria, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Entre os temas discutidos, destacaram-se: demonstrações contábeis; riscos significativos na visão do auditor; instrumentos financeiros; provisões; parâmetros e resultado atuarial; TPR; tributos e créditos tributários; mudanças regulatórias; e, principais assuntos de auditoria (PAA).

VI. Sistema de Controles Internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do SCI do Banco do Brasil.

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados às áreas do Banco, subsidiárias e também em suas próprias análises.

VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com administradores, auditorias interna e independente sobre o tema, e emitiu pareceres específicos nas transações de alçada do Conselho de Administração do Banco.

VIII. Parâmetros e Resultado Atuarial

O Coaud avalia a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados pelo BB.

Para tanto, realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial do Banco e com a empresa especializada que assessora o BB no tema, tendo conhecido e discutido as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliado as premissas e os resultados atuariais dos planos.

IX. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

X. Demonstrações contábeis

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente.

Examinou o resumo das práticas contábeis adotadas e analisou mensalmente as principais variações dos saldos e suas respectivas causas, do BB e das entidades que aderiram ao Coaud único, a partir das demonstrações contábeis e de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do auditor independente, relativos a 31/12/2019.

XI. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao Conselho de Administração em relação aos seguintes temas: SCI; ouvidoria externa; relatório de denúncias de ilícitos; relatórios atuariais; subsidiárias; revisões e criações de políticas de gestão de riscos.

Emitiu recomendações à gestão envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades: melhorias no SCI; auditoria; canal de denúncias de ilícitos; ouvidoria; dependências no exterior; e, subsidiárias BB. As recomendações, após discutidas, foram acatadas.

XII. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Empresa de Auditoria atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) os principais parâmetros dos cálculos e dos resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis do consolidado BB;

- f) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- g) as demonstrações contábeis de 31/12/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2020.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2019.

São Paulo (SP), 12 de fevereiro de 2020.

Hélio Lima Magalhães

Débora Cristina Fonseca

José Guimarães Monforte

Luiz Serafim Spinola Santos

Paulo Roberto Evangelista de Lima

Rubem de Freitas Novaes

Waldery Rodrigues Júnior

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo (SP), 12 de fevereiro de 2020.

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Eduardo Salloum
Conselheiro

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Rafael Cavalcanti de Araújo
Conselheiro

Aldo César Martins Braidó
Presidente

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2020.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações
com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios
e Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e
Governo

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2020.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações
com Investidores

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e
Governo

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios
e Tecnologia

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Rubem de Freitas Novaes

VICE-PRESIDENTES

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Fabio Augusto Cantizani Barbosa
João Pinto Rabelo Júnior
Mauro Ribeiro Neto
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Alexandre Alves de Souza
Ana Paula Teixeira de Sousa
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Daniel André Stieler
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Ênio Mathias Ferreira
Erik da Costa Breyer
Fabiano Macanhan Fontes
Felipe Guimarães Geissler Prince
Gerson Eduardo de Oliveira
Gustavo de Souza Fosse
José Avelar Matias Lopes
José Eduardo Moreira Bergo
José Ricardo Fagonde Forni
Julio Cesar Rodrigues da Silva
Lucinéia Possar
Luiz Claudio Batista
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Marvio Melo Freitas
Mauricio Nogueira
Paula Sayão Carvalho Araujo
Rodrigo Felipe Afonso
Ronaldo Simon Ferreira
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Débora Cristina Fonseca
Hélio Lima Magalhães
José Guimarães Monforte
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rubem de Freitas Novaes
Waldery Rodrigues Júnior

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Aloisio Macário Ferreira de Souza
Eduardo Salloum
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Rafael Cavalcanti de Araújo

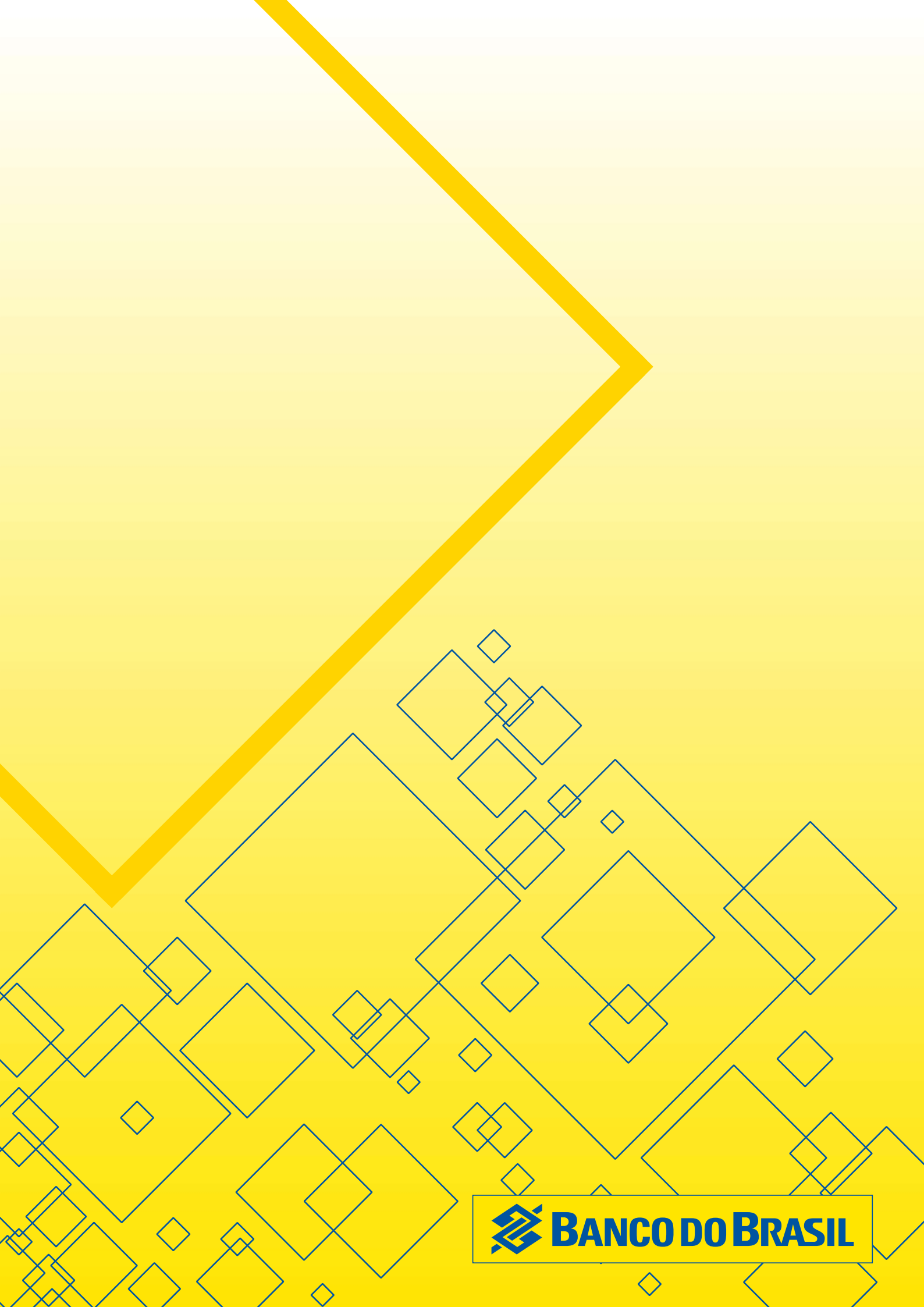
COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Adelar Valentim Dias
Contador CRC-DF 022560/O
CPF 296.062.179-49



BANCO DO BRASIL